

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA RELIGIÃO
DOUTORADO EM CIÊNCIA DA RELIGIÃO

LUIZ ANTÔNIO VALLE ARANTES

**PETRÓPOLIS IMPERIAL: IMIGRAÇÃO, ECONOMIA, POLÍTICA E
RELIGIÃO**

JUIZ DE FORA

2011

LUIZ ANTÔNIO VALLE ARANTES

**PETRÓPOLIS IMPERIAL: IMIGRAÇÃO, ECONOMIA, POLÍTICA E
RELIGIÃO**

Tese de Doutorado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Ciência
da Religião do Instituto de Ciências
Humanas da Universidade Federal de
Juiz de Fora, como requisito parcial para
a obtenção do grau de doutor

Orientador: Prof. Dr. Zwinglio Mota Dias

JUIZ DE FORA

2011

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Doutor Zwinglio Motta Dias, meu orientador, que acolheu de maneir desprezada e teve confiança de que as ideias iniciais seriam organizadas em uma tese.

Ao meu amigo Júlio Cezar Coelho que leu a primeira versão e fez sugestões importantes.

À minha companheira Dra. Raquel Quinet de Andrade Pifano, pela compreensão e pela leitura crítica e sugestões importantes que foram incorporadas.

Aos meus colegas do Departamento de História da UFJF que me concederam licença para que eu concluísse este trabalho.

RESUMO

Tese de doutorado em Ciências da Religião que aborda os temas da imigração, religião, política e economia no Brasil da segunda metade do século XIX, tendo como foco a cidade de Petrópolis, local da residência de verão do Imperador D. Pedro II, de sua corte e de veraneio da elite da cidade do Rio de Janeiro.

A construção do Palácio do Imperador como uma tentativa a mais de se criar uma sociedade de corte no Brasil. Projeto levado a frente pelo grupo palaciano, cognominado “facção áulica” ou “Clube da Joana”, envolvendo grande mobilização de recursos da Coroa e da Província do Rio de Janeiro. Procura-se entender a política de imigração do Estado Imperial, contextualizando a instalação da Imperial Colônia de Petrópolis como um cenário que emolduraria a corte de verão do Imperador, na tentativa de se criar um novo modelo de civilização baseado na imigração européia e no trabalho livre.

O fracasso do projeto agrícola se deveu às condições geográficas e climáticas do local escolhido, o que ocasionou o fim da Imperial Colônia de Petrópolis. Por outro lado, a imigração trouxe grande impulso para as atividades tipicamente urbanas, com a presença de imigrantes atuando numa enorme gama de atividades artesanais e fabris, conferindo uma composição singular à população do centro urbano.

A presença de imigrantes acatólicos, entre os quais muitos protestantes, provocou a reação de setores da Igreja Católica, especificamente os ultramontanos, que sistematicamente procuraram boicotar as atividades dos protestantes. Por outro lado, é apresentada a posição dos líderes políticos do liberalismo do século XIX na defesa destes acatólicos.

Em Petrópolis, apesar da discriminação política, os imigrantes tiveram relevante participação nas atividades econômicas do município. Ressalta-se o papel da ética do trabalho entre os luteranos de Petrópolis. Apoiando-se na tese de Max Weber sobre as relações entre a ética protestante e o espírito do capitalismo, busca-se explicar o bom desempenho econômico destes imigrantes.

Palavras-chave: Brasil século XIX, Petrópolis; imigração; economia; política; Igreja Católica; protestantismo; ética do trabalho.

ABSTRACT

This Doctorate thesis in Religious Sciences aims to analyse the issues of immigration, religion, politics and economics in Brazil during the second half of the nineteenth century. The focus is on the Petrópolis city, which was the summer residence of the Emperor D. Pedro II, his court and the elite resort city of Rio de Janeiro.

The construction of the Palace of the Emperor is considering as an attempt to create a court society in Brazil. This project was thought by the palatial group, nicknamed "aulic faction" or "Joana's Club". It demanded a large financial resource of the crown and the Rio de Janeiro province. It seeks to understand the immigration policy of the Imperial State, considering the installation of Imperial Colony of Petrópolis as a backdrop that framed the summer court of the emperor in an attempt to create a new model of civilization based on european immigration and the free labor.

The failure of the agricultural project was due to local geographical and climatic conditions. It causes the end of Imperial Colony of Petrópolis. On the other hand, immigration has brought great boost for the typically urban activities, with the presence of immigrants working in a huge range of craft activities and manufacturing, providing a unique composition to the urban population.

The presence of non-catholic immigrants caused the reaction within the Catholic Church, specifically the Ultramontanes, who systematically sought to boycott the activities of the Protestants. On the other hand, shows the position of the liberal political leaders of the nineteenth century in the defense of non-catholics.

In Petrópolis, in spite of political discrimination, the immigrants had significant participation in economic activities of the city. It is emphasized the role of work ethic among the Lutherans of Petrópolis. Supporting by Max Weber's thesis on relations between the protestant ethic and the spirit of capitalism, it intends to explain the best economic performance of immigrants.

Keywords: nineteenth-century Brazil; Petrópolis; immigration; economy; politics; the Catholic Church; Protestantism; the work ethic.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	3
CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A HISTORIOGRAFIA DE PETRÓPOLIS.....	7
CAPITULO I – AS ORIGENS DE PETRÓPOLIS	
1.1- OS PALACIANOS E O PALÁCIO-CIDADE.....	10
1.2- A CORTE DE VERÃO.....	22
1.3- A POLÍTICA IMPERIAL DE COLONIZAÇÃO E A IMPERIAL COLÔNIA DE PETRÓPOLIS.....	33
CAPITULO II – IMIGRAÇÃO E RELIGIÃO	
2.1- O REGIME DO PADROADO E A HERANÇA COLOMIAL	71
2.2- IGREJA, A CONDIÇÃO DO CLERO NO ESTADO IMPERIAL E O INDIFERENTISMO RELIGIOSO DA CORTE.....	84
2.3- O SENTIDO DA PRESENÇA PROTESTANTE E A REAÇÃO ULTRAMONTANA.....	103
CAPÍTULO III – ECONOMIA, POLÍTICA E RELIGIÃO EM PETRÓPOLIS	
3.1- A PARTICIPAÇÃO DOS IMIGRANTES NA POLÍTICA DE PETRÓPOLIS...	134
3.2- OS IMIGRANTES DE DESTAQUE ECONÔMICO.....	150
3.4- IMIGRAÇÃO ALEMÃ OU IMIGRAÇÃO PROTESTANTE.....	168
CONCLUSÃO.....	176
BIBLIOGRAFIA.....	177

INTRODUÇÃO.

Este trabalho é, em grande parte, continuidade da pesquisa desenvolvida para minha dissertação de mestrado, abordando as origens sociais da burguesia industrial em Juiz de Fora na passagem do século XIX para o século XX¹. Neste estudo é destaque a presença de um forte grupo de empresários germânicos luteranos, indicando que aqui, guardada as especificidades do caso, se repetiu o mesmo fenômeno nos países centrais do capitalismo, como apontado por Weber em a “ética protestante e o espírito do capitalismo.”²

A presença de imigrantes protestantes neste ambiente, onde o Estado era oficialmente católico, desencadeou a abordagens de vários temas que estavam na pauta política e econômica do Brasil do período imperial: a substituição da mão de obra escrava, o tipo de imigrante que o país queria ou necessitava, a reação da Igreja Católica diante da presença dos acatólicos, a que setores da sociedade interessavam a presença destes protestantes, entre outras questões, tais como a ética do trabalho dos agentes envolvidos no projeto de modernização para o país que ganhou terreno após a decretação da maioria de D. Pedro II.

A hipótese inicial era a de que na colônia germânica de Petrópolis encontraria fenômeno semelhante ao encontrado no núcleo juiz-forano, especialmente, considerando o desenvolvimento industrial que experimentou a cidade fluminense no início do século XX. De alguma forma, esta hipótese se confirmou, ainda que não com a mesma força encontrada na industrialização da Manchester Mineira. Contudo, outras questões surgiram no decorrer da pesquisa, exigindo uma abordagem um pouco diferenciada, na medida em que, no ambiente da Corte de Verão, as questões aparecem de forma mais imbricada. Por isso, tornou-se importante uma abordagem sobre a diversidade dos temas que interligavam economia, imigração, política e religião no Brasil daquele momento.

Na primeira parte deste trabalho, são feitas algumas considerações gerais sobre a história e a historiografia de Petrópolis, apresentando as principais discussões travadas pela historiografia tradicional. Chama-se a atenção para as enormes lacunas e a carência de uma historiografia desenvolvida a partir de parâmetros contemporâneos.

A exposição dos temas é feita em três capítulos. No primeiro capítulo, no primeiro tópico, o destaque é para o surgimento de Petrópolis como Corte de veraneio, com ênfase no momento político de sua criação, ou seja, imediatamente após a decretação da maioria de D Pedro II. Chama-se a atenção para o papel decisivo desempenhado pela “facção áulica”, ou o grupo conhecido como o “Clube da Joana”, e seu projeto de “proteção” da família imperial. Na verdade, tal projeto é aqui visto, como uma tentativa a mais de se criar uma “sociedade de corte” no Brasil.

¹ ARANTES, Luiz Antonio Valle. **As origens sociais da burguesia industrial em Juiz de Fora – 1858/1912**. Dissertação de mestrado, UFF, 1991.

² WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 4^a ed., São Paulo: Pioneira, 1985.

No segundo tópico, são discutidos os aspectos gerais da vida nesta Corte de verão, a crítica do período e o sentido que ganhou para a elite carioca, que passou a frequentar o local, não só como um refúgio do calor, mas, principalmente, como uma fuga das epidemias que assolaram o Rio de Janeiro. Destaca-se o papel do Mordomo Imperial na construção de Petrópolis, a ampliação da presença do imperador e da família real, circundados pela elite carioca, e os novos rituais criados na Petrópolis Imperial. Destaca-se, ainda, o problema das “copiosas chuvas” e o banimento das augustas presenças imperiais das ruas da, agora, Petrópolis Republicana.

No terceiro tópico, o tema é a fundação da Imperial Colônia de Petrópolis no contexto geral das políticas de imigração. Destaca-se a continuidade na ação dos palacianos, abordando a tradição do Estado imperial na questão da imigração, as necessidades geradas pelo fim do tráfico internacional de escravos e os principais pontos de vista sobre as formas de imigração. Acentua-se a iniciativa de Aureliano Coutinho que, como Presidente da Província do Rio de Janeiro, tomou a iniciativa de instalação da Imperial Colônia de Petrópolis. Descreve-se as dificuldades enfrentadas por estes imigrantes e as opiniões do Imperador sobre diversas experiências de imigração. Aponta-se os principais fatores que levaram ao fracasso do projeto agrícola da colônia, apesar do empenho das autoridades e do próprio imperador. Finalmente, chama-se a atenção para a novidade no ambiente da Corte, que passa a contar com a presença de imigrantes acatólicos.

No segundo capítulo, primeiro tópico, aborda-se o papel da religião na formação do Brasil colonial como elemento galvanizador da sociedade. Destaca-se os principais traços do regime do padroado, que limita o poder dos bispos, tendo na política de Pombal encontrado o seu auge, com a expulsão dos jesuítas. Finalmente, destaca-se a precária condição disciplinar do clero como herança da fase colonial no momento da criação do Estado Nacional.

No segundo tópico, trata-se da participação do clero na política do primeiro reinado, com ênfase no período das Regências, com destaque especial para a Regência de Feijó e seu regalismo radical. A derrota deste regente marcou a saída dos padres da cena política. O regalismo continuará presente e estará na base do indiferentismo religioso que permitiu a entrada de imigrantes acatólicos. Extraí-se o eco desta doutrina, através dos diários de D. Pedro II, suas opiniões acerca da religião, educação e observações que faz sobre o clero. Busca-se contextualizar as relações que o imperador mantém com figuras importantes do protestantismo e seu racionalismo. Por outro lado, detecta-se o embate entre o regalismo do imperador e o avanço do ultramontanismo, principalmente, a partir da década de 1870.

No terceiro tópico, aponta-se o sentido da presença protestante e a reação da Igreja Católica. Aborda-se o contexto, destacando uma conjuntura internacional desfavorável à Igreja Católica. Aponta-se, por outro lado, internamente, o avanço do liberalismo e do anti-clericalismo. No Brasil, várias correntes de pensamento estavam, tacitamente, aliadas contra o poder da Igreja, sendo as principais forças o liberalismo, a

maçonaria e o regalismo. A reação ultramontana se fez presente e sua participação é examinada através das atas da Imperial Câmara de Petrópolis.

No terceiro capítulo, aborda-se as relações que se estabelecem entre economia, política e religião, tendo como foco Petrópolis. Inicia-se o primeiro tópico, examinado a participação dos imigrantes na política de Petrópolis. A contextualização é feita destacando-se os aspectos gerais da administração do município, os principais acontecimentos que ganharam registro na Imperial Câmara. Avalia-se a participação dos imigrantes nas eleições, destacando-se alguns personagens da Câmara, especialmente, os envolvidos no maior conflito de todas as legislaturas, que foi o embate entre um petropolitano da “gema” e um imigrante.

O segundo tópico trata da participação dos imigrantes nas atividades econômicas, tipicamente urbanas, apontando a grande variedade de profissões, oficinas e fábricas. Destaca-se os imigrantes que alcançaram resultados positivos em seus negócios, especialmente nas cervejarias, e sublinhando as semelhanças e os vínculos entre a colônia serrana e o núcleo de Juiz de Fora.

No terceiro e último tópico, reflete-se sobre os nexos que orientam os estudos da imigração germânica. Retoma-se o sentido weberiano, destacando a religião, a educação e a preservação da cultura. Este patrimônio cultural continha uma ética do trabalho que garantiu vantagem competitiva dos imigrantes no mercado, especialmente, considerando o ambiente econômico dominado pela ética escravista. Finalmente, aponta-se que, do ponto de vista econômico, a imigração germânica deve ser entendida pela religião, especificamente do ponto de vista da ética do trabalho. O nexo não se estabelece pela etnia, nem pelo componente linguístico, trata-se de ética econômica.

I - CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A HISTORIOGRAFIA DE PETRÓPOLIS.

Antes de abordar o tema propriamente, torna-se necessário algumas considerações gerais sobre a historiografia de Petrópolis. Curiosamente, a história da cidade que durante vários meses do ano abrigava a corte e que foi palco de importantes acontecimentos da história do Brasil, pode ser caracterizada como um grande vazio historiográfico. O fato torna-se mais curioso devido à existência de boas bibliotecas e do precioso Arquivo do Museu Imperial. A maioria destas pesquisas remonta às décadas de 1930 a 1950, publicados na própria cidade por membros do Instituto Histórico de Petrópolis. Na década de 1980, somente duas dissertações de mestrado foram produzidas, um estudo sobre a industrialização e uma história geral da cidade, trabalhos vinculados à Universidade Católica de Petrópolis. Do conjunto historiográfico encontram-se ainda alguns livros didáticos e grande número de artigos de jornais.

Quando do centenário de Petrópolis uma comissão de intelectuais foi encarregada de preparar as comemorações. Parte de tal empresa foi a publicação de sete volumes com textos diversos de vários autores³. Esta obra apresenta dados importantes sobre a fundação da cidade, a construção do Palácio e a instalação da colônia agrícola.

Para efeito de comemoração do centenário de Petrópolis era necessário definir com clareza o exato ano da fundação da cidade. Esta foi então a questão central proposta para a historiografia local. No jubileu parece ter havido um engano entre a fundação do lugar e a instalação da colônia de imigrantes. Este debate é apresentado sistematicamente pelos membros da comissão. As crônicas, anotações sobre as origens remotas da região, os visitantes, aspectos da geografia, atividades urbanas e as biografias dos fundadores de Petrópolis foram temas também pesquisados e debatidos na ocasião. Importante destacar a contribuição destes trabalhos pela significativa quantidade de fontes primárias pesquisadas e apresentadas ao público.

Alguns autores merecem um especial destaque. Alcino Sodré desfez o equívoco, estabelecendo 1843 como o ano da fundação oficial de Petrópolis e o de 1845 como a

³ **Centenário de Petrópolis: trabalhos da comissão.** Prefeitura Municipal de Petrópolis, Diretoria de Educação e Cultura, 1938. Volume I a VI.

data de criação da Imperial Colônia. O autor identifica os fundadores de Petrópolis: o mordomo imperial Paulo Barbosa e Silva, o Presidente da Província do Rio de Janeiro Caldas Vianna e também o Presidente Aureliano de Souza Coutinho. Além destes, o dinâmico Major Koeler, imigrante germânico que serviu no exército Brasileiro e engenheiro responsável pelo traçado da cidade e da instalação da Imperial Colônia, e finalmente D. Pedro II, que se tornou a alma da cidade.⁴ Em outros trabalhos, Sodré destaca vários acontecimentos da vida cotidiana da cidade, os principais empreendimentos e acontecimentos importantes.⁵

Outros pesquisadores contribuíram para uma melhor compreensão sobre o período de fundação da cidade de Petrópolis. Afonso de E. Taunay apurou e organizou conjunto expressivo de impressões de visitantes estrangeiros sobre Petrópolis Imperial, merecendo ênfase especial as notas de Ida Pfeiffer.⁶ As pesquisas de Lacombe sobre as relações de Paulo Barbosa e Silva e os acontecimentos em Petrópolis também merece destaque.⁷ Trabalho muito bem realizado é o de Philippe Arbos⁸, que esclarece de maneira muito evidente as razões do fracasso da colônia agrícola, atribuindo-o à má qualidade do solo e ao clima desfavorável da cidade. O último dos sete volumes dedicados à comemoração do centenário de Petrópolis, todo ele é dedicado aos fundadores da cidade: Cardoso Miranda escreve sobre D. Pedro II, Américo Jacobina Lacombe escreve sobre o mordomo Paulo Barbosa e Silva, Lourenço Lacombe, sobre o Major Koeler, Hélio Vianna, sobre o Visconde de Sepetiba e Manuel Vianna de Castro escreve sobre Caldas Viana.⁹

Não menos importantes são os trabalhos do historiador Guilherme Auler. Durante vários anos na década de 1950 trouxe à tona vários documentos relativos à Petrópolis, os quais foram em grande parte publicados pela imprensa petropolitana, constituindo importante subsídio para a história local. Contudo, é bom salientar que estes são trabalhos realizados no final dos anos trinta e início dos anos cinquenta do

⁴ SODRÉ, Alcino. A fundação de Petrópolis. In: **Centenário de Petrópolis: trabalhos da comissão**. Prefeitura Municipal de Petrópolis, Diretoria de Educação e Cultura, 1938. Volume I, Pags 6-26.

⁵ _____ Chronicas Petropolitanas. In: **Centenário de Petrópolis: trabalhos da comissão**. op.cit. vol. II, pags. 67 a 155, vol. IV, pags. 223 a 275. Vol. VI pp. 85-129.

⁶ TAUNAY, Afonso de E. Visitantes antigos de Petrópolis e sua região. In: **Centenário de Petrópolis: trabalhos da comissão**. op. Cit. pp 30-97

⁷ LACOMBE, Paulo Barbosa e Silva e a fundação de Petrópolis. In: **Centenário de Petrópolis: trabalhos da comissão**. op.cit. vol. II p 29-63

⁸ ARBOS, Philipe. Petrópolis Esboço de geografia urbana. In **Centenário de Petrópolis: trabalhos da comissão**. Op. Cit. Vol. VI, pp 177 -229.

⁹ **Centenário de Petrópolis: trabalhos da comissão**. Prefeitura Municipal de Petrópolis, Diretoria de Educação e Cultura, 1938. Vol. VII.

século XX, como já dito. Neste sentido, não se pode perder de vista a forte influência positivista que marcou a historiografia do período, enfatizando traços biográficos e, muitas vezes, por um tom laudatório.

O caráter panegírico recai tanto sobre o lado “nobre” da cidade, quanto sobre o seu lado “plebeu”. Exalta-se a nobreza, seus palacetes e seus grandes feitos para a cidade, o aspecto visionário de seus fundadores, culminando com o grande elogio ao “rei filósofo”, seu apreço pela municipalidade, suas qualidades morais e sua generosidade. Por outro lado, mantendo o mesmo tom laudatório, destaca-se a presença dos imigrantes, seus esforços heroicos e sua luta para sair da Alemanha, chegar ao Brasil e desenvolver a cidade, criando-se o mito do imigrante empreendedor, um imigrante genérico, cujo nexo fundamental é estabelecido pela “raça”.

Já na década de 1980, a historiadora Ismênia de Lima Martins, realizou importante estudo sobre a origem e o desenvolvimento da industrialização em Petrópolis. Martins contextualizou a indústria local com as políticas gerais da industrialização no Brasil, analisando de forma bastante detalhada os registros da Companhia Petropolitana e da Fábrica São Pedro de Alcântara, ambas do ramo têxtil.¹⁰ Ainda na mesma época deve-se considerar a dissertação de mestrado de Maria da Penha Almeida¹¹ que contribui apresentando dados sobre a organização do ensino da comunidade luterana de Petrópolis, descrevendo a atuação de vários líderes da comunidade e informando sobre a obrigatoriedade do ensino para os filhos dos protestantes.

Em trabalho mais recente, Lilian Schwarcz produziu excelente biografia de D. Pedro II esclarecendo vários aspectos da vida da Corte em Petrópolis¹². A autora traz à tona vários dados sobre a construção do palácio, as frequentes visitas da Corte e o significado simbólico que ganhou a cidade. Porém, trata-se de trabalho voltado para a biografia de D. Pedro II, do que propriamente à história da cidade de Petrópolis. O mesmo pode ser dito sobre a biografia de D. Pedro II escrita por José Murilo de Carvalho¹³.

¹⁰ MARTINS, Ismênia de Lima. **Subsídios para a história da industrialização em Petrópolis – 1850 a 1930**. Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis, 1983.

¹¹ ALMEIDA, Maria da Penha Cunha de. **A religião protestante luterana e a educação em Petrópolis**. Dissertação de mestrado. Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis, 1988.

¹² SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo, Companhia das Letras, 1998. p 126.

¹³ CARVALHO, José Murilo de. **D. Pedro II**. São Paulo, Cia. das Letras, 2007.

Quanto à historiografia tradicional de Petrópolis, na medida do possível, será tratada no decorrer deste trabalho, visando desfazer os aspectos míticos que acompanham tanto a imagem do caráter “nobre” e visionário de seus fundadores, quanto do aspecto heroico dos imigrantes. Aos primeiros, busca-se situá-los no contexto da política e da economia do século XIX, onde o debate político girava em torno da substituição da escravidão, fosse como mão de obra, fosse como modelo de “civilização”. Quanto aos imigrantes, tenta-se desfazer o mito fundado sobre a noção de “raça europeia superior”, para estabelecer o nexos da ética do trabalho como elemento diferenciador destes imigrantes. Neste sentido insistimos que o problema não é étnico e sim ético.

II – AS ORIGENS DE PETRÓPOLIS.

II. 1- OS PALACIANOS E O PALÁCIO-CIDADE.

O decreto de criação de Petrópolis é do ano de 1843.¹⁴ Não é esta uma data desprovida de significado, pois este é ano em que o Imperador completava a maioria constitucional. Além disso, a década de 1840 foi vital para a afirmação do Estado Imperial. Após o conturbado período regencial, os grupos dominantes sentiram-se fortes o suficiente para promover a centralização do Estado e enfrentar os problemas cruciais do país, entre eles os problemas da escravidão, da estrutura agrária e a imigração.¹⁵

Tradicionalmente, atribui-se a origem de Petrópolis como resultado do desejo do Mordomo Imperial, Paulo Barbosa e Silva, de proporcionar ao Imperador e sua família, um lugar de refúgio, em caso de uma invasão estrangeira, e também um lugar de descanso ou convalescença, sem o calor do Rio de Janeiro. Após a epidemia de 1850, nos escritos do Mordomo, aparece como justificativa para o empreendimento a fuga das epidemias que assolaram a capital. Por outro lado, a instalação da Imperial Colônia de Petrópolis é apontada pela historiografia tradicional como uma política de Aureliano Coutinho, então Presidente da Província do Rio de Janeiro, determinado a introduzir a mão de obra livre nos trabalhos do governo. Contudo, esse “desejo” da Mordomia e essa “política” do Presidente da Província não são devidamente relacionados pela mesma. São fatos tratados como acontecimentos independentes sem as devidas relações com o contexto político do período.¹⁶

A primeira consideração a ser feita é que, na década de 1840, o acontecimento mais importante foi a antecipação da Maioridade de D. Pedro II. Sem a compreensão dos elementos que concorreram para tal acontecimento, os dois empreendimentos aparecem como um capricho, ação visionária, aventura ou empreendedorismo. Contudo,

¹⁴ TEIXEIRA FILHO, H. C. Leão. A fundação de Petrópolis (o Decreto de 16 de março de 1843 e outros documentos do mesmo ano) In: **Centenário de Petrópolis – trabalhos da comissão**. Prefeitura Municipal de Petrópolis, 1939, vol. II, pág. 1.

¹⁵ CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial**. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. Págs. 255-56.

¹⁶ São vários os trabalhos que enfatizam tal aspecto, especialmente **Centenário de Petrópolis – trabalhos da comissão**. Prefeitura Municipal de Petrópolis, 1939, vols. I a VII.

considerando o ambiente político do período, a criação de Petrópolis aparece como uma consequência lógica, ou um aprofundamento, do movimento político que resultou na Maioridade.

Sergio Buarque de Holanda caracteriza o período que se inicia após a abdicação de D. Pedro I como o período da experiência republicana. Após a outorga da Constituição de 1824, durante o restante do primeiro reinado, crescia cada vez mais a insatisfação de vários setores da sociedade que reivindicavam maior liberdade política. Iniciava-se o movimento que ficou conhecido como o de 7 de abril. Segundo o autor, ainda que não se possa afirmar que a intenção do movimento era destronar o imperador,

Parece que o que se pretendia era desfechar uma série de golpes de alcance parcial e desta forma manietar a reação governamental e franquear ao povo agir de *motu* próprio nas províncias, conquistando ele próprio as autonomias federativas.¹⁷

Nesta situação, o grupo então conhecido como exaltados levava vantagens sobre os moderados, pois, como grupos ativistas, com organizações secretas nos principais centros do país, conseguiram liderar as ações comuns, mesmo quando os chefes eram recrutados entre os moderados. De forma um tanto inesperada, a abdicação inverteu a situação. A responsabilidade pela ordem ficou então a cargo dos exaltados que estavam empenhados na revolução. Sergio B. Holanda acusa a incapacidade dos exaltados para assumir o poder: “Ora, as pessoas indicadas para tal responsabilidade eram inteiramente outras. Faltava aos exaltados uma reserva de valores no plano civil para organizar com elementos seus uma nova administração”.¹⁸

A facilidade da vitória do movimento de 7 de abril sobre os conservadores deixou à mostra a fragilidade do grupo que controlava o poder, abrindo-se espaço para o que ficou conhecido como a política do conagraçamento, que reunia várias tendências na Regência Provisória. O instrumento principal dessa política foi a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional. Para um contemporâneo, foi “em realidade outro Estado no Estado; porque sua influencia era a que predominava no Gabinete e nas Câmaras; e sua ação, mais poderosa que a do governo, se estendia por todos os ângulos do Império.”¹⁹

¹⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **História geral da civilização brasileira**. O Brasil Monárquico. Tomo II, 2 vol. Dispersão e unidade. 6^a ed., Rio de Janeiro: DIFEL, 1987, pág. 10.

¹⁸ Idem, pp 11 -12.

¹⁹ Abreu Lima, apud - Idem, p 13.

Em meio a todos estes complicados acontecimentos, iniciava-se a luta pela retirada da tutela de José Bonifácio sobre o jovem, ou melhor, o menino D. Pedro II. Foi quando se fortaleceu o grupo que comporia o “núcleo duro” dos palacianos e se conservariam no poder durante boa parte da década de 1840. Os dois principais articuladores deste grupo foram Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, futuro Visconde de Sepetiba, e Paulo Barbosa e Silva. Ambos considerados fundadores da Imperial Colônia e do Palácio cidade de Petrópolis, respectivamente.

Aureliano era filho de família com certa influência política, o que lhe permitiu estudar direito em Coimbra. Ao regressar ao Brasil, foi nomeado Juiz de Fora da vila de São João d’El-Rei, alcançando prestígio, sendo eleito deputado geral no período de 1830-33. Sua trajetória política foi mais ou menos semelhante à de muitos magistrados do período.²⁰ Em 1830, Aureliano foi indicado para ocupar a presidência de São Paulo, quando se aproximou do padre Feijó, então membro do Conselho Geral da Província de São Paulo. Com a abdicação de D. Pedro I, foi exonerado da presidência e voltou a desempenhar o mandato de deputado por Minas Gerais.²¹

Ao assumir o Ministério da Justiça, na primeira Regência, Feijó indicou Aureliano como Intendente Geral da Polícia. Trabalhou ativamente para a repressão das revoltas no Rio de Janeiro nos anos de 1831 e 1832. Contou com a colaboração do seu irmão Saturnino de Souza e Oliveira e de Paulo Barbosa e Silva, que eram redatores do jornal *A Verdade*. Sua destacada atuação como intendente de polícia o qualificou a ocupar o cargo de Ministro da Justiça. Momento em que concentrou os esforços do grupo em derrubar o tutor José Bonifácio. Justificando o ato de força contra José Bonifácio, Aureliano alegou que o “(...) ex-tutor resistiu às ordens e Decretos da Regência, e foi preciso empregar a força para prendê-lo.”²² Uma vez afastado o antigo tutor, Aureliano instalou no Paço quatro amigos que lhe garantiriam posição privilegiada durante todo o período das regências seguintes e da primeira fase da Maioridade. O Marquês de Itanhaem foi nomeado tutor do jovem imperador e de suas irmãs, frei Pedro de Santa Mariana, preceptor do imperador, o oficial de engenheiros Paulo Barbosa e Silva, mordomo da Casa Imperial e D. Mariana Werna Magalhães Coutinho, camareira do imperador.²³

²⁰ CARVALHO (2008), op. cit. Pág. 121.

²¹ VIANNA, Hélio. Visconde de Sepetiba. In: **Centenário de Petrópolis**, op. cit. vol. VII, pág. 43.

²² Idem, p. 129.

²³ Idem, pp. 110 -120.

Ainda que a luta política que se desenrolava possa ser caracterizada como uma disputa entre liberais e conservadores, abria-se espaço para uma luta entre os parlamentares e os palacianos, segundo Holanda. Na véspera do golpe da maioria, as grandes figuras articuladoras da vida política eram Honório Hermeto Carneiro Leão, futuro Marquês de Paraná e Aureliano de Souza Oliveira Coutinho. O primeiro representante da oligarquia, líder da corrente parlamentarista, e o segundo representante da corrente palaciana.²⁴

No momento anterior à antecipação da maioria, com o enfraquecimento das tendências federalistas, especialmente após a queda de Feijó, os conservadores, agora no poder, aprofundaram suas propostas conhecidas como o programa do “Retrocesso”. Com a lei de interpretação do ato adicional de 34, foi transferido para o governo central todo o sistema judicial e policial, alterando significativamente a estrutura do Estado.²⁵

Desde a destituição de José Bonifácio da tutoria imperial, a organização do Paço, agora a cargo de Aureliano, procurava coordenar os meios palacianos, cujas tendências coincidiam com o Retrocesso. Formou-se, assim, um bloco político que unia o grupo da oligarquia ao dos palacianos, que impôs a aprovação da lei de interpretação e da Reforma do Código Civil, impondo uma derrota aos liberais.

Para levar adiante sua política, os conservadores necessitavam do prestígio do trono, o que coincidia com os propósitos palacianos. Assim, em oposição à simplicidade dos tempos das Regências Trinas e de Feijó, o novo Regente, Araújo Lima, futuro Marques de Olinda, tratou de projetar para o primeiro plano a imagem do Imperador-menino. A pompa real foi realçada em suntuosas solenidades públicas, restabelecendo o beija-mão, reforçando-se assim a etiqueta e o protocolo, ações que ao mesmo tempo acenavam para o imaginário popular e tornavam o imperador mais inacessível.²⁶

Contraditoriamente, o ponto de apoio dos conservadores era também seu “calcanhar de Aquiles”. Como maioria parlamentar não podia interessar ao partido a antecipação da maioria de D. Pedro II e o conseqüente fim do regime regencial. Habilmente, os liberais, incitados pelos palacianos, aproveitando-se do próprio impulso dado pelos conservadores ao ideal monárquico, lançaram a campanha da maioria. Ao tentar reagir contra o movimento dos liberais, os conservadores se viram na

²⁴ HOLANDA (1987), op. Cit. Pág. 15.

²⁵ Idem, p. 56.

²⁶ Idem, p. 58.

desconfortável posição de serem apontados como inimigos da monarquia que eles tanto exaltavam.

Contudo, conforme indicação de Ilmar Mattos vale notar que os conservadores, ou os saquaremas, não se decepcionaram tanto:

No momento em que o jovem imperador respondeu afirmativamente à consulta se desejava assumir imediatamente o comando do império, pondo fim ao Período Regencial, os Liberais exultaram. Voltaram ao governo, isto é, ao Poder Executivo, e foram às ruas comemorar a aclamação do imperador, acendendo luminárias.

Os saquaremas não se decepcionaram: perdiam o governo, ganhavam a monarquia. Quando, oito meses depois, retornaram ao governo pelas mãos do próprio soberano, promoveram também uma comemoração: a Coroação e a Sagração do imperador...²⁷

Ilmar Mattos interpreta esta fase de construção do Estado Imperial como o tempo saquarema. Aqui, destaca-se o Palácio-cidade-colônia, como uma obra palaciana, um “lapso” no tempo saquarema. A ideia da exaltação da Corte tinha consonância com os objetivos gerais da “direção saquarema”, entretanto, o mesmo não pode ser dito sobre a colonização. O próprio autor aponta as ideias de Bernardo Pereira de Vasconcelos, mostrando que não era contra a imigração, entretanto, não há nenhum entusiasmo no incentivo à imigração.²⁸

Afastados do poder em 1840, com o término antecipado da maioria, os conservadores só voltarão ao mesmo, de forma duradoura, no final da década. Este intervalo foi caracterizado como uma prolongada crise de sucessão. Ainda segundo Sergio Buarque,

Normais as crises desse tipo em todo regime pessoal em que as classes governantes se relacionam com o chefe do governo através de uma organização palaciana onde, quase inevitavelmente, tendem as relações institucionais a ser suplantadas pelas relações domésticas, no caso preciso trata-se de uma crise duplamente grave porque complicada com a maioria e o interregno. Do primeiro aspecto resultou a dominância dos elementos domésticos do Paço na determinação da política pessoal do Imperador. Resultou do segundo que as classes governantes tenderam a assumir iniciativa política própria estabelecendo os precedentes parlamentaristas do período regencial. As duas tendências foram caracterizadas como palacianismo e parlamentarismo; mas, na realidade, os conservadores que representavam a segunda, em nenhum momento, abriam mão de sua vocação e de suas aspirações palacianas. Suplantados inicialmente pelo grupo que se baseava na organização doméstica do Paço

²⁷ MATTOS, Ilmar Rohloff. **O tempo Saquarema**. Rio de Janeiro: ACESS, 1994.

²⁸ Idem, p. 180.

Imperial, não se desligaram deste e foi principalmente através de um jogo de influências palacianas que asseguraram a volta ao poder.²⁹

Às vésperas da declaração da maioria, Aureliano, como representante do Paço, e Honório, como representante da Oligarquia, tinham todas as condições para serem escolhidos ministros pelo jovem Imperador. Ambos, mais tarde, exerceriam o papel de Ministro “organizador de Gabinete”.

Ao alcançar a maioria constitucional, sob a influência “áulica”, o Imperador usou o primeiro pretexto para afirmá-la, o que resultou em rompimento com Honório e os conservadores. As influências palacianas procuravam recompor os partidos, tendendo para a fórmula de um partido oficial único. Mattos se refere à monarquia como um partido.³⁰ Os liberais, marcados ainda por uma anistia recente, conservaram-se por muito tempo em posição caudatária. Entre os conservadores e os liberais, os palacianos aproveitaram-se do espaço político e lideraram os movimentos do monarca.

A partir do quadro partidário apresentado por José Murilo de Carvalho, entende-se que os restauradores e parte dos liberais monarquistas se juntaram na formação do partido conservador e o restante dos liberais monarquistas formou o partido liberal. Este esquema permanecerá até a década de 1860 quando o partido liberal, contando com dissidências do partido conservador, se transformou no partido progressista. Já na década seguinte este último partido se desdobrou em partido liberal e partido republicano.³¹

No gabinete da maioria, os liberais ocuparam a maioria das pastas, conseguindo uma liberdade de ação que talvez tenha sido além de suas próprias expectativas. Este foi o ponto que assegurou a Aureliano uma posição particular. Contando com o apoio do Imperador, devido às suas influências no Paço, seu direito de interferência tinha valor absoluto e tornava-o verdadeiro árbitro da situação. Assim é que, em conflito com os demais colegas, provocou a questão de gabinete, apelando para o Imperador e acarretando a demissão dos companheiros.

Na formação do gabinete seguinte a situação de Aureliano foi de maior influência. Porém, a intransigência liberal lançou cada vez mais o Ministério para o lado conservador. A dissolução prévia da Câmara de 1842 e a repressão à insurreição armada

²⁹ HOLANDA (1987), Op. cit. p. 511.

³⁰ MATTOS, op. cit. p. 88.

³¹ CARVALHO (2008), op. cit. p. 205.

dos liberais foi, em grande parte, comandada de fora do governo central, por Honório, então Presidente da Província do Rio de Janeiro.

Com a derrota do movimento liberal de 1842, através de manobras na Câmara e no Senado, os conservadores promovem ataques continuados contra Aureliano, sugerindo seu envolvimento com os revoltosos. Neste ponto, Aureliano se afasta do poder central e passa a fazer o jogo político “por trás dos reposteiros”.³² O novo gabinete é conservador, sob a dominância de Honório Hermeto Carneiro Leão.

Aureliano realmente renunciou “para fazer o jogo por trás dos reposteiros”. Nesta primeira fase ele havia se tornado o principal guia político do imperador, ainda imaturo nos seus primeiros anos de governo. O futuro Visconde de Sepetiba sempre ocupara, desde a maioridade, algum ministério, fosse o gabinete liberal ou fosse conservador.³³ Depois de sua renúncia, aparece a expressão o “Clube da Joana”. Ora, tal designação não era à toa, pois justamente nome da residência oficial dos mordomos do Paço, Quinta da Joana – então moradia de Paulo Barbosa e Silva.

Aliado incondicional de Aureliano, o mordomo imperial era o coordenador da oposição palaciana, tanto por sua ascendência direta sobre o Imperador, quanto pela ascendência que tinha sobre as pessoas que o atendiam. Seu poder era notório, em 1842, era considerado capaz de “fazer e desfazer ministérios”. Baseava sua influência no grupo de pessoas por ele escolhidas, depois do afastamento de José Bonifácio, para a educação dos príncipes.

Em 1844 o diplomata francês, conde Ney, escrevia:

Não se pode mais dizer, hoje, que ele (Paulo Barbosa) não desempenhe importante papel no governo, pois está ligado aos ministros; todos os cantos da Joana estão cheios de carruagens; foi lá que o Sr. Aureliano, seu amigo íntimo, foi feito Presidente da província (do Rio de Janeiro) e lá que se escolheu o vice-presidente; é enfim na Joana que se discutem neste momento as demissões e nomeações que tanto preocupam o Ministério.³⁴

Segundo Holanda, o imperador teve uma iniciação na vida conjugal aparentemente traumática e suas dificuldades pessoais encontraram ampla repercussão nas intrigas que se desenrolavam no Paço, chegando-se quase a uma crise de regime.³⁵

³² BUARQUE (1987), op. Cit. p. 518.

³³ CARVALHO, José Murilo de. **D. Pedro II**. São Paulo: Cia. Das Letras, 2007. p. 45.

³⁴ Conde Ney, apud, VIANNA, Hélio. Visconde de Sepetiba. In: **Centenário de Petrópolis**, op. cit. Vol VII, p. 174.

³⁵ BUARQUE (1987), op.cit. p. 519.

Nestas circunstâncias, devido à “fragilidade” do imperador, a figura do mordomo ganha destaque e a afirmação do diplomata Francês ganha todo o sentido. Pode-se perceber um eco desse problema no diálogo entre o jovem imperador e o seu mordomo, conforme uma passagem registrada por D. Pedro II em seus diários:

Entrando pela porta da secretaria da minha casa perguntei ao mordomo: - Quantos pés tem de fundo o Colégio do Anjo Custódio?

Mordomo: “Não sei, Meu Senhor”.

Eu: “Assente-se”, e eu me assentei.

Vai começar a conversa que, para maior clareza, ponho em diálogo.

Mordomo: “Vossa Majestade é admirado por sua perseverança”.

Eu: “Sem a qual nada se faz”.

Mordomo: “O seu segredismo”...

Eu: “Alguns quando me viram triste há tempo, ficaram pesarosos”.

Mordomo: “Eu fiquei muito abatido”.

Eu: “Pensaram que eu tinha desanimado; não desanimei, nem tinha motivo para melancolia; era como um ataque de hipocondria”.

Mordomo: “Em certa idade até chorava, nada havia de agrado no mundo”.

Eu: “Julgo que todos os soberanos devem ser algum tanto melancólicos, porque quase sempre são chamados a meditar”.

Mordomo: “O que eu não acho bom em Vossa Majestade é sua nímia bondade; o castigo é às vezes indispensável”.³⁶

Não apenas no diário de D. Pedro II percebe-se a ascendência do mordomo mas também nas suas cartas enviadas ao Imperador. Em respostas às boas notícias sobre o bom desempenho do jovem Imperador, quando então em visita às províncias do sul, o mordomo aconselhava o soberano:

vejo que já Vossa Majestade Imperial vai sabendo quanto vale mostrar agrado. ‘Não me dê nada; mas trate-me bem’, é o que dizem os súditos aos soberanos (...) Trate bem, Senhor, interesse-se pelo infortúnio, ou mostre interessar-se pelo infortúnio alheio. (...) Destrua, Senhor, assim a pecha que seus detratores lhe lançam de non chalant e de fait neant.

Perdoe Vossa Majestade que eu continue de cá mesmo a exortá-lo. Folgo até em dizer-se já que Vossa Majestade Imperial é amável,

³⁶ D. PEDROII. **Diários**. Museu Imperial de Petrópolis, Cd-room, 2006, Vol.1.

naturalmente, e que se o não era aqui, é porque eu a isso o levava e persuadia.³⁷

Nesta conjuntura, o grupo da Joana afirmava politicamente sua posição e entraram em entendimentos com os liberais. A ideia da anistia aos liberais revoltosos de 1842 já vinha sendo propagada no Parlamento. Entre os descontentes na Câmara formara-se o Partido da Liga ou da Conciliação que queria a anistia por ocasião do casamento do Imperador. Os articuladores da maioria passaram a reunir-se novamente, agora sob a proteção de Paulo Barbosa. O Imperador, segundo a Constituição, alcançaria a maioria em 2 de dezembro de 1843 – seria então uma oportunidade para a derrubada do ministério conservador a título de quebra de tutela.³⁸

A queda de Honório H. C. Leão em fins de janeiro de 1844 resultou principalmente de uma necessidade de afirmação pessoal do Imperador, obviamente sob a forte influência da *Joana*, conforme ele mesmo explicou mais tarde: “senti que se cedesse me reputariam fraco”.³⁹

O motivo foi, como se sabe, a recusa de D. Pedro II em conceder a demissão de Saturnino, irmão de Aureliano, do cargo de inspetor da Alfândega, demissão que era exigida por Honório. Ainda segundo Sergio Buarque de Holanda:

Ao que se conta, Honório teria infringido as regras de etiqueta no tratamento que um súdito deve a seu soberano ao insistir ante a recusa do Imperador. O conceito representa obviamente uma expressão da doutrina palaciana segundo a qual o ministro deve curvar-se ante a vontade do monarca. Tratava-se, sem dúvida, de uma completa vitória palaciana. O Imperador desenvolveu uma política pré-traçada pelo grupo da Joana e o novo gabinete deveria estabelecer um programa expresso de decretar a anistia aos liberais.⁴⁰

A queda de Honório marca o início da fase de grande influência de Paulo Barbosa.⁴¹ O famoso mordomo imperial durante todo o império participou ativamente de vários acontecimentos. Como oficial de carreira frequentou a Academia Militar do Rio de Janeiro, onde foi aluno de Frei Pedro de Santa Maria, mais tarde preceptor do imperador como visto, participou dos acontecimentos do Fico, aperfeiçoou seus estudos na Europa e em 1829 participou das negociações do segundo casamento de D. Pedro I. Como aliado dos irmãos Aureliano e Saturnino foi alçado à condição de mordomo

³⁷ AULER, Guilherme. O atentado ao mordomo Paulo Barbosa. In: **A colonização de Petrópolis: comemoração do 93 aniversário**. Petrópolis, s/d. Pág. 9.

³⁸ BUARQUE (1987), op. Cit. Pág. 520.

³⁹ Idem.

⁴⁰ Idem.

⁴¹ A ascendência de Aureliano e Paulo Barbosa sobre o jovem imperador é também ressaltada por: SCHWARCZ, Op. cit. pág. 126. CARVALHO, José Murilo de. **D. Pedro II**. Op. Cit. Págs. 23-5.

imperial após a queda de José Bonifácio. A residência do mordomo passou a ser então um dos lugares mais importantes de articulação política do Rio de Janeiro. Como já mencionado, era considerado o homem que fazia e desfazia gabinetes, apelidado de D. Paulo I.⁴² Ora, foi justamente neste momento em que o decreto de criação de Petrópolis foi expedido.

Em 1845 uma considerável reação contra a influência de Paulo Barbosa começava a fazer-se sentir, reação que incluía o recurso aos meios violentos, momento em que foi descoberto um plano contra a sua vida. Escrevendo ao Imperador queixava-se: “Não tem valido as intrigas, as aleivosias, os achincalhes, os ridículos lançados contra mim; recorre-se agora à razão do bacamarte”⁴³. Após ter descoberto o plano de assassinato, o mordomo solicitou então ao Imperador o posto de Ministro em S. Petersbourg e, para não parecer que o Imperador acedia a seus opositores, sugeria que: “Eu seria de parecer que V. M. I. me não demitisse, por não mostrar que cedia ao terror; mas que me mandasse, nomeando mordomo interino.”⁴⁴ Tendo a sugestão sido aceita por D. Pedro II, escrevia o mordomo: “Vossa Majestade Imperial confundiu meus inimigos, eles acham na conservação de meus ofícios na Casa Imperial um estorvo ao canto da vitória, a todos digo que vou a uma comissão temporária, cujo termo não posso marcar.”⁴⁵ Assim, afastou-se do Paço, voltando à carreira diplomática que havia ensaiado no primeiro reinado.⁴⁶ Somente na década de 1860 é que voltou a ocupar o lugar de Mordomo, quando a conjuntura já era outra.⁴⁷

Apesar do peso desta baixa, o grupo palaciano contava ainda com Aureliano, amigo íntimo de Paulo Barbosa, que o tratava por “querido Lili”. Aureliano dominou politicamente boa parte da década de 1840. Durante o quinquênio de 44 a 48, o Imperador, influenciado pelos palacianos, tentava escapar às oscilações entre os partidos. Naquele ano não se apressou a passar o apoio político dos conservadores para os liberais, como depois não se apresaria em agir em sentido oposto. D. Pedro procurou apoio fora da área conservadora. Desviando-se do partido oposto, encontrou na área

⁴² LACOMBE, Américo Jacobina. Paulo Barbosa. In: **Centenário de Petrópolis**, vol. VII, pags. 34-45.

⁴³ AULER, O atentado ao mordomo Paulo Barbosa. In: **A colonização de Petrópolis: comemoração do 93 aniversário**. Petrópolis, s/d. Pág. 9. págs. 9-15.

⁴⁴ Idem, pág. 9.

⁴⁵ Idem, pág. 11.

⁴⁶ HOLANDA, op. cit. Vol. II, pág. 193.

⁴⁷ LACOMBE, Op. Cit. Vol. VII, pág. 47.

interpartidária dos fieis palacianos da bancada da Bahia o ponto de apoio para basear o governo.⁴⁸

Um dos pontos importantes da pauta política daquele momento era a questão da anistia aos liberais revoltosos de 1842. Para os meios palacianos, ela oferecia a oportunidade de firmarem uma posição interpartidária, reunindo em seu proveito, num esquema monopartidário, as duas correntes adversas.⁴⁹ Os conservadores, ao equívarem-se de uma recomposição comandada pela Coroa, foi interpretado pelos palacianos como autêntica rebeldia e tratada com uma dureza que estava em completa contradição com a ideia da conciliação. A nomeação de Aureliano para a Presidência do Rio de Janeiro, o “laboratório saquarema”⁵⁰, foi o grande passo nesse sentido. Aquela província era a base eleitoral da oligarquia e uma das principais bases de Carneiro Leão.

A dissolução do Gabinete conservador aconteceu em 24 de maio de 1844. No Rio de Janeiro, como se poderia esperar, ela alcançou o máximo de violência. Os conservadores acabaram reduzidos a um pequeno grupo. Entretanto, uma das principais críticas palacianas à legitimidade dos partidos se baseava exatamente nas fraudes do processo eleitoral. Na verdade, Aureliano, em sua ação prática na presidência do Rio de Janeiro, havia se afastado completamente desses princípios. Empenhando-se na luta contra Honório e a oligarquia, Aureliano terminou por comprometer-se completamente com as posições partidárias, o que o incompatibilizaria com a sua antiga posição no Paço.

Sob seu comando, o Ministério procurou, inicialmente, basear-se nos elementos conservadores dissidentes que o apoiavam, mas a insuficiência dessa base política compeliu-o cada vez mais para a área liberal. Ainda segundo Holanda, obviamente a contrapartida do arbítrio do poder Central é sua descaracterização política. “Sua posição é o ponto morto entre correntes divergentes. A influência política dos meios palacianos tornou-se irresistível e por isso eles dominaram este período.”⁵¹

No Ministério seguinte a hegemonia da corrente palaciana, representada por Aureliano, conseguiu espaço ainda maior. O gabinete pouco durou por conta da incompatibilidade entre os irmãos Aureliano / Saturnino e Alves Branco. A nomeação de Aureliano para Presidente da Província do Rio de Janeiro marca o auge da atuação da

⁴⁸ BUARQUE (1987), op. Cit. Pág. 522.

⁵⁰ MATTOS, op. Cit. Pags. 239-240.

⁵¹ HOLANDA (1987), op. cit. Pág. 522.

“facção áulica”, “os palacianos” ou o “clube da Joana”. Os liberais começaram um franco processo de enfraquecimento, abrindo espaço para a volta dos conservadores.⁵² Neste ponto entra em declínio o grupo palaciano que ajudou a coordenar o processo de transição da maioria. O grande final deste grupo foi exatamente a criação do Palácio-cidade e a instalação da Imperial Colônia de Petrópolis. Após os dois empreendimentos, o imperador tinha 23 anos e começava a assumir de fato as rédeas do poder, agora livre das influências de Paulo Barbosa, então enviado para a Europa, e de Aureliano, que se afastou da cena política.⁵³

Portanto, pode-se qualificar o quinquênio liberal como o período de hegemonia da corrente palaciana, tendo em Aureliano e em Paulo Barbosa e Silva os seus principais expoentes. Assim, pode-se ainda caracteriza-lo como “o lapso palaciano” no tempo saquarema.

Nessas condições, esse grupo palaciano, com todo o poder acumulado, executou dois projetos de largo alcance: a construção de uma residência de verão para o imperador, criando o palácio-cidade de Petrópolis e a instalação da Imperial Colônia de Petrópolis. Ambos os empreendimentos planejados por estes dois líderes do grupo palaciano. O primeiro foi uma tentativa a mais de criação de uma sociedade de Corte e o segundo, como parte do primeiro, além de compor uma moldura para a Corte, foi uma tentativa de regeneração do país através do trabalho livre e branco, que circundaria a Corte, criando um ambiente europeizado e “moderno”.

⁵² Idem, pág. 530

⁵³ CARVALHO, D. Pedro II, op. Cit. Pág. 47.

II. 2- A CORTE DE VERÃO.

A ideia da construção de um palácio de verão para a família real já tinha sido planejada por D. Pedro I, que para este fim comprou, em 1830, uma fazenda na região que mais tarde seria Petrópolis. Segundo Santos, o imperador pretendia construir um palácio de verão, “fora do Rio de Janeiro, onde as temperaturas elevadas causavam desconforto às inúmeras visitas (...) provenientes da Europa”.⁵⁴ A abdicação impediu a realização da obra,⁵⁵ ficando a propriedade como garantia para os credores de D. Pedro I. Após sua morte, em 1840, resolvidas as questões do inventário, o governo brasileiro comprou a propriedade que, apesar de incorporada ao patrimônio nacional, “ficava pertencendo a D. Pedro II e seus sucessores”.⁵⁶ Em 1843, através da ação de Paulo Barbosa, D. Pedro II determinou a construção do palácio. As obras tiveram início em 1845 e o palácio foi inaugurado em 1859.⁵⁷

Na justificativa para tal empreendimento, o mordomo imperial argumentava sobre a necessidade de um ponto de fuga para a corte em caso de invasão estrangeira e um local de descanso ou convalescença. Contudo, a criação desta residência de verão deve ser aqui entendida como uma continuidade da política de afastamento do rei, que teve início na última regência, e como ação para inibir a aristocracia, da qual o maior representante era Honório Hermeto Carneiro de Leão, mais tarde Marques de Paraná, que disputava palmo a palmo o controle do governo com Aureliano Coutinho, como já indicado.

O ousado projeto do Mordomo foi alvo de muitas crítica, sobretudo quanto às condições de acesso e à distância de Petrópolis. Segundo Araújo Porto Alegre, comentando as resistências, ironiza as alternativas propostas como numa grande reforma na fazenda de Santa Cruz, restaurando os costumes de D. João VI, ou um novo palácio em São Paulo, ou outro na ponta do caju, entre outras opções. Segundo o partidário do mordomo, “(...) Não se queria Petrópolis por modo algum. (...) Procurou-se um casebre na Tijuca. ‘Isso sim é que é bom ar, sem umidade etc., aqui é que S. M.

⁵⁴ SANTOS, Paulo César. Petrópolis: **história de uma cidade imperial**. Sermograf Editora, Petrópolis, 2001.

⁵⁵ Para a exposição dos dados históricos sobre Petrópolis toamos como referência as seguintes obras: SANTOS, Paulo César. Petrópolis: **história de uma cidade imperial**. Sermograf Editora, Petrópolis, 2001. AULER, Guilherme. Quando Petrópolis amanhecia. In: **A colonização de Petrópolis: comemoração do 93 aniversário**. Petrópolis, s/d. **Centenário de Petrópolis – trabalhos da comissão**. Prefeitura Municipal de Petrópolis, 1939, vols. I a VII.

⁵⁶ SCHWARCZ, op. Cit. Pág. 232.

⁵⁷ CARVALHO, **D. Pedro II**, op. Cit. Pág. 95.

devia ter um palácio, e com a quarta parte do que tem gasto em Petrópolis' (...)"⁵⁸ Prevalceu, contudo, o plano do mordomo.⁵⁹ Ele insistia que "S. M. não tinha para onde ir passar a estação calmosa e nem tinha para onde ir convalescer de qualquer enfermidade (...)"⁶⁰.

Aqui, o Palácio de Petrópolis aparece como um alargamento da corte em direção ao interior da Província do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo em que se retirava o rei do ambiente político partidário da capital, projetava-se sua sombra sobre a aristocracia rural, que até então dominava a política da Província. Criar-se-ia, dessa maneira, uma Corte mais fácil de ser controlada pelo grupo palaciano, que enaltecia a figura do imperador e criava novos rituais de chegada e partida da cidade que levava o nome do soberano. A construção de um palácio para o grupo dos palacianos fazia muito sentido. Enaltecer a corte - no caso do Brasil de meados do século XIX tratava-se de criar a corte - seria a função primeira da carreira palaciana. Com o grupo da *Joana* e o Mordomo não foi diferente.

Para Carvalho, com razão o período regencial foi chamado de experiência republicana. "Uma simplicidade republicana dominava a vida social, inclusive o paço."⁶¹ Ainda segundo o autor, o Conde de Suzannet, que esteve no Brasil no início do segundo reinado, observou que a corte brasileira era incontestavelmente "a mais triste do universo"⁶². Conseguida a maioria, tratou-se de realçar a pompa real. Nas comemorações, as festas rivalizavam com as de D. João VI e Pedro I. "O barão Daiser, representante da Áustria, espantou-se com a exibição de luxo".⁶³

Neste contexto compreende-se o ousado projeto do Mordomo: criar o palácio de verão e uma corte ao seu redor, reforçando os aspectos carismáticos da monarquia, já os súditos imigrantes emoldurariam o cenário europeizado, nobre, branco e de trabalhadores livres.

Mattos chama a atenção para hegemonia saquarema na Província do Rio de Janeiro:

⁵⁸ Araujo Porto Alegre, apud, LACOMBE, Américo Jacobina. A fundação de Petrópolis (Papel de Paulo Barbosa) In: **Centenário de Petrópolis – trabalhos da comissão**. Op. Cit. Vol. II, 214.

⁵⁹ Idem, pág. 202.

⁶⁰ Idem, pág. 199.

⁶¹ CARVALHO, D. **Pedro II**, pág. 33.

⁶² Idem, pág. 34.

⁶³ Idem, pág. 41.

As breves presidências liberais e mesmo a longa administração do membro da “facção áulica” Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, que se estende de 1844 a 1848, não foram suficientes para modificar o traço que assinalava aquela unidade político-administrativa, desde 1834: a província fluminense cumprindo o papel de um laboratório, no qual os Saquaremas tanto testavam medidas e avaliavam ações que buscavam estender à administração geral, quanto aplicavam decisões do Governo-Geral, sempre com a finalidade última de consolidar a ordem do Império.⁶⁴

Contudo, é exatamente no breve intervalo “áulico”, que se consolidou a construção do palácio, projeto que envolvia a mobilização dos recursos da Província. Ao acoplar a colônia de imigrantes, como se tratará mais adiante, a Província ficou comprometida com o projeto do Clube da Joana até o final do Império. Esta relação entre o grupo palaciano da transição da regência para a maioria foi bem indicada por Schwarcz.⁶⁵

Em edição especial sobre Petrópolis, o Almanaque Laemmert destaca que, a partir de 1847, a família real passou a frequentar o local que, em pouco tempo, devido a seu crescimento, foi elevado à condição de município. Segundo o periódico, nos limites da área urbana existiam, em 1874, 838 casas, entre as quais vários palacetes. Dois estabelecimentos mereciam destaque: as fábricas de tecido de algodão, representando a indústria e o trabalho e o Hospital Santa Teresa, representando “os sentimentos de caridade de seus augustos protetores”⁶⁶. A população da cidade se distinguia “por sua índole pacífica, amor ao trabalho e sentimentos nimamente religiosos.”⁶⁷

Porém, antes disso, ainda em 1859, parecia já estar definida a vocação da cidade. Segundo o Mercantil:

É em pleno verão, janeiro ou fevereiro, que Petrópolis ostenta todo o seu esplendor (...) é a vinda da família real. Para os cortezãos, para os ricos ociosos, para o que se chama bom tom, o imperador é o termômetro.⁶⁸

Para um cronista do período,

Petrópolis em peso é o negociante rico, é o capitalista, o ocioso de bom gosto, o Conde de..., a Viscondessa de..., o Barão de..., o estudante de férias que conhece os rigores da onça, a leitora romântica, e *tutti quanti* procuram transformar em vale de sorrisos

⁶⁴ MATTOS, op. Cit. Pág. 240.

⁶⁵ SCHWARCZ, op. cit. pág. 235.

⁶⁶ Almanaque Laemmert 1878

⁶⁷ Idem.

⁶⁸ Mercantil de Petrópolis, apud, SODRE, Alcino. Aspecto da vida municipal. In: **Centenário de Petrópolis – trabalhos da comissão**. Op. Cit. Vol. 2, pág. 156.

esta vida que, na opinião dos padres, não passa de um vale de lágrimas.

Observação muito semelhante se encontra na crônica de Luiz Guimarães Junior quando nota que,

A sociedade em Petrópolis, a alta sociedade, arrisquemos o qualificativo! Encerra-se em um certo recolhimento feudal, que cheira à aristocracia três léguas em redor, fazendo consistir todas as suas distrações em conversas enluvadas, em partidas de Whist e bezigue, em passeios de carro ao alto da serra, que se denomina, não sei por que, boulevard ou une promenade au bois! Em variações de Thalberg ao piano, e outras peripécias elegantes, que, ao falarmos a verdade, estão pessimamente encartadas naquele aprazível lugar de Petrópolis.⁶⁹

Segundo Arbos, citando a presença de D. Pedro II, este rápido crescimento da cidade se explicava pelo fato de que,

Uma parte, pelo menos, do pessoal político administrativo não podia deixar de acompanhá-lo, e este grupo oficial constituía um centro de atração, ainda mais que os lotes foram distribuídos gratuitamente aos que podiam construir. Desenvolvia-se assim a cidade residencial, quando o Rio foi assolado por uma calamidade que trouxe vantagens para Petrópolis: a febre amarela. O mal, trazido ao Rio por um navio procedente de Nova Orleans, via Baía, teria atacado de dezembro de 1849 a agosto de 1850, cem mil vítimas, das quais dez mil fatais. Talvez haja exagero nesta cifras, mas testemunham o terror que então se espalhou. Diante disso Petrópolis apareceu como um refugio e, de fato, se alguns que ali procuraram abrigo faleceram, foi porque já estavam contaminados antes de deixarem a Capital, pois Petrópolis permaneceu livre. (...) Petrópolis se achava protegida pelo imperador e pela febre amarela.⁷⁰

O Mordomo Imperial não perdeu a oportunidade de lembrar o acerto de sua obra. Segundo ele,

Estimo que a minha boa filha Petrópolis tenha servido de refugio aos que fogem das febres, e talvez que o nosso Augusto Amo se tenha lembrado de eu lhe ter dito que talvez ali se refugiasse a corte, ou por caso semelhante ou por invasão por inimigos na Capital do Império. Enfim já tem a gente do Rio para onde vá que não encontre charcos e paúes.⁷¹

No processo de aforamento da fazenda imperial vários lotes foram distribuídos entre aqueles indivíduos que tinham prestado serviços ao Império e possuíam condições financeiras adequadas para a construção de suas residências. É de se esperar que os

⁶⁹ JUNIOR, Luiz Guimarães, apud, MIRANDA, Mario Aloysio Cardoso de. A Elevação de Petrópolis à categoria de cidade. In: **O centenário de Petrópolis**, vol. III, pág. 164.

⁷⁰ ARBOS, Philipe. Petrópolis esboço de geografia urbana. In: **O centenário de Petrópolis**. Vol. VI, págs. 204-5.

⁷¹ Paulo Barbosa, carta a D. Pedro II, apud, LACOMBE, Américo Jacobina. Paulo Barbosa e a fundação de Petrópolis. In: **Centenário de Petrópolis – Trabalhos da comissão**. Op. Cit. Vol. II, pág. 50.

primeiros a se instalarem junto à nova Corte fossem aqueles que mantinham relações mais amigáveis com os palacianos. Assim é que boa parte da nomenclatura urbana da Petrópolis Imperial era de pessoas ligadas ao círculo palaciano.⁷² A nova Corte, além de estar distante, deveria ter os melhores cortesãos. Curiosamente, a única exceção encontrada aqui, foi justamente a da Rua Marquês de Paraná, líder saquarema,⁷³ que, na opinião de D. Pedro II, “não se curvava”.⁷⁴

O Palácio foi sendo erguido ala por ala, levando-se onze anos para a sua conclusão. Seguindo as regras de uma sociedade de Corte, buscava-se representar a grandeza da Monarquia e do próprio Império, estabelecendo-se assim as relações necessárias com os aspectos “civilizados”. Sólida construção, rica em elementos simbólicos, onde o amigo de Paulo Barbosa, o artista Araújo Porto Alegre, “conhecido como introdutor de motivos brasileiros na arte decorativa e arquitetônica, fez a festa: entre os modelos clássicos europeus e os símbolos da família imperial (...), aparecem abacaxis, caju, pitangas, araçás, goiabas.”⁷⁵

Em 1849 o Jornal do Comércio, após tecer comentários sobre um certo abandono nos trabalhos da cidade e da colônia, destaca que, com a chegada do Imperador: “(...) tudo renasce sob a influência vivificadora da presença de S. M., protetor da colônia e o seu mais valioso arrimo.”⁷⁶ A cidade cresceu, elegante e civilizada, com as festas, os saraus, os bailes e atividades variadas para todos os gostos, especialmente para a elite. Surgem os palacetes, os hotéis, o teatro, etc.⁷⁷

Quanto aos rituais da nova Corte, invariavelmente, nas “estações calmosas”, os cidadãos eram convidados a iluminarem a fachada de suas casas para receberem a família Imperial. Esta recebia os cumprimentos da Câmara, através de vereadores e cidadãos de destaques convidados para este fim. Contratava-se banda de música, fogos de artifícios, assistia-se ao *te deum*, realizavam-se visitas, enfim o invariável ritual do beija mão. O Imperador percorria as escolas a tomar o ponto dos alunos, visitava o hospital e vez ou outra a Câmara, onde verificava as condições das instalações e a ordem dos trabalhos. Em todas as legislaturas observa-se grande reverência para com o Imperador e toda a família Real.

⁷² Idem, pág. 117.

⁷³ MATTOS, op. Cit. Págs.

⁷⁴ CRAVALHO, D. Pedro II, op. cit. pág. 54.

⁷⁵ SCHWARCZ, op. cit. Pág. 236.

⁷⁶ SODRÉ, Alcino. *Chronicas petropolitanas*. In: **O centenário de Petrópolis**, vol. III, pág. 66.

⁷⁷ SCHWARCZ, op. cit. pág. 243.

Na sua segunda fase da Mordomia escrevia Paulo Barbosa ao Imperador:

É com imenso prazer que dato este relatório da cidade de Petrópolis, residência imperial, que há quatorze anos era mata virgem, apenas com uma pequena hospedaria. Cidade feita através da maledicência, da inveja e da vociferação da ignorância. Existe útil e existe bela... Não às minhas custas, mas graças ao preço de minhas fadigas e meus cuidados. Os traficantes de escravos também se irritaram; todos os argumentos lhes pareciam bons, e quando tratou-se da escolha de Córrego Seco pra a localização de uma colônia, exploraram em seu prejuízo até o nome, como que significando falta de água.⁷⁸ (Grifo nosso).

Neste desabafo do mordomo, chama atenção a referência feita aos traficantes de escravos. Segundo Mattos, os traficantes formavam o elo na expansão da economia cafeeira escravista, agora alimentada pelo tráfico interprovincial. Aqui, há um claro sinal de dissonância entre os palacianos e os saquaremas. Não por acaso, Paulo Barbosa se referia a Honório Hermeto Carneiro de Leão como o “meu inimigo Marquês de Paraná”.⁷⁹

É provável que o projeto de um Palácio de veraneio e uma colônia europeia fosse parte de uma estratégia dos palacianos para encobrirem a escravidão. Contudo, era justamente a escravidão que separava a cidade de Pedro do modelo civilizado. Entre os modernos e sofisticados palacetes e casas comerciais construídas na Rua do Imperador, opunha-se um mercado de escravos.⁸⁰ Ademais, nos arredores da cidade surgiram quilombos, não sendo raras as denúncias de ataques de “negros fujões”, como ocorreu com a notável viajante Ida Pfeiffer⁸¹. Soma-se a isso o fato dos escravos negros realizarem todo o serviço pesado para a família imperial.

A Imperial Câmara de Petrópolis, sistematicamente, se manifestava em relação ao Imperador, à saúde da família real e as ações do governo. Em suas atas encontram-se registros de pronunciamentos sobre a questão Crhiste, sobre a guerra do Paraguai, entre outros acontecimentos relevantes para o país, incluindo o tema da escravidão. As ações da coroa para a libertação dos escravos foi saudada com grande entusiasmo. Primeiramente com a libertação dos escravos em Petrópolis, quando por vários vereadores é proposto “(...) que a Câmara em corporação se dirija a Sua Alteza Imperial

⁷⁸ LACOMBE, Américo Jacobina. Paulo Barbosa e a fundação de Petrópolis. In: **O centenário de Petrópolis**, vol. II, pág. 49.

⁷⁹ Idem, pág. 59.

⁸⁰ SCHWARCS, op. cit. Pág. 234 e 245.

⁸¹ PFEIFER, Ida. Apud, LACOMBE, Lourenço. Visitantes estrangeiros em Petrópolis. In: **O centenário de Petrópolis**, op. cit. Vol. V, pág. 113.

para manifestar o regozijo que teve pelo feliz acontecimento da libertação de escravos desta cidade.”⁸² Quando da aprovação da Lei Áurea as manifestações foram mais entusiasmadas:

(...) pediu a palavra o Sr. vereador Rocha Fragoso para ler a seguinte proposta: 1º Que a Câmara Municipal não perca um momento em dirigir-se incorporadamente ao Palácio Imperial, a fim de apresentar suas felicitações a Sua Alteza Imperial Regente pela lei da abolição dos escravos do país e pelas melhoras de Sua Majestade o Imperador; 2º Que mande celebrar um Te Deum em ação de graças pela criação da mesma lei, em dia e hora marcados pela Sua Alteza Imperial; 3º Que se felicite ao presidente do Conselho de Ministros^{i[180]} por igual motivo; 4º Que, pelo mesmo motivo, apresente suas felicitações ao vereador Sr. conselheiro Dantas, deputado Joaquim Nabuco e vereador José do Patrocínio; 5º Finalmente, que a Câmara Municipal desta cidade congratule-se com a Il.^{ma} Câmara Municipal do Império pelo modo digno com que significou os seus sentimentos de júbilo pela abolição do elemento servil. S[ala] R[euniões]. Sem discussão e unanimemente aprovada, foi esta proposta, bem como o seguinte aditivo apresentado pelo Sr. Viard: Cumprimente-se igualmente aos presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados pelo faustoso acontecimento do dia 13 de maio. Resolveu ainda a Câmara: Que, em comemoração da data do grandioso acontecimento, além do Te Deum proposto pelo Sr. Fragoso, e cujo dia seria por Sua Alteza designado, fosse esse dia considerado festivo. Proporcionar divertimentos populares, como passeios, fogos e músicas e bailes nos salões do costume, graciosamente oferecidos pelos respectivos proprietários; pôr à disposição das famílias que se quisessem utilizar as salas da casa da Câmara, onde tocará uma banda de música durante a noite para diversão das mesmas famílias; autorizar o procurador para a compra dos fogos, do necessário para a iluminação e para outras despesas que forem precisas; convidar para o Te Deum o Ex.^{mo} presidente da província e seu secretário, o dr. chefe de polícia e o comandante do corpo policial, o corpo diplomático aqui residente, os professores públicos e particulares a concorrerem com os alunos à casa da Câmara no dia e hora previamente anunciados, a fim de mais brilhante e condigno ser o préstito que terá de acompanhar Sua Alteza Imperial até a Matriz; finalmente pedir ao corpo do comércio e ao povo em geral o fechamento de seu negócio e a iluminação de suas casas.⁸³

D. Pedro II fez poucas observações em seus diários sobre Petrópolis. São anotações de janeiro e fevereiro de 1862, quando receava “(...) alguma desgraça com esta chuva”. (Grifo nosso).

Já sobre a Câmara Municipal registrou seu temor quando ao prédio:

- Fui ver o edifício da Câmara Municipal. Tinha avisado o presidente da Câmara que aí se achava bem como o procurador. A casa não é má;

⁸² Ata da 6ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Petrópolis, no dia 20 de abril de 1888

⁸³ Ata da 1ª sessão extraordinária da Câmara Municipal de Petrópolis, no dia 15 de maio de 1888.

porém conviria em lugar de pagar aluguel de um conto comprá-la. Vi o balancete de 1860, e os outros papéis tinha os fechado o secretário que foi ao Rio com licença. A renda de 1860 foi de 8 contos e tanto e a do passado 7 e tanto. Não se gasta muito com vencimentos, e não me souberam bem explicar em que se gastara a renda de 1861 para que passara de 1860 um saldo de conto e tanto. Estão acabando de fazer as posturas para apresentá-las este ano à Assembleia Provincial; regem-se pelas da Estrela. O presidente queixou-se da despesa de custas. O matadouro tem sua verba; mas acha-se em mau estado. Falei nos cavaleiros que andam a galope pelas ruas. Há muitos desejos de mudar o cemitério para defronte da casa do Bernardes. O lugar é bom; mas o atual parece mais próprio e pode se estender pelas grotas ainda que a maior destas disseram ser muito pedregosa e úmida.⁸⁴

Petrópolis ganhou sentido especial para a elite carioca a partir da década de 1850. Segundo Mattos, “epidemias de febre amarela ocorreram em 1850, 1852, 1853 e 1854, vitimando, sobretudo os estrangeiros; 1856 foi, sobretudo o ano da cólera”.⁸⁵ Neste período surgem os mitos do “clima saudável” e do “clima ameno”, o primeiro determinante para a escolha do local de construção da “residência de verão” do Imperador, o segundo justificava a instalação dos colonos europeus pela semelhança com o clima europeu. O mito do “clima saudável e ameno” de Petrópolis atravessou os séculos XIX e XX.⁸⁶

Durante todo o período do Segundo Reinado, a cidade de Petrópolis foi um palco a mais no desenrolar do “teatro das sombras”.⁸⁷ Neste sentido, pode-se dizer que a ação do mordomo imperial, de alguma maneira, cumprira seus objetivos ao criar o Palácio Cidade que, apesar da artificialidade, proporcionou ambiente favorável ao culto da Corte. Foram grandes os gastos com a construção do palácio e com as estadias anuais da família imperial. No entanto, “(...) Petrópolis se convertia não só no abrigo seguro contra as epidemias (...), como na grande vitrine da realeza e, claro, da corte, pois aonde ia o Imperador, a corte ia atrás.”⁸⁸

Contudo, é importante lembrar que D. Pedro II era arredio aos cerimoniais, tratados por ele sempre como uma “maçada”. Para Carvalho, o imperador “(...) negligenciava por inteiro um aspecto importante das monarquias. A legitimação desses regimes depende em boa parte da existência de uma corte atuante e, se possível,

⁸⁴ D. Pedro II. **Diário de 1862**.

⁸⁵ MATTOS, op. cit. pág. 73.

⁸⁶ Na verdade, tudo indica que a escolha do lugar foi uma questão de oportunidade que se materializou com o desembaraço legal da fazenda que pertencia a D. Pedro II.

⁸⁷ CARVALHO (2008), op.cit.

⁸⁸ SCHWARCZ, op. Cit. 239.

brilhante.”⁸⁹ Somente nos primeiros anos do segundo reinado é que este aspecto tomou algum impulso, contudo durou pouco. É exatamente deste breve período que nasceu o plano de construção de um palácio cercado de colonos europeus, que regenerariam o trabalho no país, compondo um cenário para a Corte.

A família imperial possuía três palácios e todos eram menos confortáveis que algumas residências particulares. As poucas recepções e festas eram realizadas de preferência no Paço da cidade do Rio de Janeiro. O Paço de Petrópolis, também despojado, era mais alegre, contudo, nem aqui eram oferecidos recepções e bailes. Na cidade, o Imperador “parecia um cidadão comum”. No fim do reinado retraía-se cada vez mais na solidão de Petrópolis.⁹⁰

Além de não conseguir criar uma verdadeira sociedade de corte, pode-se dizer que a escolha de Petrópolis para a formação de uma Corte mais domesticada teve um alto custo. Na relação de despesas da Casa Imperial de 1858 o maior montante se refere a Petrópolis.⁹¹ A começar pela distância é possível se ter uma ideia das dificuldades. Nos primeiros tempos a viagem durava mais de quatro horas. Somente após a criação da estrada de ferro por Mauá é que a viagem passou a ser feita de forma mais rápida e confortável.⁹²

Mesmo considerando como um acerto a tentativa de se criar uma corte de verão para suprir as carências de uma “sociedade de corte” no Brasil, a escolha do lugar trouxe vários inconvenientes para os cortesãos e a família imperial. Um detalhe certamente escapou ao mordomo: a chuva. As dificuldades causadas pelo excesso de chuva são constantemente retratados nos textos de época. Na leitura das atas da Câmara Imperial realmente chama a atenção a frequência com que eram feitos os consertos de pontes e estradas após os períodos das chuvas. Pode parecer um tanto cômico, porém, o Imperador costumava ir para Petrópolis exatamente no período em que mais chovia.

Em 1851 o Jornal do Comércio noticiava a grande enchente na cidade: “(...) Houve tanta chuva, (...) que os canais, apesar de terem sido muito alargados em sua maior extensão depois da grande enchente de 1850, tomaram tamanha porção d’água que transbordaram (...) O Imperador (...) veio por si mesmo ver os estragos que a

⁸⁹ CARVALHO, D. **Pedro II**, op. Cit. Pág. 90.

⁹⁰ Idem, págs. 90 a 96.

⁹¹ SCHWARCZ, op. cit. pág. 238.

⁹² Idem, pág. 235.

enchente fazia (...)”⁹³. Note-se que a cidade foi construída a partir de 1846. Quatro anos mais tarde já era necessário o alargamento dos canais, o que não foi suficiente. Tais acontecimentos seriam uma constante, constituindo as “enchentes um traço da fisionomia urbana de Petrópolis”.⁹⁴

Segundo um cronista do período,

A delícia duma estação em Petrópolis seria maior ainda se não fosse a chuva. ‘Não é Petrópolis, é chuvópolis’, tao a ‘boutade’ que se atribui a um diplomata, bem como esta outra atribuída ao ministro Frances Gerard: ‘É um dos recantos mais sedutores do mundo inteiro quando o tempo está firme, mas chove sempre’.⁹⁵

Observação muito semelhante fez o Conde Dursel em 1874:

Ai de mim! Parece-nos que a chuva deve ter aqui grande parte em nossa existência, porque cai quase incessantemente durante dias inteiros, com uma violência toda tropical. A umidade é tão grande que tudo penetra: as vestes, os livros, as provisões de toda espécie se impregnam dela de maneira desoladora; ao cabo de 24 horas, estão os sapatos cobertos de uma verdadeira camada de mofo.⁹⁶

De fato a chuva era uma desagradável companhia do verão para a alta sociedade carioca e foi muito pior para os colonos que ali se instalaram como será tratado mais adiante. Talvez, se o mordomo tivesse o hábito de seu senhor de se informar minuciosamente sobre as condições climáticas dos lugares que visitava, tivesse escolhido outro ponto. Em 1862, D. Pedro II faz um verdadeiro desabafo meteorológico:

5 de janeiro de 1862 - Em Petrópolis choveu nos dias (o dia compreende o tempo em que está fora e à noite) 6, 9, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31 de dezembro. O termômetro de Farenheit e o higrômetro indicaram o pº no dia 1º deste mês às 7^m 68 - I^t - 72º - 5^t - 78 - e o segundo 96º - 95 - 94,5; a 2 - 70º - 72,5º - 74º = 97º - 97º - 95º; a 3 - 70º - 74,5º - 76º = 98º - 96º - 94º; a 4 - 72º,5 - 74º - 78º = 96º - 95º - 93º; a 5 - 72º,5 = 96º.

A 2 choveu, durante o dia até 5 da tarde, 23^{mm}, e a 3, durante o dia até 7h^m de 4,12^{mm}.⁹⁷

De qualquer forma, ainda que debaixo de chuva, muitos acontecimentos da história brasileira do segundo reinado foram decididos em Petrópolis. O mais

⁹³ **Jornal do Comércio**, apud, SODRÉ, Alcino. Crônicas petropolitanas. In: **Centenário de Petrópolis**, op. Cit. Vol. IV, págs. 231-2.

⁹⁴ Idem.

⁹⁵ ARBOS, Op. Cit. Pág. 204.

⁹⁶ Conde Dursel, apud, LACOMBE, Lourenço L. Visitantes estrangeiros em Petrópolis. In: **O centenário de Petrópolis**, vol. V, pág. 162

⁹⁷ D. Pedro II. **Diário de 1862**.

importante de todos, sob o ponto de vista político, a Proclamação da República, talvez não se realizasse tão facilmente se D. Pedro II ali não estivesse.⁹⁸

É necessário frisar que as condições meteorológicas de Petrópolis não impediram que D. Pedro II tivesse grande apreço pela cidade, a qual se referia como “a minha cidade querida”.⁹⁹ O mesmo pode ser dito sobre a presença constante da Princesa Isabel e o Conde D’Eu, que se envolveram nos principais acontecimentos da cidade e a frequentaram com grande intensidade, fazendo parte da paisagem local.¹⁰⁰

O irônico é que a Câmara Imperial de Petrópolis, no momento da Proclamação da República, quando D. Pedro II, o grande e admirado benemérito municipal, acabava de deixar o Palácio de Verão, os vereadores demonstraram seu empenho em colaborar com a República:

A Câmara Municipal de Petrópolis, reunida em sessão extraordinária e representada pelos vereadores abaixo-assinados, tem a honra de comunicar ao governador do Estado do Rio de Janeiro, em nome das autoridades e povo deste município, que foi aceito com júbilo o estabelecimento da República Brasileira e que todos mantêm o firme propósito de auxiliar o governo provisório com a maior franqueza e lealdade na gloriosa tarefa de que se incumbiu para o engrandecimento da Pátria.¹⁰¹

Em seguida, numa rápida penada, tratou-se de banir as augustas presenças das ruas de Petrópolis. Assim,

o presidente apresentou uma relação de nomes pelos quais têm de ser substituído os das ruas e praças desta cidade. A Câmara aprova a substituição que tem de ser presente ao governador do estado para aprovar, é a seguinte: Quinze de Novembro a rua do Imperador – Sete de Setembro a da Imperatriz – Silva Xavier a de Dona Maria II – 28 de Setembro a de Dom Afonso – 13 de Maio a de Dona Isabel – 7 de Abril a de Dona Leopoldina – Marechal Deodoro a de Dona Januária – General Osório a de Dona Francisca – Bento Gonçalves a do Conde d’Eu – Nunes Machado a do Duque de Saxe – Piabanha a de Nassau – Cruzeiro a de Bourbon – 1º de Março a de Bragança – Ipiranga a de Joinville – praça de Dom Pedro a de Dom Pedro II, digo, praça de Dom Pedro de Alcântara a de Dom Pedro II, Inconfidência a do Príncipe do Grão Pará.¹⁰²

Ao criar a Corte de verão, os palacianos colocaram em curso uma política de alcance social. Ampliando o carisma do rei atingia-se o imaginário dos súditos, ainda que, ao final, não se concretizasse uma verdadeira Corte:

⁹⁸ ARBOS, op. Cit. Pág. 206.

⁹⁹ SCHARCZ, op. cit. Pág.238

¹⁰⁰ As atividades do casal são sistematicamente registradas nas atas da Imperial Câmara de Petrópolis.

¹⁰¹ Ata da sessão extraordinária da Câmara Municipal de Petrópolis, em 16 de novembro de 1889.

¹⁰² Idem.

A monarquia brasileira não produziu uma sociedade de corte que pudesse atrair a si mesmo que fosse apenas nossa pobre nobreza honorífica e transmitir seus valores e etiquetas a outros setores da sociedade. Este descaso constituiu um fator de isolamento social que veio aliar-se ao isolamento político da monarquia em relação à elite.
¹⁰³

Proclamada a República, cumpria-se o vaticínio de um viajante ao observar o início das obras em Petrópolis: “Que projeto sem pé nem cabeça! Só mesmo justificável no Brasil, onde nada há mais apetecível do que tomar ar fresco! Aquele solo árido e montanhoso que ali se gaste o que Versailles custou a Luiz XIV”.¹⁰⁴ Por outro lado, com a criação da Imperial Colônia de Petrópolis, os mesmos palacianos colocaram em curso uma política econômica que combatia o poder dos “senhores de homens” e apontava para alternativas futuras, numa clara condenação ao trabalho escravo, esperando dos camponeses europeus a regeneração da agricultura pelo trabalho livre.

¹⁰³ CARVALHO, D. **Pedro II**, op. Cit. Pág. 96.

¹⁰⁴ Etier, Julio. Apud, TAUNAY, Affonso de E. Julio Etier. In: **O Centenário de Petrópolis**. Vol. I, pág. 80.

II. 3- A POLÍTICA IMPERIAL DE COLONIZAÇÃO E A IMPERIAL COLÔNIA DE PETRÓPOLIS

A proposta de criação de uma colônia de imigrantes nas terras do Imperador aparece como uma indicação, em 1844, no relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro, Caldas Vianna. Neste relatório, expõem os projetos de colonização na Província e relata que ordenou a averiguação da região de Petrópolis, que seria “poderosamente coadjuvado pela colonização.”¹⁰⁵ Naquele momento ainda não se tinha uma informação precisa sobre as possibilidades de tal empreendimento. Coube ao seu sucessor, Aureliano de Souza e Coutinho, a realização da obra.

Assim como a paternidade do Palácio de verão é, indubitavelmente, de Paulo Barbosa, da mesma maneira a criação da colônia foi resultado de uma política implantada por Aureliano. Na verdade é possível estabelecer um nexo de ação entre ambos. Se a “facção áulica” foi um mito, inventado pelo opositor liberal Teófilo Otoni, como sugere Helio Vianna, ou que Mattos minimize a ação do grupo no “tempo saquarema”,¹⁰⁶ é questão que extrapola os objetivos do presente estudo¹⁰⁷. Contudo, é necessário enfatizar que eram os dois principais líderes da organização palaciana agindo em conjunto para realizar um projeto que serviria de exemplo para o país: palácio-cidade-colônia.

Como apontado anteriormente, a indicação de Aureliano para Presidente da Província do Rio de Janeiro apareceu como uma provocação aos setores da oligarquia, liderados por Honório, que tinha na Província sua base eleitoral. O projeto palaciano de instalação de núcleos coloniais no Rio de Janeiro era um meio de conter o poder dos oligarcas, apontar alternativa à escravidão, promover assim a formação de uma sociedade mais diversificada e com características mais europeias.

Além dessas questões imediatas, específicas da conjuntura da maioria de D. Pedro II, também é importante destacar que a ação do Estado Imperial, no sentido de promover a imigração, possuía uma tradição que remontava à época de Pombal e à de D. João VI. No Brasil do início do século XIX praticamente não existia uma classe média. Havia os senhores de um lado e os escravos, peões ou vaqueiros sem posse de

¹⁰⁵ Apud, CASTRO, Manoel Viana de. Caldas Viana. In: **O Centenário de Petrópolis**. Op. cit. Vol. VII, p. 222.

¹⁰⁶ MATTOS, op. Cit. Pág. 240.

¹⁰⁷ VIANNA, Hélio. Visconde de Sepetiba. In: **O Centenário de Petrópolis**. Op.cit. p. 141.

terras do outro lado. A criação de uma camada social média era visto como um meio de fortalecer a unidade estatal, o poder central e Imperial frente aos grandes senhores.¹⁰⁸

As primeiras experiências de formação de uma camada intermediária no Brasil remontam ao governo de Pombal com a criação de duas colônias: uma no extremo norte e outra no extremo sul. Compostas de açorianos e desertores casados com portuguesas, os colonos recebiam subsídio, mas ficavam sob a supervisão de um inspetor que, sobretudo, devia evitar que os colonos se dedicassem “ao abominável vício da preguiça nem ao outro igualmente pernicioso que é o desprezo ao trabalho manual”.¹⁰⁹ Entretanto, no contato com a sociedade escravista prevalecia o dito: “brancos e reinóis ainda que sejam criados com a enxada na mão, em pondo os pés no Brasil nenhum quer trabalhar”.¹¹⁰ Assim, tal projeto de criação de uma “classe média” fracassou, sendo retomado somente com a vinda da Corte portuguesa para o Brasil. Justificava tal política, o desejo de “promover e dilatar a civilização” no território.

A primeira colônia instalada e que correspondia a este tipo de colonização foi Nova Friburgo, composta de suíços de língua francesa e confissão católica, em 1819. Depois do Fico, D. Pedro I e José Bonifácio chamaram soldados e colonos alemães para constituírem novas colônias no Sul do país. Argumentavam que tal iniciativa seria um exemplo prático das vantagens do trabalho livre sobre o do escravo africano.

Portanto, os objetivos desta política de implantação de colônias de imigrantes eram demográficos, morais, sociais, militares e econômicos. As primeiras colônias instaladas na fronteira sulina eram basicamente compostas de chefes de família com pequena propriedade agrícola. Os colonos alemães mostravam-se mais imunes à mentalidade colonial vigente, devido à língua e etnia diferentes. A formação da classe média rural no sul do Brasil seria historicamente inconcebível sem os tão vilipendiados “quistos raciais”.¹¹¹

A Colônia Alemã de São Leopoldo foi a primeira a representar a nova colonização, com total apoio do governo, pois até o pastor protestante era subvencionado pelo Estado. Este modelo de colônia reunia quase todas as classes da sociedade europeia de então. Embora nem todas as promessas feitas no momento do

¹⁰⁸ HOLANDA (1987), op.cit. tomo II, vol. 3, p. 219.

¹⁰⁹ Idem, 2

¹¹⁰ Idem, p. 221.

¹¹¹ Idem, p. 225.

recrutamento tenham sido cumpridas, entre 1818 a 1854 as terras eram doadas pelo governo.¹¹²

A política de imigração de D. Pedro I foi interrompida durante o período regencial. A constituição do governo após a abdicação marcado por um forte sentimento nativista levou à proibição de despesas com colonização e imigração. Entretanto, a pressão da Inglaterra obrigou as classes dominantes a realizar novas tentativas de substituição do escravo pelo trabalhador livre. Como ministro do Império, coube a Aureliano a iniciativa de promover novamente a vinda de imigrantes para o país. Um exemplo de sua ação pode ser apreciado pela circular de 1841, então dirigida aos representantes diplomáticos e consulares do Brasil na Europa:

Desejando o governo imperial preencher o vácuo que deixa nos trabalhos agrícolas do Brasil a cessação do comércio de escravos, cuja introdução por contrabando ainda tem continuado apesar dos esforços do mesmo governo, e sendo o melhor meio de conseguir-se tão interessante objetivo o promover-se na Europa a imigração de colonos úteis para o Império: (...) que faça conhecer quanto pode lucrar os homens industriais vindo estabelecer-se neste abençoado país, (...) que em lugar de se dirigirem para os Estados Unidos tantos emigrados, se transportem antes para o Brasil.¹¹³

A partir desse ponto a questão da imigração passou a ser tratada sob dois pontos de vista. O primeiro, dos senhores de terras e de escravos, interessados na substituição imediata de braços para a expansão das plantações de café. O segundo, dos palacianos, da burocracia estatal e dos liberais radicais, que postavam em núcleos coloniais formados de pequenos proprietários imigrantes como agentes civilizadores de uma sociedade livre da escravidão.

No período em torno do decreto da maioria, a economia brasileira passou por importante transformação: a substituição da cultura do açúcar pela do café como principal produto de exportação. É quando se tem notícia das primeiras experiências de parcerias entre grandes proprietários de terras e trabalhadores livres, tendo início um processo mais efetivo de instalação de imigrantes europeus para trabalharem nos cafezais de São Paulo. Assim, as colônias de parcerias foram fundadas com o objetivo único de substituir a mão de obra escrava nas plantações de café.

¹¹² Idem, p. 226.

¹¹³ VIANA, Hélio. Visconde de Sepetiba. In: **Centenário de Petrópolis**, op. cit. vol. VII, p. 156.

O exemplo mais conhecido foi o embate entre o Senador Vergueiro e seus trabalhadores de origem germânica, conhecido como a revolta de Ibicaba. Tal fato foi divulgado pelo professor Davatz, então colono e um dos líderes da revolta.¹¹⁴

Este acontecimento mobilizou os meios diplomáticos, repercutindo nas regiões da Europa em que se buscava o engajamento de imigrantes, aumentando assim a propaganda contrária à imigração para o Brasil. A consequência foi que:

Em reação às denúncias, o governo da Prússia suspendeu a autorização de trabalho dos agentes que captavam imigrantes em suas aldeias. O rescrito de Heidt, decreto promulgado em Berlim, em 1859, proibiu o agenciamento de colonos agrícolas prussianos para a província de São Paulo. O veto depois se estendeu para o Sul do Brasil, muito além da própria zona cafeeira. Medidas restritivas no mesmo sentido foram tomadas por outros estados alemães e pela França. E, nos cantões suíços de língua alemã, passaram a correr notícias da prática de "escravidão branca" na cafeicultura brasileira.¹¹⁵

Apesar destas restrições iniciais, continuaram vindo imigrantes germânicos, especialmente para a formação de núcleos coloniais, onde o imigrante recebia terras e subsídios de instalação, como foi o caso da Imperial Colônia de Petrópolis. Além da ocupação territorial, subsistia no projeto dos núcleos coloniais um componente ideológico entre os seus promotores que queriam mudar os traços raciais e culturais do país. O governo imperial estimulou a formação de núcleos coloniais, “reconhecia-se a necessidade de povoar o país e para isso recorre-se à colonização”¹¹⁶.

A necessidade da substituição da mão de obra escrava era antiga e vinha sendo sistematicamente adiada. Em 1808, Portugal e Inglaterra assinaram um tratado para dar fim à escravidão, o que não ocorreu. Em 1818, D. João VI tomou uma série de medidas visando promover um “novo povoamento de colonos brancos”¹¹⁷, mas com tímidos resultados. Com o aumento da repressão inglesa ao tráfico de escravos tornou-se prioridade uma solução para o problema.

¹¹⁴ Sobre este assunto ver: GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1985. COSTA Emília V. **Da senzala à colônia**. São Paulo: DIFEL, 1966. ALENCASTRO, Luiz Felipe. Caras e modos dos migrantes e imigrantes. In: **História da vida privada no Brasil: Império**. Coordenador geral da coleção Fernando A. Novais. São Paulo, Cia das Letras, 1997. MENDES, José Sacchetta Ramos. Desígnio da lei de terras: imigração, escravismo e propriedade fundiária no Brasil Império, Cad. **CRH** vol.22 no.55 Salvador jan./Apr. 2009. DAVATZ, Thomaz. **Memória de um colono no Brasil (1850)**. Trad. Prefácio e notas de Sergio B. de Holanda. Itatiaia, 1980.

¹¹⁵ LEVY, apud. MENDES, José Sacchetta Ramos. Op.cit. p. 6

¹¹⁶ ALENCASTRO, op. cit. p. 291.

¹¹⁷ Idem, p. 292.

Com o fim das Regências e com a centralização do poder do Estado promovida pela maioria, o governo sentiu-se forte para enfrentar os problemas vitais para a nação: o tráfico de escravos, a estrutura agrária e a questão da imigração. Problemas que, segundo José Murilo de Carvalho, afetava a soberania nacional, a classe proprietária e o próprio Estado.¹¹⁸

Além do apoio do Paço, também entre os liberais a preocupação era não apenas com a substituição da mão de obra escrava pela livre, "... mas com a mão de obra que seria, por assim dizer, **regeneradora e civilizadora**"¹¹⁹. O objetivo era alcançar o "progresso", fetiche máximo do século XIX. Ponderava-se que modelo de colônias de imigrantes fundadas em pequenas propriedades era capaz de atrair aqueles indivíduos e assim, melhor cumprir aquele objetivo maior, obtendo efeitos realmente civilizadores¹²⁰.

Desta forma, em grande parte, prevaleceu a política de implantação de núcleos coloniais, onde o imigrante era um pequeno proprietário. No primeiro momento, na década de 1840, os grandes defensores dos núcleos coloniais eram os palacianos, mais tarde, especialmente a partir da década de 1860, os defensores seriam os liberais, liderados pelo deputado alagoano Tavares Bastos.

A questão da imigração aparece de forma indissociável da questão da escravidão e da lei de terras. Após o fracasso das experiências de parcerias, especialmente de Vergueiro, em 1843, no período de criação e instalação da Imperial Colônia de Petrópolis, ou do quinquênio liberal, entendido como lapso palaciano no tempo saquarema, a opinião de Bernardo Pereira de Vasconcelos era:

nós entendíamos que não podíamos substituir os braços africanos senão por este método, senão vendendo as terras devolutas, e procedendo com o seu produto a importação de braços livres. É uma medida precária ... Eu não sei se já declarei a V. Ex. que sempre me inclinei muito pelos africanos; entendo que são os braços mais úteis que o Brasil deve ter. Até por desgraça estou neste ponto em desarmonia com a administração atual. A atual administração detesta os braços africanos, o liberalismo entende que se não deve mais servir de tais braços; bem, eu não entro nos arcanos do liberalismo: mas o que tenho como certo é que muitas províncias ficam reduzidas à miséria dentro de pouco tempo se o governo não abrir os olhos, se não deixar de ser tão liberal, e liberal exclusivista.¹²¹

¹¹⁸ CARVALHO (2008), pp.255 e 256.

¹¹⁹ CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. p. 190.

¹²⁰ COSTA, op.cit. pp. 110-111

¹²¹ **Anais do Senado do Império do Brasil**. Sessão em 21 de agosto de 1848, p. 396. Apud, MATTOS, op.cit. p. 235.

Segundo Mattos, o mentor saquarema argumentava que não se deveria substituir o escravo, entretanto,

Não deixava de justificar o artigo que autorizava o governo, dispondo de recursos do tesouro, a introduzir anualmente no Império um certo número de colonos livres, que poderiam ser empregados, por prazo determinado, nos estabelecimentos agrícolas, nos trabalhos dirigidos pela administração pública ou ainda na formação de colônias em locais previamente determinados.¹²²

À parte os debates, era esta a política que vinha prevalecendo na Província do Rio de Janeiro. Mesmo antes da instalação das colônias, o recurso à mão de obra imigrante já era utilizado, como nas obras de melhorias das estradas. É o que se verifica no relatório de 1839 do Presidente da Província do Rio de Janeiro, Visconde de Uruguai:

Mandei para as obras da estrada da serra Estrella, 51 famílias alemãs que se achavão no depósito da Sociedade de Colonização do Rio de Janeiro. Estas 51 famílias tem 42 mulheres e 49 filhos de menor idade, e formão o número total de 147 pessoas.¹²³

Neste período grande plano do governo provincial de colonização estrangeira começava a ser posto em prática, ancorado na lei provincial de maio de 1840, que autorizava o estabelecimento de colônias agrícolas a partir da aquisição de terras com o propósito de loteá-las entre os colonos. Esta política foi incrementada pelo Governo Imperial que, através de decreto de janeiro de 1842 doava sesmarias para este fim.¹²⁴

Os primeiros imigrantes que ocuparam a região serrana da Província do Rio de Janeiro haviam sido empregados em obras públicas de melhoria das estradas. Em 1837, inesperadamente, aportou no Rio de Janeiro o navio Justine com mais de 200 emigrados alemães. Através de entendimento com a Nova Sociedade Auxiliadora da Colonização Europeia, composta de homens de destaque, como o Mordomo Paulo Barbosa e Silva, estes imigrantes foram encaminhados para os trabalhos de melhorias da estrada de Estrela, coordenados pelo Major Koeler.¹²⁵

Na condição de Presidente da Província do Rio de Janeiro, entre 1844 e 1848, Aureliano decidiu realizar parte das obras públicas com mão de obra livre, numa política de substituição do trabalho escravo, o que obrigou a Província a contratar

¹²² MATTOS, op. cit. p. 236.

¹²³ LACOMBE, Américo Jacobina. A fundação de Petrópolis. In: **Centenário de Petrópolis**, op. Cit. Vol. II, p. 18.

¹²⁴ Idem, p. 30.

¹²⁵ LACOMBE, Major Koeler. In: **Centenário de Petrópolis**. Op. Cit. Vol. II, pp. 59-60.

imigrantes. Firmou-se contrato então com a firma Delrue que providenciaria a vinda de imigrantes germânicos. Esta, segundo Lacombe,

fez entrar no contrato, a condição de que o governo provincial pagaria a passagem às mulheres e filhos dos que viessem que não deviam ser maiores de trinta anos. Ao copiar o contrato mudou as palavras ‘mulher e filhos’ para ‘família’¹²⁶

Se a alteração no contrato foi ou não percebida por Aureliano no momento de sua assinatura, é questão que não interessa agora discutir. O fato é que tal acontecimento, do ponto de vista aqui tratado, coincide no momento com o projeto palaciano de montar a colônia imperial junto ao palácio-cidade. Foi ainda apontado como uma iniciativa positiva da coroa “para animar com seu exemplo os fazendeiros”.¹²⁷ Através da ação de Paulo Barbosa o Imperador ofereceu suas terras de Petrópolis para o assentamento dos colonos.¹²⁸

O historiador Lacombe, desfazendo a confusão entre a fundação da cidade e a instalação da Imperial Colônia ocorrida nas comemorações do jubileu de Petrópolis, indica que não existia uma relação direta entre a criação do palácio em 1843 e o início da chegada dos colonos em 1845: “Foi a criação de Petrópolis que provocou a vinda de colonos e não a chegada de colonos que criou Petrópolis.”¹²⁹ A criação da colônia é apontada como consequência de um engano na contratação de imigrantes para os trabalhos da Província. Entretanto, considerando o ambiente político liderado pelos palacianos e as relações entre os principais agentes dos empreendimentos, é possível estabelecer um nexo entre os dois acontecimentos e o “equívoco” na assinatura do contrato, independentemente de ter sido intencional ou não, coincide com o projeto dos palacianos de se criar ambiente favorável à implantação de uma sociedade de Corte em Petrópolis.

Para coordenar a instalação destes colonos o mordomo imperial escolheu o major Koeler, com quem mantinha antigas relações de amizade, para “livrar” a Presidência dos inesperados hóspedes. Parte do custo correria por conta da Província e parte a custa do Imperador.

Segundo Paulo Barbosa,

¹²⁶ Idem, p. 40.

¹²⁷ Idem.

¹²⁸ VIANA, Hélio. Visconde de Sepetiba. In: **Centenário de Petrópolis**. op. cit. p. 178.

¹²⁹ LACOMBE, Américo Jacobina. A colonização alemã. **Diário de Petrópolis**, 02 de julho de 1957.

subiam colonos e choças se levantavam para os receber, alugaram-se tropas para conduzir-lhes a bagagem, os meninos eram carregados por gente alugada. Lotes de bestas acarretavam mantimentos para os colonos. Compraram-se mais de duzentas cabras para alimentar os meninos cujas mães não tinham leite, suspenso pelo mau passadio a bordo. Distribuíram-se batatas, inhames e outras tuberculosas, feijões e outros grãos. Os colonos entre-ajudavam-se, uns deirribando mato, outros semeando.¹³⁰

De 15 em 15 dias chegavam mais e mais colonos. O Presidente da Província, suspeitando que não teria fim os contratos da firma encarregada, mandou sustar os envios. Através das cartas do Mordomo Imperial apura-se o primeiro relato sobre a nova colônia: chegaram, em pouco tempo, mais de 1.000 colonos de todas as idades e todos foram acomodados nas terras do Imperador.¹³¹ Os imigrantes receberam as terras pelo sistema de aforamento, em que deveriam pagar *emphyteusis* perpétuo a cada janeiro e, em caso de venda da propriedade, deveriam pagar o laudêmio. Caso os foreiros não cumprissem com os contratos, poderiam ser despejados e as terras voltariam a pertencer ao Imperador.¹³²

A firma encarregada do engajamento destes colonos não cuidou para que viessem imigrantes “morigerados”, acostumados aos trabalhos agrícolas. Assim, entre o grupo contratado haviam muitos cozinheiros, músicos, alfaiates e uma série de outros indivíduos, cujas profissões eram de natureza urbana. Muitos destes indivíduos, logo assim que conheceram as condições da colônia, a abandonaram. Os que ficaram e mantiveram uma “boa conduta” prosperaram, muitos enriqueceram e voltaram para a pátria de origem, mas a grande maioria permaneceu na colônia. Os que ficaram estavam “contentes”, aqueles que trabalhavam enriqueciam, já os preguiçosos eram desprezados, ou se corrigiam ou fugiam da colônia. Apesar da deserção, a colônia contava com 3.300 alemães em 1846.¹³³

Segundo Auler, treze navios transportaram estes colonos no período de junho de 1845 a novembro do mesmo ano. No relatório de Aureliano Coutinho, como Presidente da Província, encontra-se o número de 2303 indivíduos. Boa parte destes imigrantes seguiu para a colônia de São Leopoldo ou permaneceu no Rio de Janeiro,

¹³⁰ Idem.

¹³¹ Idem.

¹³² SCHWACZ, op. cit. Pág. 233. A autora faz observação de que até hoje alguns moradores de Petrópolis estão obrigados ao pagamento da enfiteuse e do laudêmio. Em 1975 a Cia. Imobiliária de Petrópolis, que pertence à família Orleans e Bragança, possuía 26.385 cartas de aforamento e ocorriam uma média de 1500 vendas de imóveis por ano. p 587.

¹³³ Idem.

estabelecendo-se em Petrópolis 1818 colonos. Na primeira estatística da colônia, de 1846, aparece a distinção entre colonos obrigados com a Província ou com o governo geral e colonos não obrigados. Consta ainda que entre 1845 e 1846 faleceram 252 colonos de febre tifóide. O autor assinala que em 1848 há uma sensível melhora na curva demográfica da colônia.¹³⁴ Chegaram ainda outros imigrantes germânicos, especialmente contratados para a construção da Rodovia União Indústria, que ligava Petrópolis a Juiz de Fora. Estes, na sua grande maioria, eram artífices provenientes de Hesse, Prússia, Baden e Baviera.¹³⁵

Ao que tudo indica a história de instalação destes imigrantes é semelhante às demais espalhadas no restante do país, principalmente no Sul, mas também em Minas Gerais e Espírito Santo. Tomando como exemplo os problemas que aconteceram em outros lugares, o assunto pode ser ilustrado por carta recebida por D. Pedro II, em 1856, do Dr. Blumenau, considerado por Sergio Buarque de Holanda como o maior colonizador de toda a América do Sul.¹³⁶ O Dr. Blumenau, depois de relatar ao Imperador as dificuldades com a colheita, arruinada pelas enchentes, o desespero das famílias que perdiam suas casas e pertences, relatou o problema da segurança. Os colonos sofriam constantes ataques dos “bugres”, tendo sido mortos alguns colonos. Queixava-se que sua reclamação ao presidente da Província não teria sido atendida:

mandaram-me seis praças (...), que vieram com mulher e crianças, como porém não tenho a dar-lhes ordens, nem posso puni-los pelo seu desleixo e inatividade, não fazem outra couza senão pescar, comer e dormir e não servem senão incomodar a vizinhança.¹³⁷

Problemas muito semelhantes foram descritos pelo Dr. Stroeller sobre os imigrantes em Petrópolis, conforme carta enviada à Alemanha em 1863. Segundo o pastor protestante, as dificuldades realmente eram muitas. Os problemas havia começado ainda na Alemanha, com o aliciamento dos colonos através de propaganda enganosa, o que não era novidade neste tipo de empresa. Os desrespeitos aos itens do contrato eram identificados já no navio, com o fornecimento de péssima alimentação e acomodações precárias durante a travessia do Atlântico. Ao desembarcarem no Rio de Janeiro, devido a uma série de desencontros e confusões por parte das autoridades

¹³⁴ AULER, Guilherme. Famílias germânicas da imperial colônia de Petrópolis. **I colóquio de estudos teutos brasileiros**. IHGP, Petrópolis, s/d. p. 61.

¹³⁵ Idem, p. 66.

¹³⁶ HOLANDA, op. cit. Tomo II, 3 Vol. P.234

¹³⁷ AULER, Um documento histórico. In: **A colonização de Petrópolis: comemoração do 93 aniversário**. Petrópolis, s/d. p. 22.

brasileiras, os imigrantes teriam ficado provisoriamente instalados em péssimas condições, acarretando, em menos de um mês a morte por enfermidades de 314 pessoas. Foi necessária a intervenção pessoal do Imperador para que os imigrantes fossem transferidos para a nova colônia. Contudo, a chegada à colônia não significou o fim dos infortúnios daqueles indivíduos, ao contrário, segundo o Pastor Stroeller o pior estava por vir:

Na chegada dos colonos, Petrópolis era uma pobre aldeia com cinco miseráveis choupanas de barro, cercado de matas virgens. Se os colonos já tinham sofrido de mar e de duro na sua estada em Dunquerque, na viagem do mar e em Praia Grande, tudo isso desapareceu diante da vida infernal em Petrópolis; não havião de comer, nem morada, nem caminhos, nada senão o mato virgem, neblinas, chuveiros e uma luta amargosa contra répteis venenosos. Uma epidemia dezimou-os; desesperação na providencia divina abalou suas convicções religiosas. A bebedeira e imoralidade de toda espécie augmentou ainda a desgraça deles. A isso tudo ainda se juntou o mau estado em que se achavam as autoridades e o caracter totalmente corrupto do primeiro diretor, oficial no serviço brasileiro, J.Kochler que reuniu em si na mais bella fluorescência a fraude, a traição e a imoralidade.¹³⁸

Chama-se atenção para outro importante personagem na história de Petrópolis que foi o Major Koeler. Apesar das críticas do pastor, Koeler exerceu muitas atividades, sendo colocado pela historiografia no panteão dos fundadores da cidade. Ele foi o engenheiro responsável pelo início das obras do palácio e pela primeira fase de implantação da colônia.

Imigrante germânico do período do primeiro reinado, Koeler foi integrado como tenente do Imperial Corpo de Engenheiros. Antes mesmo de suas atividades em Petrópolis, foi nomeado para a Seção de Obras Públicas da Província do Rio de Janeiro. Em 1837, foi incumbido dos trabalhos de melhorias da estrada ligando Porto de Estrela à Paraíba do sul, que passava pelas terras do imperador, conhecidas como Córrego Seco, local onde alguns anos depois seria criada a cidade de Petrópolis.¹³⁹ O hábil Major mantinha estreitas relações com o Mordomo Imperial e com o Presidente da Província, entre outras autoridades. Desta maneira, foi encarregado de dirigir os trabalhos de construção do palácio e de instalação da colônia. Em interessante trabalho, Phelipe Arbos sugere que provavelmente Koeler, cedo ainda, tinha a ideia de instalar uma

¹³⁸ AULER, Guilherme. A colônia de Petrópolis In: **Revista do Instituto Histórico de Petrópolis**, vol. 1, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1950, pp. 54-60.

¹³⁹ LACOMBE Lurenço. Major Koeler. In: **Centenário de Petrópolis**, op. cit, vol. VII, p. 51.

colônia nas terras então arrendadas ao Imperador, mas somente teria declarado quando dirigia os trabalhos da estrada normal da Serra, construção determinada por decreto de 1840. Segundo o autor,

Em boa hora Koeler abriu-se com um membro do IHGB, o Brigadeiro Paulo Barbosa e Silva. O Instituto Histórico preconizava o reinício e a intensificação dos serviços de imigração e colonização, assinalados até então por duas fundações – Nova Friburgo, no estado do Rio, devida a D. João VI em 1820, e São Leopoldo no Rio Grande do Sul, graças a D. Pedro I em 1824. Quanto a Paulo Barbosa e Silva, as suas próprias funções de mordomo imperial tornavam-no o melhor intermediário junto ao Imperador. Além disso, Koeler contava ainda, em plena Assembleia Provincial, com o apoio de dois futuros presidentes da Província: Aureliano de Souza e Oliveira, seu amigo íntimo e Caldas Viana. Aos que denunciavam a “utopia” do trabalho livre, puderam eles responder com a feliz tentativa de 1837 que servia bem para mostrar como se podia tirar melhor proveito dos colonos que dos escravos, como então se fazia.¹⁴⁰

Novamente é possível “ver a mão” dos palacianos. Paulo Barbosa serviu junto com Koeler no corpo de engenheiros e também era amigo de Aureliano. Pouco antes da instalação da colônia, conseguiu o contrato de arrendamento das terras imperiais em condições muito vantajosas.¹⁴¹ Em seguida, tornou-se engenheiro responsável pela planta e construção do palácio-cidade e diretor da Imperial Colônia de Petrópolis. Aí o plano completa-se. Do ponto de vista da fundação de Petrópolis estes homens formaram uma espécie de “trindade palaciana”.

No jornal do comércio de fevereiro de 1843, temos a exposição do Major Koeler sobre Petrópolis, deixando clara a posição privilegiada que ocupava então. Segundo ele:

S. M. acaba de ordenar a construção do seu palácio de verão na Petrópolis e o abaixo assignado que se acha incumbido da direção e administração desta obra, com ordem de aprontá-la (...). S. M. o Imperador, tem mostrado o desejo de ver collocada, em Petrópolis e nos arredores uma colônia agrícola e industriosa alemã.¹⁴²

Este era um entusiasta do trabalho livre, o que o aproximava do Mordomo Imperial e do Presidente da Província. Em seu relatório das obras de 1840, ele observa que:

Era sumamente desejável que V. Ex. tomando em consideração os bons resultados obtidos com os colonos alemães atuais e a conveniência de introdução de braços livres nesta Província e no

¹⁴⁰ ARBOS, Phelipe. Petrópolis esboço de geografia urbana. In: **Centenário de Petrópolis**. Vol. VI. pp. 187 e 188.

¹⁴¹ SCHWARCZ, op. cit. p. 232.

¹⁴² Apud. LACOMBE, Lourenço, op. Cit. Vol. VII. p. 52.

Império, se resolvesse mandar vir d'Alemanha por contrato uma porção maior de Colonos Operários.¹⁴³

É também de autoria do mesmo Major a proposta datada de 12 de janeiro de 1847 de formação de uma Cia de colonização, apresentada ao Imperador. O autor defendia a imigração alemã como a única recomendada, devido ao fracasso das outras experiências. Criticava a escravidão como forma de trabalho e acusava a discriminação dos acatólicos como uma das causas da resistência dos governos alemães em mandar colonos para o Brasil.¹⁴⁴

Foi também sugestão de Koeler que a mordomia taxasse os foreiros em mil reis a favor da Caixa de Socorros dos colonos alemães¹⁴⁵. Da mesma forma foi o fundador da primeira escola para os filhos dos imigrantes protestantes. A singularidade do Major, a meu ver, repousa, não somente em suas muitas habilidades técnicas, mas especialmente no fato de ser um luterano. Sua atuação muito colaborou para afirmação da comunidade protestante na cidade serrana.¹⁴⁶

Em 1846 o Presidente da Província constatava orgulhosamente que todos os que visitavam a Imperial Colônia reconheciam a superioridade do trabalho livre, principalmente quanto ao sistema de empreitadas, que rendiam um recurso bastante significativo aos imigrantes. Isto permitia naquele momento o governo propor um desconto de 10% para recuperar as despesas realizadas com a viagem dos imigrantes.¹⁴⁷

Nos primeiros momentos, é inegável o tom ufanista predominante nos relatos sobre o andamento e o acerto das obras. Assim é que Paulo Barbosa escrevia ao Imperador:

O Palácio marcha; edificam-se prédios na cidade; edificio neste momento um Engenho de Serra, (...). Edifica-se por toda a mata, trabalham ativamente as officinas, faz-se estrada, chegam colonos, colocam-se. Para o descrever só Virgílio, falando de Cartago

Sua Petrópolis vai em progresso. (...) Creio que em março (...) possam Vossas Majestades Imperiais vir a esta minha Petrópolis, que será um monumento de eterna glória para o seu reinado.

Já tenho mais de 400 famílias arranchadas o que era há quatro meses matas virgens, é hoje uma povoação branca industriosos, alegre, e bem dizente de Vossa Majestade Imperial.

¹⁴³ SODRÉ, op. Cit. Vol III, pp. 227.

¹⁴⁴ Arquivo do Museu Imperial. **M-110-Doc.5376**.

¹⁴⁵ SILVEIRA, João Duarte. Os primeiros foreiros de Petrópolis. In: **Centenário de Petrópolis**. Op. cit. Vol III, p. 174.

¹⁴⁶ Este tema será tratado no capítulo sobre religião e imigração.

¹⁴⁷ ARBOS, op. cit. p. 199.

Ainda no mesmo ano, descrevia ao soberano:

Ao amanhecer foi salvado com 21 ronqueiras. Às 10 horas, reuniu-se a Colônia de mais de 2500 indivíduos vestidos o melhor que puderam, e cobertos de flores e palmas campestres e, à porta do edifício, lhe passaram revista o Presidente da Província e eu, (...) Neste momento Aureliano deu vivas a Vossa Majestade Imperial. Nunca vi tanto entusiasmo! Os homens, as mulheres, os meninos, todos perderam a cabeça de entusiasmo e gratidão.¹⁴⁸

Pouco antes de deixar as funções da mordomia, escreveu:

A colônia prospera e tudo ali vai a passos agigantados. Chegaram de França as plantas europeias, que encomendei, e já lá se estão repartindo pelos colonos, e daqui a dois anos Vossa Majestade Imperial terá, assim como esta capital, abundancia destes frutos, que tanta falta fazem aqui. Muito mais se faria, se estes assassinos me permitissem ali ir.¹⁴⁹

O período de afastamento do Mordomo Imperial coincide com as críticas que começaram a ser dirigidas ao Major que, pouco depois, deixa os postos de engenheiro do palácio e de diretor da colônia. Surgiram denúncias sobre desvios na Caixa Colonial de Socorros¹⁵⁰, sobre os gastos excessivos na construção do palácio e sobre a suntuosidade da residência de Koeler.¹⁵¹ A historiografia de Petrópolis defende o mito deste “homem de indizível atividade e que não conhecia dificuldades invencíveis”.¹⁵² Ao analisar o testamento de Koeler, Sodré assim se refere: “Koeler morreu pobre, deixando a família em dificuldades financeiras (...) deixou sua mulher na contingência de vender imediatamente os parques imóveis e objetos de uso.”¹⁵³

Ao final da década de 1840, o “clube da Joana” tinha perdido sua influência. Paulo Barbosa encontrava-se no autoexílio, o Major Koeler morrera num acidente nebuloso de um jogo de tiro ao alvo e Aureliano de Souza e Coutinho, devido aos comprometimentos partidários, estava afastado do Paço. As obras de Petrópolis diminuiriam o ritmo. Aqui é possível marcar o ocaso do “lapso palaciano” no tempo saquarema.

¹⁴⁸ AULER, G. O atentado de Paulo Barbosa. In: **colonização de Petrópolis**. Op.cit. pp. 7 e 8

¹⁴⁹ Idem.

¹⁵⁰ LACOMBE, Américo Jacobina. A colonização Alemã. **Diário de Petrópolis**, 02 de julho de 1957.

¹⁵¹ SCHWARCZ, op. cit. p. 234.

¹⁵² Paulo Barbosa, Relatório. Apud. LACOMBE, Américo Jacobina. Paulo Barbosa e a fundação de Petrópolis, op. cit. Vol. II, p. 40.

¹⁵³ SODRÉ, Alcino. O inventário de Koeler. In: **Centenário de Petrópolis**. Op. cit. Vol. II, p. 146

Na década de 1850, os relatórios dos diretores da colônia informam sobre seu estado¹⁵⁴. Em relatório de 1853, se referindo à condição da ordem pública, o diretor observa que, apesar do “espírito rico”¹⁵⁵ que predominava entre os colonos, eles tinham boa índole, eram respeitosos, industriais, religiosos e podiam formar uma povoação altamente útil ao Império. Ademais o diretor reclamava da presença de escravos nas obras da colônia. Quanto à produção agrícola da Imperial Colônia as opiniões eram diversas. Os “adversários de Petrópolis”¹⁵⁶ negavam a possibilidade do desenvolvimento agrícola e considerava a colônia o maior ônus para os cofres da Província do Rio de Janeiro. Contudo, apontava o diretor que, apesar de não se produzir os artigos que constituíam a agricultura da Província, outras plantações como o chá, linho, frutas, flores e o capim angola demonstravam o potencial que se poderia desenvolver.

Este mesmo relatório apontava o grande desenvolvimento nas atividades de serviços e indústrias; que muitos colonos se dedicavam ao transporte dos visitantes e conseguiram vantagens que os colocava em “posição assás lisonjeira”¹⁵⁷; a instalação de uma fábrica de tecidos e outra de calçados, que empregavam muitos colonos entre homens, mulheres e crianças, porém, ambas encontravam-se em dificuldades. Por outro lado, destacava serem dignas de proteção da província três fábricas de cerveja que “trabalham em grande escala”¹⁵⁸, proporcionando trabalho aos colonos. Também destaca diversas oficinas como relojarias, ferrarias, marcenarias, sapatarias, entre muitas outras. Ao considerar tais atividades, sugere que ao invés de direcionar a colônia exclusivamente para as atividades agrícolas, a colônia deveria ser considerada como um “Núcleo de Agricultura e Indústria”¹⁵⁹. Além disso, os dados estatísticos do relatório apresentavam a colônia com 2.959 indivíduos, 114 a mais que o ano anterior. Destes, 1932 eram católicos e 1027 protestantes. Finalmente destaca um “assunto especial”, que é a necessidade de instalação de um tribunal para julgar “os processos de divórcio e anulação de casamentos mistos e protestantes”.¹⁶⁰

¹⁵⁴ Relatórios do Diretores da Imperial Colonia de Petrópolis. In: **Tribuna de Petrópolis**, 01 de julho de 1956, 29 de junho de 1958 e 01 de janeiro de 1959.

¹⁵⁵ Idem.

¹⁵⁶ Idem

¹⁵⁷ Idem

¹⁵⁸ Idem.

¹⁵⁹ Idem.

¹⁶⁰ Idem.

Em 1856, outro diretor escrevia que a Colônia de Petrópolis contava com vários elementos que demonstravam progresso, quando comparada com outras localidades da Província, especialmente, considerando os poucos anos de sua criação. Tudo prometia um futuro brilhante. Contudo, a colônia carecia de iluminação pública, matadouro, serviços de limpeza de ruas e praças e de um cemitério público.

O relatório continuava a chamar a atenção para uma retração no processo de desenvolvimento, apontando como causa principal a inauguração da via férrea da Companhia Mauá. Passada a novidade, o que se viu foi o aumento da concorrência na demanda das terras, decorrendo daí uma série de fatores para o afastamento dos colonos das atividades agrícolas que “poucas ou nenhuma vantagem de sustentação futura dará aos Colonos”¹⁶¹.

Segundo o Diretor, o afastamento dos colonos das atividades agrícolas não se devia à infertilidade da terra e sim, talvez, à índole deles, na maioria mecânicos, que preferiam ocupação nas obras de construções públicas e particulares. Somente as mulheres dos colonos se dedicavam à lavoura. Recomendava, então, a possibilidade de estabelecer uma colônia fabril, para aproveitar a índole dos colonos e explorar matéria prima para a fabricação do vidro e tecidos em geral. Esperava a iniciativa do Governo Provincial ou mesmo da Sociedade de Indústria Brasileira Alemã.

Continua o relatório destacando que, de uma maneira geral, Petrópolis apresentava um quadro de prosperidade crescente, mesmo com uma retração na construção particular, segundo ele, devido à imposição da décima urbana e pela epidemia do cólera-morbus. Contudo, Petrópolis crescia “pelas relações comerciais que estabelecia e pela variedade de profissões de seus habitantes”,¹⁶² o que exigia que fosse alçada à condição de cidade.

Curiosamente, o único incidente responsável pela alteração da ordem pública foi que entre os colonos católicos o padre promoveu um verdadeiro “amotinamento com caráter hostil e de rebelião”.¹⁶³ Este padre, “com tempo e habilidade foi infiltrando nas famílias dos colonos, sob os auspícios da religião”¹⁶⁴. A sua substituição, ainda que salutar, não foi suficiente. O novo sacerdote desconhecia a língua alemã, o que recomendou que fosse observado, considerando que a comunidade possuía muito fervor

¹⁶¹ Idem.

¹⁶² Idem.

¹⁶³ Idem.

¹⁶⁴ Idem.

religioso. O Padre do Culto Cristão do Rito Evangélico tinha uma “conduta honesta e circunspeta.”¹⁶⁵

Nesse momento Petrópolis registrava mais de 5.000 habitantes e perto de 1.000 edifícios particulares. O relatório apontava que a data efetiva de criação da colônia foi o ano de 1845, quando recebeu os primeiros colonos importados pelo Governo da Província, num total de 2704 indivíduos. No ano seguinte, recebeu mais 516 imigrantes vindos por conta própria. Poucos foram os que caíram na pobreza. Dos 2704 colonos, 1763 eram católicos e 941 protestantes. Do total 1100 prussianos; nove hanoverianos; 539 do Grão Ducado de Hesse; 84 bávaros e de Nassau. Naquele ano de 1856 foram realizados 39 casamentos de católicos, sete de protestantes e nove casamentos mistos. Dos 940 edifícios particulares, 608 pertenciam aos colonos.

Em 1857, no relatório do novo diretor, ressalta que, ainda que Petrópolis manifestasse um grande desenvolvimento, enfrentou adversidades. A primeira, o cólera-morbus, que naquele momento já começava a ser superado. A segunda, foram as “contínuas e copiosas chuvas”¹⁶⁶, que impediam os trabalhos dos colonos por vários dias, privando-os, tanto dos jornais que recebiam das empreitadas, como do produto de suas colônias, arrasadas pelos temporais. Segundo o diretor, foi o ano em que “tivemos o espetáculo terrível de uma das maiores enchentes, senão a maior”, que “alagou muitas casas e causou diversos estragos”¹⁶⁷. O abatimento entre os colonos foi grande e a procura por atividades fora da colônia aumentou.

Corroborando com seu antecessor, o novo diretor, registrou que os colonos católicos experimentam “muitos desgostos” pela falta de um capelão que conhecesse o idioma alemão e tinha acontecido, muitas vezes, de procurarem a Igreja protestante para ouvirem as praticas do Pastor. Além disso, apontava como necessário rever os valores cobrados pela Igreja católica para as licenças de casamentos mistos.

O relatório do diretor seguinte bate nas mesmas teclas. A novidade foi a transformação de Petrópolis em cidade. Contudo, alerta que sem os recursos da Província pouco pode a municipalidade. Quanto aos colonos, acostumados desde os primeiros tempos com as atividades de jornaleiros nas construções públicas e particulares, se afastaram dos trabalhos propriamente agrícolas. Várias alternativas são

¹⁶⁵ Idem.

¹⁶⁶ Idem.

¹⁶⁷ Idem.

sugeridas, entre elas o estabelecimento de um prêmio para os produtos agrícolas de destaque. Entretanto, ressalta o maior desenvolvimento nas atividades fabris e comerciais, apontando inúmeras fábricas de produtos variados.

A utilização do trabalho dos imigrantes colonos nas atividades urbanas apareceu desde os primeiros momentos. A própria construção do palácio foi realizada, em grande parte, pelos imigrantes. No livro de registro da mordomia, apenas para o primeiro ano, aparecem 552 imigrantes contratados para as obras.¹⁶⁸ Além disso, no início da construção, o Major Koeler pagava “gratificações imperiais” aos colonos recém chegados, numa espécie de ajuda de custo.¹⁶⁹

A impossibilidade de alcançar resultados satisfatórios nas atividades agrícolas, além dos aspectos já mencionados, ficou evidente em memorial apresentado a D. Pedro II, com a assinatura de 92 colonos. Estes “imploram a clemência (...) como único remédio para o alívio de seus males”, pois sendo eles os primeiros povoadores de Petrópolis, tinham a esperança de formar colônias prósperas. Entretanto, a ausência de um mercado para os seus produtos, aliado à “bem provada esterilidade das terras aforada”, encontravam-se em grandes dificuldades e pediam maiores prazos para o pagamento dos compromissos do aforamento, assim como, caso o governo tivesse a possibilidade, que os enviassem a outro lugar mais propício para as atividades agrícolas.¹⁷⁰

Tudo leva a crer que, do ponto de vista do Estado Imperial e da Corte, dentro daquela tradição de instalação de núcleos de trabalhadores livres, no momento de instalação da Imperial Colônia de Petrópolis, o componente “utópico” da mão de obra livre ganhou mais força. Tratava-se de provar a superioridade do trabalho livre. Havia um interesse vivo nos destinos destas primeiras colônias. Tanto eram valorizadas que D. Pedro II empreende várias visitas às colônias espalhadas pelo país. São viagens que tiveram início no ano de 1860 e teriam sequência até 1878. Apesar do estilo descritivo e econômico deixou algumas impressões.

Ao visitar as colônias do Espírito Santo observa o estado da instrução dos alunos. Segundo ele, mal sabiam ler, “nada de gramática”, sabem somar e dividir.

¹⁶⁸ Museu Imperial. **Livro da mordomia**. p. 18.

¹⁶⁹ AULER, Guilherme. Famílias germânicas da Imperial Colonia de Petrópolis. In: **I Colóquio de Estudos Teutos Brasileiros**. IHGP, Petrópolis, s/d. p. 2.

¹⁷⁰ _____ Colonos que pretenderam abandonar Petrópolis. **Tribuna de Petrópolis**, 08 de fevereiro de 1953.

Quanto ao ensino religioso, “nada sabem os meninos, não conhecendo os alemães nem mesmo as rezas, e o professor nada tem perguntado sobre doutrina como confessou; está professando há 2 anos e não presta para nada.”

Para o Imperador, os luxemburgueses, eram os melhores colonos com belas roças. Os colonos tirolezes em geral não queriam trabalhar e pediam para sair da colônia. Faltava padre protestante e capela. Sobre alguns colonos observa que “já tem dinheiro rendendo, tendo já trazido 6 contos”. O colono trabalhou primeiramente como ferreiro e já tinha “lindas laranjeiras e casa de sobrado”. O colono mais remediado estava no vale, próximo à Igreja protestante.

D. Pedro II foi informado de que a

Igreja de Vianna tivesse sido queimada em princípios de 1840, por ordem de um missionário, que tendo recebido para sair daqui, por alimentar cizânia entre os protestantes e católicos, mandara queimar a Igreja para dizer que era castigo do Céu.

Mais adiante anota que,

os colonos que vi têm quase todos cara de doentes queixando-se de moléstias, de falta de médico, cemitério, padre e capela. Também ouvi a alguns que o contrato, que aliás não pude examinar, não fora cumprido quando a princípio de derrubada e casa para morar nos prazz⁷. Há outras queixas que são falta de transportes (...) e o muito baixo preço porque se lhes têm comprado gêneros em uma (...) vendendo-se tudo caro; todavia os colonos podem vender e comprar a quem quiserem.¹⁷¹

Sobre estas colônias, observa que “as casas são ainda muito modestas, o que depõe a favor dos colonos”. O imperador tem curiosidade em ver a situação destes colonos, assim, anota:

Entrei no terreno de um colono, que cria abelhas e ele disse-me que se julgava muito feliz, agradando-me o aspecto em geral dos colonos. Satisfez-me, porém desejava encontrar mais cultura, podendo talvez plantar-se café, posto que digam ser a terra fria.¹⁷²

Aqui também aparecia o mesmo problema dos católicos de Petrópolis:

O padre Weber está aí, tendo vindo para administrar certos sacramentos aos colonos que não se entendiam, por causa do idioma, com o vigário, que todos os pobres conhecem e parecem elogiar.¹⁷³

¹⁷¹ Diário de D. Pedro II, vol. 8. 25 de junho de 1861.

¹⁷² Idem.

¹⁷³ Idem.

Na sua insistente tomada de ponto dos alunos, registra:

fui à escola dos colonos, em que há promiscuidade de sexos, separando-se em duas repartições de principiantes e de já um pouco adiantado. Aprendem a ler, escrever a aritmética com o professor Glaeser e as meninas trabalhos de agulha com a mulher do professor, o qual parece-me inteligente. Os meninos lêem bem o alemão, porém o português, sem o entenderem e com sotaque alemão. Letra em geral má e pouco adiantamento em aritmética. A escola foi aberta em janeiro. O professor explica em alemão. No fim os alunos cantaram em coro. Frequentam a classe mais adiantada 40 meninos e 18 meninas e a outra 44 daqueles e 24 destas. Nas escolas da cidade os meninos são 20 e tantas e as meninas 30 e tantas, não estando em dia a escrituração da matrícula.¹⁷⁴

As anotações de D. Pedro II de 1862 esclarecem mais sua opinião sobre a imigração:

A colonização estrangeira e nacional é também de urgente necessidade. Muito tenho pugnado pela criação de agentes de colonização de paga certa. (,,) Tudo o que não é rotina encontra mil tropeços entre nós e há quem ainda prefira o trabalho escravo e não creia na colonização, sendo a mesma causa o principal estorvo ao progresso dos institutos agrícolas.

Entreguei ao Sinimbu o parecer da seção do Império sobre a colônia do Valão dos Veados que me ficou do último despacho para examinar, e disse que era de opinião do Olinda - tem um ano de assinada! E assim anda quase todo o que não é atropelado pelos interesses de partido. Falei sobre colonização que não convém descuidar um instante cumprindo ter as terras medidas, em lugares próprios, para os emigrantes que desejam vir cultivá-las.

Recomendei que se estudassem os meios de povoar, e defender o Amazonas, lembrando eu e vão a urgência de cuidar da fortaleza de Óbidos.

Mais adiante escreve que recebeu o relato sobre a colônia de Cananéia:

O solo é bom; mas a direção desta colônia foi muito má. Quando eu me informo da conduta da administração geral no Brasil, confesso que chego a sentir vergonha; entretanto, minha consciência não me acusa de não ter feito tudo que me é permitido fazer.¹⁷⁵ (Grifo nosso)

Na viagem à São Paulo, D. Pedro II registrou que alguns fazendeiros têm colonos sem contrato e colonos de parceria administrados pelo filho de um colono suíço excelente. Segundo um fazendeiro, era vantagem vender tanta terra

¹⁷⁴ Idem.

¹⁷⁵ Idem, vol. 9 – 2 de janeiro de 1862.

desaproveitada para o estabelecimento de mais colonos.¹⁷⁶

No Paraná fez poucas observações. Entre elas, uma passagem vale a pena para ilustrar outra faceta que se mostrava na negociação das terras para a instalação de colonos:

O presidente da província com que conversei a respeito de seu último relatório e outros negócios da Província disse-me que Jesuíno Marcondes vendeu os terrenos de Pugas e outros da mãe, de quem é procurador, por elevado preço, apesar de mau para as colônias e que Jesuíno está frio como ele. Eu muito me tenho incomodado com esse negócio das terras e declarei ao Presidente que à vista do que me constava do precedente de Jesuíno Marcondes que eu supunha ter se arreadado de semelhantes traficâncias, entendia que não podia continuar a ser vice-presidente da província.¹⁷⁷

Sobre a colônia de Petrópolis quase não faz ponderações em seus diários. Em 1862, escreveu:

Recomendei ao ministro da Agricultura que juntamente com o presidente da província cuidasse seriamente da indústria do bicho da seda. Disse-me que tencionava visitar o estabelecimento seropédico. Falei na exposição a respeito da necessidade de por algum homem inteligente e ativo à testa do estabelecimento seropédico lembrando-me de Mauá. Há muitos anos que me interesso por tal indústria; mas ainda não encontrei quem me auxiliasse com igual boa vontade.¹⁷⁸

A ideia da criação do bicho da seda será uma constante no pensamento do imperador que, insistentemente, chama atenção das autoridades para a sua implantação. Na visita feita à colônia de Petrópolis o assunto volta:

Saí às 6 da manhã para a fazenda do Inglês no fundo da Mosela. Há aí questão de terras com a fazenda do Córrego Seco e convém comprar aquela fazenda pela qual pedem 12 contos, tendo aliás meia légua de testada e 1 de fundo, pelo qual limita com a do Córrego Seco. O lugar é aprazível atravessando-o o rio da Cidade afluente do Piabanha. Tem comunicação; porém má com a estrada União e Indústria. A terra é ruim; mas ainda há matas, e talvez sirva para plantação de amoreiras e criação de bicho da seda que pretendo introduzir em Petrópolis. Voltei pela Presidência e Castelânea cujo quartirão tomei indo pelo da Siméria, que já não dá passagem para o Cortiço senão a pé. Apenas vi três plantações bonitas de colonos em toda a digressão, e o gênero de comércio é o carvão que vai destruindo as matas empregando-se nele 60 carros.¹⁷⁹ (Grifo nosso)

Do ponto de vista econômico, a atividade ceropédica seja, talvez, a única encontrada nos diários de D. Pedro II. Neste sentido, entende-se a iniciativa de

¹⁷⁶ Idem, vol. 22 – 10 de setembro de 1878.

¹⁷⁷ Idem, vol. 23.

¹⁷⁸ Idem, vol.22-

¹⁷⁹ Idem, vol 9- 25 de janeiro de 1862.

Aureliano Coutinho, de realizar um empreendimento no ramo, instalando a Cia. Ceropédica em Itaguaí, “concedendo loterias para a consecução dos necessários créditos.”¹⁸⁰ Os documentos não revelam se Aureliano foi quem influenciou o Imperador neste sentido ou o contrário. Aliás, do ponto de vista dos seus negócios pessoais, há indícios de que o monarca guardava traços de uma mentalidade economicamente tradicionalista. Segundo Carvalho:

O descaso do imperador por dinheiro é bem ilustrado pela decisão de distribuir aos pobres os lucros, parcos, é verdade, da Fazenda de Santa Cruz, de propriedade da coroa. Ele justificava a medida com o argumento de não querer que se dissesse que ‘estava entesourando’. Por não entesourar, ao ser exilado teve de continuar a pedir empréstimos, que ainda não estavam pagos por ocasião de sua morte.¹⁸¹

Independentemente deste aspecto, a presença do imperador e sua Corte, certamente, influenciaram para que surgisse uma visão romanceada da colônia de Petrópolis. Assim, é que vários autores irão destacar as crianças rosadas e bochechudas que enfeitavam o ambiente petropolitano.

Mesmo o politizado Carl Von Koseritz escrevia as impressões de sua visita na cidade imperial:

Diante de nós se estendia o bonito vale do Palatinado, com suas casas de colonos. Louras crianças brincavam diante delas, carros alemães conduziam frutas, mulheres alemãs voltavam do trabalho. Senti-me em casa. São os meus bravos camponeses do Rio Grande, pensei de mim para comigo e gritei-lhes do trem ‘boa tarde’.¹⁸²

Tal quadro em nada se assemelha ao pintado por Ida Pfeiffer, uma viajante singular do século XIX, que,

Ficou (...) muito impressionada com a configuração daqueles acantilados. As encostas petropolitanas eram em geral tão ásperas que quando o terreno se desfloresta as chuvas fatalmente arrastariam o húmus para as baixadas, esterilizando por completo os lotes oferecidos aos agricultores.¹⁸³

Quando a alta sociedade deixava Petrópolis, quando a corte descia para o Rio de Janeiro, a cidade apresentava uma face diferente. Segundo Miranda:

¹⁸⁰ VIANNA, Hélio, op. cit. p. 178.

¹⁸¹ CARVALHO, D. Pedro II, op. cit. p. 100.

¹⁸² FRANCO, Afonso Arinos de Mello. Petrópolis em 1883. In: **Centenário de Petrópolis**. Vol. III, p. 8.

¹⁸³ TAUNAY, Afonso de E. Visitantes antigos de Petrópolis e sua região. In: **O centenário de Petrópolis**. Vol. I, p. 97.

O outro Petrópolis anda de saia curta e jaquetão de baeta, pisa com os pés nus e vermelhos o macadam da estrada, faz queijos, cozinha, lava e engoma, vae aos domingos à missa, aos sábados, no salão Floresta, dança a dez tostões por cabeça uma valsa, duras e pesadas e uma polkas, que participam da mesma natureza, desconhece o óleo de fígado de bacalhau e os vinhos quinados, bebe cerveja da marca barbante, e traz nas faces a cor das cerejas da velha Germania, d'onde provêm seus antepassados.

Ao considerar o período em que a localidade foi elevada à condição de município, através dos relatórios solicitados pela Presidência da Província e elaborados pela Câmara Municipal, é possível ter uma visão geral dos principais aspectos da economia municipal daquele período. Assim é que temos a informação referente ao ano de 1861 que no

município de Petrópolis não conta nenhum estabelecimento importante, quer agrícola, quer fabril, menciona, porém, algumas boas fazendas que cultivam milho, feijão, frutas e algum chá. Não se segue, por isso, que a população do município seja indolente, antes pode-se dizer que é ativa, porque tem dividido entre si as indústrias.

O município conta em si muitos estabelecimentos fabris, como sejam: sapatarias, alfaiatarias, ferrarias, serralharias, marcenarias, carpintarias, olarias de telha e tijolo; conta imensos estabelecimentos agrícolas de pequena monta, onde se cultiva milho, feijão, hortaliça e com especialidade batatas. O comércio é chamado de retalho, porém próspero.

Há ainda outras indústrias de que a população se serve, como a de conduções, dizemos de transportes, cortes de madeira e fabrico de carvão.

A comissão não pode indicar medida alguma para desenvolvimento e prosperidade destas indústrias, que não tenha já sua população lançado mão, isto é, procurar o desenvolvimento de sua própria atividade. Petrópolis, 16 de dezembro de 1861".¹⁸⁴

Sobre o interesse no desenvolvimento econômico de Petrópolis em várias ocasiões, a Presidência da Província insiste em incentivar o plantio de algodão,

remetendo uma porção de sementes de algodão vinda dos Estados Unidos da América, a fim de que sejam distribuídas pelos lavradores deste município, cujos nomes a Câmara participará a esta presidência, recomendando-lhes que dêem conta, para também ser a ela presente, do resultado da cultura daquele gênero de lavoura.¹⁸⁵

As sementes foram distribuídas a dez cidadãos, sendo que somente um imigrante as recebe. O tema novamente volta quando, em 1865, o Presidente da Província novamente remete à Câmara uma porção de sementes de algodão herbáceo, cultivado

¹⁸⁴ Ata da 6ª sessão da Câmara Municipal, em 30 de dezembro de 1861.

¹⁸⁵ Ata da 19ª sessão da Câmara Municipal, em 18 de novembro de 1862.

nos Estados Unidos, para serem distribuídas aos lavradores deste município.¹⁸⁶ Dois anos mais tarde uma nova circular,

dirigindo-se aos fazendeiros deste município que se entregam ao cultivo do algodão, obtenha deles as seguintes informações: 1º Quantos caroços são plantados na mesma cova? 2º Qual a distância deixada entre elas? 3º Em que época se faz a sementeira e qual a temperatura média nessa época? 4º Qual o modo por que é feita a rega e os cuidados que se tem com o arbusto? A responder-se: declarando não haver cultivadores de algodão neste município.¹⁸⁷

Mais tarde, outro relatório, indica que havia uma pequena quantidade de cultivo deste produto. Identifica-se, ainda, a informação sobre as atividades de uma grande empresa de transporte que reivindicava o título de imperial,

que muitos dos antigos colonos alemães residentes nesta cidade tiram da referida empresa os meios de sua subsistência quer nos diversos empregos que ali exerce, quer na venda de capim e outros gêneros para sustento dos animais empregados na dita empresa.¹⁸⁸ (Grifo nosso)

Também, através de uma

informação circunstanciada a respeito do cidadão Joaquim Martins Correia, que se tem tornado notável pela sua indústria, principalmente por ter levantado perto desta cidade um engenho de serrar madeira e de fabricar vários objetos, em cujo trabalho ocupa mais de 100 colonos, a quem fornece os meios necessários à vida.¹⁸⁹ (Grifo nosso)

Um dos grandes problemas enfrentados pela a economia municipal foi quando houve a interrupção da estrada ferro Mauá. Se, em 1856, no relatório do diretor da colônia, a ferrovia era apontada como um dos elementos responsáveis por desviar os colonos das atividades agrícolas, em 1869, a via férrea já tinha se tornado vital para o município. Assim, os vereadores se mobilizaram e apresentam um pedido a D. Pedro II, onde se obtém dados sobre as atividades do município. Assim,

A Câmara Municipal da cidade de Petrópolis vem, mui respeitosamente, perante Vossa Majestade Imperial solicitar um pronto remédio a tantos males que afetam este município pela suspensão rápida e definitiva das viagens diárias que fazia a estrada de ferro denominada Mauá entre a Raiz da Serra Nova da Estrela e o Porto Mauá.

A municipalidade de Petrópolis, embora reconheça que a zona da estrada em questão esteja em município estranho, cumpre, todavia, atender que é ele o mais afetado em seus direitos e gozos com a supressão de semelhante via de comunicação, em vista das

¹⁸⁶ Ata da 5ª sessão da Câmara, ao 1º de abril de 1865.

¹⁸⁷ Ata da 9ª sessão da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 2 dias do mês de setembro de 1867

¹⁸⁸ Ata da 24ª sessão da Câmara Municipal, aos 15 de novembro de 1864,

¹⁸⁹ Ata da 3ª sessão da Câmara Municipal, aos 15 de fevereiro de 1865

dificuldades que se antepõem aos outros caminhos que comunicam este município com a corte, além de avultadas despesas, consumição de tempo muito maior e grande incômodo em tais viagens.

Se Vossa Majestade Imperial nos permitir, pedimos vênias para formularmos, embora resumidamente, no sentido que assiste a este município, no direito de equidade de sermos atendido por Vossa Majestade.

Os três pontos que tínhamos até hoje de comunicação com a Corte eram os seguintes: Estrada de Ferro Mauá, a mais cômoda, econômica e rápida; a da Estrela, incômoda, morosa e mais dispendiosa; e Companhia União & Indústria, pela estrada de D. Pedro II, caríssima dobrado o tempo e grande incômodo em suas viagens.

O núcleo colonial deste município, que hoje não é mais em sua maioria senão de cidadãos brasileiros, tem direitos adquiridos por seus antigos contratos de se lhes facilitar os meios de vias de comunicações, para a sua indústria, embora seja ela em pequena escala, devendo-se ainda atender que é Petrópolis o lugar de refrigério para os habitantes da Corte em ocasiões calamitosas e de grande calor, notando-se também que nesse número conta-se quase todo o corpo diplomático, que em sua totalidade reside efetivamente no lugar, além da Família Imperial e Vossa Majestade.

Acresce, além disso, que em circunstâncias anormais, quando haja no município neutro alguma epidemia, e por sem dúvida este o ponto mais saudável e cômodo para um refúgio de uma parte de seus habitantes para fuga pela invasão de um mal epidêmico.

O restabelecimento, pois, da linha férrea de Mauá é o único que põe termo aos últimos males deste município, única verdadeira via de comunicação que temos, podendo todas as mais se considerar forçadas, além de tantos outros males que acabrunham, veio nesta, digo, veio mais esta supressão acabá-lo de matar de uma vez com as dificuldades de transportes e o monopólio dos excessivos preços, que têm feito as outras companhias de transporte.

À vista, pois, destas ponderações, que poderiam ser cabalmente desenvolvidas se nos fosse permitido e nos sobrasse tempo, neste momento, cremos que Vossa Majestade Imperial, justo como é, e que se tem sempre mostrado interessado pelo bem deste lugar, nos atenderá, ficando desta forma este município devedor de mais um ato de justiça e equidade praticada por Vossa Majestade. " ¹⁹⁰ (Grifo nosso)

Não escapou, também, aos vereadores a iniciativa da Cia. União Indústria, que em Juiz de Fora, levou a frente a instalação de colônia agrícola semelhante a de Petrópolis. Desta forma,

os membros da Comissão de Obras Públicas, Industrial. etc. a quem foram afetos os papéis relativos à fundação de uma escola agrícola na Colônia de D. Pedro II, no Juiz de Fora; achando de grande utilidade a

¹⁹⁰ Ata da 5ª sessão da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 5 dias do mês de abril de 1869

realização da idéia que teve a Companhia União & Indústria, de estabelecer anualmente uma feira agrícola e industrial na estação de Juiz de Fora, começando a 20 de junho do corrente ano em diante, a exposição dos produtos que para ali forem enviados: são de parecer que sejam afixados editais por todos os lugares mais públicos deste município, inclusive a publicação, em linguagem alemã, no jornal que nesse idioma se publica nesta cidade, para que todos os nossos munícipes fiquem orientados do lugar, ano, mês e dia em que se devem achar os seus produtos para serem expostos.

Outrossim, que a Câmara deve envidar todos os seus esforços e concorrer em tudo quanto estiver a seu alcance, para que este município, auxiliando com o que puder e for seu, a este grande empório dos produtos de duas ricas províncias, possa não desmerecer a representação que fizer da agricultura e indústria, de que deve também fazer parte.¹⁹¹ (grifo nosso)

Através da avaliação feita pela Câmara sobre a necessidade de um mercado municipal, extrai-se informações sobre as atividades dos colonos. Assim,

A Comissão de Obras Públicas vê a necessidade palpitante que tem esta cidade de um ponto de reunião para a venda dos seus produtos. Uma parte dos antigos colonos e seus filhos, hoje brasileiros, vivendo de sua pequena lavoura, que se cifra na agricultura, jardinagem etc. para o bem geral e o seu próprio, necessita de um ponto forçado, para serem os seus produtos expostos à venda. Quando no verão os visitantes da Corte afluem a esta cidade, todos sabem as dificuldades com que lutam para poderem obter quaisquer hortaliças, frutas etc. Assim, um ponto determinado não cansará os visitantes com indagações e cada um achará no mercado tudo quanto houver, os produtores levarão a este ponto tudo quanto tiverem produzido e não precisarão percorrer as ruas desta cidade, oferecendo o fruto do seu trabalho. Além disso, acresce que as verduras e mais objetos não ficarão curtidas pelo sol nos tabuleiros, visto que resguardados por meio de uma barraca e conservarão por mais tempo a frescura muito necessária, principalmente, à hortaliça.¹⁹² (Grifo nosso)

Em 1874, outro relatório, apresentado pela mesma Câmara, detalha mais um pouco as condições econômicas do município. Desta forma, em resposta ao Presidente da Província, são apresentados dados bastante completos sobre as atividades econômicas:

II.^{mo} Ex.^{mo} Sr. Respondendo a circular de 27 de abril do corrente ano, em que V. Ex.^a requisita desta Câmara informações acerca dos terrenos cultivados e não cultivados, dos produtos das diversas culturas com relação às superfícies que elas ocupam, sobre os animais

¹⁹¹ Ata da 6ª sessão da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 15 dias do mês de abril de 1869

¹⁹² Ata da 13ª sessão da Câmara Municipal de Petrópolis, 21 de dezembro de 1869.

dos estabelecimentos rurais que são neles produzidos e servem-lhes de instrumento de trabalho e finalmente sobre o sistema de cultura das terras, seus processos e ferramenta agrícola, cumpre-nos informar a V. Ex.^a que, apesar de termos envidados todos os esforços para com a maior aproximação possível darmos o devido cumprimento àquela circular, tornasse-nos impossível, por falta de dados em que nos baseemos, avaliar e discriminar as superfícies cultivadas e não cultivadas, podendo, contudo, sem escrúpulo assegurarmos a V. Ex.^a que os terrenos cultivados não excedem de um décimo do total. Ao segundo quesito, apenas poderemos indicar as diversas culturas do município, que são: o café, a cana, o milho, o feijão, a mandioca, a batata doce, a inglesa, o cará e todas as suas variedades, o algodão, em pequena escala, a forragem peculiar ao país, que não deixa de ser uma cultura importante no 1º distrito, bem como todas as espécies de flores naturais e exóticas em grande parte já aclimatadas, e as frutas, entre as quais não deixam igualmente de serem culturas rendosas as uvas, os marmelos, os pêssegos, sendo de maior importância as cinco primeiras mencionadas, e quase que extinta a batata, vulgarmente chamado inglesa, pela enfermidade que a tem destruído com intensidade e quase que do último período do tubérculo. Ao terceiro, possuímos dois verdadeiros estabelecimentos rurais, ainda nascentes, e onde se procriam com especialidade os muares, cavalares e cabrúns, impossibilitando, porém, a inconstância do clima, e principalmente no inverno, o progresso e desenvolvimento deles por ser excessiva a mortalidade e não estarem esses estabelecimentos adequadamente organizados. Finalmente ao 4º, que apenas nos consta ser no roteamento das terras empregado unicamente o arado americano de duas divetas por um ou outro lavrador das circunvizinhanças e por seis outros lavradores e fazendeiros que cultivam com maior extensão todas as culturas mencionadas, com especialidade a da cana, excetuando-se o café, cuja cultura é apenas seguida do lugar chamado Sumidouro em diante, e conquanto se desenvolva com facilidade em outros lugares e se ostente nos terrenos menos cansados um aspecto admirável, torna-se improfícua e assaz dificultosa pela irregularidade do amadurecimento dos bagos, que demandam intermináveis colheitas, crescendo que as súbitas e constantes mudanças da atmosfera, muito sensíveis e peculiares a essas regiões e outras causas gerais, trazem e acarretam ainda a queda prematura das frutas cujo prejuízo sobe ainda mais de 40 % e com justiça desanima de todo o agricultor. A cultura, pois, do café, que é seguida somente além do Sumidouro, é em geral em pequena escala, não tendo colhido até hoje o lavrador mais abastado nas melhores safras mais de 4.000 arrobas. Finalmente é, em geral, exato as diminutas exceções mencionadas, seguida ainda a rotina dos nossos avós com uma ou outra diferença adquirida pela experiência própria do lavrador, e como especialidade no 2º distrito, onde não nos consta haver entrado melhoramento algum nem sequer o próprio arado. Os terrenos acidentados e montanhosos e, além disso, pouco férteis, a falta de iniciativa devido aos poucos recursos dos lavradores se opõe a tentativas e experiências, contentando-se eles, por assim dizer, com a cultura extensiva e de mais fácil e pronta execução, que lhes dando pouco, é, contudo, certo e pronto o produto, enquanto que os processos e aquisições dos instrumentos aperfeiçoados, trazem-lhes despesas superiores as suas forças, e mais que tudo a demora nos resultados pela falta de prática e uso desses instrumentos, a que se opõe também

a natureza e conformação dos terrenos. Eis, Ex.^{mo} Sr., o que podemos informar a V. Ex.¹⁹³

Outra iniciativa a ser mencionada e que se relaciona, de alguma forma, com as atividades desenvolvidas pelos imigrantes, é a criação, em 1875, da Exposição Hortícola de Petrópolis, como fora proposto no relatório do Diretor da colônia em 1853. Ao que tudo indica, a fundação desta Exposição se enquadra na ideia de cidade modelo, sendo mais uma iniciativa para firmar os traços do “progresso”. O júri era de notáveis, as senhoras, lideradas pelo Palácio, se desdobravam na arrecadação de fundos beneficentes. Em 1879, encomenda-se um pavilhão, de natureza técnica, o que viria a ser o Palácio de Cristal. Os seus patronos eram o Conde D’Eu e a Princesa Isabel, o que garantiu o sucesso de seis exposições. Nota-se que, praticamente, não apareciam imigrantes da colônia expondo seus produtos. Na primeira exposição, os principais prêmios foram entregues para Fragoso, que fazia “política”, e o Sr. Binot, um “botânico” Frances,¹⁹⁴ que trabalhou nos jardins do palácio.¹⁹⁵

Além da presença de uma elite, que por si só gerava recursos para a cidade, existiam os recursos da Província e, mesmo o imperador, muitas vezes lançou mão de seu “bolsinho”. Tal apoio fica evidente na correspondência de D. Pedro II e seu mordomo. Para o Imperador,

Há aqui (Petrópolis) desejos de animar a horticultura e a criação de animais domésticos. Trata-se de dar nova vida a uma sociedade que já existe com essas vistas mas que as não tem podido realizar antes por falta de direção do que por ignorância; pois que alguns colonos possuem plantações muito bem tratadas. Já falei ao Superintendente e ao Diretor da Colônia para que fomentem a reorganização da Sociedade que mencionai e lembro-me da conveniência d’uma exposição anual com prêmios dados pela Casa Imperial e da requisição de publicações européias, principalmente alemãs, que tratem de horticultura e criação de animais domésticos, devendo ser depositadas onde possam facilmente consultá-las. A terra aqui presta-se em muitos lugares à horticultura e d’alimentos para animais domésticos sendo melhor prova disso algumas das colônias.¹⁹⁶

O mordomo faz algumas ponderações, principalmente de ordem orçamentária, e o Imperador o toca em seu ponto fraco: “Apenazinha d’água para sua filha, para

¹⁹³ Ata da 20ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 26 dias do mês de dezembro do ano de 1874.

¹⁹⁴ SODRÉ, Alcino. *Chronicas petropolitanas: o Palácio de Crystal*. In: **Centenário de Petrópolis**, op. cit. vol. II, pp. 129-30.

¹⁹⁵ SCHWARCZ, op. cit. p. 236.

¹⁹⁶ Apud. LACOMBE, Américo Jacobina. *A fundação de Petrópolis (o papel de Paulo Barbosa)*. In: **O centenário de Petrópolis**. Vol. II, p. 216.

Petrópolis”.¹⁹⁷

Na Câmara Municipal, um ofício do Conde D’Eu, como presidente do Conselho Diretor da Caixa Hortícola em Petrópolis, lista os oito vencedores da exposição, entre eles aparecem os imigrantes (ou descendentes) Lourenço Hoyer, expondo plantas ornamentais, com as quais ganhou a grande medalha de ouro e Carlos Meyer que ganhou a grande medalha de prata.¹⁹⁸ Tal premiação revela o pequeno destaque dos imigrantes na atividade agrícola, principalmente no que se referia a ganhos financeiros, o que não atingia os objetivos que norteavam a fundação destes núcleos coloniais, como já referido anteriormente.

Era a presença do Imperador que fazia com que os recursos fluíssem para a cidade. Como exemplo pode-se citar a primeira linha férrea do Brasil, construída pela Imperial Companhia de Navegação e Vapor, ligando a capital através da navegação e da estrada ferro à Petrópolis.¹⁹⁹

Em 1863, coincidindo com as observações de D. Pedro II no mesmo período, a imprensa protestava contra a derrubada das matas, argumentando que “Petrópolis não será nunca o celeiro do Rio de Janeiro. Suas terras são naturalmente fracas, quatro a seis anos são suficientes para exgotarem-na do húmus necessário”. Observação muito consoante com a do diretor da colônia que em seu relatório observava que “a colônia não tem condições necessárias para ser somente agrícola, como por vezes tem ponderado o Governo; nem os colonos professam os conhecimentos exclusivos de agricultura; porém como colônia fabril acha meios de engrandecer-se.²⁰⁰ E acrescentava:

Tratava-se de fundar aqui uma colônia agrícola; porém bem depressa se desvaneceram todas as esperanças, ou seja, que os taes colonos não entendessem absolutamente de lavoura, ou que o solo fosse ingrato, certa penúria começou a minar a nascente colônia. Foi um grande desapontamento, tanto para seus fundadores como para S. M. o Imperador, que amava os colonos como pupila dos seus olhos. Procurou-se contudo logo remediar esse grande contratempo. Criaram-se mil trabalhos na colônia para se achar pretexto de se dar

¹⁹⁷ Idem, p. 217.

¹⁹⁸ Ata da 9ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Petrópolis, ao 1º dia do mês de julho de ano de 1876

¹⁹⁹ SODRÉ Alcino, op. cit. vol. 2. p. 145.

²⁰⁰ SODRÉ, Alcino. Petrópolis na sua expressão geographica e climaterica. In: **Centenário de Petrópolis**, op. cit. Vol. III, p. 23

pão a ganhar aos colonos, que na verdade seja dito, nem por isso eram muito laboriosos²⁰¹.

Também Elysée Reclus, em sua obra sobre o Brasil, ressaltava:

Petrópolis acha-se na zona de atração do Rio de Janeiro: é o seu Versalhes. O dois mil bávaros e badenses, que o governo brasileiro ali estabeleceu em 1845, perto da residência imperial, tiveram o privilegio de habitar uma região muito salubre, e deveram, além disso, à proximidade do palácio de verão do imperador favores que não tiveram os colonos estabelecidos em outros lugares do paiz. Deram-lhes terras por preço mínimo, ou com adiantamento de grandes somas, e para facilitar o transporte de mercadorias construiu-se uma bela estrada de rodagem que por muito tempo foi cognominada o Simplon da América, e que em voltas pitorescas vai até Juiz de Fora. A cidade mudou de aspecto; não é mais uma colônia agrícola (Em verdade nunca o foi. Posto que o clima favorecesse variadas culturas, os alemães de Petrópolis nunca se dedicaram a elas, limitando-se quase exclusivamente a vender capim e leite – disse em nota a essa edição o seu tradutor Ramirez Galvão), mas um conjunto de palacetes, casas de campo e habitações comuns: tem ali residência os negociantes ricos do Rio, os estrangeiros e muitos diplomatas que julgam preencher suas funções junto ao governo brasileiro, a coberto dos insultos da febre amarela.²⁰²

Este mesmo assunto estaria presente na imprensa ao avaliar o fim da colônia e a elevação de Petrópolis à condição de município. Críticas eram dirigidas à falta de assistência aos colonos. Bem mais tarde, lia-se no *Mercantil*, em abril de 1880:

A primeira consequência da errada colocação destes colonos foi que muitos anos viveram eles à custa dos cofres da Província, que lhes pagava salários para conservarem estes canaes, construir muros de revestimento... estas elegantes alamedas que adornam os arredores do palácio imperial. Não era já cortezanismo, se esta foi a idéia primitiva, era a necessidade de dar aos alemães o que comer. Fundada a cidade, estabelecidos os colonos, criados esses pequeninos recursos de que hoje vivem, continua a província do Rio de Janeiro a despender grandes soma anualmente com a conservação destas ruas, destes empedamentos, destas pontes, canaes e jardins. Não conheço o algarismo nem tenho a mão o meio de verificar, julgo pelo que estou observando; mas consulte quem quizer o orçamento provincial... e examine a verba – caminhos coloniais. Porque a província parece ter vergonha de gastar tanto só com Petrópolis, e esconde o algarismo naquela verba falaciosa – caminhos coloniais!²⁰³

Arbos argumenta que os colonos não conseguiam formar pecúlio unicamente com os trabalhos agrícolas. Segundo o autor,

²⁰¹ Idem.

²⁰² RECLUS, Elysée, apud. SODRÉ, Alcino. Petrópolis na sua expressão geographica e climaterica. In: **Centenário de Petrópolis**, op. cit. Vol. III, p. 23.

Idem, p. 235.

²⁰³ Idem, p. 239.

A localização da colônia não foi feita com discernimento para o que dela se esperava; compunha-se ela de pouca terra arável e de qualidade medíocre. As encostas, desde que foram desbravadas, sofreram, sob a violência das chuvas tropicais.²⁰⁴

O mesmo autor estudou a qualidade do solo na região, detectando que a terra se tornava mais propícia para o cultivo na medida em que se afastava de Petrópolis em direção ao interior. Segundo ele,

Isto quer dizer que a colônia agrícola de Petrópolis foi fundada no trecho do município menos apropriado para a agricultura. (...) as batatas e os legumes, que eram os principais produtos, mal davam para o consumo da colônia, sendo grande parte dos víveres importada do Rio de Janeiro. Vemos, enfim, que a experiência de uma colônia agrícola falhou desde o início.²⁰⁵

Ao procurar atividades agrícolas que tivessem relações com as atividades dos antigos colonos, praticamente nada encontrou. Para Arbos, a única atividade agrícola que manteve vínculo com o período imperial foi a floricultura, êxito que atribuiu ao Frances Jean Batistte Binot:

desde sua chegada a Petrópolis em 1845, estabeleceu-se como ‘jardineiro-horticultor’, vendendo arbustos, flores, plantas de bulbo e arvores frutíferas. A casa por ele fundada logrou grande êxito, encontrando imitadores que se especializaram em floricultura seguindo seu exemplo. Há em Petrópolis cerca de 150 pessoas taxadas como floricultores; umas de estão à frente de grandes estabelecimentos, dos quais o maior é o dos descendentes de Binot, que nele continuam sua tradição.²⁰⁶

Na investigação sobre os destinos dos descendentes dos imigrantes na década de 1930, procurando saber o que teria acontecido ao núcleo alemão dos primeiros tempos, o autor esclarece que seus descendentes renunciaram, de maneira geral, ao trabalho da terra. Quando herdeiros de um pedaço de terra colhiam poucos legumes e tiravam pouco leite, servindo apenas para o consumo doméstico:

Adquiriram uma certa segurança material à qual ajuntam a habitação que receberam de seus antepassados, o que é tanto mais apreciável que a maioria não se eleva acima da média, nem mesmo da pequena burguesia: comerciantes, empregados, funcionários e muitas vezes operários das fábricas.²⁰⁷

Ainda o mesmo autor esclarece que

Na colônia primitiva, os antigos permaneceram fieis às tradições da mãe-pátria, conservando a religião e a língua maternas, o espírito

²⁰⁴ ARBOS, Philipe, op. cit. p. 200.

²⁰⁵ Idem, p. 201.

²⁰⁶ Idem, pp. 199, 200 e 201.

²⁰⁷ Idem, p. 219-221

alemão e não se naturalizando; (...). Em compensação ao lado deles, as jovens gerações da “pátria brasileira” já formavam falanges quinze anos depois da fundação da cidade; adotavam a língua e os costumes do país, principalmente as mulheres, (...) que o explica pelas relações mantidas com os brasileiros e em particular com os veranistas, e facilitadas pela miséria dos primeiros tempos. Uma causa mais certa da assimilação foi o gênero de vida dos primeiros colonos; eles não eram simplesmente agricultores ligados à terra, mas trabalhadores em construções, artistas e operários, obrigados desde o começo a relações quotidianas com os brasileiros e à aprendizagem, por necessidade, da língua portuguesa. Mais tarde as fábricas contribuíram para o mesmo resultado, fazendo trabalhar, lado a lado, brasileiros e descendentes de colonos. Maul observou que os alemães que fundaram indústrias, se foram úteis aos petropolitanos de origem germânica, não serviram tanto ao germanismo nacional, “volkisch”.²⁰⁸

Entretanto, a população de origem alemã agrupa-se, numa certa medida, em torno de indústrias de alemães, como ao redor do padre e do médico alemães, da escola e da sociedade beneficentes alemãs, do Turnverein alemão. Embora não fale, senão muito deformada, a língua de seus antepassados, conserva ainda uma certa individualidade, de que se encontra prova, surpreendente, por inesperada, em indivíduos de olhos azuis e cabelos louros: imagem nórdica que contrasta com o tipo físico geral, mas que não fica deslocada nesta cidade fresca e verdejante.²⁰⁹

A título de comparação, situação muito semelhante aconteceu com a instalação da Colônia Agrícola D. Pedro II em Juiz de Fora. Se na opinião de Paulo Barbosa, a instalação da Imperial Colônia de Petrópolis serviria para “animar” outros fazendeiros, Mariano Procópio foi um destes. Suas iniciativas se relacionavam diretamente com as atividades em Petrópolis. Em primeiro lugar, por construir a Rodovia União Indústria, que ligava Petrópolis a Juiz de Fora e, em segundo lugar, por instalar um núcleo colonial de imigrantes germânicos, que manteriam estreitas relações com os imigrantes de Petrópolis.

Assim, em consonância com aquele espírito de modernização do país já mencionado, que estava por traz das melhorias das estradas e da instalação dos núcleos coloniais, um dos empreendimentos levado à frente por fazendeiros cafeicultores de Juiz de Fora, liderados por Mariano Procópio, e que lhes valeu o título de “nova classe empresarial”, foi a constituição da Companhia União Indústria, encarregada da construção da Rodovia União Indústria e da instalação da Colônia Agrícola D. Pedro II. Esta Cia. foi constituída em 1852, portanto nove anos após a criação de Petrópolis, com capital inicial de 5.000.000\$000, dividido em 10.000 ações, distribuídas entre os

²⁰⁸ Idem, p. 220.

²⁰⁹ Idem, p. 221.

proprietários das terras por onde passaria a rodovia. Em troca da construção da estrada, o governo imperial concedia a exploração do empreendimento durante 50 anos. Em 1856, o Governo da Província do Rio de Janeiro sugeriu a construção do trecho entre Paraíba e Petrópolis, ligando as duas províncias. Proposta recusada pela Cia. Mauá, contudo, aceita pela Cia. União Indústria. Além deste trecho, a estrada teria como terminais as cidades de São João D'El Rey, a oeste, e Ouro Preto, capital da Província.

Apesar da Cia. ter construído o trecho entre Petrópolis e Juiz de Fora, o restante do projeto não se concretizou. Já em 1860, a Cia. apresentava sinais de esgotamento econômico, solicitando a encampação por parte do governo imperial. Novo pedido seria apresentado, em 1864, e, finalmente, em 1869, o governo assumiria as dívidas da Cia.²¹⁰

As explicações para o fracasso do empreendimento, que foram apresentadas pelo presidente da Cia. à Câmara dos Deputados, parecem não ter convencido seus contemporâneos. Num dos pedidos, o presidente da Cia. confessaria arrependimento pela construção do trecho até Petrópolis, argumentando que a Cia. se viu "forçada a aceitar as condições recusadas pela Cia. Mauá e encarregar-se de uma tarefa que de antemão reconhecia superior às suas forças".²¹¹ Em resposta, um deputado da Província mineira alegava não ter conhecimento de qualquer coação na época do contrato, acusando aquele arrependimento tardio de pretender somente a encampação. Também a "Comissão de Comércio, Indústria e Artes", presidida por Tavares Bastos, negaria o pedido da Companhia União Indústria.²¹²

O projeto de Mariano Procópio muito se assemelha ao projeto de Petrópolis. Apesar de não construir um palácio, construiu um palacete, que ficaria rodeado de imigrantes, repetindo o mesmo ambiente que era experimentado na Corte de Verão. Para a comparação entre os empreendimentos, torna-se fundamental contextualizar este "fracasso" do projeto "modernizante" da Cia. De início, é reconhecer a importância das tentativas de solucionar o problema dos transportes no período, principalmente, em Minas Gerais, onde os caminhos eram extremamente precários.²¹³ O mau estado das

²¹⁰ STEHLING, José Luiz. Juiz de Fora, a Companhia União Indústria e os alemães. Juiz de Fora: Ed. Da UFJF, 1979, pp. 119 - 147.

²¹¹ Idem, p. 124.

²¹² Idem, pp. 124 e 239.

²¹³ COSTA, Emília V. da. Da senzala à colônia. São Paulo: DIFEL, 1966.

estradas de Minas Gerais causava um pesado ônus para a produção.²¹⁴ Contudo, ainda que a Rodovia União Indústria tenha solucionado provisoriamente o problema, entendemos ser um tanto exagerado afirmar que esta estrada "revolucionou" o sistema de transportes em Minas Gerais como defende alguns.²¹⁵

Cabe lembrar que em 1855, portanto, apenas três anos após a constituição da Cia., em São Paulo, já se fazia referência a um plano para o desenvolvimento da ferrovia no Estado²¹⁶. Também, em Minas Gerais, em 1857, fez-se referência à possibilidade da Estrada de Ferro D. Pedro II chegar ao Estado²¹⁷. Ainda que as condições topográficas do solo mineiro não favorecessem o rápido desenvolvimento das ferrovias, o fato é que "revolução" nos transportes para o período significou implantação de ferrovias e não rodovias. Muitos políticos contemporâneos da Rodovia União Indústria entendiam que as estradas deveriam ser construídas em função dos traçados das ferrovias.

Daí entende-se o "fracasso" da Cia. União Indústria. A expectativa de exploração da empresa era de cinquenta anos, mas após treze anos, este projeto seria comprometido com a chegada da Estrada de Ferro D. Pedro II. Sem contar que mesmo antes da estrada de ferro a Cia. já se encontrava em condições financeiras precárias e que, o mais importante, não chegou a cumprir nem 1/3 de seu projeto inicial. Na verdade pode-se afirmar, do ponto de vista estritamente empresarial, a Cia. União Indústria foi um péssimo investimento.

Sem considerar este fato, alguns autores atribuíram a industrialização em Juiz de Fora não somente ao desenvolvimento da cafeicultura e mais à construção da Rodovia União Indústria, responsável por uma maior circulação de mercadorias e uma concentração de capitais. Neste ponto, faz-se necessário tecer algumas ponderações: (1) a rodovia foi construída a partir de Juiz de Fora, por ser este o município com a maior capacidade de produção e expansão das plantações de café, portanto a construção da rodovia se deveu exclusivamente ao desenvolvimento da cafeicultura; (2) a construção da rodovia, ainda que provocasse uma maior concentração e acumulação de capitais na

²¹⁴ Um dos argumentos de Mariano Procópio para valorizar a construção da Rodovia União Indústria era de que, devido aos obstáculos geográficos, a ferrovia demoraria muito a chegar na região. Enquanto isso a rodovia prestava serviços aos negócios do café. Ver: ESTEVES, Albino. Mariano Procópio.

²¹⁵ GIROLETTI, Domingos, A industrialização de Juiz de Fora: 1850-1930. Juiz de Fora: Ed. da UFJF, 1988. p. 32.

²¹⁶ COSTA, Emília V. da, op. cit., p. 62.

²¹⁷ IGLÉSIAS, Francisco, op. cit., p. 157 e 9.

cidade, necessariamente não produziria o surgimento das oficinas e indústrias particulares, pois era necessário que estes capitais se transformassem em investimentos industriais e, portanto, era necessário a existência de agentes sociais neste processo de conversão; (3) a rodovia foi um negócio de fazendeiros para atender a demanda da cafeicultura, não havendo uma intenção industrializante, apesar de ter gerado várias pré-condições para o desenvolvimento da indústria local, com a instalação de oficinas de manutenção de transportes, a importação de mão de obra especializada, instalação de olaria e outras atividades periféricas, necessárias ao empreendimento. Considerar os resultados do processo como previsto no projeto inicial, me parece, é incorrer no erro de analisar teleologicamente a história.

Outro empreendimento da Cia. apontado pela historiografia como fator fundamental na industrialização de Juiz de Fora e que também aparece como explicação para a instalação das indústrias em Petrópolis, foi a contratação de artífices para a construção e manutenção dos serviços da rodovia e a instalação de uma colônia agrícola de imigrantes alemães.

Aqui, também, é necessário contextualizar o problema da imigração para o Brasil no período. Em primeiro lugar, é importante lembrar que a contratação de artífices era uma demanda de todos os empreendimentos que necessitassem de mão de obra, minimamente, especializada. Em tais casos, decorrente da preocupação de não desviar braços da lavoura, o governo incentivava a imigração. Logo, ao se contratar imigrantes não havia intenção industrializante.

As evidências demonstram que de fato alguns destes artífices instalaram as primeiras indústrias em Juiz de Fora entre as décadas de 1850 e 1880. Contudo, corre-se o risco de anacronismo e esquematismo relacionar este fato com a iniciativa da Cia. e não com as iniciativas dos próprios imigrantes. Não me parece razoável supor que as iniciativas dos imigrantes estivessem previstas no projeto inicial da Cia. Na reflexão sobre tal relação é necessário considerar outros elementos, como se verá em capítulo posterior. Se há um "mérito histórico", este pertence, principalmente, aos agentes diretos, num primeiro momento, os imigrantes germânicos, especialmente aqueles portadores de uma mentalidade "protestante" ou "capitalista".

O fracasso da Companhia União Indústria, contudo, não impediu que os fazendeiros continuassem a buscar uma solução para o problema dos transportes. A prova está na construção da Estrada de Ferro D. Pedro II (1873) e da Estrada de Ferro

União Mineira (1887), e suas ramificações responsáveis pela a malha ferroviária na Zona da Mata Mineira. Mesmo assim, são várias as reclamações sobre corrupção, disputas políticas descabidas e má conservação das estradas e passagens.²¹⁸ Além disso, vários foram os entraves causados pelas diferenças de bitolas em diversos pontos, falta de um planejamento mais amplo como bem nota P. Blabenhein.²¹⁹

Quanto aos imigrantes da colônia agrícola, estes devem ser considerados no contexto da política imperial responsável pela instalação dos núcleos coloniais. Ainda que tal política tenha se voltado mais para a ocupação de áreas "vazias", distantes de concentrações escravistas, em Minas Gerais este tipo de imigração teve lugar com a criação da Colônia Militar do Urucu, a Colônia do Mucuri, ambas mais ao interior, e a Colônia D. Pedro II, em Juiz de Fora.

Cabe observar a singularidade da implantação de uma Colônia em área de concentração escravista. Apesar de estes núcleos coloniais serem bem vistos pelos fazendeiros do Vale do Paraíba, diferentemente dos fazendeiros paulistas, muito mais preocupados com o abastecimento imediato de mão de obra para as suas lavouras, aponta-se Juiz de Fora como, provavelmente, o único caso onde imigrantes se instalaram com a propriedade da terra em região de expansão cafeeira. Aqui, o empreendimento parece um tanto inadequado, explicando em grande parte, o fracasso do projeto agrícola.

O projeto da Colônia D. Pedro II, como não poderia deixar de ser, não obteve resultados. Mesmo antes da Cia. entrar com pedido de falência, o mal estar dos imigrantes emergiu durante a visita de um embaixador da Prússia, em 1876. Eles enfrentavam diversos contratemplos: desde a falta de mercado para seus produtos, a cobrança indevida dos custos de viagem pela Cia., problemas burocráticos e até aos conflitos religiosos. Já na década de 1870, a colônia estava quase abandonada, sendo extinta, oficialmente, em 1883.²²⁰

Como no caso dos artífices, a participação ou não dos colonos nas atividades industriais da cidade escapa completamente aos objetivos iniciais da Cia. Sua preocupação central era com a implantação de uma agricultura voltada para o abastecimento do mercado interno e não com o desenvolvimento industrial. Embora a

²¹⁸ Ver Jornal *O Pharol*, dias 15.06.1882, 14.04.1883, 04.02.1885, 28.03.1885 e 12..11.1885.

²¹⁹ BLABENHEIN, Peter, op. cit., p. 13.

²²⁰ STEHLING, José Luiz, op. cit., p. 240.

Companhia União Indústria seja vista por parte da historiografia como um sinal de "avanço" dos fazendeiros da Zona da Mata Mineira, na verdade, deixa entrever certo "atraso" em relação às opiniões e proposições mais "modernas" para a época. Curiosamente, não deixa de ser um paradoxo o fato destes dois empreendimentos "fracassados" terem proporcionado o surgimento da indústria em Juiz de Fora, ainda que de forma indireta e involuntária.

Neste sentido, é possível identificar o mesmo paradoxo em Petrópolis. Apesar do grupo palaciano e de D. Pedro II terem adotado a ideia da colonização para a diversificação da agricultura, a colônia agrícola em si foi um fracasso. Devido às características geográficas e urbanas de Petrópolis, sua tendência natural era de se desenvolver como núcleo urbano. Considerando que a grande maioria dos imigrantes era de origem urbana, entre os quais contavam-se muitos artesãos e operários, contribuindo significativamente para definir a identidade urbana da localidade.

Ademais, como uma Corte de veraneio, boa parte da elite do Rio de Janeiro construiu ali palacetes, adotando o hábito de hospedar-se no verão, gerando assim demandas de serviços variados. Somou-se a isso, a maior oferta nos transportes com a construção da Rodovia União Indústria e mais tarde, da estrada de ferro. Estes fatores contribuíram para que a jovem colônia de Petrópolis fosse elevada à condição de município em 1860.

Certamente o projeto utópico de regeneração da agricultura com a mão de obra livre, em Petrópolis, não deu resultado. Em compensação, o que era fracasso na agricultura encontrou muito sucesso nas atividades urbanas, ou seja, o fracassado projeto agrícola acabou por gerar muitos benefícios ao desenvolvimento urbano, inclusive dos próprios imigrantes. No que diz respeito à criação da Corte de verão, como a instalação da Imperial Colônia, conclui-se que os palacianos acabaram por "escrever o certo em linhas tortas". O palácio-cidade garantia a presença de uma elite com posses e, ainda que o Imperador "negligenciasse" a sociedade de Corte, proporcionou centenas de estadias para a família imperial, que a seu modo deu o tom local, da fundação da cidade ao fim da monarquia. A instalação da colônia agrícola, mesmo em terras inadequadas, garantiu a entrada contínua de recursos da Província e, aliado a outros fatores, contribuiu para o desenvolvimento urbano, deixando Petrópolis em condição privilegiada.

Os palacianos, no momento de realização de seu projeto moveram-se com pressa, deixando de dar a devida atenção às condições climáticas de Petrópolis. Ora, as “copiosas chuvas” não só impediam o desenvolvimento da agricultura por retirar o húmus da terra, tornando-a infecunda. As “copiosas chuvas” rebatiam diretamente no humor da época, transformando D. Pedro II em alvo de piadas constantes como se vê na charge de Ângelo Agostini, onde o monarca figura sempre protegido por um guarda-chuva na subida para Petrópolis.²²¹ Contudo, ainda que o imperador ficasse debaixo de chuva e em meio a terras improdutivas, os recursos fluíam.

O que, definitivamente, não estava inscrito no projeto palaciano era a incômoda presença de imigrantes protestantes no meio da Corte de Verão. A existência deste “outro” foi uma novidade no cenário nacional e esteve na base de vários conflitos políticos, contribuindo decisivamente para a Questão Religiosa no final do Império. Este aspecto torna-se mais relevante quando se considera o fato de que alguns destes acatólicos alcançaram destaque econômico em Petrópolis, contribuindo de forma decisiva para o desenvolvimento urbano-industrial daquela cidade.

Por que instalar súditos protestantes num Império “Católico”? Por que não? Por que o grupo dominante naquele momento não impediu ou restringiu a entrada de imigrantes protestantes, considerando o caráter oficial da Igreja e do Estado. Existia intenção de recrutar imigrantes protestantes? Para tentar responder estas e outras questões, torna-se necessário compreender as características da religiosidade do grupo que promovia a imigração naquele período. A relação entre a Igreja e o Estado se dava dentro dos marcos do regime do padroado, que por sua vez, marcava a religiosidade dos grupos políticos que controlavam o Estado. Assim, aponta-se que o regime do padroado refletia o indiferentismo religioso do grupo palaciano que coordenou os primeiros esforços da imigração, sendo esta a única explicação encontrada para o acontecimento.

²²¹ Carvalho observa que o caricaturista Bordalo retrata sistematicamente o imperador carregando uma maleta e um guarda-chuva. A maleta parece ser uma referência ao “homem de ciência”, faceta cultivada pelo imperador. Schwarcz, sugestivamente molda a frase “a ciência sou eu”. Quanto ao guarda-chuva, tudo indica que era uma referência a Petrópolis.

III – RELIGIÃO E IMIGRAÇÃO

III.1- O REGIME DO PADROADO E A HERANÇA COLONIAL.

Sergio Buarque de Holanda chama atenção para o fato de que a unificação precoce do Estado português teve como contrapartida a manutenção de muitos elementos arcaicos.²²² Entre estes elementos, destaca-se a particular religiosidade dos monarcas portugueses e sua tradição de devoção à autoridade papal. Da mesma forma, Gilberto Freire ressalta que a formação portuguesa é antes religiosa do que etnocêntrica, marcando o Estado português através da construção de toda uma legislação, onde os grandes crimes eram aqueles que possuíam a perspectiva religiosa.²²³

É inegável que o colonialismo econômico da Espanha e de Portugal esteve intimamente ligado à Igreja Católica e sua doutrina. Da mesma forma que se conquistava mercados, terras e escravos, conquistavam-se almas. No caso do Brasil, devido à ausência de ouro e prata, o interesse religioso nos primeiros tempos parece ter sido mais forte que os interesses mercantis.²²⁴ Mesmo considerando a força da religião e motivação religiosa da unificação e a expansão Ibérica, a centralização do poder nas mãos do rei leva, inevitavelmente, o Estado a invadir o setor eclesiástico. Este processo será uma marca constante em Portugal, percorrendo o longo período que se estende do século XVI ao século XX.²²⁵

A relação da Igreja com o Estado que se consolidaria como o Regime do Padroado teve início no contexto da Era Moderna, quando Roma concedeu vários privilégios aos reis portugueses por sua luta contra os mouros e por espalhar o catolicismo pelo mundo, num claro contra ponto com a Reforma Protestante. À autoridade real foi outorgado o direito de indicar os bispos e prelados, arrecadar o dízimo, bem como o direito de recurso ao governo em questões de disciplina

²²² HOLANDA, Sergio Buarque de. **A visão do paraíso: os motivos edênicos da descoberta do Brasil**. 4 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1985.

²²³ FREIRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 31 ed.- Rio de Janeiro: Record, 1996. p. 242.

²²⁴ Idem.

²²⁵ CATROGA, Fernando. **Entre deuses e Césares: secularização, laicidade e religião civil**. Ed. Almeida, Lisboa, 2006.

eclesiástica e o direito de censurar os documentos provenientes de Roma, inclusive encíclicas. Estabeleceu-se, assim, o regime do padroado.²²⁶

As concessões foram conseguidas paulatinamente. Primeiro, o rei obteve o direito de nomear os novos bispados. Aos poucos Roma foi cedendo suas prerrogativas nas antigas catedrais, onde permanecia a nomeação pontifícia. A criação da Ordem de Cristo foi determinante para a administração das novas terras descobertas. Roma transferiu o governo espiritual para a coroa, isenta da jurisdição de qualquer bispo, ficando todas as decisões sujeitas ao prior do convento central da Ordem. Duas bulas de 1514 mencionam pela primeira vez o padroado real nas colônias portuguesas e conserva a competência fiscal para a cobrança dos dízimos, com os quais o Estado continuava a manter a Igreja nos seus domínios. Daí em diante, a hierarquia eclesiástica se desdobra dentro deste esquema.

A presença efetiva da Igreja no Brasil se deu com a criação do bispado de Salvador, cujo bispo exercia sua jurisdição por toda a colônia. A mesma bula determinava o sistema do padroado como escolha das autoridades religiosas. O padroado se afirmou então com o controle das nomeações das autoridades eclesiásticas e a direção das finanças da Igreja.²²⁷

Esta tradição permanecerá por um longo período em Portugal, culminando com a expulsão dos jesuítas decretada por Pombal. A partir deste ponto ganha curso, entre as elites políticas e intelectuais, um sentimento antijesuítico que, com a revolução liberal (1820-1834), seria incorporado a um anticongregacionismo mais geral, culminando com uma segunda onda de extinção das ordens religiosas e de nacionalização dos bens das congregações.²²⁸

Neste sentido, os liberais portugueses não confundiam o seu anticlericalismo com a valorização positiva do papel da religião e da própria Igreja, desde que esta fosse reformada e pudesse funcionar como uma espécie de religião cívica e nacional.²²⁹

Com a crescente hegemonia liberal, o legado anticlerical ganhou um tom mais radical. A contestação do poder da Igreja e do comportamento dos seus membros se

²²⁶ CARVALHO, José Murilo. **D. Pedro II**. São Paulo, Cia. das Letras, 2007, p. 150

²²⁷ HOLANDA, Sérgio. **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo I, 2 volume, 4 ed. São Paulo, DIFEL, 1977. pp. 51-58

²²⁸ CATROGA, op.cit. p.360

²²⁹ Idem, p.361.

transformaria em crítica à própria essência das religiões, tornando o laicismo sinônimo de livre pensamento e de descristianização.²³⁰

Ainda que as correntes políticas no Brasil guardassem traços semelhantes com as de Portugal, a partir da formação do Estado Nacional, as posições vão ganhando direções diferentes. A precária condição da Igreja colonial, uma religiosidade popular “mestiça”, a reduzida elite interessada no tema e a pressão da imigração, especialmente a protestante, influenciaram o comportamento das elites. São fatores que concorreram para as significativas diferenças entre o modelo de secularização português e o processo brasileiro.

É indiscutível o papel da Igreja no processo de fundação do Brasil. Instalada quase sem vontade, sem os metais e as pedras preciosas, com poucos homens disponíveis, devido à grande demanda que se abria nas Índias, o Brasil foi por um tempo uma colônia menor. “Somente pau-de-tinta e almas para Jesus Cristo.”²³¹ A perspectiva religiosa passou a dominar a própria forma de olhar e julgar a colônia. Apesar das “atenuações plausíveis”²³² a que se refere Sergio Buarque de Holanda, ao comparar os elementos da fantasia religiosa presente no Brasil colonial com os que se manifestaram na América Espanhola do mesmo período, a perspectiva religiosa é dominante nos modos de enxergar a colônia: como paraíso, – domínio de Deus, ou como inferno, - domínio do Diabo. Como lembra Laura de Mello e Souza, para frei Vicente Salvador, considerado o primeiro historiador, o demônio levou a melhor, pois o nome Brasil prevaleceu sobre o da Terra de Santa Cruz. Da mesma forma, a perspectiva se manifesta em Jabotão, para quem a descoberta das novas terras deveu-se à intervenção divina.²³³

É, ainda, a mesma perspectiva religiosa que promoveria a edenização da natureza e a demonização dos homens. Laura de Mello e Souza destaca que:

Os portugueses se imbuíram sinceramente de seu papel missionário. ‘Os outros homens por instituição divina têm só obrigação de ser católicos: o português tem obrigação de ser católico e de ser apostólico. Os outros cristãos têm obrigação de crer a fé: o português tem a obrigação de a crer e mais de a propagar’, dizia Vieira, um século e meio após a descoberta. Para zelo missionário, o exemplo vinha de cima: o rei – ‘Todos os reis são de Deus feitos pelos homens:

²³⁰ Idem, p. 362.

²³¹ FREIRE, op. cit. p. 242.

²³² BUARQUE, **A visão do paraíso**, op.cit. p.127.

²³³ SOUZA, Laura de Mello. **O diabo e a Terra de Santa Cruz**. p. 29

o rei de Portugal é de Deus e feito por Deus e por isso mais propriamente seu' – e do próprio Deus, que elegera os portugueses dentre os demais povos, numa espécie de repetição da história de Israel.²³⁴

A colônia, primeiramente vista como paraíso, depois como terra demonizada, ganharia na sequência novo status religioso: o purgatório. Purga-se o açúcar, purgam-se as almas. O degredo ganhava dimensão religiosa, extirpando pecados, salvando-se almas.²³⁵

A perspectiva religiosa permaneceu no imaginário da época projetando sua sombra em todas as visões sobre o Brasil:

Natureza edênica, humanidade demonizada e colônia vista como purgatório foram as formulações mentais com que os homens do Velho Mundo vestiram o Brasil nos seus três primeiros séculos de existência. Nelas, fundiram-se mitos, tradições europeias seculares e o universo cultural dos ameríndios e africanos. Monstros, homem selvagem, indígena, escravo negro, degredado, colono que trazia as mil faces do desconsiderado homem americano, o habitante do Brasil colonial assustava os europeus, incapazes de captar sua especificidade. Ser híbrido, multifacetado, moderno, não poderia se relacionar com o sobrenatural senão de forma sincrética.²³⁶

Assim, a religiosidade colonial, comandada pelo catolicismo da Igreja Católica, revelava sua especificidade no encontro de tradições portuguesas, moçarabes, judaicas, indígenas e negras. Formou-se uma cultura católica com dois pólos: a mão de ferro da Inquisição, de um lado, e a liberalidade dos capelães das casas-grandes, de outro.

Se a religiosidade colonial guardava suas especificidades, o mesmo pode ser dito sobre a relação Igreja e Estado. A Igreja na colônia se traduziu numa Igreja mitigada, sobretudo se comparada à Igreja na metrópole e mesmo nas colônias espanholas. Os conflitos entre o poder civil e a Igreja precocemente se manietariam.

Durante todo o período colonial a disputa entre as duas instituições foi uma constante. O conflito inicial forneceu a medida do que se tornaria uma prática. Em sua breve passagem pela colônia, o primeiro bispo nomeado para Salvador sustentou duas lutas: uma contra os jesuítas e outra contra o Governador. A primeira evidenciou o choque entre duas mentalidades: a da Renascença, representada pelo governador, e a da Contra-Reforma, de que eram as expressões máximas os jesuítas. Na disputa contra o governador, o bispo cobrava a manutenção dos costumes cristãos. Ao final da rusga,

²³⁴ Idem p. 33.

²³⁵ Idem, p. 78.

²³⁶ Idem p. 85

O rei terminou por convocar o bispo, o que não deixou de constituir uma vitória parcial do governador. Com o naufrágio e posterior matança canibalesca, encerrou-se tragicamente a primeira disputa no Brasil em torno do papel da Igreja.²³⁷

Durante mais de um século, o Brasil contou apenas com a diocese de Salvador. Sucederam-se oito bispos e não foram registrados grandes conflitos entre o poder dos bispos e a ordem civil. Somente nos anos de 1676 e 1677 é que foram criados os bispados do Rio de Janeiro e de Olinda, ambos ligados à Bahia. O bispado do Maranhão era ligado diretamente a Lisboa. Em 1719 foi criada a diocese de Belém, também sufragânea de Lisboa. Depois, só em 1745, é que seriam criados os arcebispados de Mariana e de São Paulo, ambos ligados à Bahia.²³⁸

As peculiaridades da vida religiosa na colônia exigiam legislação específica diante dos grandes temas debatidos após a descoberta do novo continente.²³⁹ Em 1702, o quinto arcebispo da Bahia, Dom Sebastião Monteiro de Vide, realizou o primeiro sínodo que resultou nas Constituições do Arcebispado da Bahia.²⁴⁰ Sem dúvida, tal empreendimento representou um grande passo para a regularização da Igreja no Brasil.²⁴¹

A instalação de cada uma destas sedes da Igreja contou com suas particularidades. Talvez, o traço comum tenha sido as disputas com o poder civil. Estes conflitos estiveram presentes em vários momentos da colônia.

Em poucos lugares registraram-se tantos conflitos entre a Igreja e o poder civil como na prelazia do Rio de Janeiro. A própria criação da prelazia não contava com o apoio da população, que via na presença da autoridade religiosa uma ameaça não apenas à conduta de escravizar os índios, mas ao relaxamento dos costumes de maneira geral. O primeiro prelado faleceu com suspeita de envenenamento, o segundo, após uma série de recusas de outros prelados. Suas relações com a população também não foram boas, marcadas por muitos conflitos que levaram a sua morte por envenenamento em 1629.²⁴²

O Rio de Janeiro continuou a assistir novas escaramuças. Faltava à autoridade religiosa, exatamente, o clero, que era recrutado nas piores condições. O ponto

²³⁷ HOLANDA. op.cit. p. 60

²³⁸ Idem, p. 56.

²³⁹ HOLANDA, op. cit. p. 57.

²⁴⁰ Constituições primeiras do Arcebispado da Bhaia/ Sebastião Monteiro da Vide; estudo introdutório e edição Bruno Feitler, Evergton Sales Souza; Istcan Jancsó, Pedro Puntoni (organizadores). São Paulo: Ed. Da USP. 2010.

²⁴¹ HOLANDA, op. cit. p. 57.

²⁴² Idem, p. 62

nevrálgico continuava sendo a condenação da Igreja à escravidão indígena. A resistência dos escravistas persistia. Estes mostravam-se cada vez mais audaciosos, chegando ao ponto de introduzir um barril de pólvora na residência do prelado. Um novo prelado foi instalado sem que os conflitos cessassem ou diminuíssem. As desventuras culminaram com disparos de canhão na prelazia, quando instalou-se uma sindicância cujo desfecho deixa entrever a situação da prelazia. Não só os agressores foram inocentados como o prelado foi condenado a pagar as custas processuais. A história do bispado não é mais animadora, apesar de alguns ganhos, como a criação do Seminário São José, a disputa em torno das relações escravistas e a disciplina dos costumes permaneceu.²⁴³

Em Minas Gerais os conflitos não foram tão agudos. Entretanto, a inexistência de ordens religiosas, durante todo o período colonial é uma característica da formação religiosa na região aurífera. A cobiça pelo ouro levou a coroa a proibir o estabelecimento de conventos e casas religiosas durante todo o período colonial. Apenas no reinado de D. João VI que os lazaristas conseguiram se estabelecer na Serra do Caraça.²⁴⁴

Também a diocese de São Paulo não assistiu disputas tão acirradas entre bispos e cabido como no Rio de Janeiro, o que não significa que os conflitos não tenham existido. Certa agitação contra os jesuítas foi uma constante. A liberdade dos índios, defendida ardorosamente pelos inacianos, chocava-se com o interesse de parte considerável da população, ávida por braços para as lavouras e outros serviços. Como complemento, assistiu-se a desunião de vários grupos religiosos e o conflito entre as ordens religiosas.

Significativo na diocese de Pernambuco foi o conflito entre o bispo e um juiz de fora, que terminou com ordem régia transferindo o bispo para Lisboa. Na diocese do Maranhão também envolveram os jesuítas e a questão indígena, provocando muitos incidentes, sempre com a intervenção do poder civil. A defesa da liberdade dos índios não foi o único motivo de conflito entre bispos e população civil. Decidido a acabar com o concubinato, o segundo bispo instaura uma série de processos, promovendo a prisão de vários acusados. A reação das autoridades civis foi imediata e os presos foram libertados. O conflito continuou com a insistência do bispo até que sua residência foi

²⁴³ Idem, p. 63.

²⁴⁴ Idem, p. 65.

cercada pela força militar, obrigando-o a um acordo. Novos embates ocorreram. O poder dos bispos foi sempre alvo de questionamento e marcado por certa dubiedade. Quando recorriam à Corte não obtinham sucesso.²⁴⁵

Além do confronto constante, a autorização de criação dos seminários episcopais pelos jesuítas foi postergada até 1747. Com a expulsão da Ordem, vários deles foram fechados temporária ou permanentemente, como o caso dos seminários episcopais da Bahia, Paraíba, Maranhão, Mariana, São Paulo e Para. “O único mais estável foi o do Rio de Janeiro, criado em 1739, independente dos jesuítas. Após a expulsão, o único seminário episcopal a ser criado foi o de Olinda, em 1800.”²⁴⁶

Os exemplos permitem afirmar que a ação dos bispos no Brasil colônia foi, sistematicamente, inibida pelo poder civil. O Estado retirou da Igreja sua capacidade disciplinar e produziu embaraços para a sua hierarquia durante toda a fase colonial. Na análise sociológica da expressão popular “vá queixar-se ao bispo”, Gilberto Freire afirma que tal expressão funda-se na percepção do povo acerca da impotência da autoridade religiosa em solucionar os conflitos sociais.²⁴⁷

Na colônia, a Igreja poderosa foi substituída pela casa-grande. Mesmo sendo a fé religiosa o elemento articulador da sociedade, na ausência de nexos político ou da unidade étnica, a Igreja de fato atuante é a capela de engenho. Freire afirma a ausência de clericalismo no Brasil, cabendo aos jesuítas a representação algo semelhante. Porém, desde cedo eles identificaram nos senhores de engenho os seus grandes rivais. Já os outros religiosos, ainda conforme Gilberto Freire:

acomodaram-se, gordos e moles, às funções de capelães, de padres-mestres, de tios-padres, padrinhos de meninos, a confortável situação de pessoas da família, de gente de casa, de aliados e aderentes do sistema patriarcal, no século XVIII muitos deles morando nas próprias casas-grandes. Contra os conselhos, aliás, do jesuíta Andreoni que enxergava nessa intimidade o perigo da subserviência dos padres aos senhores de engenho e do amasiado contato - não diz claramente, mas o insinua em meias palavras - com negras e mulatas moças. A seu ver devia o capelão manter-se familiar a Deus, e não de outro homem, morar sozinho, fora da casa-grande e ter por criada escrava velha. Norma que parece ter sido seguida raramente pelos vigários e capelães dos tempos coloniais.²⁴⁸

²⁴⁵ Idem, p. 67.

²⁴⁶ CARVALHO, Jose Murilo. **A construção da ordem**. p. 182

²⁴⁷ FREIRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 31 ed. Rio de Janeiro: Record, 1996. p.194.

²⁴⁸ Idem, p.195

Freire ressalta que o interesse de procriação abafou a ortodoxia católica. Os santos ganharam características sensuais, eleitos protetores do amor e da fecundidade agrícola. Festas, como a de São João visam à união dos sexos, rezava para São Pedro na esperança de um casamento. Para Freire as igrejas coloniais do Brasil foram palco de danças e comédias de amor.²⁴⁹ Cerimônias que contavam com a participação de todos os tipos e classes sociais: “Uma promiscuidade ainda hoje característica das nossas festas de igreja. Viola tocando. Gente cantando. Barracas. Muita comida. Exaltação sexual.”²⁵⁰

A própria chegada do europeu no ambiente da colônia, entre os índios, que possuíam moral sexual muito diversa, produzia contaminações irresistíveis. Muitos clérigos se amasiaram com índias, isso sem contar os colonos leigos. A cultura indígena se comunicou com os colonizadores, especialmente, nos primeiros tempos. Mais tarde, será a influência africana. Ambas contribuiriam para comprometer a suposta uniformidade do padrão católico ou europeu.²⁵¹ Já tendo como referência a poligamia dos mouros, os portugueses encontraram na moral sexual do índio uma situação que facilitava a possibilidade de viverem com muitas mulheres.²⁵²

Diante de tantas dificuldades, o espírito missionário da Igreja acabou sendo representado quase que exclusivamente pela Companhia de Jesus. A missão jesuítica se desdobrou em duas frentes na colônia. A primeira, através da política indigenista, que incluía a catequese e a fundação de aldeias. A segunda foi a obra educacional, voltada para a fundação de colégios, visando garantir a doutrina dentro do espírito da Contra-Reforma, o que se tornou a base de toda a cultura letrada na colônia. No terreno das missões, os jesuítas instalaram duas frentes: a primeira tendo o Paraguai como centro, onde foram aniquilados pelo avanço bandeirante e, a segunda, no Amazonas, de onde foram banidos por Pombal.

Quanto ao sistema educacional, os jesuítas representavam o que havia de mais estruturado na colônia. Os estabelecimentos eram de fundação real, públicos e gratuitos, ainda que não estatais. No campo dos estudos superiores não houve avanço, nem mesmo no momento em que foi forte a educação colonial.

²⁴⁹ Idem, p. 247

²⁵⁰ Idem, pp. 246-7

²⁵¹ Idem, p. 93 e 99.

²⁵² Idem p. 100

Os jesuítas foram outros que pela influência do seu sistema uniforme de educação e de moral sobre um organismo ainda tão mole, plástico, quase sem osso, como o da nossa sociedade colonial nos séculos XVI e XVII, contribuíram para articular como educadores o que eles próprios dispersavam como catequistas e missionários. Estavam os padres de S.J. em toda parte; moviam-se de um extremo ao outro do vastíssimo território colonial; estabeleciam permanente contato com os focos esporádicos de colonização, através da ‘língua geral’, entre vários grupos de aborígenes. Sua mobilidade, como a dos paulistas, se por um lado chegou a ser perigosamente dispersiva, por outro lado foi salutar e construtora, tendendo para aquele ‘unionismo’ em que o professor João Ribeiro surpreendeu uma das grandes forças sociais da nossa História.²⁵³

Mesmo assim, o sistema jesuítico teve mais êxito no Brasil dos primeiros séculos no que se refere à parte mística, devocional e festiva do culto católico. A imposição de uma moral de família aos indígenas, sem construir uma base econômica forte, tornou-se artificial e não conseguiu sobreviver ao confinamento das missões.

Outras ordens religiosas atuaram na fase colonial, como os franciscanos, os capuchinhos, os beneditinos, os carmelitas e as ordens femininas. Com o início do despotismo esclarecido de Pombal os campos do pensamento foram dominados pela supremacia do direito civil sobre o direito canônico. A escolástica foi banida por decreto do reino e o Estado atuou para promover uma crescente laicização que perdurou mesmo com o fim da era pombalina.²⁵⁴

José Murilo de Carvalho acusa a inevitabilidade dos conflitos entre o clero e o poder civil. Em primeiro lugar, destaca a ambiguidade da situação eclesiástica, derivada da união entre Igreja-Estado, onde o padre era um funcionário público remunerado pelo governo e, ao mesmo tempo, pertencia à outra instituição que disputava com o mesmo Estado o controle do poder político. Segundo o autor:

No caso de Portugal, a vitória do Estado se consolidara com a expulsão dos jesuítas em 1759 e com o triunfo do regalismo, já antes reconhecido por Roma quando aceitou o Padroado. Mas a Igreja conservava a sua identidade e o sistema de dupla lealdade era fonte potencial e permanente de conflitos.²⁵⁵

Se as condições da colônia, por si só já produziam efeitos negativos para a formação do clero, com as reformas promovidas por Pombal a consequência foi o aprofundamento de um clero mal formado e de costumes flácidos. Riolando Azzi apresenta um quadro menos dramático sobre a situação do clero, apontando padres mais

²⁵³ Idem, p. 28

²⁵⁴ HOLANDA, op. cit. p.62.

²⁵⁵ CARVALHO, José Murilo. **A construção da ordem** p. 182.

cultos e com formação no espírito iluminista²⁵⁶. Entretanto, ao que tudo indica, parece ter sido minoria. Para Carvalho, a parte do clero com maior cultura era pequena, somente o alto clero, formada em Coimbra. Um grande número de clérigos possuía negócios, fazendas e escravos, vivia em concubinato e constituiu-se de elementos locais, com educação precária, embora, acima da média. Seus recursos eram a educação, o prestígio da religião e da Igreja e, às vezes, o próprio poder econômico. Um quadro, totalmente, distinto do que era apresentado pelo poder civil, encarnado pelos magistrados.²⁵⁷

Quanto à origem social deste clero, faziam-se restrições aos indivíduos vinculados a ofícios mecânicos, a filhos ilegítimos e a mulatos. Era comum as famílias ricas destinarem seus filhos para a carreira sacerdotal como opção de prestígio. Contudo, parece ter havido muitas violações no sistema de recrutamento. Sem dúvida, isso proporcionava uma feição mais democrática que a dos magistrados. Entretanto, tal recrutamento não seria suficiente para dar ao clero uma característica popular: “Vários dos padres envolvidos em atividades revolucionárias eram fazendeiros, agiotas ou senhores de engenho.”²⁵⁸

De modo geral, os membros do clero possuíam uma formação menos nacional e menos estatista do que os membros do poder civil. Sua origem social mais democrática, somado a uma carreira com menores possibilidades de ascensão social, tornava-os menos coesos do que os representantes do poder civil. Além disso, com uma atuação muito próxima da população, facilmente transformavam-se em líderes populares em potencial. Todos esses fatores foram fontes de constantes disputas com os representantes do Estado²⁵⁹. Daí, diferente da burocracia civil, o maciço envolvimento dos padres nos movimentos de rebelião entre 1789 e 1842. José Murilo de Carvalho justifica tal participação devido a uma certa influência dos ideais revolucionários franceses e americanos que, curiosamente, chegavam aos seminários brasileiros:

Acresce a estes fatores que, diferentemente da burocracia civil,

A tônica geral da participação dos padres, sobretudo dos mais ilustrados, era dada pelo ideário da revolução francesa e americana, notadamente no que dizia respeito ao combate ao absolutismo, à defesa das liberdades políticas e da democracia. Essas ideias que não

²⁵⁶ AZZI, Rioldo. **A crise da cristandade e o projeto liberal**. Edições paulinas, São Paulo, 1991.

²⁵⁷ CARVALHO, op. cit. p. 182.

²⁵⁸ Idem, p. 183.

²⁵⁹ Idem.

atingiam Coimbra conseguiam chegar aos seminários brasileiros apesar da precariedade de seu ensino.²⁶⁰

Somente na Conjuração Baiana de 1798 é que se constata a ausência de padres. A conjuração possuía traços anticlericais, chegando a ameaçar com a pena de morte os padres que pregassem contra a liberdade popular. Contudo este foi um caso isolado. A Inconfidência Mineira, contou com a participação de nove padres, com cinco sendo condenados, num total de vinte e quatro condenações. Nas rebeliões pernambucanas de 1817 e de 1824, novamente os padres se sobressaíram. Assim é que,

Alguns padres que se envolveram na Revolução de 1817 (e que escaparam ao fuzilamento) voltaram a rebelar-se em 1824 na Confederação do Equador. (...) A tônica geral da obra de Frei Caneca, por exemplo, é colocada na soberania popular, na separação dos poderes, na independência nacional, na autonomia das províncias. Não chegam os padres ao ponto de propor reformas sociais radicais como a abolição da escravidão e a reforma da estrutura da propriedade rural, os dois esteios da fábrica social da época.²⁶¹

No fim da era colonial, o estado em que se encontravam as ordens religiosas era de extrema fragilidade. Várias vezes, o poder civil promoveu intervenções com a finalidade de reformá-las, no entanto as dificuldades permaneceram. O maior problema continuaria a ser o recrutamento de noviços e a disciplina dos padres, o alvo de sistemática intervenção do poder civil, ora reforçando, ora ajudando no relaxamento da disciplina do clero.

A partir das reformas pombalinas, o estudo do Direito passou a ter ênfase no poder civil. A expulsão dos jesuítas representou um duro golpe para o sistema de ensino, tanto na metrópole, quanto na colônia. Foi necessária uma grande reforma pedagógica e estrutural para que as instituições de ensino continuassem a se desenvolver. Com a reforma de 1759, o método jesuítico foi banido e substituído por instruções inspiradas no ensino “das nações polidas da Europa”.²⁶²

Quanto à disciplina do clero, é praticamente um consenso entre os estudiosos da fase colonial que os costumes eram flácidos e o concubinato era algo extremamente comum. Como lembra Freire, muitos intelectuais de destaque na colônia e depois do Império eram descendentes de padres. Devido ao zelo e às oportunidades garantidas a esta prole ilegítima, originou-se a popular a expressão “feliz como filho de padre”.²⁶³

²⁶⁰ Idem.

²⁶¹ Idem, p. 185.

²⁶² HOLANDA, op.cit. p.83

²⁶³ FREIRE, op.cit. p.195.

O comportamento desregrado dos padres scandalizou não só os cronistas da época como alguns membros da própria Igreja, como indica Gilberto Freire:

No século XVI, com exceção dos jesuítas – donzelões intransigentes – padres e frades de ordens mais relaxas em grande número se amancebaram com índias e negras; os clérigos de Pernambuco e da Bahia scandalizando o Padre Nóbrega. Através dos séculos XVII e XVIII e grande parte do XIX continuou o livre arregaçar de batinas para o desempenho de funções quase patriarcais, quando não para excessos de libertinagem com negras e mulatas. Muitas vezes por trás dos nomes mais seráficos deste mundo – Amor Divino, Assunção, Monte Carmelo, Imaculada Conceição, Rosário – dizem-nos certos cronistas que, em vez de ascetas angustiados pelo voto de virgindade, floresceram garanhões formidáveis. O Padre La Caille ficou horrorizado com a libertinagem do frades no Rio de Janeiro.²⁶⁴

O modelo de relacionamento entre o Estado e a Igreja segue uma ordem que reproduz o processo político da Era Moderna: o rei se sobrepôs ao papa, o governador, ao bispo e o senhor de engenho, ao padre da capela. À referida especificidade colonial da relação entre o poder civil e o poder eclesiástico, acrescenta-se a diferença entre os dois tipos de elite: a metropolitana e a da colônia. A Igreja seria profundamente atingida na sua religiosidade com incorporação dos elementos religiosos e mágicos de origem indígena e africana.

Apesar da mão de ferro da Inquisição, momento em que a Igreja revelava todo o seu poder, forjou-se na colônia uma “mestiçagem de culturas”, onde a magia e a religião se mostrariam irreprimíveis e inextinguíveis. Sagrado e profano aparecem de forma indissociáveis. “Deixando pelo caminho mortes e sofrimentos atrozes, o longo processo de aculturação acabou por fundir sabbats, missas e calundus.”²⁶⁵

Como destaca Vieira:

O catolicismo colonial brasileiro nunca seguiu inteiramente o movimento europeu da Contra-Reforma, apesar das visitas do Santo Ofício, das lutas contra os calvinistas franceses e contra os holandeses. A tendência do catolicismo colonial era fechar os olhos à heterodoxia, tantas vezes presente entre as famílias ‘neocristãs’, assim como entre os índios e escravos africanos ‘cristianizados’ e os negros libertos, cuja tendência era de sincretizar suas práticas religiosas com o catolicismo.²⁶⁶

Com a expulsão dos jesuítas,

o jansenismo, com sua teologia neoprotestante, tornou-se predominante em Portugal durante o regime pombalino e foi

²⁶⁴ Idem, p.443.

²⁶⁵ SOUZA, op. cit. p. 378.

²⁶⁶ VIEIRA, op. cit. p. 371.

introduzido no Brasil pelo Seminário de Olinda, fundado em 1808 pelo Bispo Dom José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho. Nos primórdios do século XIX o catolicismo *brasileiro* também sofreu a influência do catolicismo liberal europeu que almejava que a Igreja passasse por um *aggiornamento*, a fim de modernizar-se e adaptar-se ao ‘mundo moderno’ e a todas as mudanças trazidas pela Revolução Francesa.²⁶⁷

No espaço colonial, a Igreja Católica se viu atacada em dois lados: um comandado com mão de ferro pelos senhores de homens e outro sob formas variadas de outros cultos que se apropriam da simbologia cristã, forjando assim a religiosidade especificamente colonial.

Os traços desse desenho colonial permaneceram no Estado Nacional do período Imperial. Pode-se descrevê-lo como a luta do poder civil contra o poder da Igreja e a religiosidade mestiça. Este, embora variando de intensidade conforme as classes, seria uma das profundas marcas culturais da sociedade brasileira. Situa-se na regência do padre Feijó o auge do regime do padroado, mas também o início do ocaso de um catolicismo liberal tolerante que, aos poucos, seria substituído pela intolerância ultramontana.

III.2- A IGREJA, A CONDIÇÃO DO CLERO NO ESTADO IMPERIAL E O INDIFERENTISMO RELIGIOSO DA CORTE.

²⁶⁷ Idem.

Os marcos institucionais do relacionamento entre Estado e Igreja sofreram uma pequena mudança com o rompimento da colônia. Destacam-se duas novidades imediatas ao processo de independência: a Constituição de 1824, que reconhece a liberdade de culto, e a presença ainda mais efetiva do clero na política partidária. O reconhecimento de outros cultos na Constituição de 1824 foi algo extremamente formal, representando uma concessão diplomática à Inglaterra, útil ao processo de reconhecimento do Estado Nacional. Contudo, o Estado continuaria a ter a religião católica como oficial, mantendo o regime do padroado herdado do período colonial.

Por outro lado, mesmo mantendo o catolicismo como religião oficial, o reconhecimento de Roma em relação à soberania do novo Estado brasileiro não foi tão fácil. Importava muito ao jovem Império o reconhecimento da Santa Sé, tanto pela importância daquele Estado no contexto europeu, como pela necessidade de afirmação nacional, cuja a adesão do clero à ideia da nação era vital. O encarregado das negociações com Roma, Monsenhor Vidigal, após inúmeras dificuldades, classificou de “miserável e mesquinha política” daquela corte pontifícia. O Papa procurava evitar a todo custo qualquer atrito com Portugal. Assim, somente em 1826, é que o Vaticano reconheceu, oficialmente, o novo Estado do Brasil e, isso porque o governo português já havia aceitado a independência brasileira.²⁶⁸

Passado os conflitos de acomodação do novo Estado, a novidade era a maior presença dos padres na política partidária na primeira fase Imperial. Tal participação se evidenciou de forma mais clara quando D. Pedro I abdicou ao trono e iniciou-se a disputa pelo controle da regência. Aí, acusa-se o período da regência do Padre Feijó como o auge da participação do clero na política na fase do Estado Nacional.

Em 1834, dos 45 deputados que compunham a Câmara, 23 eram representantes do clero, enquanto 22, representantes da magistratura.²⁶⁹ Apesar da importância numérica destes últimos, Feijó nunca deixou de manifestar claramente seu menosprezo pela corporação dos magistrados. Da mesma forma, na sua campanha eleitoral não hesitava em fazer ataques à magistratura, um dos seus temas prediletos. Esses ataques não chegavam a definir explicitamente uma oposição entre o clero e a magistratura. Entretanto, segundo Holanda, é surpreendente a polarização do eleitorado em relação às

²⁶⁸ HOLANDA, Sérgio. HGCB, Tomo II, 1 volume, **O Brasil Monárquico**. pags. 377-78.

²⁶⁹ Idem, Tomo II, 2 volume, p. 43.

duas candidaturas opostas, em 1835, o que se explica, em grande parte pelo fato de que as duas corporações haviam se definido em campos opostos. É significativa a divisão geográfica da votação dos dois candidatos: Feijó venceu, geralmente, no interior, particularmente em Minas Gerais, onde maiores eram as dificuldades de acesso ao bacharelado. Ao longo do litoral, as grandes exceções a favor de Feijó foram alguns verdadeiros feudos eclesiásticos – o Ceará, o Rio Grande do Norte e o Espírito Santo. Este último tinha uma única cadeira na Câmara, ocupada por padres ininterruptamente de 1834 a 44.²⁷⁰

A posição de padre Feijó como Regente representou a defesa intransigente do regime do padroado, tendo como tema central a supressão do celibato. O Partido Moderado havia encampado em seu programa partidário os pontos de vista de Feijó sobre a organização do clero. Nessa linha, apoiara a nomeação de um dos padres deputados aliados de Feijó como bispo do Rio de Janeiro. A nomeação fora impugnada pela Santa Sé, sob a alegação que o padre sustentava ideias inaceitáveis, não somente quanto ao celibato clerical, mas, também, pela negação do caráter sacramental do casamento. Outro ponto alegado contra o padre era o fato de ser filho de pais incógnitos. A impugnação feria Feijó na carne. Como já mencionado, a filiação ilegítima não era rara entre os padres seculares brasileiros, incluindo o próprio Feijó²⁷¹. Era habitual nas grandes famílias encaminhar para o sacerdócio os filhos naturais, fosse porque a santidade da condição apagaria a mácula da origem, fosse porque na falta de herança assegurava-se uma qualificação satisfatória. Talvez, deva-se a essa situação a defesa do caráter não sacramental do casamento como um ponto de vista do governo Imperial. Feijó manteve sua posição, chegando a sugerir a possibilidade de rompimento com a Santa Sé.²⁷²

No desdobrar do embate, a posição do regente ficaria insustentável. A oposição, aliando-se a setores ultramontanos da Igreja nacional, desferem ataques constantes a Feijó aproveitando-se do conservadorismo de suas ideias. Através de várias manobras parlamentares, a oposição jogaria a Câmara dos deputados contra a Regência, terminando a disputa com a renúncia de Feijó.²⁷³

²⁷⁰ Idem, 44

²⁷¹ ELLIS JUNIOR, Alfredo. **Feijó e a primeira metade do século XIX**. São Paulo, Ed. Nacional, 1980. pp. 26-8

²⁷² HOLANDA, Sérgio. HGCB, Tomo II, vol. 2, pp. 45.

²⁷³ HOLANDA, HGCB, pp. 42 a 53.

Portanto, esta foi uma fase em que o clero possuía ativa participação na vida política do Império. Feijó, descrito por um contemporâneo, como “um homem perigoso cheio de ideias criminosas de liberdade”²⁷⁴, representou o auge desta participação: tendo sido Ministro da Justiça nos anos de 1831-32 – foi o único padre a conquistar a tal posição- e Regente entre 1835-37. Sua participação se encerrou quando, em 1842, liderou, em São Paulo, a rebelião armada contra as leis centralizadoras. Após estes acontecimentos, os padres praticamente desapareceram do primeiro plano da política nacional.²⁷⁵

A Igreja só voltaria à cena política mais de uma década depois, porém, com pauta diferente. Não se tratava mais da participação de padres na vida política. Agora, as razões eram internas, derivadas das orientações ultramontanas emanadas do pontificado de Pio IX. Buscava-se uma definição corporativa contra o regalismo Imperial, combatendo o liberalismo e o protestantismo. Como sabido, tal posição levou ao choque com o Estado, cujo desdobramento ficou conhecido como a Questão Religiosa.²⁷⁶

Esta relação ambígua entre a Igreja e o Estado parece ter gerado certo “indiferentismo” no grupo palaciano que coordenou os esforços da primeira fase da imigração. A Igreja era vista mais como uma repartição pública do que uma instituição formuladora e executora da doutrina católica apostólica romana, como se tornaria mais tarde com a crescente hegemonia ultramontana. Tal indiferentismo é o que parece explicar a franquia na entrada de imigrantes protestantes. O famoso Mordomo Imperial foi o primeiro a propor um “ecumenismo” na comunidade de Petrópolis. Como se lê em texto do próprio Mordomo:

Quis eu no começo da colônia fazer uma Igreja comum para todos os cultos cristãos. Oh! Que horror! Gritaram os pseudos católicos. Alegava eu que em toda a Germânia, onde predominava o Calvinismo era permitido ao sacerdote católico celebrar para os de sua crença nas mesmas Igrejas. Fui infeliz porque a piedade do Internúncio Fabrini chocou-se. Não menos chocou-se a do Bispo Conde, e sobretudo a Condessa Camareira Mor, de sorte que minha tolerância se chocou contra o pseudo zelo desses católicos que Deus guarde, onde quizer. Lá está agora o Internúncio. Deus queira que não se meta a perturbar as consciências. Sem a adoção do casamento civil não cessarão meus receios pela prosperidade de colonizações.” Gosto de tudo que não me constringe nem o corpo nem o pensar. Todas as crenças parte de

²⁷⁴ MATTOS, op. cit. p. 46.

²⁷⁵ CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**, p. 186.

²⁷⁶ Idem, p. 187.

revelações, essas tenho tido a sonhar cada qual mais visível e mais extravagante e de cada uma faria uma crença legítima e verdadeira, portanto quem acerta, é só quem ama a Deus e ao próximo. Desprezar indivíduos que não pesam como eu, é fazer-lhes injustiça e injúria, tudo em nome de um Deus de Bondade. Esta é a minha crença e não aberro dos princípios dos santarrões e estamos concordes e discordes ao mesmo tempo.²⁷⁷

Mais tarde, através de carta do Presidente da Província, quando o mordomo encontrava-se fora do país, nota-se uma dose de simpatia em relação ao culto evangélico por parte do Presidente que assim se dirigia ao ex-mordomo:

A V. Ex. como tendo sido um forte apoio da Colônia de Alemães estabelecida em Petrópolis, me dirijo para rogar-lhe queira intervir afim de que com a possível brevidade seja engajado em Baden, ou em algum outro Estado da Alemanha, um padre da Religião protestante, que venha servir de pastor aos colonos dessa Religião, obrigando-se o governo desta Província a pagar-lhe a passagem para o Rio de Janeiro e conduzi-lo e a sua bagagem para Petrópolis. A dar-lhe ali casa de residência e o ordenado de 800\$000 por ano. Escuso ponderar a V. Ex. quanto convem que esse pastor seja dotado de qualidades Moraes e de espírito dócil e conciliador de modo que evite contestações com o padre Alemão da Religião Católica Apostólica que já ali existe como Vigário Encomendado da nova freguezia de S. Pedro d'Alcântara.²⁷⁸

As autoridades centrais, nesta primeira fase da imigração, pareciam não se importar com a presença protestante. Não se encontra qualquer advertência sobre a chegada dos acatólicos neste primeiro momento da imigração. Certamente era um claro reflexo do regime do padroado, que submetia o clero à disciplina do Estado. Tal advertência somente se manifestaria alguns anos mais tarde. Um exemplo de reclamação do indiferentismo que então vigorava na política imperial pode ser extraído nas palavras do Barão de Penedo em carta, de 1860, enviada ao Conselheiro Sinibu. O Barão, após conseguir o consentimento pontifical para os casamentos mistos, o que foi um importante ganho político, escreveu:

Desejaria bem mostrar com documentos em abono que a Santa Sé fizera por nós desde a independência o que nunca fizera pelas republicas espanholas, concedendo-nos tudo quanto cumulava o Portugal de El rei D. João VI, enquanto que desde 1826 nós tomamos progressivamente um caminho de indiferença e de provocação em matéria de religião. Não me importaria de arrastar as crenças ou antes a falta de crenças dos filosofantes do século XVIII, que predominam mesmo atualmente onde não teriam jamais devido aparecer.²⁷⁹

²⁷⁷ LACOMBE, Américo jacobina. Op. cit. vol. II, p. 42.

²⁷⁸ Idem, p. 50.

²⁷⁹ Barão do Penedo, carta de 7 de março de 1860, apud, LIMA, Manuel de Oliveira. **O Império brasileiro**, 1821-1889. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989

Este indiferentismo, onde o regalismo se sobrepôs ao sentimento religioso católico, encontrou, como não poderia deixar de ser, sua máxima ressonância no próprio Imperador. Considerando esta determinante, entende-se como esclarecedor, apresentar algumas observações sobre o clero e a religião extraídas dos diários de D. Pedro II, afinal foi ele a “alma” de Petrópolis.

Pelo ritual que seguia a Corte, o Imperador era submetido a várias cerimônias, sendo uma constante os *Te Deuns*. Em muitas passagens de seu diário, D. Pedro II anota detalhes das cerimônias e quase sempre mostrava um grande enfado, tratado-as como “uma maçada”, como dizia:

assisti a um Te Deum entoado pelo vagarosíssimo, em lugar de Reverendíssimo, Bispo capelão-mor. [Papel rasgado], rezo, ajoelhom-me, canta-se tantum-ergo, apresenta o príncipe da Igreja o adorado Corpo de Cristo e eu atrás do capelão-mor me retiro.²⁸⁰

Em 7 de outubro de 1859 em seu primeiro encontro com o futuro bispo da Questão Religiosa, D. Vital, novamente um Te Deum foi realizado, tendo o Imperador feito as seguintes anotações:

Te Deum cuja música foi péssima, cantando os capelães menos mal os versos alternados do hino, a poder do movimento de compasso da vara de prata do regente do coro. O sermão do Fonseca Lima, cuja fisionomia nada prometia, não foi mau, porém, monotonamente recitado, havendo elogios de mais, repetição de pensamentos e uma referência pouco conveniente ao adiamento do projeto de lei dos casamentos. Para o fim do Te Deum houve tantos rojões que faziam a bulha de um verdadeiro pirajá. Antes de partir conversei com o arcebispo, a respeito do clero, que me deu boas informações em geral dos párocos da cidade, e dos lentes dos seminários, abonando o cônego Miguel Ferreira por sua moralidade, e os padres Laranjeira e Macedo Costa, por sua ilustração e moralidade.²⁸¹

Em Desterro, as freiras quiseram beijar-lhe a mão por um postigo da grade do coro, local onde viu “uma prima da Barral, que é a mais expressiva fisionomia que vi até agora na Bahia” e “grande negralhada e num pátio uma ema.” A seguir, encontra-se com um “frade distinto por sua instrução”.²⁸² Novamente, comentou o Te Deum:

O Te Deum teve lugar na igreja do Convento dos Franciscanos a qual tem sobre a porta a data de 1730 lendo [-se] sobre uma porta à direita, debaixo do peristilo do templo, a de 1708. O pregador franciscano maçou-nos, tendo aliás, escolhido tema adequado, em que o salmista

²⁸⁰ D. Pedro II, **Diários** de. Vol. 1.

²⁸¹ Idem.

²⁸² Idem, 14 de outubro de 1859.

diz flumina plaudite manu, e a música muito longa, alternando com cantochão dos padres, arranhou-nos os ouvidos;²⁸³

No seu zelo pela educação, D. Pedro II ressaltou a condição dos professores seminaristas. Para ele “Os professores de latim (...) e de grego, pareceram-me bons; tendo um dos seminaristas traduzido um trecho da Ilíada e respondido muito bem.” Continuando sua avaliação sobre o ensino seminarista escreveu:

O que rege interinamente a cadeira de Geografia é medíocre, e os estudantes pouco sabem. Dentre os lentes do Grande Seminário o que mais me agradou foi o cônego Fonseca Lima ; de Eloquência Sagrada; Fr. Arsênio, de História Sagrada (apenas expôs o espírito com que ensinava a matéria de sua cadeira), o padre Sousa Lima explicou, segundo o compêndio, as divisões do Direito Canônico e as hierarquias; Fr. Itaparica que deixou de aproveitar o assunto da Graça, que lhe indiquei, como um dos difíceis da sua cadeira de Teologia Dogmática, e o padre Eduardo Augusto de Sousa e Melo tratou do culto como prova da maneira por que lecionava Exegética e História Sagrada. Fr. Raimundo Nonato, lente de Teologia Moral, havia se retirado por incômodo, porém apareceu-me quando entrei na igreja e disse-me que tinha achado 4 assinaturas do Jaboatão, cuja letra é a mesma dos manuscritos de que já falei.

Os lentes do Grande Seminário não estavam professando, mas pedi ao arcebispo para que dissessem alguma coisa sobre as matérias de suas cadeiras. Agora ninguém pode freqüentar o Grande Seminário sem ter o curso do pequeno que é de internos somente; entre os seminaristas só usam de gabinarão os que se dedicam à vida eclesiástica.

O Te Deum foi horivelmente tocado e cantado, mas o sermão dizem que não esteve mau, pois não podia com o sono e a capelinha arranjaram-na o melhor que puderam. ²⁸⁴

Quando em Pernambuco, anotou:

Fui logo para a Igreja do Colégio, onde ouvi um sermão meio político do padre Campos, que rebateu as exagerações da propaganda descentralizada, não me parecendo mau em geral, apesar de durar $\frac{3}{4}$ de hora e depois um Te-Déum de 1 e $\frac{1}{4}$ de hora cuja música em geral foi a melhor, que ouvi em igreja depois que saí do Rio. ²⁸⁵

Mais adiante descreveu uma disputa de terras entre a ordem dos beneditinos e o vigário de Muribeca:

as terras da Igreja foram doadas aos Bentos pelo General Barreto de Menezes com a condição de dizerem diariamente uma missa pela alma dos Independentes mortos nas batalhas dos Guararapes, condição que por muito tempo não cumpriram, pretendendo por isso o vigário da Muribeca a cuja freguesia pertence, reivindicar as terras

²⁸³ Idem.

²⁸⁴ Idem 5 de novembro de 1859.

²⁸⁵ Idem, 30 de novembro de 1859.

e a Igreja dos Prazeres.²⁸⁶

Novamente, referia-se ao maçante “Te Deum, que não esteve mau, pregando mediocrementemente, porém por pouco tempo, um padre do Recife, fulano de tal Grego, de murça de seda preta com uma espécie de crachá à esquerda.”²⁸⁷

Em Vila-Velha, fez observações sobre a disciplina do clero:

A matriz está aí, mas o vigário Fortunato J. de Souza e o coadjutor Ignacio Bezerra de Menezes moram no Pilar a 2 ½ léguas de distância, e o povo logo mesmo, na presença do vigário representou-me que não tinham vigário, morrendo muitos sem os sacramentos e não tendo missa.

Tem capelinha com seu capelão, cujo filho seduziu uma moça que veio queixar-se de que ele não queria consentir no casamento que o rapaz lhe prometera apesar da existência dum neto.²⁸⁸

Na vila do Cabo, novamente reclama do maçante ritual:

fui logo assistindo ao Te Deum e sermão do cônego Lino do Monte-Carmelo, pregador imperial, que foi infeliz na visão que figurou ter da fama que lhe vinha falar a meu respeito; esperava mais dele pela fama que tinha.²⁸⁹

Seguindo viagem, comentou as péssimas informações que havia recebido sobre o Vigário, que teria seduzido “no confessionário uma noiva com quem vivia amancebado daí a dias, não sendo este o único escândalo; é preciso falar ao bispo.” Na localidade seguinte, o invariável Te Deum cantado por um irmão lhe provocou admiração “pelo modo por que leu a oração quase que dando silabadas, e lendo postu-
latus em lugar de “postulata”, o que devia saber não faz sentido.”²⁹⁰

No Espírito Santo, ouviu missa “rezada por Frade João, que passa por sofrível pregador, e tem zelado muito o Convento da Penha. É frade esperto.”

²⁸⁶ Idem, 7 de dezembro de 1859.

²⁸⁷ Idem.

²⁸⁸ Idem, 8 de dezembro de 1859

²⁸⁹ Idem, 19 de dezembro de 1859

²⁹⁰ Idem, 21 de dezembro de 1859

Em Jucutuquarara, o vigário lhe pareceu inteligente, “mas chefe de partido; o Bispo protege-o, é encomendado, são informações do Presidente.”. Já sobre outro vigário sua impressão foi diferente: “o vigário encomendado frade carmelita parece que tão estúpido como bugre”. Descreveu também um religioso que tinha “ares de múmia”. Mais adiante, abordado por outro vigário achou-o “terrivelmente importuno e que era (...) de sérios costumes talvez, segundo me disse o Presidente.”²⁹¹

Em Minas Gerais, escreveu:

Ao chegar à porta da igreja um cônego soltou um viva à minha católica majestade e fui aspergido pelo vigário, que já me tinha dado o crucifixo a beijar na porta da casa da Câmara. O vigário é preto como carvão, mas informam-me muito favoravelmente de sua inteligência e qualidades morais, parecendo abastado, pois que possui uma boa casa de sobrado onde mora.

A igreja é feia por fora e por dentro e, durante o Te Deum, que não honrou a melomania mineira, estive numa tribuna, que antes chamaria catacumba. O sermão aborreceu deveras falei com o vigário, que estudou no colégio de Congonhas as humanidades e depois teologia moral. Disseram-me hoje que ele jogava.²⁹²

Em 1862, num momento muito denso de seu diário, suas observações sobre o problema religioso se manifestam com mais clareza. Para ele, parte dos valores dos bens das ordens religiosas deveria ser aplicada na educação do clero secular. Opunha-se à entrada de noviços e noviças a fim de que as ordens fossem se extinguindo.

Quanto ao ensino, entendia que deveria ser inteiramente secular, “com a exceção do religioso; mas livre, ainda que sujeito à inspeção da autoridade.” Não era contrário à instrução religiosa e as missões de padres estrangeiros, sob a vigilante inspeção dos bispos e do governo, enquanto não se habilitassem padres nacionais. Mesmo “o instituto das irmãs de caridade, (que considera como) excelente em todos os ofícios próprios de seu nome. Deveria existir aqui uma direção independente.”²⁹³

Ainda neste mesmo ano, em pequeno debate com um ministro, D. Pedro II ouviu a acusação de que um bispo protegia um padre e ele replicou “que o presidente também poderia querer proteger um deputado da província. Sem dar força moral aos bispos que a merecerem como o do Pará não teremos bem clero.”²⁹⁴ Aqui é importante lembrar os comentários de Carvalho e de Vieira. Ambos os autores observam que foi justamente a

²⁹¹ Idem, 1 de fevereiro de 1860” e 8 de fevereiro de 1860

²⁹² Idem, 1 de fevereiro de 1860

²⁹³ Idem, 5 de abril de 1862.

²⁹⁴ Idem, 5 de abril de 1862.

força que o Imperador deu para o aprimoramento do clero, incentivando o estudo de padres no exterior, que resultou na formação dos ultramontanos no Brasil.

Ao relatar um encontro com o bispo de São Paulo observou a necessidade de corrigir “o que houver de contrário a nosso sistema de governo sobretudo nos compêndios.”²⁹⁵ Nestes mesmos dias, encontrou-se com o bispo de Goiás, que lhe encaminhava uma série de solicitações. A passagem não deixa de ter um lado cômico. De saída, o bispo pareceu ao Imperador “acanhado bastante de ideias e mais (lhe) falou da necessidade de vestes prelatícias que da necessidade do seminário”. O bispo queixava-se da falta de dinheiro para deslocar tanta gente que o acompanhava e pedia ao imperador para predispor o “Olinda” (Ministro), solicitando-lhe licença para escrever-lhe diretamente. Alguns dias depois, sobre o novo encontro com o bispo D. Pedro II escreveu:

Apresentou-me um cálculo de despesa de transporte feito pelo deputado Couto pelo qual responde um Bueno negociante de Goiás que se incumba de levar o bispo, na importância de 13 contos e tanto. Ele pedira ao Olinda só 12, e apresentou-lhe documentos dos gastos dos 16 que já recebeu e lhe restam 3:500\$000. Perguntei se as mulheres que levavam tinham voto ou pretendiam fazê-lo, como ouvi ao visconde de Albuquerque e o bispo [disse] que eram meramente pessoas que ele sempre considerou de sua família. Enfim disse-lhe que entendia que o ministro só podia fazer a despesa com autorização do poder legislativo; mas que se a maioria do ministério, expendendo eu minha opinião, entendesse que não convinha pedir autorização ao poder legislativo para evitar as discussões desagradáveis, que ele bispo receava, que eu nada mais teria que dizer; portanto que tudo dependia agora do ministério.²⁹⁶

Três dias depois, o bispo retornou ao Imperador e lhe confessou certo temor das discussões no “Corpo Legislativo”, e justificou que “precisava de demorar-se ainda um pouco para pedir emprestados 12 contos”. O Imperador respondeu que “fizesse o que lhe parecesse melhor procurando o Olinda para a licença.”²⁹⁷ Um mês depois, foi procurado novamente pelo bispo de Goiás que lamentava insistentemente não conseguir dinheiro para ir com sua caravana para a sua diocese. O Imperador mudou o tom respondendo-lhe com visível impaciência:

Disse-lhe que no seu caso já estaria em Goiás; que ele não devia se demorar, e que procurasse o ministro da Fazenda que talvez pudesse facilitar um empréstimo do Banco do Brasil, e o deputado e senador de Goiás que deviam ter interesse que a diocese não ficasse privada

²⁹⁵ Idem, 17 de Junho de 1862

²⁹⁶ Idem, 15 de Julho de 1862.

²⁹⁷ Idem, 18 de Julho de 1862.

por mais tempo da presença de seu bispo.²⁹⁸

Há também em seus diários uma passagem que revela o jogo “por traz dos reposteiros” entre as relações do governo e da Igreja:

O Olinda apresentou um ofício do bispo do Rio Grande em que apenas dá parte de que nomeou um professor para o seminário. O Olinda propôs que se reconhecesse esse ofício como proposta para nomeação do governo, a fim de não suscitar alguma manifestação do episcopado contra a disposição respectiva dos decretos, criando os seminários; mas eu lembrei que seria conveniente sempre advertir confidencialmente o bispo de que não obra regularmente.²⁹⁹

Em outro despacho, mais uma vez fica ressaltado a marca do regalismo do monarca:

no Conselho deliberou-se que os bispos pudessem encomendar esses padres sujeitando o ato, dentro de certo prazo, à aprovação do governo, contrariamente à minha opinião que sustentei de não poder realizar-se a encomendação sem aprovação do governo.³⁰⁰ (Grifo nosso)

No encontro do monarca com o ministro da Prússia o tema religioso voltava à pauta de discussão, envolvendo diretamente a condição dos acatólicos. Quando a conversa chegou ao tema da colonização, o ministro ao comentar a lei dos casamentos, queixava-se que a validade dos casamentos não era reconhecida por lei. O Imperador reconheceu ser a lei incompleta e justificou que as circunstâncias não a tinham permitido completá-la, e que havia a questão da conversão dum dos cônjuges ao catolicismo. A conversa seguiu em tom cordial com a promessa de cooperação de ambos, conforme as anotações do Imperador:

tudo dependia das boas relações entre o governo e o ministro estrangeiro e afiançando-me ele a melhor vontade respondi que também a havia da do governo, que bem sabe que o progresso da colonização depende da felicidade dos colonos.³⁰¹

Ainda sobre a lei dos casamentos, o tema voltaria em suas anotações ao relatar as reclamações apresentadas ao ministro da Prússia pelo presidente do Conselho Supremo Evangélico sobre as leis dos casamentos acatólicos. A presença ultramontana começava a se fazer sentir.³⁰²

Em passagem seguinte de seus diários, apura-se o sistema de nomeações

²⁹⁸ Idem, 25 de agosto de 1862.

²⁹⁹ Idem, 12 de Julho de 1862.

³⁰⁰ Idem, 16 de Julho de 1862.

³⁰¹ Idem, 25 de Junho de 1862.

³⁰² Idem, 13 de agosto de 1862.

eclesiásticas. Em um despacho o Marques de Olinda lhe apresentou

a proposta do arcebispo da Bahia para a paróquia de S. Gonçalo dos Campos; em 1º lugar o padre Tito Lívio dos Santos, em 2º José Cupertino de tal e em 3º o que serve de encomendado Galdino de tal. Foi escolhido o 3º porque o Sinimbu disse que o 1º se embriaga como confessa o próprio cunhado, o 2º apesar de talentoso entrou um dia pela Feira de Sta. Ana com uma mulher de má vida na garupa do cavalo e tido por devasso. O 3º o próprio Sinimbu disse que era irmão de Leonardo José Borges da Feira de Sta. Ana, cunhado do deputado Pinto Lima.³⁰³

Em outro trecho, mais uma mostra do regalismo imperial:

O Olinda trouxe o projeto da resposta ao nosso encarregado em Roma sobre os capuchinhos. Insisti sobre que devia ficar bem claro que o governo tinha direito de fazer sair do Brasil um missionário desde que assim exigisse a ordem pública ainda que ele não fosse suspeito de ter tentado contra ela, e recomendei que mandasse ao Figueiredo a resposta já redigida que ele devia entregar ao Antonell.³⁰⁴

Ao anotar sua viagem aos EUA, em pouquíssimos momentos fez observações sobre questões religiosas ou emitiu opinião sobre o clero que lá encontra. Foi à missa de St. Mathew, achou a Igreja pequena e a cantoria péssima. Notou que “as pessoas de cor ocupavam um lugar separado na galeria”. Para ele o sermão foi medíocre. Encontrou-se com um bispo mexicano que lhe pareceu pouco inteligente. Na catedral católica de S. Luiz viu muita gente e reparou que compunha a tribuna “gente de cor”.

Mais tarde encontrou-se com Draper pai, com quem conversou sobre a sua obra Conflict between the Bible. D. Pedro II registrou sua afinidade com o autor, a quem lhe pareceu pensar “como eu que o antagonismo entre a Bíblia e as ciências naturais só pode provir de má interpretação daquela.”³⁰⁵ Interessante também são suas impressões sobre um padre canadense:

Um padre gordo de Montreal e que fala bem francês, e que queria por força tomar-me o chapéu e desfez-se em amabilidades fez uma falazinha em francês revirando os olhos, e tudo nele revelava o jesuíta.³⁰⁶ (Grifo nosso)

Ainda nestes dias, D. Pedro II fez uma curiosa visita à American Bible Society, que imprimia bíblias para todo o mundo em mais de 130 línguas. D. Pedro II observou detalhadamente as máquinas e todo o processo de impressão.

³⁰³ Idem, 23 de agosto de 1862.

³⁰⁴ Idem, 30 de agosto de 1862.

³⁰⁵ Idem.

³⁰⁶ Idem, 8 de maio de 1876.

Para José Murilo de Carvalho, a visita do Imperador aos EUA revelou a sua faceta ianque.³⁰⁷ Percebeu os ressentimentos entre os sulistas, mas mostrou simpatia com o norte. Para culminar, o encontro mais esperado pelo cidadão Pedro de Alcântara foi justamente o que teve com Fletcher, que segundo Vieira, foi um dos maiores “protestantizadores” do Brasil.³⁰⁸

Se na sua viagem aos EUA, o Imperador se apresentou como um progressista tolerante, do ponto de vista religioso, em sua viagem à Terra Santa, deixou a impressão de um monarca fora do tempo, imaginando uma cruzada religiosa. Desta forma, escreveu:

Ao atravessar caminhos tão ruins, mesmo perigosos, refleti por vezes que os Estados Cristãos poderiam ter se reunido para abrir uma boa estrada e desvios para visita dos Santos Lugares. Ah se o Papa tivesse com o apoio dessas potências mudado [sic] seu domínio temporal para este território quando se houvera lucrado também com a realização da idéia, que me ocorreu! Além de que me repugna ver Kamaikans etc. por estes lugares.

Os beduínos, que aí acampam, serviram-se de outros rastros para suas casas, que parecem de bichos. Achavam-me no lugar da sinagoga onde Cristo pregou. Fiquei por momentos absorvido em minhas contemplanções e depois só tinha vontade de correr com esses beduínos para fora desse sítio.³⁰⁹

É nos registros desta viagem que se encontram os únicos momentos em que D. Pedro II se refere a suas orações e íntimos sentimentos religiosos. Assim, no Santo Sepulcro, ora pela “filha, netos, irmãos, e todas as pessoas que estimo.” Para ele a Igreja tinha “externa e internamente um aspecto venerando”.³¹⁰ A única oração que deixou registrada possui um traço de religião cívica:

Do alto desse pilono adorei a Deus, criador de tudo quanto é belo, voltando-me para as minhas duas pátrias, o Brasil e a França, esta, pátria de minha inteligência e aquele pátria de meu coração.³¹¹

Quanto a Roma, ora Roma...

De volta ao Brasil, na última viagem que fez a Minas Gerais, o Imperador observou certa diversidade na formação e comportamento do clero. Encontra-se, nas anotações do monarca, padres heréticos, crendeiros, esclarecidos e ultramontanos, com

³⁰⁷ CARVALHO, D. Pedro II, op. cit. p. 157.

³⁰⁸ VIEIRA, David Gueiros. **O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil**. Brasília: Ed. da UNB, 1980. p. 83.

³⁰⁹ D. Pedro II, op. cit. 20 de novembro de 1876.

³¹⁰ Idem, 22 de novembro de 1876.

³¹¹ Idem, 22 de novembro de 1876.

um certo peso para os últimos. Assim, após o maçante *Te Deum*, que diferente dos demais, não “foi muito ruim”, escreveu:

O cônego Ottoni pregou bem embora metesse alguma literatura profana no sermão e parece-me ouvir-lhe falar dos carvalhos sob os quais balançavam-se os caboclos nas suas redes.³¹²

Descreveu um padre “cuja fisionomia revela(va) hipocrisia” e uma professora que não ensinava a doutrina, aproveitando para repetir que “a doutrina religiosa deve-se ensinar somente na casa paterna e na igreja ou templo, o que ainda não ocorria no Brasil”. Já o vigário, apesar de inteligente, pareceu-lhe crenteiro. Em seguida, numa aula de Direito Canônico, um inesperado embate do padroado com o ultramontanismo:

Tive necessidade de protestar contra o modo porque o professor Chanavaz combatia o direito do placet. Depois ele estranhou que um monarca católico protestasse contra a doutrina e eu tive de dizer que talvez fosse mais católico do que ele e era tolerante quando ele se mostrava intolerante. Expliquei sempre ao padre Clavelin que parece-me excelente pessoa como eu ressaltava o direito unicamente contra abusos de autoridade eclesiástica que não deviam ficar dependentes da única apreciação daquela.³¹³

Continuando suas inspeções, encontrou um “padre de talento e instrução e houve momentos em que revelou muito sentimento.” Quanto a um professor, entendeu ser “bom latinista, estuda o sânscrito tendo traduzido o episódio de nalo do Ramaiana, e conversa muito bem. Suas idéias pelos livros que citou são ultramontanas”.³¹⁴ Observa que a “biblioteca do vigário compõe-se de excelentes livros revelando nele muita inteligência e seriedade de espírito, embora ultramontana”. Elogia a música do *Te Deum* que foi a melhor que ouviu em Minas, “dizem ser composição do padre José Maria. O vigário fez um pequeno sermão em sentido inteiramente religioso e algum tanto ultramontano citando muitos autores”.³¹⁵ Finalmente em Barbacena encontrou-se com um vigário com quem muito conversou, parecendo-lhe “muito inteligente e estudioso de ciências naturais. Tem lido os melhores livros e feito experiências de química em sua casa. Suas opiniões nos assuntos religiosos são as minhas. Gostei muitíssimo de conhecê-lo”.³¹⁶

Se o regalismo de D. Pedro II, pela estrutura do padroado e suas próprias convicções, formavam uma barreira ao avanço do ultramontanismo, o indiferentismo

³¹² Idem, Vol. 24 Minas 2 3 de abril de 1881.

³¹³ Idem, Vol. 24 Minas 2 3 de abril de 1881.

³¹⁴ Idem.

³¹⁵ Idem.

³¹⁶ Idem, Vol. 24 Minas 2 3 de abril de 1881 (domingo) -

tolerante e suas relações pessoais com figuras de destaque do protestantismo proselitista, afastavam ainda mais o Imperador dos ultramontanos. Coincidentemente, dois episódios se ligam diretamente a Petrópolis.

Como apontado anteriormente, encontra-se nas atas da Câmara de Petrópolis circulares dos Presidentes da Província do Rio de Janeiro insistindo sobre a oferta de sementes de algodão vindas dos Estados Unidos e, também, os questionamentos sobre as técnicas de plantio. Em seu diário, D. Pedro II deixou registrado seu encontro com Fletcher durante uma reunião do Instituto Histórico e Geográfico no Rio de Janeiro, que lhe oferecera as tais sementes de algodão. É importante considerar também a presença no mesmo encontro de Lengreewood, importante empresário nos EUA.

James Cooloey Fletcher, 29 anos, era um missionário presbiteriano e, segundo Vieira, por algum tempo a sua obsessão fora converter o “Brasil ao protestantismo e ao ‘progresso’. Para ele, o protestantismo equalizava-se ao desenvolvimento econômico, científico e tecnológico.”³¹⁷ Depois do seu primeiro encontro com D. Pedro II, Fletcher decidiu introduzir a Bíblia no Palácio Imperial. Vieira o classifica como um dos que mais contribuiu para o movimento de “protestantização” do Império e pela liberdade de culto.

Sobre o encontro no Rio de Janeiro D. Pedro registrou em seu diário:

Fletcher e outro americano que o acompanhou dos Estados Unidos chamado Lidgerwood assistiram à sessão. Conversei com ambos. Fletcher traz sementes de algodão sea-island, e milho do melhor dos estados meridionais da confederação norte-americana para a sociedade de agricultura segundo ele diz. Lidgerwood é neto do dono duma grande fábrica de instrumentos agrícolas e pede privilégio para a máquina de Walker de alimpar o grão de café a qual foi de grande proveito em Cuba. Animei o Itabapoana para que ele faça o mesmo aos fazendeiros de Campos, e soube do Airosa que o bicho do café ataca mesmo os cafés novos com grande força, que os cafezeiros estão muito abotoados; mas ele que tem colhido 30 mil arrobas só espera este ano 4 mil³¹⁸.

Este empresário, conseguiu licença para a venda de suas máquinas, segundo Vieira, viajou pelas principais Províncias produtoras de café, onde as máquinas tiveram grande aceitação. Tal movimento era muito conveniente aos planos de Fletcher de trazer o progresso para o país.³¹⁹

³¹⁷ VIEIRA, op. cit. p. 63.

³¹⁸ D. Pedro II, op. cit. 22 de Julho de 1862

³¹⁹ VIEIRA, op. cit. p. 77.

Pouco depois, o Imperador registrou em seu diário o recebimento dos livros enviados por Fletcher como “um presente de muito preço para mim.”³²⁰ Segundo Vieira “o imperador fascinava Fletcher”.³²¹ O missionário tinha certo “deslumbramento” com a alta classe e a nobreza, sendo entre os homens de influência que firmaria sua luta em defesa da liberdade religiosa. Em Petrópolis, ocupou-se com os imigrantes acatólicos. Além do forte incentivo à cultura do algodão com a doação de sementes, vendeu centenas de bíblias aos imigrantes teutos em todo país. Seus planos eram o de aproximar o Brasil aos EUA. Conforme Vieira, ele pretendia:

aumentar o prestígio dos Estados Unidos, que ele apresentava no Brasil como nação ‘protestante’ com leis, costumes, sistema educacional, economia e religião dignos de serem imitados, e criar um forte elo entre o Brasil e aquela nação. O progresso americano e o seu extraordinário desenvolvimento que, na mente de Fletcher fora produzido pelo protestantismo, fluiriam então para o Brasil na forma de comércio e emigração de empresários de todos os tipos, negociantes, industriais, agricultores pioneiros, mecânicos, engenheiros, que trariam consigo sua religião, desse modo trazendo o ‘verdadeiro progresso’ para o Império Brasileiro. Enfim, seria a conquista do Brasil pela cultura, ‘progresso’ e comércio americanos.³²²

Ao comentar a viagem de D. Pedro II aos EUA, onde se revelou um Imperador ianque, Carvalho nomeia Fletcher como o cupido do caso de amor do Imperador com a grande Nação Americana. Fletcher e D. Pedro II manteriam a amizade até a morte do monarca. Através do missionário, o Imperador aproximou-se dos três melhores representantes do meio intelectual de Harvard: “o poeta Henry W. Longfellow, o naturalista Agazzis e o poeta Quaker John G. Whittier.”³²³

Assim, a visita de Agassiz ao Brasil representou na época um exemplo de proximidade entre progresso e protestantismo. Para Vieira,

A causa que mais se beneficiou com a presença de Agassiz, foi a campanha de publicidade empreendida por Fletcher, e por um grupo variado de ‘amigos do progresso’, que há muito tentava impressionar os brasileiros com o ‘progresso’ que o protestantismo poderia trazer-lhes. Para onde quer que Agassiz fosse, era seguido de perto por Fletcher ou por seus amigos, tais como o Dr. Tomas Rainey, Dr. Manuel Pacheco da Silva e Tavares Bastos. Assim, uma série de acontecimentos públicos ligaram o cientista de Harvard a Fletcher, ou

³²⁰ D. Pedro II, op. Cit. 10 de agosto de 1862

³²¹ Idem, p. 64.

³²² Idem, op. cit. p. 74.

³²³ CARVALHO, D. Pedro II, p. 158.

a seus amigos, desta maneira trazendo uma glória refletida sobre eles e sua causa.³²⁴

Presente à visista do Imperador a um navio americano, Fletcher descreveu o monarca como “fascinado por aquele brinquedo flutuante”.³²⁵ A mesma impressão de fascínio, é percebido no diário do Imperador ao descrever as oficinas de impressão e encadernação de Laemmert, anotando detalhes do funcionamento e da contabilidade. Avé Laemmert era um pastor protestante do círculo de relações de D. Pedro II. Foi o primeiro pastor protestante da comunidade de Petrópolis a celebrar um culto ali.

Sobre a oficina de impressão e encadernação de Laemmert, D. Pedro II observou que “tem 100 e tantos trabalhadores”, que “há máquinas muito curiosas”, que “os dois prelos (...) são muito engenhosos e (...) cada um pode tirar até 1500 folhas por hora”, que o maquinário era movido por um motor de 3 ½ cavalos de vapor.”³²⁶ Admirou-se com a velocidade das máquinas e a destreza dos compositores para as impressões, etc. A julgar pelas anotações de D. Pedro II, o desejo de Laemmert de impressionar o monarca fica claro:

O Laemmert deu-me os seguintes apontamentos *ipsis verbis*: “A tipografia se estabeleceu no ano de 1838 tendo sido trazida da Europa por Eduardo Laemmert na volta de uma viagem.

1840 - Extraíam-se em produtos da tipografia chamados livros de fundo 6:788\$950.

1850 - 58:756\$380.

1851 - 214:511\$702.

Nenhuma das grandes livrarias com tipografia na Alemanha consegue tão avultada venda. Da vendo do ano de 1861 foram por 51:207\$250 para as províncias barra fora, o resto para a Corte e as províncias do interior. As folhinhas alcançam uma extração de 80.000 por ano.

Há tórculos e um prelo, que mete e tira as folhas, movidos a braço. Tem uma pilha para chapas galvanoplásticas.³²⁷

Robert Reid Kelley foi outro pastor protestante, de relevante papel nos embates entre os setores liberais e os ultramontanos. Foi protagonista na crise Christie, segundo ainda o diário de D. Pedro II:

O pedido que faz Christie de restituição de livros apreendidos na alfândega ao Dr. Kalley está nesse caso, como disse; pois os livros nada tinham de imoral e se pregavam a doutrina protestante o que cumpria fazer era evitar que o Dr. Kalley pregasse publicamente o

³²⁴ VIEIRA, op. cit. p. 79.

³²⁵ VIEIRA, op. cit. p. 65.

³²⁶ D. Pedro II, 18 de Junho de 1862.

³²⁷ D. Pedro II, 18 de Junho de 1862.

protestantismo. O tribunal do Tesouro aprovou a apreensão; mas o Albuquerque mostrou-se logo disposto à restituição que eu recomendei fosse feita sem irregularidades, convindo ouvir antes as seções de Fazenda e Justiça porque o negócio tem caráter religioso e, portanto exige a maior consideração.³²⁸

O Dr. Robert Reid Kalley, nasceu na Escócia, formou-se médico pela Escola de Medicina e Cirurgia de Glasgow, mais tarde defendeu tese na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa e mais tarde, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Como pastor defendeu o culto protestante em língua portuguesa, tendo sido um dos responsáveis pela mudança na interpretação da constituição do Império. Até então, os cultos acatólicos só podiam ser dirigidos em língua estrangeira, entretanto, devido ao grande número de seguidores portugueses do pastor, o argumento ganhou força, criando um enorme problema para os ultramontanos e as autoridades locais.³²⁹

O pastor, impedido de pregar o protestantismo em língua portuguesa no Rio de Janeiro, pois já tinha enfrentado alguns conflitos em Niterói, sentiu, entretanto, que em Petrópolis estaria livre para ajudar os protestantes estrangeiros com serviços religiosos em língua estrangeira, afinal atividade legal sob a interpretação corrente da constituição do Império. Kelley preocupou-se também com o hábito de muitos membros das comunidades americanas, britânicas e germânicas em Petrópolis, pois “muito dados ao uso de bebidas alcoólicas, e o médico esperava libertá-los da intemperança.”³³⁰ A presença do pastor incomodou muito os setores católicos conservadores de Petrópolis, que o hostilizavam em todas as oportunidades. O estopim de uma grande reação foi quando Kelley conseguiu a conversão de duas senhoras da alta sociedade petropolitana. A partir desse ponto, os setores ultramontanos desencadearam forte oposição à sua presença na cidade.

Devido à grande dimensão que ganhou o problema, o Imperador resolveu intervir, pessoalmente, ao visitar a residência do médico. Mais tarde, convidou-o para uma audiência pública e para proferir palestra sobre a Palestina, onde o pastor havia viajado. O apoio do Imperador aumentou bastante o prestígio do pastor. Segundo Vieira:

³²⁸ Idem, 17 de dezembro de 1862.

³²⁹ VIEIRA, op. cit., p. 123.

³³⁰ Idem, pag. 117. Interessante nesse ponto é o comentário de Norbert Elias sobre o hábito ritual dos alemães de beber. Elias, op. cit. p. 20

Os cortesãos, bem afinados a essa espécie de coisas, reagiram ao evento, começando por sua vez a entreter relações de amizade com os Kalley. A primeira pessoa a visitá-los foi o Senador Cruz Jobim, cujo genro já tinha se relacionado com os Kalleys, assim que chegaram. Suspeito ainda, mesmo que sem provas concretas, que o Senador Jobim foi também, em parte, responsável pela visita do Imperador. Cruz Jobim, doutor em medicina, era conhecido como amigo e protetor de todos os médicos estrangeiros no Brasil.³³¹

As ações concorreram significativamente para mudar a interpretação da Constituição do Império quanto à determinação de língua estrangeira para a pregação do culto acatólico. Os ultramontanos não aceitavam Kelley e seus seguidores calvinistas oriundos de Portugal, impondo-lhes dura perseguição. Entretanto, o ataque ultramontano acabou por provocar uma reação entre os setores liberais e anticlericais que saíram em defesa do protestantismo. O desfecho foi a interpretação do artigo constitucional como não restritivo ao uso da língua portuguesa em cultos acatólicos.³³²

A julgar pelas notas em seu diário e mesmo por suas posições em questões anteriores, não foi surpresa que no conflito com a Igreja, conhecido como Questão Religiosa, o Imperador afirmasse seu regalismo. A política implantada por Pio IX foi bem recebida no Brasil por alguns bispos que estudaram na Europa. Segundo Carvalho, “ironicamente, a preocupação de D. Pedro em escolher bispos instruídos e de bons costumes acabou virando-se contra ele.”³³³ Como é conhecido, os bispos D. Vital Maria de Oliveira, de Olinda, e D. Antonio de Macedo Costa, do Pará, acatando a política de Roma, lançaram-se contra os maçons, expulsando-os das irmandades religiosas, excomungando-os e proibindo-os de promover cultos. Ao chegar ao Conselho de Estado, este entendeu que os bispos haviam extrapolado sua jurisdição e se “havia insubordinado contra o império da lei e contra as leis do Império.”³³⁴ Para o mesmo autor, a ação de D. Pedro II foi decisiva, na medida em que o monarca não aceitava o desrespeito das leis do Império e não admitia o desrespeito ao poder civil. Assim, pela primeira e única vez na história do Brasil, assistiu-se a prisão de dois bispos, condenados a quatro anos de prisão com trabalhos forçados, sentença depois reformada para prisão simples.³³⁵

³³¹ VIEIRA, op. cit. p. 122.

³³² Idem.

³³³ CARVALHO, D. Pedro II, op. cit. p. 151.

³³⁴ Idem, p. 153.

³³⁵ Idem.

O Imperador certamente não era ateu, inclusive membro da Sociedade Internacional contra o Ateísmo³³⁶, também não era anticlerical, entretanto, era acima de tudo, um racionalista do século XVIII e um regalista. Em matéria de catolicismo, ele “acreditava, mas não obedecia”, não se distinguindo, diga-se de passagem, da maioria da elite brasileira³³⁷. À Igreja cabia uma função pedagógica e de manutenção da ordem.³³⁸

De maneira geral, a partir das considerações tecidas até aqui, delineia-se uma linha de continuidade na relação entre Igreja e Estado, que remonta ao tempo da colônia e que, ao mesmo tempo, tipifica a singularidade do processo de secularização no Brasil.³³⁹ Este teve seu início, contraditoriamente, no regime do padroado, quando o Estado era oficialmente católico. Este quadro modificou-se, acirrando as relações Igreja e Estado, com o avanço do liberalismo e do protestantismo, por um lado, e por outro, com o papado de Pio IX, “o mais reacionário e ultramontano dos papas até então”.³⁴⁰

Porém, antes do episódio que levou à Questão Religiosa, a situação da Igreja e do clero em Petrópolis não era em nada diferente do que se observa no clero nacional, tal como os exemplos de D. Pedro II bem mostram. Julio Itier, em viagem a Petrópolis, logo no início das obras da cidade, descreveu uma cena totalmente “gilbertiana”:

No meio da turba de mulheres de todas as cores e de crianças de todas as idades que enchiam aquela casa, foi-nos impossível chegar a falar ao bom Padre. Pretextou sentir-se adoentado para, sem dúvida, poder escapar ao perigo de revelar aos estrangeiros os segredos das compensações oferecidas ao rigor da vida monástica. (...) Este modo de viver é o vulgar entre os frades brasileiros e parece providencial para um país, por assim dizer, deserto, onde nenhum meio de se aumentar a população branca deve ser descurado.³⁴¹

Os serviços eclesiásticos, ao que tudo indica, pareciam não ir muito bem. Em 1861, em documento da Imperial Câmara de Petrópolis, encontra-se reclamação sobre a comarca eclesiástica de Petrópolis nos seguintes termos:

³³⁶ D. Pedro II

³³⁷ Em várias passagens Vieira faz a mesma observação sobre a elite política brasileira que teve contato com os protestantes norte americanos.

³³⁸ CARVALHO, op. cit. p. 154.

³³⁹ Alguns autores apontam os modelos e diversidades da secularização. Entre eles: ORO, Ari Pedro. Considerações sobre a liberdade religiosa no Brasil. In: **Ciênc. Let.**, Porto Alegre, n 37, pp. 433-447, jan./jun. 2005. Disponível em: <http://www.fapa.com.br/cienciaelettas/publicação>. Weber, Max. As seitas protestantes e o espírito do capitalismo. In: **Ensaio de Sociologia**. Ed. Guanabara, Rio de Janeiro, 1982. pp. 347-370. Guauchet, Marcel. **Lê désenchantement du monde**. Paris, Gallimard, 1985. DAVID, Martin. **Remise en question de la théorie de la secularisation**. PIERUCCI,

³⁴⁰ CARVALHO, D. Pedro II, op. cit. p. 151.

³⁴¹ TAUNAY, Afonso de E. Visitantes antigos de Petrópolis e sua região. In: **O centenário de Petrópolis**, op. cit. Vol. I, p. 80.

II.^{mo} Ex.^{mo} S.^r. Esta Câmara Municipal não pode ser indiferente ao estado lastimoso em que se acha a Comarca Eclesiástica de Petrópolis, que há muito tempo está desprovida de juiz e cuja falta obriga os seus habitantes a irem justificar o seu estado livre à Câmara Eclesiástica [sic] para poderem contrair o sacramento matrimonial, com o que têm de fazer despesas que seus recursos pecuniários não podem comportar, quando são pobres e para evitarem esses sacrifícios e delongas, mais de um tem-se unido com aquela que deveria ser sua esposa (se aqui houvera esse juiz) e coabitam sem esse sacramento.

Esse estado de coisas urge de remédio, a bem da moral pública e para que os seus munícipes o possam obter, esta Câmara vem respeitosamente perante V. Ex.^a rogar-lhe a mercê de fazer sentir ao II.^{mo} Ex.^{mo} e Rev.^{mo} S.^r. bispo, conde, capelão-mor, a necessidade que há de ser provida a vara eclesiástica da Câmara, digo, da Comarca. Deus guarde etc. (assinado) José Antônio da Rocha.³⁴²

Em meio a esta situação do clero e da Igreja foi que chegaram os imigrantes luteranos em Petrópolis. Quase a metade dos imigrantes alemães eram protestantes. Para se ter uma ideia mais precisa sobre o impacto provocado pela presença destes acatólicos na corte de verão, convivendo no mesmo espaço físico que o próprio Imperador, torna-se fundamental retomar algumas questões sobre a inserção do protestantismo no Brasil e a reação ultramontana.

³⁴² Ata da 34ª sessão, em 15 de julho de 1861.

3.3- O SENTIDO DA PRESENÇA PROTESTANTE E A REAÇÃO ULTRAMONTANA.

Como lembra Mendonça³⁴³, a primeira tentativa de penetração protestante no Brasil foi ainda no século XVI, com a fundação da França Antártica, sob a liderança de Villegagnon e bem documentado por Jean de Lery³⁴⁴. A tentativa seguinte, já no século XVII, ficou a cargo dos holandeses que invadiram a Capitania de Pernambuco, entre 1630 e 1645. Devido a estes acontecimentos e ao fato da própria noção de unidade dos brasileiros se fixar pela religião católica, desenvolveu-se no país um sentimento de repulsa em relação aos protestantes no Brasil.

Segundo Gilberto Freire,

Temia-se no adventício acatólico o inimigo capaz de quebrar ou de enfraquecer aquela solidariedade que em Portugal se desenvolvera junto com a religião católica. Essa solidariedade manteve-se entre nós esplendidamente através de toda a nossa formação colonial, reunindo-nos contra calvinistas franceses, contra os reformados holandeses, contra os protestantes ingleses. Daí ser tão difícil, na verdade, separar o brasileiro do católico: o Catolicismo foi realmente o cimento da nossa unidade.³⁴⁵

Terminados estes primeiros conflitos com os acatólicos, abriu-se um longo período sem problemas em relação aos protestantes. Somente na fase do Reino-Unido, a partir dos acordos comerciais firmados entre Portugal e Inglaterra, o culto protestante passou a ser tolerado para os ingleses, ainda que com algumas restrições.

Por outro lado, é importante destacar os traços religiosos que compõem a base da formação da ideia da “nação” no período que antecede a independência e tem continuidade até a primeira fase do segundo reinado. Aqui, torna-se necessário, para dar maior clareza aos temas que serão abordados, especificamente a comunidade protestante

³⁴³ MENDONÇA, Antônio Gouveia. **O celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1984, pp.18-19

³⁴⁴ RIBEIRO, Boanerges. **O protestantismo no Brasil monárquico. 1822-1888**. São Paulo: Pioneira, 1973, pp. 28-31.

³⁴⁵ FREIRE, op. cit. p. 30

de Petrópolis, retomar alguns aspectos sobre a ação dos protestantes e a reação dos setores ultramontanos.

Do ponto de vista político, destaca-se uma conjuntura internacional extremamente desfavorável à Igreja Católica. A partir de meados do século XIX o liberalismo e o anti-clericalismo ganham campo em todos os países católicos da Europa, promovendo um ataque constante ao internacionalismo da Igreja e um constante questionamento do poder papal. Assistiu-se ao desenvolvimento de uma vertente secularizadora acompanhada de um processo de laicização nos países onde o iluminismo e os processos revolucionários de transformação social e político se chocaram com Igrejas poderosas e que se opunham a este processo de transformação. É o caso da França e dos países católicos do sul da Europa, que influenciaram o grupo liberal mais radical do Brasil, cujas principais ideias gravitavam em torno dos temas debatidos naqueles países.³⁴⁶

Do ponto de vista da conjuntura interna havia uma série de fatores que pressionavam fortemente a Igreja. Houve aqui uma espécie de coalizão de correntes de pensamentos como o galicanismo, o jansenismo, o liberalismo, a maçonaria, o deísmo, o racionalismo e o protestantismo, todos, de alguma maneira, vagamente ‘aliados’ contra o conservantismo e o ultramontanismo da Igreja Católica do século XIX.³⁴⁷ Acrescenta-se o intransigente regalismo do Imperador, no que era acompanhado pelo Conselho de Estado.

Na primeira fase da chegada dos imigrantes protestantes, a corrente política hegemônica praticava uma espécie de indiferentismo religioso, como visto na postura de Aureliano Coutinho, Paulo Barbosa e D. Pedro II. Nos dois últimos, os traços são muito evidentes. O reflexo deste comportamento é o também indiferentismo quanto à religião dos imigrantes. Mais tarde, esse mesmo regalismo foi arma importante na defesa dos direitos dos acatólicos. O traço político uniu-se, contraditoriamente, à doutrina da liberdade religiosa pregada pelos liberais. Em contrapartida, a reação ultramontana forçaria uma ação política para barrar a entrada dos acatólicos no país.

David Gueiros Vieira desenvolveu um estudo exaustivo sobre o protestantismo e a Questão Religiosa no Brasil. Portanto, não é necessário repetir assunto já tão bem

³⁴⁶ CATROGA, op. cit., p. 83.

³⁴⁷ VIEIRA, op. cit. p. 27.

pesquisado. Retomam-se, aqui, somente, os principais pontos enfatizados pelo autor.³⁴⁸ Em primeiro lugar, o autor chama atenção para a presença de um número elevado de católicos liberais, de projeção no cenário político, empenhados na defesa do direito dos protestantes. Defendiam não só o direito de entrarem no país, mas de praticarem livremente seu culto, com direitos civis iguais aos dos católicos brasileiros.³⁴⁹

Na verdade, um reflexo do anticlericalismo da elite política brasileira dos novecentos. Um bom exemplo encontra-se na fala de deputados que contrários a entrada de ordens religiosas no Brasil, chamando os lazaristas de “inimigos de todas as luzes do século” ou ainda de “muito inúteis e muito prejudiciais”, pedindo punição para os que andavam disfarçados e pregando o ultramontanismo. O líder saquarema Bernardo Pereira de Vasconcelos, reconhecia ser “a pena de morte um tanto rigorosa; mas ofereceria a das galés perpétuas”³⁵⁰.

Os setores ultramontanos sempre reagiram ao avanço deste liberalismo anticlerical e tudo fizeram para combatê-lo. Através da influência entre os políticos mais conservadores, com a fundação de uma imprensa católica e recorrendo aos fiéis. Como podiam impedir a entrada de padres da Igreja Católica e abrir as portas para a entrada de hereges? Perguntava indignado o Bispo do Rio de Janeiro.³⁵¹

Vieira arrola quase uma centena de liberais que se empenharam na defesa dos direitos dos protestantes. Senadores, deputados, várias autoridades provinciais, profissionais liberais e parte do próprio clero. Quanto aos agentes do protestantismo, podem ser divididos em dois grupos: os proselitistas e os agentes de colônia. O primeiro grupo era formado por norte-americanos vendedores de bíblias, que também faziam propaganda em favor de uma maior aproximação entre Brasil e EUA. O segundo grupo é formado por pastores das colônias, de origem germânica, que prestavam assistência espiritual aos colonos.

Entre os proselitistas alguns se destacaram na propaganda protestante, sendo os principais alvos da reação ultramontana. Além de Fletcher e Kelley, já mencionados, destaca-se também o presbiteriano Ashbel Green Simonton (1833-1867), empenhado na defesa da liberdade religiosa, percebendo as necessidades do governo em incentivar a imigração. Contudo, Simonton não acreditava na fraqueza do catolicismo nacional,

³⁴⁸ Anais da Câmara, 17 de maio de 1828, apud, VIEIRA, op. cit. p. 37.

³⁴⁹ Bernardo Pereira de Vasconcelos, apud, VIEIRA, op. cit. p. 37.

³⁵⁰ Idem.

³⁵¹ Idem.

achava que os políticos liberais defendiam o protestantismo pelas necessidades da imigração e por uma absoluta indiferença em relação à religião em geral. Fato que não os impedia de manter a defesa da religião do Estado.³⁵²

Outro importante personagem nas disputas foi Alexander Lattimer Blackford (1828-1890), que à frente da Legação dos Estados Unidos, teve oportunidade de fazer amigos na elite do Império. Entre eles destacava-se Tavares Bastos, deputado alagoano, que se tornou amigo, confidente, advogado e protetor dos dois missionários americanos. Vieira argumenta que foi “essa amizade, em parte, que lhe deu coragem de trabalhar em lugares do interior, pois Tavares Bastos estava sempre pronto para interferir nos eventos e ajudar seus amigos.”³⁵³

Merece destaque também, Francis Joseph Christopher Schneider (1832-1910), conhecido como um “protestantizador” de São Paulo. Ele participou de um episódio marcado por fortes conflitos envolvendo a questão do batismo dos filhos dos luteranos. Um dos grandes problemas dos colonos germânicos em todas as províncias brasileiras era a falta de ministros luteranos para realizar seus batismos, confirmações e casamentos. O problema do batismo era muito delicado, pois os camponeses luteranos acreditando que o batismo era imprescindível para a salvação, acabavam levando as crianças para serem batizadas pelos padres católicos. Mais tarde, faziam petições ao Presidente da Província para criarem seus filhos “católicos” como protestantes, no que eram prontamente atendidos. Isso provocou violenta reação do bispo de São Paulo, que contava com todo apoio dos setores conservadores e ultramontanos.³⁵⁴

Os protestantes e seus aliados fundaram a Imprensa Evangélica, impressionados e motivados com a quantidade de artigos sobre matéria de religião na imprensa de uma maneira geral. A Imprensa Evangélica tornou-se o órgão de divulgação das ideias protestantes e dos liberais mais radicais. Em resposta, o Jornal ultramontano *O Cruzeiro do Brasil* protestou em seu editorial que era “incrível que isso acontecesse numa nação católica”.³⁵⁵

O protestantismo de colônia, embora sem os traços proselitistas apontados, trazia grande incômodo para a Igreja Católica e as autoridades conservadoras. Ingressavam no

³⁵² Idem, p. 137

³⁵³ Idem, p.139.

³⁵⁴ Idem, p. 141

³⁵⁵ **O Cruzeiro do Brasil**, Rio, 4 de novembro de 1864, apud. VIEIRA, op. cit. p. 148.

cenário nacional com seus templos, cemitérios, promovendo casamentos, exigindo registro civil, reforçando os argumentos dos liberais.

As disputas entre estes setores da sociedade ganharam grandes proporções com o começo do movimento a favor da imigração dos confederados para o Brasil após o término da guerra civil norte-americana. Até aqui, os protestantes estavam dispersos e, na sua grande maioria, restritos às suas colônias, onde realizavam suas atividades sem causar grandes conflitos e evitando polêmicas. Contudo, a chegada de um contingente homogêneo de protestantes provocou uma preocupação mais profunda entre setores conservadores.

Os promotores e protetores da imigração dos confederados eram os mesmos liberais que apoiavam a imigração protestante entre os germânicos e fizeram coro ao proselitismo dos pregadores mencionados. A primeira atitude efetiva foi a criação da Sociedade Internacional da Imigração, em 1866, com o objetivo de proteger a imigração para o país, especialmente, a protestante.

A imigração confederada possuía uma base religiosa, com clérigos e leigos devotos na liderança do movimento. O anúncio da vinda destes imigrantes do Sul dos Estados Unidos, feito em 1865, foi recebido pelos liberais como uma grande solução para os problemas de então, especialmente, no que se referia à carência de mão de obra especializada no país. Se levássemos a sério os números anunciados, como muitos levaram naquela época, meio milhão de pessoas estariam migrando para o Brasil.³⁵⁶ Ainda que os colonos ficassem espalhados em pequenas comunidades, sem dúvida, representariam uma ameaça ao domínio da classe governante do Império.³⁵⁷

Os primeiros confederados foram alvo das disputas entre os católicos ultramontanos e os católicos liberais. A luta foi travada tanto abertamente, por meio de discursos e artigos nos jornais, como secretamente, nas reitorias das igrejas, nos gabinetes dos bispos e na Nunciatura no Rio de Janeiro. Mesmo que esta imigração não tenha se concretizado por razões da própria acomodação dos sulistas após a guerra civil,

³⁵⁶ HARTER, Eugene C. **A colônia perdida da Confederação: a imigração Norte-Americana para o Brasil após a Guerra de Secessão**. Ed. Nórdica LTDA, Rio de Janeiro, s/d. Segundo este autor o número real é em torno de vinte mil confederados que se estabeleceram no Brasil. p. 27.

³⁵⁷ VIEIRA, op. Cit., p. 215.

foram muitas as reclamações sobre as condições prometidas e não cumpridas pelas autoridades brasileiras, o que, certamente, colaborou para o fim do movimento.³⁵⁸

Os liberais tomaram o partido da imigração e apontaram para necessidade de mudanças das leis, atacando o aspecto mais vulnerável da questão das inabilidades religiosas: o casamento civil. A campanha teve grande repercussão e influenciou na exoneração de Nabuco de Araújo, como Ministro da Justiça, e na queda do Gabinete de Olinda. Este foi substituído pelo Gabinete de Zacarias, considerado um autêntico liberal, mas, na realidade, um ultramontano infiltrado no Partido Liberal.³⁵⁹ Como “arma secreta” dos ultramontanos, Zacarias promoveu um boicote sistemático a todas as mudanças propostas para alteração da condição dos acatólicos. Em grande parte, segundo Vieira, foi a atuação de Zacarias responsável pela saída da cena política dos liberais na década de 1860.³⁶⁰

Além da disputa se dar nas altas esferas do poder civil, o conflito também ocorria nas províncias onde estes imigrantes acatólicos se instalavam. Apesar de D. Pedro II mostrar publicamente sua simpatia para com alguns representantes desses protestantes, como visto, nem sempre suas ações eram seguidas pelas autoridades civis. O monarca tinha conhecimento da situação dos acatólicos, não só no nível das disputas partidárias em que se envolviam liberais e ultramontanos, mas também dos problemas nas províncias.

D. Pedro II deixou registrado em seu diário as disputas entre os ministros:

No despacho o Saião propôs a Bezerra Cavalcanti do Rio Grande do Norte para juiz de direito; mas eu opus-me não pelo indivíduo, mas por não poderem os deputados exercer efetivamente os lugares de magistratura como convém e deseja o próprio Saião. Este disse que o Silveira da Mota fazia coro com o Ottoni, e seria melhor que não demorasse os pareceres como consultor, tendo uma queixa do ministro do Império a respeito da demora dum trabalho que incumbira ao consultor sobre o regulamento para execução da lei dos casamentos acatólicos dado lugar à reflexão do Saião que pareceu exagerada e pelo menos incomodou o Caxias, tendo eu também dito nada havia de censurável em que Silveira da Mota conversasse com o Ottoni, e que eu desejaria igualmente ouvi-lo para conhecer a razão de seu procedimento. O Sousa Ramos atribui a Ottoni os artigos da Atualidade sobre a estátua de meu Pai e continua a asseverar que Ottoni inventa como ninguém tudo o que lhe faz conta.³⁶¹

³⁵⁸ Idem, p. 223.

³⁵⁹ Idem pp. 226, 229 e 232.

³⁶⁰ Idem, p. 241.

³⁶¹ D. Pedro II, op. cit. 22 de março de 1862

Na carta que recebeu de Blumenau, citada anteriormente, o colonizador explica a D. Pedro II a causa do descaso do presidente da província:

No Exmo Sr. Coutinho não acho apoio, senão muito frouxo, e disposição alguma, para entrar em planos e ideias elaboradas de colonização de maior alcance; a esse respeito elle se move num estreito círculo, de que é impossível fazê-lo sair fora. Tive com ele muitas discussões sobre este assunto, o único resultado porem foi, que S.E. não me pode persuadir a mim, nem eu ale. Quando for possível, S.E. não havia de deixar entrar no paiz senão portugueses e ilheos e, quando muito outros estrangeiros e também alemães de religião catholica, com condição porem, que os seus filhos esqueçam a lingua allemã. Mas a imigração protestante apparece à S.E. como directamente pernicioso e realmente prejudicial ao paiz, como gérmen de futuras discórdias etc. etc., porquanto quebra por sua índole todas as tradições portuguezas, em que S.E. parece ver a única salvação do Império, não excluindo seus defeitos. Em consequência de taes princípios não he de admirar que S.E. pouco se inclina para favorecer huma colônia até agora quase exclusivamente protestante. V. Exele. Há de concordar comigo, que taes opiniões, enunciadas pela primeira autoridade da província, não são muito aptas para animar e, em caso de infortúnios, confortar a hum pobre colonizador na minha posição.³⁶² (grifo nosso)

Continua o missivista pedindo a intervenção do Imperador, relatando que:

Com grande inquietude estou à espera da abertura das câmaras, havendo-se provavelmente n'ellas de discutir varias medidas de importância, concernentes à colonisação, sobretudo a dos casamentos mistos e heranças. Sobretudo hum regulamento sobre a introdução do casamento civil, que as partes devião poder entrar perante qualquer escrivão de juízo de paz, sendo as villas as vezes muito distantes, se torna necessidade indeclinável, quando os poderes do estado não quizerem introduzir com força o concubinato nas novas colônias.³⁶³

Antes disso, o mesmo problema já era apontado no relatório do Ministro do Império, em 1847, que observa:

que a falta de leis ordinárias, que regulem e tornem efetivo o preceito constitucional que consagra a tolerância religiosa, gera alguns embaraços de que se recente a colônia; e são sem duvida graves os que se manifestam por ocasião das alianças de família, ou sejam protestantes ambos os cônjuges ou professe um aquela religião, e o outro a católica apostólica romana; pois que as leis em vigor no contrato do matrimonio só tiveram em vista os católicos romanos.³⁶⁴

Como alternativa à imigração protestante, os ultramontanos lançaram uma campanha pela imigração católica. No combate ao protestantismo, os ultramontanos usaram métodos pouco eficazes como as orações, missas, santas missões e exercícios

³⁶² D'ESCRAGNOLE, Luiz Affonso. Blumenau em 1856. In: **Revista do Instituto histórico de Petrópolis**. Volume I – ano 1950. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1950. pp. 41-48

³⁶³ Idem.

³⁶⁴ SODRÉ, op. cit. Vol. III, p. 232

espirituais. Com o fracasso de tais iniciativas, tentaram meios mais práticos: promover a imigração ‘correta’, ou seja, a imigração católica. Teve início, então, um movimento liderado pelo conde polonês Anton Ladislav Jancienski, incentivando a imigração católica para o Brasil. As sociedades de imigração foram criadas em quase todo o Brasil, sempre com o vigoroso apoio dos ultramontanos.³⁶⁵

Em carta enviada a D. Pedro II, em 1865, Jancienski reclama da oposição que se faz à participação dos polacos na vida política. Entretanto, afirma que foi bem acolhido pelo Bispo e pelo Presidente da Província de São Paulo. Segundo ele, as condições para a imigração que pretendia desenvolver, eram boas, porém, fazia um alerta ao Imperador:

não devo ocultar de V. M., por outro lado, as maiores e mais valiosas simpatias são para os americanos, e nas diversas conversações que assisti neste assunto, o motivo da predileção pareceu-me um mau sintoma para o futuro da monarquia e da religião nesta Província.³⁶⁶

Esta imigração teve tão pouco êxito quanto a imigração irlandesa, segundo Vieira:

Eventualmente, traficantes de lenocínio trouxeram para o Brasil grande numero de polonesas muito apreciadas nos lupares nacionais ao ponto de o adjetivo ‘polaca’, como qualquer colegial sabe, ter vindo a significar prostituta no Brasil – obviamente não era essa imigração que a Igreja tinha em mente.³⁶⁷

A presença protestante e de ultramontanos se fez notar desde os primeiros tempos da colônia-cidade-corte de Petrópolis. Do lado dos protestantes, o luterano Major Koeler, encarregado da instalação da colônia. Imigrado para o Brasil como mercenário, após vários trabalhos realizados para o governo, ele teve sua cidadania reconhecida e recebeu a incumbência de coordenar outras ações de destaque. Os mais importantes foram a direção nos trabalhos de melhorias da estrada que corta a região serrana de Petrópolis, a direção nos trabalhos de construção do Palácio e a instalação da colônia, como já apontado.

O primeiro culto religioso dos evangélicos foi celebrado por Laemmert, que, como já referido, foi um protestante de destaque no período imperial, tendo contribuído com várias obras para o conhecimento do país e foi editor do famoso Almanaque

³⁶⁵ VIEIRA, op. cit. p. 244.

³⁶⁶ Museu Imperial de Petrópolis– M- 137, Doc. 6734.

³⁶⁷ VIEIRA, op. cit. p. 245.

Laemmert. Os irmãos Laemmert visitaram Petrópolis em muitas situações, sempre recebidos pelo Imperador.³⁶⁸

Por outro lado, a primeira missa celebrada em Petrópolis, não por acaso, foi ministrada pelo Internúncio Mons. Gaetano Bedini, que se tornou notório pelos seus sermões contra casamentos mistos entre os colonos e pelas suas críticas públicas a D. Pedro II, por não ir este à missa tão frequentemente como seus antepassados.³⁶⁹

Além de Bedini, os documentos indicam a presença do Internúncio Sangnini e de D. Macedo da Costa, ambos diretamente envolvidos no conflito entre a Igreja Católica e o Estado na Questão Religiosa. Destaca-se também, a presença de monsenhor Luiz Bruchetti, Internúncio, celebrando missa no lançamento da pedra fundamental da Matriz de Petrópolis. No final do Império, registra-se, ainda, a presença do bispo de São Paulo, recebido pelos petropolitanos com grandes honrarias. O final de sua visita a Petrópolis terminou com uma recepção na residência do Sr. Ferreira Paixão, que propôs a mudança do nome da Rua dos Protestantes para Rua D. Isabel na época em que foi vereador.³⁷⁰

Os protestantes de Petrópolis enfrentaram problemas constantes no que diz respeito à formalização de seus atos religiosos. As dificuldades impostas pelas autoridades locais à construção do templo evangélico seria um tema de constantes queixas. Segundo o pastor Stroeler:

Além de todos estes desagradados tive também de apresentar-me por varias vezes perante os tribunaes. Os artistas têm ornado a frente da Igreja com uma bíblia aberta e dous cálices. Irritado porque agora de uma vez devia ter uma Igreja evangélica em Petrópolis e ainda encima uma maior e mais bonita que a catholica, denunciou o Internuncio do Papa (...). O delegado mandou-me citar e disse-me que eu devia mandar tirar o ornamento, porque era proibido a todas as religiões acatólicas de ter nos seus templos insígnias exteriores. (...) Pio me há sucedido com a minha escola. Fui denunciado ao inspetor parochial que eu não tinha licença exigida pela lei para minha escola. (...) Já antes quis fazer isso e falei com o ministro da Prússia pedindo o seu conselho para o negócio. Porém este me disse que quando no Brasil se hia perguntar muito não se arranjava nada, que eu continuasse com a minha escola até que se me proibia, então ainda era tempo de buscar uma licença. (...) Assim temos no Brasil uma porção de dificuldades e

³⁶⁸ AVÉ-LALLEMANT. Quando Petrópolis nascia. Trad. de Theodoro Cabral, **Correio da Manhã**, 29 de janeiro de 1950.

³⁶⁹ VIEIRA, op. cit., p. 36.

³⁷⁰ SODRÉ, op. cit. vol. III, p. 89.

ainda encima disto temos espreitadores que só esperam a ocasião para puxar-nos nos seus laços.³⁷¹

O pastor Frederico Strole chegou em Petrópolis, em 1862. Foi professor da escola mantida pela Comunidade Evangélica, fundando posteriormente uma escola com seu nome. A juventude dos imigrantes recebeu ali seus ensinamentos por mais de quarenta anos.³⁷²

A denúncia apresentada pelo pastor desencadeou acirrada disputa entre os setores religiosos da cidade. O professor Pedro Jacob acusou o pastor de detratar a cidade, suas autoridades e figuras históricas do município, especialmente o Major Koeler, que, a aquela altura, já era uma espécie de herói petropolitano. As reclamações contra o pastor foram enviadas à Presidência da Província, que solicitou esclarecimentos à Câmara Municipal. Desta forma ficou registrado:

É lida uma portaria do Ex.^{mo} presidente da província do Rio de Janeiro, de 23 do mês próximo findo, acompanhando um requerimento de Pedro Jacob, professor público nesta cidade, ordenando que a Câmara informe circunstanciadamente acerca dos fatos nele imputados ao pastor protestante (...).

A comissão nomeada por esta Câmara para sindicar e informar dos fatos de que se queixa o professor público Pedro Jacob, contra o pastor protestante G. G. Ströeler [sic], tem a honra de apresentar as suas informações, declarando que os fatos imputados ao dito pastor são reais e verdadeiros e por isso se deve informar ao Ex.^{mo} presidente da província nos termos da cópia junta. Petrópolis, 14 de maio de 1866 (assinados) José Antônio da Rocha e Antônio José Correia Lima. "Il.^{mo} Ex.^{mo} Sr. Em cumprimento a portaria de V. Ex.^a, de 23 de março do corrente ano, acompanhando o requerimento do professor público Pedro Jacob, em que V. Ex.^a ordena a esta Câmara que ela informe circunstanciadamente sobre os fatos que no mesmo requerimento são imputados ao pastor protestante G. G. Ströele; tem ela a honra de informar o seguinte:

1º Que tendo nomeado dois de seus membros para sindicarem os fatos e informarem o que colherem a respeito deles, dirigiram-se estes ao peticionário Pedro Jacob e obtiveram dele a exposição e documentos juntos.

2º Que por outras pessoas souberam que o dito pastor Ströller [sic], não se prestava ao serviço religioso exigido pelos protestantes, que não eram membros de uma Comunidade Evangélica que ele aqui formou, sem que estes lhe pagassem uma quantia que ele arbitrava.

³⁷¹ A colônia de Petrópolis In: **Revista do Instituto Histórico de Petrópolis**, vol. 1, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1950, pp. 54-60.

³⁷² MACHADO, Antonio. Nomenclatura urbana de Petrópolis. In: **Centenário de Petrópolis**, op. cit. vol. I, p. 286.

3º Que os membros da dita comunidade são obrigados a pagar 23\$000 réis anualmente, e que muitos têm pago essa e outras quantias, tendo disso recibo.

4º Que essa comunidade está funcionando há mais de 3 anos sem ter os seus estatutos aprovados por qualquer autoridade.

5º Finalmente, que são, infelizmente, verdadeiros os fatos alegados na petição do referido professor público, Pedro Jacob, e que se torna necessário remédio para que cessem. Deus guarde a V. Ex.^a. Paço da Câmara Municipal de Petrópolis, 14 de maio de 1866 etc etc. Passando a ser consultada a Câmara a respeito deste ofício, deliberou ela que assim se oficiasse ao Ex.^{mo} presidente da província.³⁷³

Não se sabe, exatamente, a providência tomada pelo Presidente da Província. Contudo, é fato que durante mais de dez anos, o local escolhido para o culto protestante foi o Quartel dos Colonos, uma espécie de grande barracão. Ainda, na década de 1840, ocupou outros lugares, fixando-se por mais tempo na velha casa da fazenda do Major Koeler.³⁷⁴ De fato, a demora na destinação de local e a falta de recursos para a construção do templo eram dificuldades significativas encontradas pelos protestantes. A ideia da construção de um templo era contemporânea a da fundação da colônia. A informação disponível é que, em 1852, João Cristiano Moerken apresentou à comunidade luterana uma planta da igreja, da casa do pastor e da escola evangélica. Apesar dos planos iniciais e do esforço da comunidade, a construção do templo só se concretizaria onze anos depois.³⁷⁵

É, ainda, a carta do Pastor Stroler que registra a presença do Internúncio do papa em Petrópolis, uma constante na época. As anotações o coloca denunciando as insígnias exteriores do templo protestante e, também, como registra Tinoco, arrecadando recursos para a criação da Associação Religiosa e Caritativa do Asilo de Santa Isabel, movimentando-se em contraposição às atividades típicas desenvolvidas pelo culto evangélico.³⁷⁶ O curioso é que o Internúncio era Sanguigni, que pelo visto atuava em muitas frentes. Segundo Vieira, fora ele o responsável por manter contatos com Zacarias, arrancando deste o acordo para solapar o projeto dos liberais que garantiria a liberdade de culto e o casamento civil.³⁷⁷

A construção do templo ocupou a pauta da reunião da Câmara de Petrópolis em diversas ocasiões. O primeiro registro data de 1864, quando o Presidente da Província

³⁷³ Ata da 8ª sessão da Câmara Municipal, aos 15 dias de maio de 1866

³⁷⁴ **A cidade de Petrópolis**, op.cit. p. 225.

³⁷⁵ Idem, p. 221.

³⁷⁶ Almeida, José Nicolau Tinoco. **Petrópolis – Guia de Viagem**. Tipografia Pinter, Rio de Janeiro, 1885. Obra reeditada. Op.cit. p. 124.

³⁷⁷ Vieira, op. cit. p. 247.

do Rio de Janeiro, ordenou que a Câmara informasse, com brevidade, se a Comunidade Evangélica Alemã daquela cidade exigia um templo como alegado no requerimento que havia recebido e, em caso afirmativo, se para a construção do templo respeitava-se o artigo 5º da Constituição do Império.³⁷⁸ No ano seguinte, uma comissão da Câmara apresentou parecer sobre a construção do templo da Comunidade Evangélica Alemã, que tinha motivado as portarias do presidente da província e apresenta a tabela dos contribuintes do município, com a declaração do *quantum* que deveriam pagar.³⁷⁹

Registrou-se, também, nova portaria do Sr. José Tavares Bastos, vice-presidente da Província do Rio de Janeiro, onde reiterava a exigência feita à Câmara no ano passado, solicitando informação se a Comunidade Evangélica Alemã de Petrópolis erigira um templo, como alegava o requerimento, que tinha sido remetido e que ainda não tinha sido devolvido àquela presidência. Em 1872, o assunto voltaria à pauta com a sugestão do vereador Dr. Bordini que a Câmara oficiasse ao governo da Província, solicitando-lhe, a bem do culto religioso, a construção do novo templo evangélico, cuja verba já havia sido votada pela Assembleia Provincial.³⁸⁰

A fim de comparar o desenrolar do mesmo assunto entre católicos e protestantes, chama-se a atenção para a construção da Igreja dos imigrantes alemães católicos, que recebeu um tratamento muito diferente.

A história começa com um ofício do mordomo da Casa Imperial, datado 28 de agosto de 1872, nos seguintes termos:

elm^{os} Srs. Tendo os alemães católicos residentes nesta cidade requerido a Sua Majestade o Imperador a concessão de um terreno no centro da mesma cidade ou em seus arredores onde possam construir um edifício que sirva de capela, escola e residência do coadjutor da paróquia, lembrando, como muito apropriado para esse fim, o antigo cemitério, hoje interinamente abandonado, e desejando o mesmo augusto sr. tomar em consideração o pedido dos ditos alemães, ordenou-me, visto não haver na cidade terreno desocupado que se preste aquela construção, que consultasse a Câmara Municipal da cidade de Petrópolis se está disposta a ceder o terreno do antigo cemitério para ter a indicada aplicação, uma vez que os suplicantes façam a exumação dos restos ali sepultados e os transladem para o novo cemitério, construindo carneiros para recebê-los. Espero, portanto, que a referida Câmara me dê sua resposta a semelhante respeito, com a possível brevidade, para que suba à augusta presença de Sua Majestade o Imperador.

³⁷⁸ Ata da 23ª sessão da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 3 de novembro de 1864

³⁷⁹ Ata da 4ª sessão da Câmara Municipal, aos 17 de março de 1865

³⁸⁰ Ata da 12ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 15 dias do mês de julho de 1872,

Nomeou-se uma comissão especial para tratar do assunto. Após alguns debates foi lido o seguinte parecer do vereador Sr. Correia Lima:

Que acerca do ofício do Ex.^{mo} Sr. mordomo, do qual se tratou na sessão antecedente, S. S^a observara que não lhe parecia conveniente conceder licença para se edificar uma capela no terreno do cemitério velho para os alemães católicos, porquanto, havendo projeto de edificar-se uma igreja matriz com a conveniente capacidade para a população desta cidade e tendo a matriz atual servido até hoje para todos os católicos apostólicos romanos, quer sejam alemães, quer sejam nacionais, ou de outras nações, e havendo já uma capela na casa da escola do médico de Nossa Senhora do Amparo onde se celebra missa diariamente, julgava que a concessão de uma capela só para os alemães viria semear a cizânia entre a cura destes e o vigário da freguesia, bem como entre os alemães católicos e nacionais e mais estrangeiros da mesma religião, finalmente que a licença concedida pela Câmara para os alemães católicos aqui residentes edificarem casa para o coadjutor e escolas fora com a cláusula de ficar o terreno sempre como bem municipal.

Na legislatura seguinte, sem que o assunto entrasse em deliberação, apareceu novamente um ofício do Mordomo da Casa Imperial, foi dirigido à Câmara em que:

tendo os alemães católicos residentes em Petrópolis requerido a Sua Majestade o Imperador [a] concessão de um terreno no centro ou arredores desta cidade apropriado à construção de uma capela escola e casa para habitação do coadjutor da paróquia, lembrando os referidos alemães para esse fim o terreno em que se acha o antigo cemitério, e que desejando Sua Majestade o Imperador tomar em consideração esse pedido, ordenou-lhe que consultasse a Câmara Municipal de Petrópolis se estava disposta a ceder o mencionado terreno do antigo cemitério para ter a indicada aplicação, uma vez que os peticionários se obrigam a fazer a exumação dos restos mortais ali existentes, trasladando-os para o novo cemitério e construindo para tal fim os carneiros necessários para recebê-los. A Câmara deliberou que se oficiasse à Mordomia Imperial, comunicando-lhe não haver inconveniente algum na cessão do terreno para construção da capela, escola e casa para residência do pároco nos termos requeridos pelos alemães católicos.³⁸¹ (Grifo nosso)

O assunto, ainda, contaria com a intervenção do “reverendíssimo padre”, Theodoro Esch, sacerdote alemão que exerceu o vicariato em Petrópolis de 1878 a 1888.³⁸² Registrou-se também,

Um requerimento dos alemães católicos residentes em Petrópolis, representados pelo reverendíssimo padre Teodoro Ech, datado de 4 de janeiro do corrente ano, pedindo a esta Câmara a concessão do terreno onde se acha o antigo cemitério para nele construírem a capela, escola e casa para residência do coadjutor da paróquia, obrigando-se a trasladarem os restos mortais, digo, a trasladarem os restos mortais dos

³⁸¹ Ata da 2ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 15 dias do mês de janeiro de 1873

³⁸² MACHADO, op. cit. vol. I, p. 270.

jazigos ali existentes para o novo cemitério, construindo para esse fim os necessários carneiros.

Pedi a palavra o sr. Paixão e declarou ser de opinião que desse a concessão pedida pelos alemães católicos a esta Câmara, visto que as obras que projetam fazer contribuem em grande parte para o embelezamento desta cidade e que nenhum inconveniente poderia daí resultar à mesma Câmara. Falou também a favor do mesmo assunto o Sr. Frágoso, o qual propôs, e foi unanimemente aprovado, que a Câmara concedesse o terreno solicitado pelos peticionários, satisfazendo eles as condições a que se impuseram em seu requerimento, sendo a transladação dos ossos exumados para o novo cemitério feita com assistência do vereador da respectiva seção, assinando-se o devido termo.³⁸³

Chama-se a atenção para o fato do parecer ter sido apresentado pelo vereador João Augusto da Rocha Frágoso, personagem que será mencionado em outras partes do trabalho, que possui fortes indícios de ser um aliado dos setores mais conservadores da Igreja Católica. Também, a fala do Sr. Ferreira Paixão, este, certamente, um representante ultramontano na Imperial Câmara. Alguns anos mais tarde, o mesmo assunto da capela dos imigrantes alemães católicos voltou à pauta da Câmara. Desta vez, aparece de forma meio cômica. O vereador Dr. Bordini, que, invariavelmente, fazia contra-ponto com o vereador Frágoso, deixou registrado:

Tendo-se em sessão passada falado em arborizar a praça do cemitério, peço licença à Câmara para fazer algumas considerações ou o histórico dos terrenos pertencentes ao antigo cemitério. Foi no ano de 1866, que alguns ex-colonos alemães fizeram requerimento ao imperador pedindo uma das praças dessa cidade para lá construir uma capela alemã dirigida por um padre de sua nacionalidade, e o imperador despachou do seguinte modo: Entenda-se o superintendente do palácio com o cônsul alemão, a fim de ambos escolherem uma das praças existentes em Petrópolis, aquela que possa servir para o fim dos requerentes, menos a praça onde existe o antigo cemitério. Nada foi resolvido. Em 1872, requereu o reverendo padre Esch ao Imperador, em nome dos mesmos antigos requerentes para fim e exclusivamente a praça do cemitério, única que nessa época parecia-lhe estar devoluta, e este requerimento foi com o fim de se fazer não só um templo, como ainda uma escola e residência do respectivo padre. O Imperador mandou que se dirigisse o padre Esch à Câmara Municipal, cuja presidência se achava com o finado coronel Bernardo Ferraz de Abreu, mais tarde visconde de São Bernardo, e de que eu fazia parte desta Câmara, como vereador que era; e a Câmara, reunida em sessão, declarou o seguinte: Que não havia dúvida para ela de pôr à disposição dos peticionários o respectivo terreno (reservando, porém a Câmara para si o direito de propriedade) e podendo unicamente o reverendo padre Esch, principal signatário do requerimento, estabelecer uma escola e sua residência, negando a Câmara, em sua maioria, licença para lá se fazer uma capela, porque, dizia ela, que

³⁸³ Ata da 2ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 15 dias do mês de janeiro de 1873

existindo uma Igreja Matriz, é ela para todos os católicos. À vista desta decisão, os requerentes não se conformaram com ela e esperaram mais favoráveis tempos, mesmo porque estava a se findar o quadriênio dos vereadores, pois que tudo isto se passava no mês de novembro de 1872 e, em janeiro de 1873, haveria nova Câmara e os peticionários esperaram, pois, dando conhecimento ao imperador do despacho que obtiveram. Achando-se eleita e de posse a nova Câmara em 1873, o imperador despachou de novo a petição dos requerentes, dizendo que fosse ouvida a nova Câmara. A nova Câmara mandou participar ao imperador que de sua parte não havia dúvida entregar-se os terrenos do antigo cemitério para os fins requeridos, sendo feita esta comunicação pelo já finado presidente da Câmara, Paulino Afonso Pereira Nunes e mais um outro vereador em comissão cujo nome não me recordo. À vista desta comunicação, o imperador dirigiu-se à Câmara requerendo a concessão para si, e a Câmara concedeu ao imperador os referidos terrenos, e isto em data de 15 de janeiro de 1873, e em data de 22 do mesmo mês o reverendo padre Esch recebeu comunicação da Mordomia que o imperador cedia os mesmos terrenos aos peticionários para os fins requeridos. E em seguida, abriram os peticionários uma subscrição para esse fim por meio de uma circular. Depois que os peticionários conseguiram os meios e construíram a Igreja do Coração de Jesus, o bispo desta diocese julgou por sentença o patrimônio do referido templo, isto é, dos terrenos do antigo cemitério doados pela Câmara e pelo imperador aos requerentes. Como é, pois, que nós agora, em vista de todas estas causas, vamos por nosso turno nos embrulhar ou desembulhar uma meada que, a meu ver, declaro que não sei ao certo a quem pertencem esses terrenos, porque, se por um lado a Câmara não podia dar bens públicos municipais que não lhe pertencem, senão à administração e sua guarda; por outro lado estão de posse legal os peticionários pelos meios e poderes competentes. Seja, porém, como for, eu declaro que não me meto nessa embrulhada nem concorro para se desembulhar essa meada, sendo este o caso de dizer-se: Quem as armou que as arme, digo, que as desarme. E eu direi como um mineiro: Que sendo isto coisa de costas acima, narro só a história que sei desses terrenos, deixando de firmar a minha opinião, e, portanto abstendo de votar.³⁸⁴

Outras referências positivas em relação aos católicos foram registradas nas atas da Câmara. Foi o caso da construção da Igreja Matriz, quando os vereadores se mobilizaram para efetivação da obra. Assim, mais uma vez entra em cena o militante ultramontano:

O vereador Ferreira da Paixão pedindo para que a Câmara oficiasse à presidência da província para dar princípio à nova matriz desta cidade, pois que, além de se terem votado 100 contos de réis para essas despesas, existem outros donativos particulares que se tornarão efetivos logo que sejam começadas as referidas obras, e que reforçava ainda mais o seu pedido, atendendo ao péssimo estado em que se acha a nossa atual Matriz.³⁸⁵

³⁸⁴ Ata da 22ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Petrópolis, no dia 7 de dezembro de 1885

³⁸⁵ Ata da 6ª sessão da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 14 dias do mês de abril de 1877,

Nas atas da Imperial Câmara percebe-se ainda a boa vontade para com o reverendo Nicolai Germain, francês de nascimento, agraciado por D. Pedro II com o hábito da Ordem de Cristo e mais tarde fundador do Asilo Santa Isabel³⁸⁶ A Câmara se dirigia a ele nos seguintes termos:

Reverendíssimo senhor Em nome das pessoas assinadas no documento junto, temos a satisfação de oferecer a V. Rev.^{ma} um hábito da Ordem de Cristo, em cujo verso se acha gravado a expressão dos sentimentos que ditaram este testemunho tão merecido, quão espontâneo.

Congratulando-nos com V. Ex.^a por uma oferta que tanto honra a quem é feita como a quem a faz, aproveitamos o ensejo para reiterar-lhe os protestos da nossa estima e consideração. - Deus guarde a V. Rev.^{ma} - Petrópolis, 1º de janeiro de 1862. Reverendíssimo Sr. padre Nicolau Germain, digno vigário colado desta freguesia. João Batista da Silva, presidente interino. Ricardo Narciso da Fonseca. Augusto da Rocha Fragoso. Inácio José da Silva Papai. João Meyer. Dr. Francisco Ferreira de Assis Pinto Antônio José Correia Lima José Antônio da Rocha Manuel Cândido do Nascimento Brito.

A resposta do reverendo também ficou nos registros:

II.^{mos} S.^{rs} Comovido e penhorado em extremo pelo rico hábito com que a nímia bondade das pessoas residentes nesta freguesia me brindou, apresso-me a acusar a recepção da obsequiosa carta que V. S.^{as} me fizeram a honra de escrever ontem acompanhando aquela valiosa oferta, não só para pedir-lhes que, na sua qualidade de eleitos do povo e de subscritores, se dignem de ser intérpretes da minha profunda e eterna gratidão junto a todos os outros srs. subscritores, como também para agradecer a V. S.^{as} as benévolas expressões que me dirigiram na sua missiva, a qual ainda mais, se é possível, realçou uma tão grande recompensa a um tão pequeno mérito, se por ventura o seja procurar eu cumprir os meus deveres.

Prevaleço-me desta grata oportunidade para reiterar-lhes os protestos da alta consideração e estima com que me prezo ser de V. S.^{as}, II.^{mos} S.^{rs} presidente e mais vereadores da Câmara Municipal da cidade de Petrópolis, humilde e obrigado servo, o vigário Nicolau Germain". Matriz de São Pedro de Alcântara, 2 de janeiro de 1862.³⁸⁷

Nas mesmas atas, encontram-se vários convites, mais ou menos semelhantes ao que se segue, dirigido aos vereadores:

para assistir aos "atos solenes" que "serão celebrados por S. Ex.^a reverendíssimo o Sr. bispo diocesano, com assistência de S. Ex.^a reverendíssimo o internúncio apostólico monsenhor Ronceti e serão honrados com a presença de Suas Altezas Imperiais. Deus guarde a V. Ex.^{as} Assinado padre Teodoro Esch. A Câmara ficou ciente, aceitando com especial agrado o convite.³⁸⁸

³⁸⁶ MACHADO, op. cit. Vol. I, p. 268.

³⁸⁷ Ata da 1ª sessão, em 15 de janeiro de 1862.

³⁸⁸ Idem.

Também é curioso a mudança de nome de uma rua, cujo nome já estava estabelecido desde o período de instalação da colônia. Em 1872, através de indicação do vereador Correa Lima, com o apoio do vereador Ferreira da Paixão, mudou-se o nome da Rua dos Protestantes para Rua Princesa D. Isabel. Este fato é extremamente sintomático do avanço ultramontano. Em primeiro lugar, porque foi, em 1872, que tiveram início os acontecimentos que deflagraram a prisão dos bispos de Olinda e do Pará. A princesa Isabel era uma ultramontana que, “no momento em que o imperador enfrentava os bispos e Pio IX, correspondia-se com o papa pedindo a canonização de Anchieta.”³⁸⁹ Mais tarde, em 1888, foi agraciada com a Rosa de Ouro por Leão XIII e, na entrega da honraria, discursou D. Antonio Macedo da Costa, o mesmo que fora mandado para a cadeia, em 1874. Para Carvalho, “não é difícil deduzir que os bispos apostavam num terceiro reinado com Isabel, como oportunidade de ouro para ter no governo uma aliada incondicional de suas idéias.”³⁹⁰ A retirada da Rua do Protestantes, que conferia certa singularidade a Petrópolis, especialmente por sua localização central, foi um duro golpe nos protestantes, sobretudo ao se considerar o quão difícil seria opor-se ao nome da princesa. Foi o primeiro sinal dos ultramontanos no desmonte da imagem de Petrópolis como cidade com faceta protestante.

Aqui é importante destacar que,

pelos idos do Primeiro Concílio do Vaticano (1869-1870), todos os bispos brasileiros e seus colegas latino-americanos (48 ao todo) eram ultramontanos e se juntaram à maioria que defendeu o projeto que estabelecia a infalibilidade do Papa. Já em 1870, os ultramontanos dominavam o clero brasileiro, tendo, de há muito, suplantado o jansenismo e o catolicismo liberal de todos os tipos.³⁹¹

Apesar disso, a rua continuou a ser chamada pelo primitivo nome durante anos, por razões óbvias: antes da construção do templo evangélico, as cerimônias religiosas eram realizadas na Rua dos Protestantes, onde, também, residiam as famílias Spangenberg, Finkennauer, Bretz, Berg e Piyzer, todas luteranas.³⁹² Aliás, uma curiosidade na nomenclatura urbana de Petrópolis é que durante todo o período monárquico não há “nenhuma denominação de homenagem a figuras que a Igreja

³⁸⁹ CARVALHO, D. Pedro II, op.cit.p. 154.

³⁹⁰ Idem.

³⁹¹ VIEIRA, op. cit. p. 38.

³⁹² MACHADO, op. cit. Vol. I, p. 160.

Católica conhece e santifica”³⁹³. Aqui, também, um claro reflexo do indiferentismo religioso de Paulo Barbosa e dos palacianos.

Mais uma vez, cabe ressaltar a presença constante dos internúncios, confirmando, portanto, a participação dos ultramontanos na vida petropolitana. Além dos internúncios, chama-se a atenção para Dom Macedo Costa, Bispo do Pará, que foi convidado pela Câmara para celebrar um *Te deum*. Segundo Schette, poucas figuras teriam feito, em nosso clero, tão brilhante e rápida carreira como D. Antonio de Macedo Costa, por alguém apelidado “bispo-seminarista”. Ordenado padre, em 1857, em Paris, dois anos mais tarde, receberia o título de doutor em Direito Canônico e seria nomeado através de decreto imperial de 1860, Bispo do Grão-Pará. O acontecimento vincula-se à história de Petrópolis, pois foi nesta cidade onde se realizou a cerimônia de plenitude do sacerdócio, em 1861, na Igreja paroquial.

Em carta a um amigo do seminário na França, o jovem bispo relata as dificuldades que o esperavam:

Desta população, uma parte assas considerável encontra-se ainda em pleno selvagismo, vivendo como as feras no âmago das florestas; outra, iluminada por uma meia luz de civilização, leva também vida mais ou menos errante (...); a terceira parte, enfim, mais adiantada, aglomera-se nos principais centros, deixando-se infelizmente arrastar demasiado pelas ondas do que se chama politicagem.” Mais adiante, (...) Meu clero vive entorpecido, meu seminário em ruínas, sob todos os aspectos. Não existe atualmente um só seminarista na diocese.³⁹⁴

O fato é importante porque Dom Macedo foi um pivô na Questão Religiosa. Os conflitos religiosos no Pará foram determinantes para o acirramento das disputas entre liberais e ultramontanos. As dificuldades da Igreja Católica de orientação papista eram enormes. Para se ter uma ideia,

O último bispo, Dom José Afonso de Moraes Torres (1805-1865), depois de catorze anos de combate aos padres políticos ‘ímpios’ e, depois de sofrer toda sorte de indignidade, privações e até fome, renunciou ao episcopado, com a idade de 52 anos, sentindo-se ‘velho’, doente e fraco.³⁹⁵

Para Vieira, o bispo Macedo teve uma árdua tarefa no Pará:

Belém do Pará não era um lugar muito amistoso para com a ‘verdadeira religião’, qualquer que fosse esta. Até certo ponto, sua população não era, de modo algum, diferente do restante da população

³⁹³ Idem, p. 182

³⁹⁴ Dom Macedo da Costa, Cartas, apud, SCHETTE, Frei Estanislau. Contribuição à história de Petrópolis. In: **Centenário de Petrópolis**, op. cit. Vol. VI, p. 77.

³⁹⁵ VIEIRA, op. cit. p. 172.

brasileira, que de um ponto de vista ortodoxo ou teológico, tendia a ser mais ‘supersticiosa’ do que ‘religiosa’. Nesse ponto, tanto missionários protestantes como clérigos católicos ultramontanos estavam em perfeito acordo – para ambos os grupos, os brasileiros não eram ‘cristãos verdadeiros’. A descrição das práticas religiosas brasileira, deixadas pelos primeiros missionários protestantes são muito parecidas com os relatos dos internúncios para Roma, sobre o mesmo assunto.³⁹⁶

Ainda, segundo Vieira, Richard Holdem, um protestante proselitista, fez observações sobre a religião no Pará muito semelhante às de Gilberto Freire. Através da leitura de seu diário, Vieira observa que:

A religião no lar dos analfabetos era, e em muitas partes continua a ser, marcada por uma associação íntima entre o adorador e seu ‘santo’ particular. Havia uma relação muito pessoal entre o adorador e essa divindade menor que era conservada em casa. O santo era ‘bem tratado’ apenas se as coisas andassem normalmente e fielmente concedesse à família o que lhe pedia. Se deixasse de cumprir o seu dever, poderia terminar com a cabeça enterrada na areia ou amarrado numa árvore do quintal recebendo uma série de cipoadas como castigo, ou qualquer outra sorte de ultraje, até que fizesse o que o devoto desejasse.³⁹⁷

Ainda, segundo Vieira,

encontramos Dom Macedo Costa, escrevendo ao Imperador, queixando-se dos políticos que estavam apoiando os padres rebeldes, e destruindo completamente a disciplina eclesiástica que tinha tentado impor. A queixa amarga do bispo era que havia suspenso de ordens dois padres, que se recusaram a abandonar suas amantes e os políticos os tinham trazido de volta como professores de escolas públicas. Então, outros padres rebelaram-se e diversos deles tinham desacatado o bispo no recinto do templo durante os serviços religiosos. Dom Macedo solicitava auxílio ao Imperador. Entre os políticos paraenses que estavam ajudando os rebeldes na sua luta contra o bispo, estava o Deputado Tito Franco de Almeida.³⁹⁸

A instalação da colônia de confederados, em Santarém, inseriu aquela diocese no debate mais amplo no país, envolvendo a campanha contra os liberais, os maçons e os protestantes. Os ultramontanos acusavam os confederados de organizar uma conspiração para destruir a Igreja Católica e de preparar uma invasão do Amazonas pelos Estados Unidos.³⁹⁹

Como indicado, D. Macedo possuía antigos laços com Petrópolis. Ao considerar os incidentes envolvendo a comunidade luterana, a presença de D. Macedo permite

³⁹⁶ Idem, p.170.

³⁹⁷ Idem, p. 171.

³⁹⁸ Idem, p. 172.

³⁹⁹ Idem p. 182.

perceber uma articulação destes setores da Igreja Católica na cidade. O bispo seguia a mesma opinião de Sangnigni de que “a imigração protestante para o Brasil, asseverava o prelado paraense, era ‘o germe da morte que nada pode produzir senão a dissolução de nossa unidade política e religiosa, senão a completa desolação e ruína’.”⁴⁰⁰

D. Macedo teve seus primeiros atos como bispo em Petrópolis e foi nesta mesma cidade, segundo Schette, que

em local ainda hoje apontado em uma das salas do palácio, que um velho e santo bispo, outrora preso como vil criminoso, anunciou certa vez ao imperante, (...), a que não deu ouvidos, a próxima e fatal ruína do único e talvez último trono da América.⁴⁰¹

Sobre a origem da imigração, em Petrópolis, Vieira lembra que,

O grupo que denomino de ‘modernista’ era, de fato, de teólogos liberais que, em face do racionalismo e da recém-encontrada fé do homem em si mesmo, procurava resposta para o dilema cristão diferente do tradicional. O liberalismo protestante, como já foi dito, remonta sua origem à Alemanha.

Este tipo de pensamento teológico liberal apareceu no Brasil entre alguns vigários germânicos e capelães ingleses. Como será visto adiante, tal foi o caso do Dr. Jacob Daniel Hoffman, vigário luterano de Petrópolis. **O Apostolo** acusou o protestantismo de ser a porta da infidelidade e que não era o tipo de imigrantes que se devia permitir entrar no Brasil.⁴⁰²

Os indícios de boicote promovido, em Petrópolis, pelos setores ligados ao ultramontanismo relacionam-se com os registros civis e os cemitérios. Como já apontado por muitos autores, um dos principais problemas enfrentado pelos protestantes era a inexistência dos registros civis. Na pauta política de Petrópolis, o assunto surge através de uma portaria do Presidente da Província do Rio de Janeiro, enviada para conhecimento e execução da Câmara Municipal com “o exemplar do decreto nº 3069, que regula o registro dos casamentos, nascimentos e óbitos das pessoas que professarem religião diferente da do Estado.”⁴⁰³

Nomeada comissão para dar parecer sobre a matéria assim decidiram:

primeiro que se officie, quanto antes, ao cura protestante, a fim que faça ciente as suas ovelhas da existência do citado regulamento e solicite-se a certidão dos casamentos, nascimentos e óbitos verificados nos termos do artigo 40; segundo que se forneça ao secretário da Câmara um livro para o registro dos casamentos e dois outros para o

⁴⁰⁰ **Estrela do Norte**, Belém, 20 de agosto de 1863, apud, VIEIRA, p. 192.

⁴⁰¹ SCHETTE, op. cit. vol. VI, p. 82.

⁴⁰² Idem, pp. 50 e 51.

⁴⁰³ Ata da 14ª sessão da Câmara Municipal, aos 15 de outubro de 1863.

escrivão do juízo de paz deste município para nascimentos e óbitos, cujos livros serão numerados, rubricados, abertos, encerrados e selados como dispõe o artigo 20 do regulamento; terceiro se officie aos respectivos juizes de paz para (para) recomendarem aos escrivães a brevidade no começo da escrituração, de conformidade com o artigo 40 citado.⁴⁰⁴

O ofício do reverendo pastor evangélico Georg Gottlob Stroele, também acusa a recepção do ofício desta Câmara, relativamente à lei dos casamentos de 11 de setembro de 1861.

Em seguida, as indagações passaram a ser sobre os sepultamentos. Assim, o Presidente da Província baixou uma portaria, “ordenando que a Câmara informe se é exato fazer-se promiscuamente no cemitério desta cidade o enterramento de católicos e protestantes e se há providenciado com o fim de evitar a continuação desse abuso”⁴⁰⁵.

Indicado, o vereador Antônio da Rocha apresenta a seguinte resposta:

que os enterramentos dos corpos no Cemitério Público desta cidade, depois do cólera morbus, têm sido feitos sem distinção de religiões, convindo, por isso, que sejam separados os que professarem a religião do estado dos daqueles que professarem outra, pelo que passa a Câmara tomar as medidas necessárias para que não se repitam enterramentos promiscuamente feitos sem que isso seja comunicado ao respectivo vigário da freguesia, convindo, entretanto, que o Ex.^{mo} presidente da província expeça uma recomendação às autoridades policiais e, principalmente, ao subdelegado do 2º distrito.⁴⁰⁶

A Câmara volta a debater o assunto dos cemitérios quando o Presidente da Província solicita parecer sobre um requerimento da Irmandade S. S. Sacramento, pedindo a concessão das quadras necessárias no Cemitério Público, para sepultamento de seus irmãos, bem como, a administração geral do mesmo. A proposta aparece, claramente, como uma tentativa de se conseguir o monopólio dos sepultamentos. A comissão nomeada apresenta a seguinte resposta:

Il.^{mo} Ex.^{mo} Sr.. Mandou V. Ex.^a que esta Câmara Municipal informasse com urgência o ofício junto que a Irmandade de S. S. Sacramento de freguesia de São Pedro de Alcântara desta cidade dirigiu a V. Ex.^a, em data de 5 de outubro do ano próximo passado, pedindo que lhe fossem concedidas as quadras necessárias no Cemitério Público desta cidade, compreendendo a parte recentemente aterrada e capela, para enterramento dos seus irmãos, bem como administração do mesmo Cemitério, o que cumprindo, tem esta Câmara a honra de informar a V. Ex.^a que, não lhe parecer justo semelhante pretensão, em vista das razões que passa a expender.

⁴⁰⁴ Ata da 16ª sessão da Câmara Municipal, aos (onze) 11 de novembro de 1863

⁴⁰⁵ Ata da 16ª sessão da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 25 de agosto de 1864

⁴⁰⁶ Idem.

1º Aquela Irmandade pode e deve adquirir uma quadra, com o espaço necessário no Cemitério Público desta cidade, para o enterramento unicamente de seus irmãos, mediante uma pequena indenização do terreno que ocupar, onde poderá fazer as obras necessárias para o seu cemitério particular, se assim lhe aprouver.

2º Esta quadra ou espaço não pode deixar de ser indenizado, porque o território ocupado pelo mesmo Cemitério foi comprado com o dinheiro dos cofres da província, e por essa compra ficou sendo propriedade provincial, tendo esta Câmara ali unicamente a administração que lhe foi confiada por um dos antecessores de V. Ex.^a.

3º Que no caso de ser concedida a quadra ou espaço à Irmandade para fazer-se o cemitério particular, nunca poderá essa quadra ou espaço compreender a capela e o lugar recentemente aterrado, porque essa capela e aterro foi feito com o produto de uma subscrição pública, para qual contribuíram diferentes pessoas, sem distinção de religião, tendo em mira somente o melhoramento do mesmo Cemitério, o que não fariam se pudessem pensar que algum dia esse benefício reverteria a favor unicamente em favor da Irmandade, digo, da dita Irmandade.

4º A capela e aterro foram entregues, depois de prontos a esta Câmara Municipal, que também ali tem feito algumas obras e despendido dinheiro do município, por cuja razão aquelas benfeitorias pertencem ao município em geral.

5º Finalmente. Sendo louvável o interesse que a Irmandade parece mostrar em querer promover os melhoramentos do Cemitério Público, adquirindo para isso a sua exclusiva administração, quer parecer, todavia, a Câmara, que a dita Irmandade não poderá desempenhar como deseja, porque, talvez, não possua os recursos necessários para esse fim.

A Câmara entende que não deve ser atendido por V. Ex.^a a pretensão da dita irmandade, não só pela sua qualidade particular de associação religiosa, como também porque o parágrafo 2º do artigo 66 da lei de 1º de outubro de 1828, concede às câmaras municipais provimento sobre os cemitérios públicos. Paço da Câmara Municipal de Petrópolis, 15 de janeiro de 1870. José Antônio da Rocha. Bernardo Ferraz de Abreu.⁴⁰⁷

A partir deste documento, percebe-se o posicionamento dos vereadores mais liberais e os mais conservadores. Na posição liberal, o vereador “dr. Bordini folgava em votar a favor do parecer, que acabava de ser lido, porque nele estavam consignadas as mesmas ideias, que já uma vez apresentara sobre o assunto, como membro da comissão do cemitério”.⁴⁰⁸

Na posição mais conservadora o vereador, “sr. Fragoso opôs-se ao parecer, sobretudo na parte em que diz que a Irmandade não poderá desempenhar como deseja a

⁴⁰⁷ Ata da 1ª sessão da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 15 dias do mês de janeiro de 1870,

⁴⁰⁸ Ata da 1ª sessão da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 15 dias do mês de janeiro de 1870,

administração do Cemitério, porque entende que ela está mais habilitada para isso do que a Câmara.”⁴⁰⁹

Já um posicionamento mais pragmático é do vereador Ferraz de Abreu:

que a Câmara não deve por forma alguma deixar-se esbulhar dos seus direitos, e terminou dizendo, que apesar de fazer parte da Irmandade, todavia, via-se forçado a confessar que divergia literalmente da opinião que o sr. Fragoso acabava de patentear julgando a Câmara menos habilitada que a dita Irmandade para administrar o cemitério desta cidade.⁴¹⁰

Submetido à votação, o parecer foi aprovado contra o voto do Capitão Fragoso. A questão voltou ao foco com nova indagação do Presidente da Província sobre os casamentos mistos que eram ministrados no município. O Presidente da Câmara nomeou uma comissão composta do mesmo Sr. vereador e dos Srs. Batista de Oliveira e Fragoso, para dar parecer a respeito da portaria. O resultado dos trabalhos são apresentados como segue:

II.^{mos} Srs. Procurando obter esclarecimentos sobre as arguições feitas ao ex-pastor protestante Bernardo Pflueger pelo vigário da freguesia de São Pedro de Alcântara de Petrópolis, corre-nos o dever de expender minuciosamente o resultado de nossas indagações e conforme nos foi comissionado daremos no final de nossa explicação o parecer, que submetemos desde já a ilustrada apreciação da Câmara.

É de notoriedade pública nesta freguesia que o ex-pastor da comunidade evangélica alemã nesta cidade, celebrara no correr deste ano cinco casamentos mistos a saber: dois, entre portugueses católicos e alemães protestantes; dois de alemães protestantes com brasileiras católicas filhas de alemães e um de alemão católico com alemã protestante.

Que é bem verdade o referido no officio no reverendo padre Germane [sic] relativamente ao casamento de João Pedro Back com Ana Maria Nicthern.

Que os ex-pastores protestantes Pflueger e o seu antecessor Stroele, costumavam, antes de efetuarem os casamentos entre católicos e protestantes, fazer verbalmente e por escrito abjurar a religião católica pela parte contratante, a fim de que por esse meio, digo, a fim de por esse meio, não procederem de todo contra as disposições da lei criminal em vigor.

Diremos porém, em abono da verdade, que uma parte desses casamentos, e particularmente o de João Pedro Back, se não teriam celebrado perante o pastor protestante, se não fossem as delongas que [ininteligível] empregar a Câmara Eclesiástica em remeter ao vigário as licenças do estilo, sendo certo que o reverendo vigário tem-se queixado contra esse embaraço.

⁴⁰⁹ Idem.

⁴¹⁰ Idem.

Assim, julgamos que sendo excepcional o estado da nossa freguesia por causa da povoação mista de que se compõe, respeito à religião, fosse também excepcional o modo de proceder da parte da Câmara Eclesiástica, relativamente à expedição das dispensas, que lhe são pedidas, todas as vezes que tais de casamento têm de efetuar.

Havendo mais franquias e menos dificuldades para tais dispensas, não se reproduziria pensamos nós, o abuso de efetuarem os pastores protestantes casamentos nulos, como são os que apontamos, todos se casaram conforme as prescrições do Concílio Tridentino, e sendo os filhos, nascidos dessas uniões, educados na religião do Estado, iria desaparecendo pouco a pouco e se(m) ofensa de direitos esta disparidade de culto, tão nociva ao bem-estar dos indivíduos, das famílias e da sociedade.⁴¹¹

O reverendíssimo Nicolau Germain, um aparente ultramontano, aproveitou a oportunidade e provocou a Câmara:

Il.^{mo} Sr. presidente da Câmara Municipal de Petrópolis. Tendo eu recebido, a tempo, um ofício de S. Ex.^a o sr. presidente da província, avisando-me para meu governo que, em virtude do aviso circular do Ministério dos Negócios do Império de 27 de abril próximo passado, tinha determinado as Câmaras municipais, para que de ora em diante, se reserve um espaço para o enterramento daqueles a quem a igreja católica não concede sepultura em sagrado; e até hoje, não se tendo, que saiba, a nossa Câmara ocupada de dar execução a esta resolução, tomo liberdade, confiado no zelo e religião de Vossa Senhoria, de vir solicitar de vir solicitar a vossa senhoria se digne na primeira reunião da Câmara impor urgência para, quanto antes, deliberar acerca da divisão do nosso cemitério, fazendo assim cessar um abuso contra a lei da igreja da prática constante em todos os lugares. Deus guarde a Vossa Senhoril.⁴¹²

O debate continuou com a nomeação da comissão para a demarcação do cemitério, outro problema já apontado como uma das grandes dificuldades dos protestantes. A ação dos ultramontanos no âmbito nacional continuou a impedir e a dificultar os registros para os protestantes. Assim, em portaria dirigida a Câmara de Petrópolis, o Presidente da Província ordenava que,

Considerando o governo imperial que não tem podido ser executado plenamente o regulamento anexo ao decreto n.º 5604 de 25 de abril de 1874, por depender ainda de aprovação do Poder Legislativo na parte que se refere à penalidade e efeitos do registro dos nascimentos, casamentos e óbitos de conformidade, com o artigo 2º da lei n.º 1829 de 9 de setembro de 1870; considerando que, sem o corretivo das multas estabelecidas no mesmo regulamento, é impossível conseguir-se um trabalho regular e completo daquele registro; considerando, finalmente, que, enquanto não for executado em todas as suas partes o citado regulamento, ficarão privados do sobredito registro os

⁴¹¹ Ata da 16ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 21 dias do mês de novembro de 1870.

⁴¹² Idem.

nacionais e estrangeiros não católicos, visto que o registro destes regulava-se pelo capítulo 3º, do decreto n.º 3069 de 17 de abril de 1863, que foi expressamente revogado em parte do seu artigo 19 e substituído ou alterado nos seguintes artigos por novas disposições exaradas no mencionado regulamento, expediu ordem a esta presidência, em aviso do Ministério do Império de 30 de agosto último, a fim de que as câmaras municipais desta província continuem a observarem na parte que lhes diz respeito todas as disposições contidas no citado capítulo do referido decreto de 1863, até que a Assembléia Geral dê a solução de que depende a execução plena do dito regulamento. O que recomendo a essa Câmara Municipal em cumprimento do citado aviso.⁴¹³

Se os fatos apontados deixam forte evidência do empenho dos ultramontanos contra os protestantes, é necessário registrar a ação dos liberais. Como já citado, um dos que chama a atenção da Câmara Imperial de Petrópolis para o cumprimento da lei dos templos é o Vice-Presidente da Província, José Tavares Bastos. Ora, este era pai de Aureliano Cândido Tavares Bastos. José Tavares Bastos também foi Presidente da Província de São Paulo onde interferiu a favor dos protestantes que estavam sofrendo perseguição em Pindamonhagaba e Bragaça. Tal intervenção se deveu a um protesto apresentado justamente pelo seu filho como deputado alagoano.⁴¹⁴ Aliás, família Tavares Bastos teve uma forte presença na sociedade de Petrópolis, aparecendo como os maiores negociantes da cidade e arrematadores de muitos serviços públicos.⁴¹⁵

Mesmo sem dados para saber a real influência de Antonio Candido Tavares Bastos sobre o ramo familiar de Petrópolis, ressalta-se que este político foi o maior representante do grupo liberal a defender o direito dos acatólicos. É de se esperar que tenha atuado, também, na Corte de verão.

Vieira intitula Aureliano Cândido Tavares Bastos como “o apóstolo do progresso” do Brasil. O deputado insistia que a solução para o desenvolvimento do Brasil era a vinda “maciça de imigrantes dos estados germânicos, da Inglaterra e dos Estados Unidos. Neste ponto fora apoiado por diversos outros liberais brasileiros.”⁴¹⁶

Para Vieira, Tavares Bastos foi o liberal que mais se destacou na defesa dos protestantes por várias razões:

⁴¹³ Ata da 2ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 7 dias de fevereiro de 1880.

⁴¹⁴ BASTOS, Aureliano Candido Tavares. Os males do presente e as esperanças do futuro: estudos brasileiros; prefácio de Cassiano Tavares Bastos. São paulo, INL, Brasília, 1976. p. 11.

⁴¹⁵ Em várias ocasiões aparecem os Tavares Bastos entre os arrematadores registrados nas atas da Imperial Câmara e também seus estabelecimentos comerciais em Petrópolis aparecem em todos os números do **Almanaque Laemmert**.

⁴¹⁶ VIEIRA, op. cit. p.52.

Primeiro, porque ele, mais que qualquer outro em cargo público no Brasil, tinha um amor e uma admiração absolutamente irrestritos pelos Estados Unidos da América e pelas coisas americanas. Segundo, porque amava o “progresso”, a ponto de travar batalha por causas impopulares, tais como a abertura do Rio Amazonas ao tráfico internacional, o comércio livre, a liberalização das leis comerciais, a descentralização do governo, e outras mais. Em terceiro lugar, porque tornou-se patrocinador das imigrações inglesa, americana e alemã, e defendia quaisquer que fossem as medidas que ajudassem as mesmas, tais como melhores meios de transporte internacional, casamento civil e liberdade de culto.⁴¹⁷

Entendia o político que o grande problema da nação tinha sido gerado no modelo de colonização imposto por Portugal, criando assim uma sociedade indolente. Para ele, o grande modelo de governo que deveria ser seguido era o Inglês, acompanhado de uma série de medidas de transformação na educação nacional. Advogava o direito que tinha o governo de interferir no currículo dos seminários católicos, uma vez que arcava com as despesas daquelas instituições e aconselhava a Igreja, caso desejasse seminários livres, mantê-los com contribuição dos fieis. Também, defendia a total liberdade de culto, o casamento civil e acusava a Igreja de rejeitar o século XIX.⁴¹⁸

Para Tavares Bastos, se a nação queria progredir, era necessário ‘colocar outra alma no corpo do brasileiro’. Segundo ele, havia somente uma maneira de realizar essa transmutação: a imigração protestante, razão por que ele queria,

abrir francamente as portas do Império ao estrangeiro, colocar o Brasil no mais estreito contato com as raças viris do Norte do Globo, facilitar comunicações interiores e exteriores, promover a imigração germânica, inglesa e irlandesa, e promulgar leis para a mais plena liberdade religiosa e industrial.

E sob este ponto de vista, é pelo bem do progresso, ou antes, da reforma moral do país, que eu desejo ardentemente as mais rápidas comunicações entre o Brasil e os Estados Unidos da América do Norte.⁴¹⁹

As ideias de Tavares Bastos tiveram repercussão no período, através da publicação de seus artigos assinados com o pseudônimo de “O solitário”. O autor fazia coro à propaganda dos protestantes proselitistas. D. Pedro II, assim, se refere ao tema:

Tenho lido com atenção os artigos do Solitário publicados pelo Mercantil que parece ser do Jequitinhonha, ainda que um amigo dele até diga que o Jequitinhonha professa ideias opostas às do Solitário. As ideias de liberdade que o Solitário advoga agradam-me; porém,

⁴¹⁷ Idem, p. 95.

⁴¹⁸ Idem, pp. 98 e 100.

⁴¹⁹ BASTOS, Tavares. *Cartas*. Apud. VIEIRA, op. cit. p. 103.

não creio na conveniência dum sistema baseado sobre elas, e certas indústrias são indispensáveis a qualquer país, e quando pouco desenvolvidas não podem prescindir de proteção que não é senão um sacrifício que os nacionais fazem durante tempo mais ou menos longo para irem firmando sua verdadeira independência.⁴²⁰

A ocupação da Amazônia foi tema de outros artigos do “solitário”. A simpatia do autor pela abertura da navegação e comércio com os EUA coincidia com as proposições de Fletcher. Apesar de o Imperador concordar com as ideias de liberdade pregadas pelo autor, discordava quando o tema era a ocupação do território:

Quanto ao Amazonas sempre tive receio dos Estados Unidos cujas relações suplantariam as de outras potências, e ainda que muito agrade a doutrina evangélica de Russel entendo que a integridade do Império é a principal segurança de nossa prosperidade e que portanto cumpre zelá-la mesmo para bem das províncias. Contudo a abertura do Amazonas a todas as nações sob certas regras há muito tempo que ocupa minha atenção tendo eu sempre chamado a atenção dos ministros para o Pará cujas imensas riquezas é dever aproveitar; mas tudo custa a fazer em nossa terra e a instabilidade de ministérios não dá tempo aos ministros para iniciarem depois do necessário estudo as medidas mais urgentes. É preciso trabalhar, e vejo que não se falta quase senão em política que é as mais das vezes guerra entre interesses individuais.⁴²¹

Apesar da incansável campanha, no âmbito da política nacional, os liberais foram derrotados na disputa com os setores conservadores e ultramontanos. Os protestantes continuariam sem os seus direitos civis confirmados e sofrendo vários tipos de inibição. Além dos problemas das condições de vida dos colonos e das revoltas, como a de Davatz, a questão religiosa estava na base da proibição alemã da imigração para o Brasil.

Ainda segundo Vieira,

As medidas que os conservadores no governo tinham levado a efeito em prol da Igreja e contra os protestantes foram enumeradas por Richerd Holden numa carta à Sociedade Bíblica Britânica. ‘Cada novo bispo nomeado é ultramontano’, disse Holden. Os diretores protestantes das colônias germânicas estavam sendo substituídos por católico. O pastor alemão ... havia lhe informado de que as coisas estavam mudando para pior para os protestantes no Rio Grande do Sul. Havia um novo presidente ultramontano das junta escolar; uma nova lei de educação favorável ao catolicismo estava sendo preparada; um colégio jesuíta fora fundado na colônia e ‘esforços ingentes estavam (sendo feitos) para por termo à imigração protestante’. 326

⁴²⁰ D. Pedro II, **diários**, 14 de março de 1862.

⁴²¹ Idem, 31 de março de 1862

De fato, uma das primeiras ações do Gabinete conservador de Itaboraí (o “Gabinete de 16 de julho de 1868) foi cancelar o contrato do Dr. Hermann Blumenau e de todos os outros agentes da imigração germânica. Pouco depois disso, a imigração alemã para o Brasil virtualmente chegou ao fim. O governo da Prússia, que há muito pressionava o governo brasileiro para resolver, entre outros, o problema do casamento e do sepultamento para imigrantes protestantes, passou uma lei (1869) proibindo a imigração para o Brasil. Em 1870, essa proibição... foi extensiva a todo Império alemão.⁴²² 326

Em Petrópolis, nas décadas seguintes, assistiu-se um avanço sistemático das ordens católicas ligadas ao ultramontanismo na instalação dos estabelecimentos de ensino e caridade. Foi o caso do Colégio Santa Catarina fundado, em 1897, por franciscanos com “o auxílio eficaz do auditor da Internunciatura”. O mesmo ocorreu com a presença dos cônegos premonstratenses que assumiram, em 1908, a direção do Ginásio São Vicente, também com os padres lazaristas de onde “partiram missionários que evangelizaram o Estado do Rio, pelos anos de 1900, (...) ocupando-se de várias capelanias das Irmãs de Caridade, das Religiosas de Sion, de Nossa Senhora de Lourdes”.⁴²³ Registra-se, também, a ação do visitador lazarista que abriu escola externa com a intenção de recrutar alunos para o Colégio Apostólico do Caraça. Segundo Shaette, “cultivando aprimoradamente, a inteligência pelo estudo, e formando cristãmente o coração pela virtude, deram os mestres à Pátria brasileira homens eminentes em vários setores da vida social.”⁴²⁴

Mais significativo, ainda, do avanço ultramontano, em Petrópolis, foi quando, em 1897, a cidade foi elevada ao posto de capital da diocese e a antiga Matriz passou a ser a Catedral do Bispado.⁴²⁵ Na carta Pastoral, em 1906, encontra-se as seguintes recomendações:

Pois bem; é diante desses vossos nobres, mimosos e filiais sentimentos e diante do amor que vos consagramos, amor entranhado, capaz de todos os sacrifícios, até da própria vida, que vimos exigir de vós, Irmãos e Filhos mui diletos, exigir, notais bem!” vossa respeitosa obediência às determinações do Pai queridíssimo que é o Sumo Pontífice.⁴²⁶

Destaca-se o fato de que, logo após a Proclamação da República, foi criada a diocese de Petrópolis. O primeiro bispo da cidade foi D. Francisco do Rego Maia, que

⁴²² VIEIRA, op. cit. p. 326.

⁴²³ SCHAETE, op. cit. vol. VI. p. 42

⁴²⁴ Idem, vol. VI. p. 47.

⁴²⁵ Idem, vol. VI. p. 67.

⁴²⁶ Idem, vol. VI. p. 73.

iniciou seus estudos no Seminário de Olinda. Completou sua formação sacerdotal no colégio Pio Latino, em Roma, onde recebeu as ordens sacras e laureou-se em Cânones na Universidade Gregoriana, com 22 anos. Segundo Gentil Costa,

Partiu depois o neo-sacerdote para a sua terra natal, onde foi logo nomeado cônego, exercendo o cargo de professor e Reitor do Seminário particular do grande Frei Vital, promotor e Vigário Geral do Bispado, no tempo da tão falada questão religiosa, que abalou os alicerces do Império.⁴²⁷

O que se assistiu em Petrópolis foi, em grande parte, uma espécie de síntese dos problemas ocorridos nacionalmente. Se a cidade foi pioneira em receber protestantes, após o avanço ultramontano, o que se viu foi a mudança na feição do município. A presença de muitas ordens religiosas conferiu a Petrópolis uma feição totalmente católica.

Do ponto de vista da política municipal, tudo indica grande inibição na participação dos imigrantes protestantes. Em termos numéricos, tal participação sempre foi inexpressiva. O único imigrante protestante que conquistou algum destaque na política local foi Pedro Muller, mesmo assim, muito foi feito para obstruir sua participação na Imperial Câmara de Petrópolis.

⁴²⁷ COSTA, Gentil. Op. cit. Vol. VI, pág. 231.

IV – POLÍTICA, ECONOMIA E RELIGIÃO EM PETRÓPOLIS

IV.1- A PARTICIPAÇÃO DOS IMIGRANTES NA POLÍTICA DE PETRÓPOLIS

Um dos principais problemas enfrentados pela Imperial Câmara de Petrópolis referia-se aos cemitérios. Além das polêmicas envolvendo os acatólicos já citadas, acrescenta-se os problemas de conservação, com grande número de túmulos abandonados e os enterros feitos de forma irregular, envolvendo a paróquia e mesmo o delegado de polícia. Outro assunto recorrente era o da administração do matadouro municipal. O debate girava em torno do regulamento dos abates, sobretudo no que se referia à higiene, o horário dos abates e o controle sobre os impostos cobrados. Muitas denúncias foram registradas em todo o período de existência da Câmara, variando um pouco entre as legislaturas. A criação irregular de porcos e carneiros e o inevitável abate, geravam muitos inconvenientes ao espaço urbano, acarretando constantes reclamações da população sobre o mau cheiro e a grande quantidade de moscas, assim como as más condições de higiene da carne.

Do ponto de vista da construção civil, o principal problema era o alinhamento das casas, as licenças para as construções, o que ocupou várias sessões da Câmara. Ressalta-se, também, a solicitação de regulamentação do descarte das “matérias fecais”, que eram feitas no córrego, ocasionando ares “pestilentos” na cidade. Já no que se refere aos problemas de ordem social, verifica-se na atas da Câmara denúncias de vandalismo e vadiagem, identificados na destruição de lampiões e na presença de

“pretos livres” nas praças. O restante dos assuntos girava em torno da arrematação dos serviços, tais como a manutenção e ampliação da iluminação, da conservação das ruas, caminhos e praças, etc. Também havia constantes pedidos de eliminação dos cães, sob a alegação, sobretudo, destacando ataques de matilhas que vagavam pela cidade. De tempos em tempos, verbas específicas eram destinadas à compra de veneno para exterminar aqueles animais.

Em linhas gerais, esta era a “rotina” das sessões da Câmara. Fato curioso, e mesmo anedótico, foi o caso do livro de ouro, um dos poucos raros acontecimentos a alterar aquela rotina. O livro de ouro era encabeçado por D. Pedro II destinado a registrar as doações de recursos para a construção do hospital. O Presidente da Câmara foi encarregado de colher mais assinaturas, acabou desaparecendo com o dinheiro destinado à filantropia.

Outro fato excepcional foi aquele envolvendo o imigrante germânico, que involuntariamente, gerou grande conflito na política petropolitana do período, revelando traços não só da política local como da nacional. Tentamos apurar tais traços a partir do exame da presença de imigrantes católicos e protestantes naquele ambiente político, fato que será tratado mais adiante.

O direito de participação dos imigrantes germânicos na vida política do Brasil do segundo reinado, especialmente os protestantes, teve em Carlos Von Koseritz um dos seus principais defensores. Apesar de ateu, este jornalista e político, esteve diretamente ligados a vários acontecimentos, militando insistentemente pelo direito dos protestantes de ter uma cidadania plena. Este pensador expressava as mesmas ideias defendidas pelos liberais radicais liderados por Tavares Bastos. O seu destaque é pelo fato de ser um dos poucos imigrantes a alcançar projeção política naquele período. Do ponto de vista de seu programa, pouca diferença existiu com os expressados por Tavares Bastos e seus aliados.⁴²⁸

Willens chamou atenção para o fato de que a grande maioria dos imigrantes esteve, praticamente, excluída da vida política durante o período imperial. Sofreram discriminação religiosa e tiveram seus direitos limitados.⁴²⁹ De fato, considerando os acontecimentos políticos envolvendo os imigrantes em Petrópolis, pode-se constatar ínfima participação nas diversas legislaturas do período imperial.

⁴²⁸ OBERACKER, op. cit. pp. 281 a 284.

⁴²⁹ WILLENS, op. cit. p. 136.

O primeiro nome de imigrante em evidência na vida política de Petrópolis foi Cristiano Moerken. Segundo o Almanaque Laemert um engenheiro civil. Esteve presente, como secretário, no episódio de anulação da primeira eleição da cidade. Ele foi o engenheiro que apresentou a primeira planta para a construção do templo protestante.

As atas de apuração das eleições proporcionam uma amostragem da participação dos imigrantes. Em 1861, foram realizadas eleições para nove vereadores e oitos juízes de paz. A título de comparação, o vereador mais votado obteve 233 votos, enquanto o nono colocado aparece com 121 votos. Os imigrantes aspirantes ao posto de vereador tiveram votação baixíssima: Maximiano José Gudehus, obteve nove votos; Henrique Rablais, quatro; Frederico Damecke, três; Guilherme Nicolay, um; José Schaefer, um; Daniel Theis, um; Manuel Gregorius, um; Pedro Olive, um. Quanto à eleição para juízes de paz, o primeiro colocado obteve 185 votos e o oitavo 16. Somente um imigrante candidatou-se ao cargo, Maximiano José Gudehus, obtendo oito votos.

Nas eleições para o quadriênio seguinte, cresceu o número de imigrantes que participaram do pleito, porém, o único que alcançou uma votação expressiva foi Rodrigo de Lamare Koeler, com 216 votos, tendo sido o segundo vereador mais votado. Novamente outros imigrantes tiveram votação baixíssima: Frederico Damck, oito votos; Henrique Kremer, sete; Maximiano José Gudehus, seis, Nicolau Germain, três; Pedro Wagner, João Batista Alberto Plumer, Joaquim Thompson e Gustavo Ekerth, dois cada um, Pedro Jacob, José Maximiano Gudehus, José Christ, Jacob Baldner, Hiliam Werbler, Henrique Moncken, apenas um voto, cada um.

No período de 1869 a 1872, foi realizada a apuração dos votos para nove vereadores, bem como, dos oito juízes de paz, apresentando resultado semelhante no que diz respeito aos imigrantes. Assim, ficou registrado: 1º Visconde do Rio Novo, com 236 votos; 7º Rodrigo de Lamare Koeler, com 202 votos e um voto em separado; 9º Dr. Manuel de Antônio Bordini, com 181 votos, e um voto em separado; 11º Henrique Kopke com 51 votos; 18º Pedro Mueller, com 30 votos; Jorge Henrique Kühn, com seis votos; Ernesto José Olive, com quatro votos; João Batista Alberto Plumer, com quatro votos; João Van Erven, Henrique Moncken com um voto cada um. Já na votação para Juízes de Paz registrou-se somente Henrique Moncken, com dois votos.

Na atas da eleição para o período de 1872 a 1876 aparecem na ordem: 1º Paulino Afonso Pereira Nunes, com 218 votos, 9º José Antônio da Rocha, com 191 votos. Os

imigrantes votados foram: 14º Adolfo Kistermann, com 187 votos e dois votos em separados; 16º Pedro Mueller, com 183 votos; Nicolau Germane, com três votos; João Van Erven, com dois votos; Henrique Moncken, com um voto; João Pedro Jacob, com um voto; Joaquim Thompson, com um voto; João Schaefer, com um voto.

Para juízes de paz do 1º distrito: 1º Francisco Inácio da Silveira, com 144 votos. 8º Antônio Batista de Oliveira, com 90 votos. Os imigrantes tiveram baixíssima votação, sendo o Padre Nicolau Germaine, com um voto; Adolfo Kistermann, com um voto e Bartolomeu Sutter, com um voto. Para juízes de paz do 2º distrito: não aparecem imigrantes.

No conjunto de imigrantes votados, mesmo sem a votação suficiente para alcançar o cargo, destaca-se alguns por sua participação em outros acontecimentos. O engenheiro, Cristiano Moerken, autor do primeiro projeto do templo evangélico. Maximiliano José Gudehus, foi apresentado pelo vereador Fragoso para o preenchimento do cargo de porteiro da Câmara, que então se achava vago. No ofício em que o imigrante solicita o trabalho encontra-se a justificativa de que,

residente nesta cidade há vinte anos, que lhe constando achar-se vago o lugar de porteiro desta Câmara e achando-se o suplicante por força de circunstâncias na contingência de solicitar este emprego para sua subsistência e da sua família há longos anos enfermo, vem respeitosamente impetrar a V. S.^{as} para que se digne nomeá-lo para o referido emprego de porteiro, pelo que. Esperando Real Mercê. Petrópolis, 22 de novembro de 1870.⁴³⁰

Após sua nomeação, Gudehus pediu a dispensa do cargo, declarando razões não muito claras e alegando interesse na administração do matadouro municipal, solicitação que foi atendida. Do ponto de vista da religião devido ao fato de ter sido apresentado pelo vereador Fragoso, me leva a crer que tratava-se de um católico.⁴³¹

O imigrante Frederico Damecke foi um dos mais antigos cronistas de Petrópolis. Brasileiro de sangue alemão, filiado ao credo luterano, ele chegou em Petrópolis junto com os primeiros colonos germânicos, contratado como auxiliar de administração. Permaneceu no cargo de escrivão da Imperial Fazenda de Petrópolis até a autonomia da colônia. Era encarregado, também, do trabalho de estatística geral. Mais tarde, exerceu outras funções, como inspetor de quarteirão, mestre-escola e ajudante da Agência do

⁴³⁰ Ata da 18ª sessão extraordinária da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 5 dias do mês de dezembro de 1870

⁴³¹ Ata da 18ª sessão extraordinária da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 5 dias do mês de dezembro de 1870

Correio. Junto com outros imigrantes luteranos e outras pessoas, ele fundou, em 1853, a Sociedade de Agricultura e Indústria de Petrópolis, tendo sido membro de destaque na sociedade petropolitana de então⁴³².

José Schaefer, em 1860, foi nomeado “por decreto (...), houve Sua Majestade o Imperador por bem fazer mercê a José Schaefer de serventia vitalícia do ofício de escrivão do júri deste termo.”⁴³³ A família Schaefer parece estar ligada a Christovão Schefer, carpinteiro prussiano, que serviu no Exército Brasileiro como granadeiro e, após dar baixa, através de concessão do M. Koeler, conseguiu um terreno e instalou um botequim em Petrópolis onde se reuniam “os notáveis da colônia”.⁴³⁴ Pelas relações com Koeler, suspeita-se tratar-se de um luterano. O mesmo imigrante também foi nomeado pelo Presidente da Província para o lugar de 1º ajudante da Agência do Correio de Petrópolis.⁴³⁵ Mais tarde, Schefer seria eleito Juiz, aparecendo nas atas pela cobrança de custas de processos e, um pouco depois, eleito vereador. Sabe-se ainda que foi delegado de polícia, envolvendo-se em polêmica com um importante comerciante e proprietário local em função da prisão de suas duas escravas.⁴³⁶

O primeiro filho de imigrante eleito vereador foi Rodrigo de Lamare Koeler, com 216 votos, o segundo mais votado. Ele era filho do Major Koeler, fundador da Imperial Colônia de Petrópolis. Neste momento, a figura do Major já tinha ganhado uma certa áurea, o que, certamente qualificava o seu filho. Rodrigo Koeler, também, era membro da guarda nacional. Apesar de eleito com expressiva votação, não cumpriu todo o mandato. Mais tarde, seria ouvido pelo presidente da Câmara, em denúncia que envolvia o Capitão Augusto da Rocha Frago, onde é possível perceber as razões de sua opção de renunciar aos trabalhos legislativos. Trata-se de um luterano

Quanto a Henrique Kremer, aquela foi sua única participação em eleições. Sua presença na vida petropolitana estaria mais ligada a sua atividade econômica. Trata-se também de um luterano.

Nicolau Germain, padre, cuja votação foi sempre baixíssima, é o mesmo que aparece próximo aos internúncios, envolvendo-se na questão dos cemitérios e, constantemente, convidando os vereadores para os atos religiosos, os quais contavam

⁴³² MACHADO, op. cit. vol. I, p. 312.

⁴³³ Ata da 17ª sessão, em 1º de junho de 1860

⁴³⁴ SODRÉ, op. cit. vol. II, p. 170

⁴³⁵ Ata da 36ª sessão, em 16 de setembro de 1861

⁴³⁶ (Mercantil de Petrópolis)

com membros da família real. Tudo indica que era um ultramontano.

Pedro Wagner aparece, novamente, nas atas da Câmara, desta vez para reclamar

que tendo sempre pago o imposto correspondente a seis carros de aluguel, fora este ano lançado na tabela com sete, e como os números de carros que possui sejam o mesmo que possuía no ano passado, solicitava para ser eliminado do pagamento de um carro de mais.⁴³⁷

Destaca-se, ainda, Adolfo Kistermann presente nas atas da Câmara, através de

Uma portaria do Ex.^{mo} Sr. presidente da província, datado em 3 do corrente mês, exigindo a remessa do termo de declaração do colono Adolfo Kistermann, a fim de poder o Ex.^{mo} governo conceder-lhe o título de naturalização, como requerera o mesmo colono.

Do sr. Correia Lima que se consultasse o Ex.^{mo} sr. presidente da província se pode tomar assento na Câmara Municipal como vereador suplente Adolfo Kistermann, votado na última eleição de vereadores, não se achando, porém, qualificado votante, acrescentando mais que, sendo estrangeiro, requereu a esta Câmara em 15 de janeiro próximo findo para fazer sua declaração de querer ser cidadão brasileiro, o que fez e prestou juramento nesse dia, não tendo, porém, até hoje sido registrado nesta Câmara a sua carta de naturalização.

Uma dita do mesmo Ex.^{mo} Sr., de 15 do mês último, declarando à Câmara, em solução a consulta que dirigiu a S. Ex.^a em 22 de outubro próximo findo, que o cidadão Adolfo Kistermann não pode tomar assento nesta Câmara Municipal na qualidade de vereador, em face do disposto no artigo 98 da lei de 19 de agosto de 1846, visto não estar qualificado.⁴³⁸

Mais tarde, Kistermam foi proponente da arrematação dos arrendamentos das lojas do chalé do Mercado municipal.⁴³⁹ Sabe-se ainda que ele serviu como 2º juiz de paz eleito, por falecimento do juiz de paz mais votado.⁴⁴⁰ Não foi possível identificar a religião a que pertencia.

Finalmente, temos o vereador Pedro Muller. Ele foi um imigrante muito atuante na sociedade e um vereador que apresentou várias propostas. Aparece pela primeira vez nas atas da Câmara, em 1865, como súdito prussiano, redator e proprietário do jornal *Germânia*, solicitando “fazer as declarações marcadas e exigidas pelo decreto nº 808 A, de 16 de junho de 1855, e prestar juramento de fidelidade à Constituição e mais leis do Império, para obter o respectivo título de naturalização.”⁴⁴¹ Um ano mais tarde, o Presidente da Província apresentou o despacho favorável: “O suplicante está nas

⁴³⁷ Ata da 5ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 5 dias de março de 1878

⁴³⁸ Ata da 15ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 22 dias do mês de outubro de 1872

⁴³⁹ Ata da 18ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 15 dias do mês de outubro do ano de 1873

⁴⁴⁰ Ata da 12ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 20 dias de julho de 1878,

⁴⁴¹ Ata da 7ª sessão da Câmara Municipal, aos 11 de setembro de 1865

condições de poder obter o título que requer, de sua naturalização por ter satisfeito as formalidades da lei.”⁴⁴²

Em seguida, Muller reivindica o pagamento da inserção de três editais da Câmara no *Germânia* em língua vernácula e alemã.⁴⁴³ Em 1868, ofereceu as colunas do jornal para publicar gratuitamente o expediente da Câmara. Esta ficava obrigada a mandar publicar no *Germânia* todos os seus editais, “efetuando tais publicações, nas línguas vernácula e alemã, em suplemento especial sob o título de Anunciador Petropolitano”.⁴⁴⁴ Foi, também, por iniciativa deste imigrante que se fundou em Petrópolis, a associação para a proteção dos inválidos da guerra do Paraguai.

No ano seguinte, o imigrante foi convocado, como suplente, a tomar posse na Câmara, tendo início uma polêmica que se desdobrará até o final da década. Assim, o Capitão Augusto da Rocha Fragozo solicitou que se convocasse o suplente de vereador Pedro Mueller, para substituir o vereador Manuel Antônio Bordini. Os vereadores Fragozo e Bordini, além de serem os mais atuantes em todas as legislaturas que participaram, também, foram os que mais se envolveram em polêmicas. Aqui, fica claro que a convocação solicitada por Fragozo foi uma provocação a Bordini.

Após extenso debate sobre a pertinência do suplente tomar posse, decidiu-se por juramentá-lo apenas e não empossá-lo. Somente, depois de nova ausência de outro vereador, Muller tomou posse, em 1870.⁴⁴⁵ Como vereador, tomou iniciativa de solicitar ao governador da província a nomeação de um comissário vacinador para este município, marcando-se lugar e tempo para se proceder regularmente a vacina. Propôs também “a construção de uma praça de mercado apropriada às circunstâncias do lugar (...)”⁴⁴⁶ Em favor de alguns imigrantes, propôs que fossem “excluídas da tabela as carroças de 2 rodas pertencentes aos lavradores e industriais, em que são transportados os produtos de suas lavouras e indústrias.”⁴⁴⁷

⁴⁴² Ata da 1ª sessão da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 17 de janeiro de 1866

⁴⁴³ Ata da 4ª sessão da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 20 dias do mês de março de 1869

⁴⁴⁴ Ata da 7ª sessão da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 9 dias do mês de agosto de 1869

⁴⁴⁵ Ata da 16ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 21 dias do mês de novembro de 1870,

Ata da 17ª sessão extraordinária da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 28 dias do mês de novembro de 1870

Ata da 18ª sessão extraordinária da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 5 dias do mês de dezembro de 1870

⁴⁴⁶ Ata da 24ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 20 dias do mês de dezembro de 1870,

⁴⁴⁷ Ata da 2ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 16 dias do mês de janeiro de 1871

Pedro Muller, também, obteve do “(...) Ministério dos Negócios estrangeiros do governo imperial (...) a necessária licença para exercer as funções de encarregado interino do consulado germânico” em Petrópolis.⁴⁴⁸ Foi “(...) pelo governo de Sua Majestade o Imperador da Alemanha nomeado encarregado interino do consulado do império germânico” em Petrópolis e que “Sua Majestade o Imperador do Brasil houve bem conceder-lhe a precisa licença para exercer aquele cargo (...)”⁴⁴⁹ Foi, ainda, nomeado cônsul do Império da Alemanha “e que Sua Majestade o Imperador concedera-lhe o seu imperial *exequatur*, confirmando-o naquele cargo”.⁴⁵⁰

Deve-se também a Pedro Mueller a iniciativa da publicação “*Horas Vagas*”, “periódico ilustrado de recreio e instrução”. Publicava-se novelas, contos, humor, “(...) porém sem jamais tratar de negócios de partidos políticos, ou da vida privada de quem quer que seja.”⁴⁵¹

Na legislatura seguinte, Muller se viu envolvido em incidente provocado pelo vereador Rocha Fragoso. Sobre o Capitão Augusto da Rocha Fragoso, o historiador Alcino Sodré informa que pertencia a uma família tradicional de Petrópolis e serviu em todas as legislaturas, além de se envolver em várias atividades, como encontra-se nos registros da Câmara Imperial. Anota o autor que sua “inteireza” de caráter seria logo definida nesse mesmo ano de 1859 quando iniciava a vida pública. Depois de discordar de um colega que conseguira a publicação das atas da Câmara gratuitamente no Mercantil, que se comprometia a não criticar os vereadores, protestou Rocha Fragoso que tal acordo não deveria ser realizado “a bem da própria dignidade Câmara.”⁴⁵²

Contudo, não era esta a opinião de seus contemporâneos. Na legislatura seguinte, quando Pedro Muller foi eleito como sétimo suplente, começava a polêmica. O imigrante foi convocado

em substituição do suplente Bento José Gomes, que indevidamente fora convocado, visto que, segundo a ordem da votação, competia ao referido suplente Pedro Müller. Bento José Gomes, foi indevidamente convocado pelo vereador Rocha Fragoso quando interinamente presidia a Câmara, em detrimento de outros suplentes mais votados.⁴⁵³

⁴⁴⁸ Ata da 16ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Petrópolis aos 3 dias do mês de dezembro de 1872

⁴⁴⁹ Idem.

⁴⁵⁰ Ata da 6ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 15 dias do mês de março de 1873

⁴⁵¹ LACOMBE, op. cit.vol. I, p. 91.

⁴⁵² Idem.

⁴⁵³ Ata da 6ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 8 dias do mês de abril do ano de 1876,

A Câmara encaminhou consulta ao Presidente da Província sobre a legalidade de permanência de vereador indevidamente convocado. Indevido porque Rocha Fragoso havia convocado o décimo segundo suplente em lugar do sétimo colocado na linha de sucessão da suplência. A resposta do Presidente da Província, baseada em fato semelhante ocorrido, em Niterói, foi de que não restava dúvidas sobre a necessidade de exclusão do suplente indevidamente convocado. Rocha Fragoso, primeiro quis impugnar a ata e, em seguida, após perder a votação,

em termos poucos convenientes e palavras mais ou menos acres, que importavam manifesta ofensa e ameaça ao caráter de seus colegas, aos quais imputou de subordinados à presidência da Câmara pela nímia condescendência de que davam provas para com o presidente da mesma. Prosseguiu em manifestações visivelmente apaixonadas, tudo confundindo, tudo perturbando no sentido de perturbar a marcha calma, regular e refletida dos trabalhos; previndo o presidente da Câmara que da atitude provocante, premeditada e acintosa que havia assumido o vereador Rocha Fragoso, poderiam provir conseqüências graves, pouco em harmonia com os ditames da razão, da justiça e da isenção que devem presidir as deliberações de uma corporação que, provindo tão diretamente do voto popular, deve escoimar seus atos de toda a pecha de leviandade e de toda a censura condenável, chamou primeiramente à ordem e depois mandou calar o referido vereador Rocha Fragoso, e não obedecendo este e continuando com o mesmo procedimento, entendeu o sr. presidente suspender, como de fato suspendeu a sessão, em vista do que dispõe os artigos 31 e 32 da lei de 1º de outubro de 1828, e bem assim o artigo 106 do Código Criminal, a fim de pedir com seus colegas ao governo provincial as providências que julgassem bem determinar para sustentáculo da moralidade da corporação a que pertencem.⁴⁵⁴

Na sequencia dos acontecimentos,

o sr. presidente da Câmara declarou que, à vista do que se havia passado na sessão antecedente e que constava da ata da mesma sessão que acabava de ser lida e aprovada, consultava a Câmara, de acordo com os artigos 31 e 32 da lei de 1º de outubro de 1828, se o vereador Augusto da Rocha Fragoso devia ou não continuar a ser admitido com assento nesta Câmara no caráter de vereador, o que sendo decidido pela negativa, digo, o que sendo decidido pela mesma Câmara pela negativa, apenas declarando o sr. vereador Sudré que abstinha-se de votar, ordenou o presidente ao secretário que convocasse o suplente na ordem da votação e conforme a lei para substituir o vereador Augusto da Rocha Fragoso que acabava de ser eliminado pela Câmara.⁴⁵⁵

O Capitão Augusto da Rocha Fragoso não se deu por vencido e interpôs recurso

⁴⁵⁴ Ata da 5ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 9 dias do mês de março de 1876

⁴⁵⁵ Ata da sessão extraordinária da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 26 dias do mês de junho de 1876,

junto à Presidência da Província, o que obrigou o Presidente da Câmara a montar uma espécie de dossiê sobre ele. Chama-se atenção para a atitude de Fragoso. Seria ele um aliado incondicional dos ultramontanos a ponto de tentar anular a participação de Pedro Muller ou pesava mais a proteção de um aliado? Como já mencionado anteriormente, este vereador aparece nas polêmicas dos registros civis, dos cemitérios sempre apoiando as iniciativas em favor dos católicos, o que permite identificá-lo como um “aliado” dos ultramontanos. Também, se envolveu em contínuas disputas na Câmara, revelando um lado “truculento” nada condizente com o modelo civilizado de comportamento do “imperial” ambiente da “augusta” Petrópolis.

No recurso apresentado por Fragoso encontra-se a alegação de que,

Não se tendo reunido número legal para constituir a sessão ordinária de 7 de janeiro de 1875, não estando empossados os novos vereadores na cidade e cumprindo tratar sem demora de negócios urgentes e importantes, tais como o balanço do exercício anterior, a confecção das tabelas dos contribuintes, a eleição das comissões de vereadores para os serviços municipais, o suplicante, que então presidia interinamente a Câmara, fundado no artigo 28 da lei de 1º de outubro, no aviso de 23 de junho de 1834 e na portaria da Ex.^{ma} presidência de 22 de novembro de 1870, juramentou o suplente Bento José Gomes, que de pronto compareceu, deixando de convocar a Pedro Müller, mais votado, por se achar ausente em medições de terras, como agrimensor que é, e ainda por entender que o seu cargo de agente consular da Prússia o inibia de funcionar como vereador.⁴⁵⁶ (grifo nosso)

Contra o recurso, o presidente da Câmara reuniu em cartas, o testemunho de “alguns cavalheiros insuspeitos” que conviveram com o dito capitão. Em algumas respostas é possível perceber o ambiente político pouco favorável aos imigrantes onde o conflito poderia bem ter sido provocado pelo “lado ultramontano” do vereador Fragoso, visando inibir a participação do imigrante acatólico.

A resposta do tenente-coronel João Batista da Silva:

Com muito prazer respondo a carta que V. S.^a, na qualidade de presidente da Câmara Municipal desta cidade me, digo, e em nome dos srs. vereadores me dirigiu, com data de 17 do corrente, pedindo-me algumas informações relativas ao vereador suspenso por essa mesma Câmara - Augusto da Rocha Fragoso. Durante o tempo que exerci a presidência dela, fui sempre provocado e os demais colegas, a estarmos sempre em luta com esse indivíduo pela sua insubordinação, desrespeito e falta de lealdade aos companheiros. Resignei o lugar para evitar o contato desse homem inconveniente e até perigoso em qualquer corporação. O dr. José Ribeiro do Val, que

⁴⁵⁶ Ata da sessão extraordinária da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 26 dias do mês de junho de 1876.

me substituiu, não só passou pelos mesmos desgostos no recinto da Câmara, como até insultado em sua própria casa e depois esperado traiçoeiramente por ele e mais dois indivíduos armados de revólver, espada e chuço. Por estes dois fatos existem dois processos instaurados pelo mesmo dr. Val contra ele, o primeiro deve estar em um dos cartórios desta cidade e o segundo na secretaria da Polícia de Niterói. Os atos ultimamente praticados na Câmara por esse homem confirmam exuberantemente o que acabo de expor. Ainda num ofício que, na qualidade de comandante do batalhão da Guarda Nacional desta cidade, dirigi em 15 de maio de 1867 à presidência da província demonstra a conduta dele já desse tempo.⁴⁵⁷

A resposta de Rodrigo de Lamare Koeller possibilita entender as razões de seu afastamento da vida política de Petrópolis:

declaro que, achando-me afastado de Petrópolis acerca de sete anos, seria penoso a recordação de fatos que tenho procurado esquecer, os quais me consta tem-se reproduzido e, por isso, permitir-me-ão também que não me envolva em negócios da vida, quer privada, quer pública do sr. capitão Augusto da Rocha Frago. Os acontecimentos que se têm dado durante o quadriênio último têm sido semelhante a outros havidos em quadriênios passados, desde que a Câmara Municipal, nessa bela, amena e pitoresca cidade. É muito triste a história. Bem podiam narrá-la os contemporâneos que viram-me nascer. Como vereador protestei muitas vezes sobre fatos lamentáveis que constantemente se davam na Câmara, pelo que retirei-me, como filho de um dos fundadores, do homem que mais se esforçou para o engrandecimento desta cidade, sinto profundamente que não haja um paradeiro aos males que reinam aí, a inveja, a discórdia e a intriga... Entretanto, que na antiga colônia – Petrópolis – havia harmoniosa sociedade, união e tranqüilidade.⁴⁵⁸

Já o capitão Antônio Batista de Oliveira testemunhou:

cumpre-me declarar que durante o tempo que servi na Câmara Municipal de Petrópolis como vereador nunca tive alterações com o sr. capitão Augusto da Rocha Frago, apesar de suas contínuas provocações sistemáticas, desarmonia com quase todos os seus colegas e, muito principalmente, com os respeitáveis cidadãos que por várias vezes ocuparam a presidência da mesma Câmara, como sejam os srs. tenente-coronel João Batista da Silva, comendador Bernardo Ferraz de Abreu e dr. José Ribeiro do Val, chegando o sr. capitão Frago a procurar este último em sua própria casa para desacatá-lo, como consta de um processo que deve existir em cartório. Também foi público e notório em Petrópolis que o mesmo capitão, acompanhado de dois indivíduos e no sítio denominado Ponte Mauá, esperara o presidente da Câmara então e ao vereador dr. Bordini e aí os maltratara com meios violentos; fato que chegou ao conhecimento do dr. Carneiro de Campos, chefe de polícia da província, que para sindicá-lo do fato, subiu expressamente a Petrópolis. É o que em abono da verdade me cumpre declarar, podendo V. S.^a fazer desta minha

⁴⁵⁷ Idem

⁴⁵⁸ Idem

resposta o uso que lhe convier.⁴⁵⁹

Manuel Antônio Bordini foi o vereador que mais tempo serviu a Câmara Imperial depois de Rocha Fragoso. Engenheiro, cuidava especialmente das questões de alinhamento das construções e dos reparos de pontes, estradas e ruas. Por suas opiniões depreende-se ser um liberal tolerante nas questões religiosas. Obviamente, tendo sido alvo constante do vereador Rocha Fragoso, sua carta confirmou os testemunhos anteriores. Revela ainda, a existência de processo movido contra Fragoso, devido às suas atitudes.

Manuel Gomes de Oliveira, por sua vez, afirmou que,

depois da leitura do expediente e de um ofício da presidência da província, pediu a palavra o sr. vereador Augusto da Rocha Fragoso, começando por impugnar a resolução tomada por V. S.^a, a quem declarou incompetente para o procedimento que teve, declarando mais, que o ofício da presidência se referia a uma consulta parcial por parte de V. S.^a, consulta que não expondo fielmente os fatos, foi, entretanto, assinada pela Câmara só por complacência para com V. S.^a. Provocaram as palavras do sr. Rocha Fragoso apartes e protestos dos srs. vereadores presentes e a sessão tornou-se tumultuária. Vi que V. S.^a, reconhecendo-se ofendido e a Câmara por ter sido esta culpada de subserviente a V. S.^a, protestou contra as palavras do sr. Rocha Fragoso, terminando por suspender a sessão no meio do tumulto que me impediu de perceber o mais que se disse.⁴⁶⁰

César Augusto Ribeiro, afirmou que:

Assistindo à sessão da Câmara Municipal de 8 de abril do corrente ano, apenas notei o sr. capitão Augusto da Rocha Fragoso, vereador da mesma Câmara, exaltar-se e proferir a palavra incompetente. Esta palavra atendendo ao estado hostil do sr. capitão Fragoso julgo poder se tomar por insultuosa.⁴⁶¹

Ainda, em resposta à solicitação do Presidente da Câmara, João Manuel Justino da Silva, como ex-empregado da Câmara, relatou que:

o capitão Augusto da Rocha Fragoso, como vereador no quadriênio decorrido, nunca se portou com prudência nem moderação nas sessões a que se procederam, principalmente, para com o presidente da Câmara. Que na qualidade de empregado da Câmara Municipal e bem assim o ex-secretário Francisco José Pinto e Benevente, fomos sempre vítima dessas imprudências. Que tendo sido no quadriênio referido, o dito capitão eleito suplente, digo, vereador suplente e tendo no correr do mesmo quadriênio faltado alguns dos de número, quis o referido capitão ser logo juramentado, querendo a isso obrigar ao presidente da Câmara. Mais tarde, foi ele prestado, digo, juramentado, não podendo ter lugar a sessão no dia marcado, por falta

⁴⁵⁹ Idem

⁴⁶⁰ Idem.

⁴⁶¹ Idem.

de número e por moléstia do presidente, que mandou adiá-la e comparecendo o capitão Fragoso e não podendo juramentar-se naquele dia, dirigiu-se incontinentemente à casa do presidente da Câmara, o dr. José Ribeiro do Val, e entrando em sua sala sem atender ao seu estado de moléstia e ao de sua senhora, que estava gravemente doente, e que faleceu pouco depois, aí o insultou fortemente, declarando que não se dirigia a pessoa do dr. Val, mas sim ao presidente da Câmara; ocorrência esta que teria sido bem funesta, se, em seguida, não chegassem pessoas em consequência das vozes alteradas dirigidas pelo capitão Fragoso, o que deu lugar a que o dr. Val instaurasse um processo contra o mesmo capitão, que terminou por uma satisfação por ele, Fragoso, dada ao dr. Val, como consta de um termo nos respectivos autos. Algum tempo se decorreu e, numa tarde, das 5 para as 6 horas, cuja data não me recorde, o capitão Fragoso esperou na ponte próxima à praça de Coblenz, Passeio Público, o dr. Val que saiu para visitar um doente e aí o atacou, e teria sido vítima se não fosse em sua companhia o dr. Manuel Antônio Bordini. O dr. Val, assim agredido, correu e foi abrigar-se na casa próxima de João Batista até que chegassem a autoridade e mais pessoas que o levaram para a sua residência. Este fato deu lugar a que o Ex.^{mo} S.^r. chefe de polícia da província, então o dr. Antônio Carneiro de Campos, viesse a Petrópolis sindicá-lo, tomando diversos depoimentos que devem constar na respectiva secretaria, sendo então e em vista de tais acontecimentos abandonada pelo dr. José Ribeiro do Val a presidência da Câmara, que foi assumida pelo vereador imediato o sr. coronel Bernardo Ferraz de Abreu, que também teve de entrar nas lutas que na Câmara e fora dela eram sempre movidas pelo vereador Fragoso.⁴⁶²

No relatório, preparado como resposta ao Presidente da Província, o vereador dr. Nogueira da Gama⁴⁶³, apresentou, entre outros, os seguintes pontos:

trata aí o recorrente de justificar um ato seu, praticado há um ano e cinco meses, quando exerceu interinamente a presidência desta Câmara. Consistiu esse ato no convite dirigido pelo recorrente ao cidadão Bento José Gomes para tomar assento na Câmara como suplente, preterindo o cidadão Pedro Muller, muito mais votado que ele. A razão da preterição não procede. O fato de achar-se, então, Müller a medir terras não lhe tolhia direitos; estava no município, e só depois de convidado e não comparecendo, se deveria ter recorrido aos nomes menos votados. Esta interpretação, autorizada pela resposta de V. Ex.^a à consulta desta Câmara, foi o que autorizou o procedimento do presidente e que tanto irritou o recorrente. (...) Junta esta Câmara os documentos e deles verá V. Ex.^a que é prática velha do recorrente desprezar, insultar e desafiar os cidadãos investidos da presidência da Câmara, tendo agora estendido o seu ataque à corporação a que

⁴⁶² Idem

⁴⁶³ Aqui chama-se a atenção para a ausência de estudos sobre a elite política de Petrópolis. A família Nogueira da Gama é uma das mais importantes do período de transição do primeiro para o segundo reinado. Um destacado membro desta família foi Manuel Jacinto Nogueira da Gama, Marquês de Baependi, escrivão do Real Erário e “um dos principais responsáveis pela política econômica seguida por D. João VI – teve acesso a grande quantidade de terras” e seu irmão “José Inácio reuniu dezessete sesmarias, com aproximadamente vinte mil hectares de terras, em solo fluminense e mineiro, a partir de doações, heranças e compras. Cf. Mattos, op. cit. p. 50.

pertencia, e que não podia, por forma alguma, fazer causa comum com os seus excessos para satisfazer ódios ou paixões individuais, quanto à consciência e os deveres do cargo obrigam a cada um de seus membros as mais sérias ocupações. Do citado documento verá também V. Ex.^a que o recorrente nem sempre se limita a provocar e a injuriar. Quando o vereador suplente em 1869 atacou o seu colega vereador dr. Bordini e as ofensas físicas por ele praticadas ocasionaram até a vinda do dr. chefe de polícia da província para restabelecer a ordem em Petrópolis. Desses antecedentes é continuação lógica o seu procedimento com a atual Câmara. Por último, Ex.^{mo} Sr., se entendeu esta Câmara que, por sua dignidade, não deveria fazer inscrever nas atas de suas sessões as palavras com que foi ofendida em sessão pública por um dos seus membros, lá ficou, não obstante consignada a ofensa. Esta e a posterior votação unânime desta Câmara tornaram incompatíveis entre si o recorrente e os atuais vereadores. Entre eles, pois, terá de escolher o despacho de V. Ex.^a, que, em todo o caso, será ditado com a costumada justiça e sabedoria, predicados que, reconhece a Câmara, recomendam sempre os atos de V. Ex.^a Deus guarde a V. Ex.^a Paço da Câmara Municipal de Petrópolis, 26 de junho de 1876. Il.^{mo} 464

Embora tenha provocado tamanha confusão no ambiente político de Petrópolis, o vereador Fragoso foi novamente eleito na última legislatura, chegando a ser Presidente interino. Tal fato certamente demonstra sua força política, principalmente, se levarmos em consideração que ele foi o vereador com o maior tempo na Câmara Municipal. Fragoso continuou envolvendo-se em assuntos polêmicos como o caso da doação do galpão para a instalação da exposição permanente de produtos agrícolas e industriais de Petrópolis, mais tarde o Palácio de Cristal, a primeira do gênero no Brasil. O episódio envolveu o Conde D'Eu e tudo indica que seu desfecho não foi muito favorável ao vereador Fragoso. Em 1875, o vereador Sudré escreveu em coluna do diário mercantil de Petrópolis que gostaria de ver se o Capitão manteria “aquele sorrisinho cínico”, já que a questão resvalara no próprio Conde D'Eu.⁴⁶⁵

Fora o episódio acima descrito, entende-se que a participação dos imigrantes na política da Petrópolis Imperial teve pequena relevância. Estes se envolveram muito esporadicamente na política, confirmando os argumentos sobre a discriminação sofrida por eles, especialmente a tese de Willens. Ademais, a luta de Kozeritz em defesa da maior participação dos imigrantes na vida política do país é bastante sintomática. Outros imigrantes foram registrados como vereadores, como o caso de Viard, presente na última legislatura, contudo, sem qualquer destaque.

⁴⁶⁴ Ata da sessão extraordinária da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 26 dias do mês de junho de 1876.

⁴⁶⁵ **Mercantil de Petrópolis**, 18 de setembro de 1875.

As atas da Câmara descrevem também diversos pedidos de naturalização, tais como o de Guilherme Carl II;⁴⁶⁶ de Pedro José Simon e Pedro Stitzel, ambos alemães;⁴⁶⁷ João Pedro Gregorius II, o súdito prussiano que precisou provar ser colono e residiu na cidade desde 1845;⁴⁶⁸ de Jacob Justen,⁴⁶⁹ súdito prussiano, colono desde quando se achava no Império e coveiro do cemitério, aparece nas atas reclamando de seus vencimentos ao Presidente da Província, o que foi apoiado pelos vereadores, que de fato consideravam a remuneração aquém daquela que se pagava no mercado e informa que o empregado era zeloso no cumprimento de seus deveres. Ainda ficou registrado os pedidos de Sebastião Klaiser⁴⁷⁰ e João Jacob Tesch⁴⁷¹. Merece ainda ser mencionado o imigrante Rodolfo Wachneltdt, nomeado agente consular da Prússia em Petrópolis, juntando cópia do imperial *exequatur* de 1867, o que se repetiu, novamente, em 1869.⁴⁷²

Apesar da discriminação política e dos diversos problemas, como as dificuldades enfrentadas na colônia agrícola, as “copiosas chuvas”, os conflitos religiosos e a discriminação política, muitos imigrantes conseguiram alcançar destaque econômico. Através de variados registros foi possível recompor uma parte deste ambiente econômico em que os imigrantes, especialmente os protestantes, conseguiram vantagens competitivas no mercado, o que lhes garantiu um lugar de destaque na Imperial Cidade de Petrópolis.

⁴⁶⁶ Ata da 17ª sessão da Câmara Municipal de Petrópolis, em 1º de setembro de 1864

⁴⁶⁷ Ata da 8ª sessão da Câmara Municipal, em 22 de junho de 1863

⁴⁶⁸ Ata da 4ª sessão da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 15 dias do mês de maio de 1867

Ata da 5ª sessão da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 22 dias do mês de junho de 1867. Ata da 6ª sessão da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 15 dias do mês de julho de 1867

⁴⁶⁹ Ata da 3ª sessão da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 16 dias do mês de janeiro de 1869 Ata da 16ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 21 dias do mês de novembro de 1870

⁴⁷⁰ Ata da 12ª sessão, em 15 de março de 1860

⁴⁷¹ Ata da 4ª sessão, em 27 de agosto de 1859. Ata da 7ª sessão, em 8 de novembro de 1859

⁴⁷² Ata da 3ª sessão da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 8 dias do mês de abril de 1867 e Ata da 4ª sessão da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 20 dias do mês de março de 1869

IV.2- OS IMIGRANTES DE DESTAQUE ECONÔMICO

Sobre as atividades econômicas dos imigrantes germânicos tudo indica que em Petrópolis, se repetiu o mesmo fenômeno percebido em Juiz de Fora, ou seja, poucos foram aqueles que alcançaram resultados positivos nas atividades agrícolas para as quais os núcleos foram instalados. Assim, torna-se pertinente tecer algumas considerações sobre a atividade dos imigrantes em Juiz de Fora. Talvez, a colônia germânica de Juiz de Fora tenha sido um dos poucos núcleos instalados em região onde se desenvolvia o cultivo do café, com mão de obra escrava, o que em muito dificultou a competitividade dos imigrantes.

Entretanto, semelhanças entre o núcleo imigrante de Petrópolis e o de Juiz de Fora, podem ser apontadas. Se a ideia do Mordomo Imperial e de Aureliano Coutinho era a de “animar” os fazendeiros com o exemplo de instalar núcleos de imigrantes, certamente, Mariano Procópio foi um destes que se animou. Seguindo os passos do Imperador, também construiu um palacete, rodeado de imigrantes, na tentativa de recriar um ambiente europeu.

Em Petrópolis, como visto, as atividades agrícolas não tinham condições geográficas e climáticas de prosperarem. Os imigrantes que se instalaram com esta finalidade e permaneceram na atividade pouco fizeram além de garantir seu subsídio. Contudo, apesar de todas as adversidades, nas atividades urbano-industriais, encontram-se registros positivos sobre as suas ações. A historiografia tradicional apontou a operosidade e a qualificação dos colonos alemães como a primeira explicação para o precoce desenvolvimento industrial de Petrópolis, a partir de um esforço industrializante ainda no século XIX. No estudo mais recente sobre este processo, ainda que tratado como subsídio para o estudo do problema, Ismênia Martins argumenta que somente este fator não seria condição suficiente para dar conta de explicar o vigoroso processo industrial experimentado pela cidade. Assim, chama a atenção para o fato de que em outras regiões, onde foram instalados núcleos coloniais semelhantes ao de Petrópolis, tal

fenômeno não se repetiu. Argumenta a autora, que seria necessário destacar os fatores específicos, ou a sua conjugação, que permitiram o êxito da indústria local.⁴⁷³

Como pontos favoráveis estariam o clima, que permitia a manutenção do rendimento do trabalho no verão e a umidade favorecia a fiação do algodão, evitando que se formassem na superfície dos tecidos os nós provocados pela fragmentação do fio; a altitude e a ausência da maresia ajudavam na manutenção dos equipamentos; a topografia, que permitia o aproveitamento das quedas d'água na geração de energia; a proximidade com a capital, que seria potencializado com o “nexo econômico e social que iria se operar entre o porto e a cidade serrana”, aliado à existência de estrada de rodagem e, mais tarde, da ferrovia; o custo de vida mais baixo garantia salários mais vantajosos para os industriais. Finalmente, a autora destaca que o desenvolvimento industrial de Petrópolis, no último quartel do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, “insere-se harmonicamente no quadro geral dos esforços industrializantes nacionais do período.”⁴⁷⁴

Para a autora,

Não se pode estabelecer uma continuidade simplista entre a expansão artesanal, atribuída à qualificação do colono alemão e ao crescimento urbano de Petrópolis, e ao desenvolvimento industrial posterior, mesmo aquele que se verifica no último quartel do século XIX.

Demonstração disso é que apenas a fábrica D. Isabel, datada de 1889, se formaria com capitais propriamente petropolitanos, sendo seu quadro de acionistas, até o final da década de 1930, principalmente por alemães do município.⁴⁷⁵

Ao coletar as informações disponíveis nos registros de indústrias e profissões, referentes ao período que se estende de 1900 a 1930, detecta trinta e sete setores, sendo que dez nasceram ainda no século XIX, dez surgiram na década de 1900 a 1910, oito apareceram na década de 1910 a 1920 e nove na década de 1920 a 1930. Ainda que concordando com a autora que somente a presença de imigrantes não seja o único fator para a explicação do processo de industrialização, há que se destacar que a primeira fase das atividades industriais, operadas em pequenas unidades produtivas é amplamente dominada pelos imigrantes e, pelos dados apresentados, indica-se que muitas destas unidades permaneceram na vida petropolitana pelo menos até a década de 1930.

⁴⁷³ MARTINS, Ismênia de Lima. **Subsídios para a industrialização em Petrópolis – 1850/1930**. Centro de Pesquisa de História, Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis, 1983.

⁴⁷⁴ Idem, pp. 1-13.

⁴⁷⁵ Idem, p. 14.

Mesmo considerando que a presença de imigrantes não seja suficiente para esclarecer os fatores da industrialização local, chama-se atenção para a presença de um significativo número de imigrantes que alcançaram bons resultados nas atividades que desenvolveram. Ainda que muitas destas atividades não tenham conseguido operar a passagem de unidades produtivas de caráter artesanal para a indústria propriamente capitalista, estas atividades certamente contribuíram para a formação de uma classe média e mesmo de alguns imigrantes que alcançaram grande destaque nas atividades tipicamente capitalistas. Contudo, aqui o nexu não será o da “raça europeia superior”, como queriam alguns agentes políticos do século XIX e, mais tarde, os eugenistas, o nexu será estabelecido pela ética do trabalho, como se verá mais adiante.

Assim, a primeira notícia coletada sobre a satisfação econômica de imigrantes, não se refere ao trabalho agrícola e foi dada por Hermann Burmeister, natural da Prússia e, que mais tarde, foi diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Segundo Sodré, nas anotações de sua viagem a Petrópolis, encontra um homem natural da Suábia, que era sapateiro e fazia “15 anos que ali se achava com a família, dando-se muito bem. Provavelmente um imigrante da primeira leva contratada por Koeler para os serviços de reparo nas estradas”.⁴⁷⁶

Algumas fontes indicam as atividades econômicas de colonos. No Almanaque Laemmert⁴⁷⁷, de 1861, encontra-se o registro de Godofredo Augusto Schmidt como vice-presidente da Sociedade de Indústria e Agricultura. Através de outras informações sabe-se que se trata de um imigrante luterano. Ainda no mesmo Almanaque encontram-se registros de imigrantes nas atividades de cervejarias, carros de aluguel, olaria, padaria, alfaiataria, sapateiros, carpinteiros, pedreiros e cantareiros, pintores, marceneiros ebanistas, torneiro, carpinteiros de carros, ferraria, funileiros, armazéns de trastes, serralheiros, ferradores, cobridores de ardósia, relojoeiros, armarinhos etc.⁴⁷⁸

Apesar de a colônia ser um empreendimento agrícola, a firma encarregada de recrutar os imigrantes acabou por contratar

muitos cozinheiros, músicos, pasteleiros, confeitores, alfaiates, sapateiros, bordadores, etc. Estes indivíduos, logo que reconheceram o país abandonaram suas terras, para irem fora achar melhor e mais apropriado emprego.⁴⁷⁹

⁴⁷⁶ SODRÉ, op. cit. Vol VI, p. 109.

⁴⁷⁷ **Almanaque Laemmert** 1861.

⁴⁷⁸ Museu Imperial. **A cidade de Petrópolis**, p. 215.

⁴⁷⁹ LACOMBE, op. cit. Vol II, p. 41.

Desde cedo se manifestou a iniciativa em direção ao “progresso” dos imigrantes alemães, como fica patente com a fundação da Sociedade de Agricultura e Indústria de Petrópolis. Esta foi obra de imigrantes católicos e protestantes, uma espécie de lyceu de artes e ofícios. Tinha “61 sócios e cuja diretoria tinha como I Secretário e Bibliotecário um Barão germânico.”⁴⁸⁰ A Sociedade mantinha “contato com uma congênere do Grão-ducado de Hesse, recebendo dela jornais e obras sobre agricultura e artes, além de sementes e plantas.”⁴⁸¹ Contudo, durou apenas 10 anos. Um traço curioso neste empreendimento é que seus presidentes foram Carlos Spandenberg, um escultor protestante, e o já conhecido Capitão Augusto da Rocha Fragoso, o petropolitano da “gema”.⁴⁸²

Os colonos de Petrópolis ficaram, então, famosos como típicos fabricantes de carros, marceneiros, escultores, serralheiros e gravadores em cristais. Muitos deles trabalharam na construção do Palácio, exercendo atividades diversas. Segundo Auler:

Um curioso documento que indica o grau de aperfeiçoamento e a excelência dos objetos aqui fabricados é a ordem de pagamento, em 1857, a Henrique Augusto Schoen, Felipe Dietz e João Fermes, por conta de carros e arreios fornecidos à casa Imperial e destinados à Fazenda Santa Cruz e à Quinta da Boa Vista (...). No seu relatório anual de 1857 o Diretor da colônia (.) sugeriu o estabelecimento, em Petrópolis, de uma fábrica de vidros, alegando a ‘inesgotável fonte de matéria prima’ (...) e a presença de um colono ‘hábil lapidário em vidros, que ao mesmo tempo entende perfeitamente, segundo ele diz, da fabricação do vidro’. Tratava-se, certamente, do colono Sieber, autor das belíssimas produções, que hoje já se encontram em Museus.

A Imperatriz Dona Tereza Cristina muito apreciava esses trabalhos, fazendo repetidas encomendas (...). O gravador em cristais Sieber alcançou grande sucesso, e quase todos os veranistas do tempo do vovô possuíam copos ânforas, jarros e outro qualquer objeto de vidro, com os curiosos monogramas de seus proprietários.⁴⁸³

O mesmo historiador petropolitano publicou uma série de notícias sobre as atividades econômicas nos primeiros tempos da colônia imperial. É o caso do filho do colono Pedro Eppinghaus, originário de Nieder-Wesel, que muito cedo se destacou nas atividades comerciais com a instalação de uma loja de armarinho, alcançando sucesso econômico. O imigrante aparece ainda como proprietário de uma oficina de

⁴⁸⁰ MIRANDA, op. cit. Vol III, p.112.

⁴⁸¹ SODRÉ, op. cit. Vol. III, p. 232.

⁴⁸² Idem, vol. II, p. 96.

⁴⁸³ Auler, Guilherme. **Tribuna de Petrópolis** 26/01/1956.

marceneiros.⁴⁸⁴ O mesmo ocorre com Pedro Caheins, natural de Steinweler, que instala a primeira padaria da cidade, ganhando o alvará de fornecedor da casa imperial. Os membros da família Pfeifer, de Deisselbach, também conseguiram prosperar com a atividade de funileiros. Outros exemplos se seguem, contando mais ou menos a mesma trajetória.⁴⁸⁵

Uma das atividades típicas destes imigrantes era a fabricação de cervejas. Encontram-se vários registros, como o de Joaquim Chedal (ou Chidal), pedindo que

a Câmara lhe mande declarar no mesmo requerimento, se, a lei que proíbe aos carros de carga andarem pelas ruas da cidade e povoações sem serem conduzidos os animais pelos cabrestos, compreende uma carroça do suplicante, que conduz o produto de sua fábrica de cerveja às casas de fregueses.⁴⁸⁶

Este mesmo imigrante aparece, na década de 1870, transferindo sua atividade, que sugestivamente estava instalada na Rua dos Protestantes.⁴⁸⁷ Identifica-se também, o imigrante Pedro Meurer como proprietário de uma fábrica de cerveja no quarteirão Mosela.⁴⁸⁸ Também ficou registrada a mesma atividade de Timóteo Durier, que tirou licença para a fabricação de cerveja.

Um caso exemplar é o de Frederico Eppelseimer, dono de oficina de ferreiro⁴⁸⁹, como proprietário de uma fábrica de cerveja⁴⁹⁰ e como um dos maiores proprietários de casas da cidade.⁴⁹¹ Além disso, consta em registro requerendo alinhamento para construir uma propriedade em seu prazo de terras. Neste último pedido, nova polêmica entre os vereadores, especialmente, envolvendo Fragoso e Bordini,⁴⁹² a consequência foi o adiamento da autorização por mais de dois anos. A partir da discussão, identifica-se que o imigrante era foreiro da Casa Imperial.⁴⁹³

⁴⁸⁴ Ata da 23ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 18 dias do mês de dezembro de 1871

⁴⁸⁵ AULER, Guilherme. O comércio no tempo do vôvo. **Tribuna de Petrópolis**, 15/12/1955, 10/02/1956.

⁴⁸⁶ Ata da 4ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 15 dias do mês de fevereiro de 1861.

⁴⁸⁷ Ata da 23ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 18 dias do mês de dezembro de 1871.

⁴⁸⁸ Ata da 21ª sessão da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 28 dias do mês de dezembro de 1869.

⁴⁸⁹ Ata da 2ª sessão da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 26 de janeiro de 1867.

⁴⁹⁰ Ata da 4ª sessão da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 20 dias do mês de março de 1869.

⁴⁹¹ Ata da 21ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 15 dias do mês de dezembro de 1871.

⁴⁹² Ata da 20ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 15 dias do mês de novembro de 1871.

⁴⁹³ Ata da 15ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 22 dias do mês de outubro de 1872.

Outro exemplo extraordinário é do colono Augusto Kremer. Seu nome figura no Almanaque Lallamert⁴⁹⁴ como colocador de tabuinhas e, mais tarde, como colocador de ardósia. Posteriormente, instalaria a Imperial Fábrica de Cerveja, sendo citado muitas vezes nas atas da Câmara, reclamando sobre os impostos cobrados sobre as carroças que usava para os serviços de sua fábrica.⁴⁹⁵ Terminando seu negócio em Petrópolis instalou, em 1867, a primeira cervejaria de porte em Juiz de Fora. Esta informação confirma as relações que se estabeleceram entre os colonos de Petrópolis e os da Colônia D. Pedro II em Juiz de Fora.⁴⁹⁶

A existência desta fábrica, onde também estava instalado um botequim que vendia “bebidas espirituosas”, acabou tornando-se o mote para a criação de uma nova postura municipal em Petrópolis. Segundo ficou registrado pelo delegado de polícia:

1º, Il.^{mo} Ex.^{mo} Sr. - Cumpri-me levar ao conhecimento de V. Ex.^a, que na noite de 11 do corrente, depois da meia-noite, os alemães: Felipe Schwmeichardt, Frederico Er e Frederico Weber, ao saírem da fábrica de cerveja de Henrique Kremer, travaram-se de razões, do que resultou ferimentos, o 1º, com uma facada abaixo do umbigo e outra no peito; o 2º, com diversas contusões graves na cabeça; e o 3º, com pequeno arranhão no peito, que parece ser feito a faca. A essa mesma hora, sendo eu informado, dirigi-me ao lugar do conflito, achando-se já pessoas, digo, presos os dois últimos pela patrulha que rondava, fiz recolher o 1º ao hospital, e pouco depois ao 2º, convenientemente escoltado, donde foram logo medicados pelo respectivo médico da casa. Fiz também recolher à prisão mais quatro alemães por suspeitos, visto terem se achado no lugar da desordem e retirarem-se ligeiramente, deixando o esfaqueado prostrado na rua esvaindo-se em sangue. Hoje procedi a corpo de delito nos três, e julgando procedente, remeti os autos ao subdelegado para proceder contra os criminosos. Aproveito esta oportunidade para fazer sentir a V. Ex.^a os grandes inconvenientes que existem nos bailes e reuniões nas fábricas de cervejas desta cidade. São imensas as desordens que tem havido nelas e o maior número de assassinatos que se têm dado aqui, tem sempre sido consequência de tais reuniões: a proibição delas nessas fábricas, seria de grande vantagem para o lugar; tanto porque não se perderiam tantas [ininteligível] famílias alemães, como pela moralidade pública evitando algumas vítimas das mãos de assassinos. A polícia não pode proibir a continuação de semelhantes divertimentos nesses estabelecimentos, visto que os seus proprietários pagam à Câmara a competente licença, à vista das quais a polícia nada mais pode fazer que distribuir guardas por essas casas, porém os conflitos se dão fora, e não temos número suficiente de guardas para fazer acompanhar todos os grupos, que se destacam cada um para seu lado e de diversas

⁴⁹⁴ **Almanaque Laemmert** 1872..

⁴⁹⁵ Ata da 4ª sessão da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 20 dias do mês de março de 1869, Ata da 8ª sessão da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 19 dias do mês de abril de 1870 e Ata da 19ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 24 dias do mês de dezembro de 1874.

⁴⁹⁶ STEHLING, op. cit., p. 413.

reuniões; acrescentando ainda que esse limitado número de praças de que a polícia dispõe não chega para fazer guarda a cadeia e rondas, muito menos para aquele fim. Além disso, V. Ex.^a não estranhará o pouco respeito que a Guarda Nacional pode impor, atentas às relações em que estão com a população. Me parece que uma ordem superior à Câmara, para que ela não conceda licenças para divertimentos nessas casas, seria de grande utilidade para o lugar. Entretanto, V. Ex.^a mandará o que julgar mais conveniente.⁴⁹⁷

O fato resultou em medida que buscava a ordem social um maior controle sobre os imigrantes. Assim, foi aprovado por unanimidade,

Que do 1º de janeiro de 1866 em diante, não se concedam mais licenças para bailes públicos nas fábricas de cerveja e outros estabelecimentos que tenham à venda bebidas espirituosas de qualquer gênero; e que esta resolução se leve ao conhecimento do Ex.^{mo} presidente da província para os fins convenientes

3º, que se peça à presidência da província uma relação das famílias alemãs (colonos), que vieram para essa cidade, assim como que solicite-se da dita presidência uma cópia fiel do que constar no arquivo da Câmara Municipal da Estrela, acerca desses colonos, relativamente sobre suas naturalizações, a fim de ser tudo arquivado nesta Câmara; e, outrossim, mais uma relação da mesma presidência, das cartas de naturalizações por ela concedidas a diversos colonos residentes nesta cidade e seu termo.⁴⁹⁸

Aqui chama-se a atenção para este fato aparentemente contraditório, ou seja, imigrantes protestantes, e que tudo indica dos mais fervorosos, promovendo a fabricação de bebidas alcoólicas. Na leitura dos documentos de época, com frequência encontram-se referências sobre o problema do alcoolismo em Petrópolis. Encontra-se na carta do pastor Stroeler que se referia à “desesperação” e alcoolismo entre os colonos, e como visto, a escolha de Petrópolis pelo pastor Kelley se justificava pela a vontade do médico em livrar membros daquela comunidade da intemperança.⁴⁹⁹ O assunto também é mencionado por Tinoco, que busca explicação para a grande quantidade de túmulos na jovem cidade. Na Câmara Municipal, o assunto será tratado no relatório da comissão de saúde, destacando que,

Considero o estado sanitário deste município excelente, porque as moléstias que aqui tenho observado não podem ser atribuídas a influências locais, mas sim a outras causas: a má alimentação, o abuso de bebidas alcólicas e fermentadas, a falta de resguardo das intempéries etc., etc.⁵⁰⁰ (Grifo nosso)

⁴⁹⁷ Ata da 1ª sessão da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 18 de dezembro de 1865.

⁴⁹⁸ Ata da 1ª sessão da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 17 de janeiro de 1866

⁴⁹⁹ VIEIRA, op. cit. p. 117.

⁵⁰⁰ Ata da 5ª sessão da Câmara Municipal, em 21 de dezembro de 1861

O problema do alcoolismo também foi identificado na Colônia D. Pedro II em Juiz de Fora. Segundo Stelhing, ainda, no século XIX, existiam nove fábricas de cerveja em Juiz de Fora. O pastor de Petrópolis, Bernhard Pflueger, ao visitar a colônia D. Pedro II, encontrando uma cervejaria teria dito: “Casa para o culto de Deus ainda não vi aqui, mas para homenagear o diabo já existe uma”.⁵⁰¹

Independente desta questão, o fato é que muitos destes imigrantes protestantes ganharam muito dinheiro com a produção de bebidas. Em 1876, Augusto Kremer vendeu sua fábrica em Petrópolis para o imigrante Guilherme Lindscheid,⁵⁰² cujo comportamento o torna ainda mais exemplar. Lindscheid está registrado nas atas da Câmara em várias situações, uma delas, reclamando dos impostos, pois,

que tendo somente em seu serviço particular uma carroça de quatro rodas e essa mesma para conduzir gêneros para seus fregueses, achasse lançado na tabela dos contribuintes com duas carroças, assim como depósito de bengalas, negócio que nunca teve, por isso vem pedir a V. S.^{as} para ser considerado com uma carroça e eliminado do negócio de bengalas.⁵⁰³

Reclamação a que o fiscal da Câmara rebate:

informo que o suplicante tem, com efeito, duas carroças e não uma como alega, e quanto ao negócio de bengalas, se o tem é ocultamente, porém o imposto que lhe foi lançado na tabela, embora esteja declarado negócio de bengalas, na quantia que está obrigado a pagar, não se acha incluída a que deve pagar por esse negócio. Posso assegurar a V. S.^{as} que alguns negociantes de conceito me têm informado que o peticionário também negocia em fazendas e líquidos alimentícios, a respeito do que estou à espera de provas para proceder na forma da lei.⁵⁰⁴

Durante as décadas de 1870 e 1880, a partir das reclamações do comerciante, podendo concluir que, além da cervejaria, possuía outros negócios, como comércio de telhas, de copos, venda de “bebidas espirituosas” e armarinho. Suas reclamações contra o lançamento dos impostos foram constantes, chegando, numa determinada ocasião liderar uma reclamação coletiva de imigrantes contra o aumento das taxas municipais.⁵⁰⁵

⁵⁰¹ STEHLING, op. cit. p. 349.

⁵⁰² **Mercantil de Petrópolis**, 15 de dezembro de 1876.

⁵⁰³ Ata da 13ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 17 dias do mês de setembro do ano de 1877.

⁵⁰⁴ Ata da 13ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 17 dias do mês de setembro do ano de 1877.

⁵⁰⁵ Ata da 5ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 5 dias de março de 1878, Ata da 2ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 27 dias de fevereiro de 1879 Ata da 12ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 25 dias de junho de 1880, Ata da 2ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Petrópolis, no dia 20 de fevereiro de 1883. Ata da 4ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Petrópolis, no dia 23 de fevereiro de 1885, Ata da 7ª sessão ordinária da Câmara Municipal

O fato de Lindscheid ter sido convidado a participar de uma comissão encarregada de angariar fundos para os festejos de recepção do Imperador,⁵⁰⁶ sugere certo reconhecimento social. Finalmente, sabemos que doou a quantia de 200\$000 réis para auxílio da abertura de nova rua projetada e ao requerer seu dinheiro de volta alegando que a rua não saíra do papel.⁵⁰⁷

Em visita a Petrópolis, Koseritz fez a seguinte descrição sobre a cervejaria deste imigrante luterano:

paramos diante da grande fábrica de cerveja do Sr. Lindscheid o qual prepara uma excelente cerveja preta que fica pouca atrás da Culmbacher. Uma sala de danças, como nas nossas colônias, tendo nas paredes retratos do Kaiser Guilherme, do príncipe Frederico Carlos, de Moltke e de Bismarck, assim como retratos da família imperial brasileira, copos de chopp com a firma da casa, - enfim, um ambiente alemão, como nos livros, o qual nos agradou extraordinariamente.⁵⁰⁸

A cervejaria do imigrante, a Imperial Fábrica de Cerveja, hoje a fábrica da famosa cerveja Bohemia de Petrópolis, segundo Sodré, expediu, em 1883, 1,5 milhões de garrafas.⁵⁰⁹ A atividade contribuiu para que Lindscheid se tornasse o industrial mais rico da cidade e quando, após sua morte, apurada a sua fortuna, somou a quantia de 1.073:973\$840. O historiador Auler chama a atenção para o que significava tais números:

E a admiração pela grande fortuna cresce aos nossos olhos, considerando que anos após, quando se realizou o inventário dos bens do Imperador D. Pedro II, estes totalizaram 1.557:080\$131, incluindo-se as propriedades petropolitanas, a Fazenda Imperial e o próprio Palácio, avaliado em 300:000\$000.⁵¹⁰

A história deste industrial é um caso em que houve a passagem da atividade artesanal para a atividade tipicamente capitalista. Entre os bens arrolados em seu inventário encontra-se um expressivo número de ações de várias indústrias instaladas em Petrópolis, inclusive aquelas que tiveram maior destaque no processo de industrialização local.

de Petrópolis, no dia 25 de abril 1885. Ata da 12ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Petrópolis, no dia 6 de novembro de 1886.

⁵⁰⁶ Ata da 5ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 5 dias de março de 1878,

⁵⁰⁷ Ata da 2ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Petrópolis, no dia 20 de fevereiro de 1883.

⁵⁰⁸ LACOMBE, op. cit. Vol. III, p. 12.

⁵⁰⁹ SODRÉ, op. cit. Vol. VI, p. 128.

⁵¹⁰ Idem, **Tribuna de Petrópolis**, 17/01/1957.

Sobre Lindscheid, registra-se, ainda, que foi um empresário ativo na construção da Igreja Luterana e na instalação dos colégios para os filhos dos imigrantes protestantes.⁵¹¹ Tem-se a informação de que um filho seu casou-se com a filha de Augusto Kremer, confirmando mais uma vez a endogamia típica dos acatólicos do período.⁵¹² O sucesso econômico do cervejeiro, com fortuna comparada à do Imperador, faz lembrar a frase, citada por Weber, com que o pai de Benjamim Franklin o admoestava para o trabalho: “Se vires um homem diligente em seu trabalho este estará acima dos reis”.⁵¹³

Outro exemplo é de Carlos Spangenberg, que se notabilizou como escultor de bengalas, aparecendo sistematicamente no Almanaque Laemmert. Um dos autores da primeira planta para a construção do templo protestante foi membro ativo da comunidade luterana, importante tanto para a construção do templo, quanto para a instalação das escolas para os filhos dos imigrantes acatólicos.⁵¹⁴ Significativamente, o seu estabelecimento ficava na Rua dos Protestantes.⁵¹⁵ Sobre ele, o Visconde de Taunay publicou uma crônica na gazeta de Petrópolis de 1893:

Carlos Spangenberg, cujas bengalas, algumas bem artisticamente esculpidas, concorreram para dar voga popular ao nome de Petrópolis. Ainda nos nossos dias costuma-se dizer ‘um bom Petrópolis’ por um bengalão respeitável e capaz de dar valentes cacetadas sem se lascar.⁵¹⁶

O mesmo imigrante aparece como doador de certa quantia para a recepção da família Imperial em 1885, quando ergueu um grande arco do triunfo, na antiga rua D. Isabel, para receber a família imperial.⁵¹⁷

Segundo Sodré, Carlos Spangenberg era natural de Hanover. Tendo estudado arquitetura, veio para o Brasil em 1844, para trabalhar na Casa Lager, no Rio de Janeiro, realizando trabalhos em madeira. Atraído pelas “belezas” de Petrópolis, residiu na cidade durante quarenta anos até a sua morte, em 1890. Além das bengalas, que atravessaram o oceano e serviram de presente para príncipes, o imigrante se destacou por inúmeros trabalhos de pequenos objetos de adorno e utilidade, sendo que alguns

⁵¹¹ Texto básico de palestra, pronunciada como convidado, no Painele comemorativo do bicentenário de nascimento de Júlio Frederico Koeler, realizado no IHP a 16/06/2004

⁵¹² MACHADO, Cacilda da Silva. A família e o impacto da imigração (Curitiba, 1854-1991). **Revista Brasileira de História**, vol. 17, n. 34, São Paulo, 1997.

⁵¹³ WEBER, op. cit. p. 33.

⁵¹⁴ MACHADO, op. cit. vol. I, p. 270.

⁵¹⁵ **Museu Imperial**, op. Cit. P. 216.

⁵¹⁶ MACHADO, op. cit. vol. I, p. 276

⁵¹⁷ SODRÉ, op. cit. Vol. III, p. 94.

constam do acervo do Museu Imperial. Foi um dos fundadores, em 1858, da Sociedade de Agricultura e Indústria, da qual foi um ativo membro.⁵¹⁸

Apesar de não estar entre aqueles imigrantes de “colônia”, é um imigrante cujo comportamento é típico daquele “espírito” que aqui se busca identificar. A sua riqueza ao final da vida não foi possível determinar. Certo é que, no início de seu estabelecimento em Petrópolis, rico ele não era, pois teve que tomar dinheiro emprestado para a compra de seu chalé. Independentemente de seu sucesso financeiro, Spangenberg teve sucesso social como demonstram os registros.⁵¹⁹

Nas atas da Imperial Câmara de Petrópolis ainda aparecem outros imigrantes reclamando dos impostos, relacionados a diversas outras atividades, nos permitindo entrar um pouco mais no universo cotidiano deste grupo. São inúmeros casos como os de Eduardo Bartels instalado com bilhar;⁵²⁰ ou de Henrique Brahm, pedindo ser eliminado da tabela dos contribuintes como possuidor do jogo denominado da bola.⁵²¹

Através de um auto de infração que incorrera João José Bruk, é possível saber que na Câmara era prática não atender-se às reclamações das multas, o que gerou um pequeno debate que ao final acabou sendo favorável ao reclamante.⁵²² Este imigrante, ainda, aparece justificando a Câmara que,

não pode aceder ao convite que lhe fora feito por esta Câmara para prestar juramento do cargo de juiz de paz, não só por seus afazeres como comerciante, como por não saber ainda escrever corretamente a Língua Portuguesa.⁵²³ (grifo nosso)

As contestações dos impostos eram muitos frequentes: foi o caso de João Bretz, que pedia para ser taxado somente com oficina de alfaiate no lugar de loja e oficina de alfaiate;⁵²⁴ de Carlos Crämer, que devido aos poucos gêneros tinha em sua casa comercial não atendeu ao aferimento de suas medidas;⁵²⁵ dos irmãos João Jorge Chirst e José Christ que dissolviam a sociedade que tinham em oficina de sapateiro;⁵²⁶ de Pedro

⁵¹⁸ Idem.

⁵¹⁹ Idem, vol. VI, pp. 93-95.

⁵²⁰ Ata 6ª sessão da Câmara Municipal, aos 17 de maio de 1865

⁵²¹ Ata da 4ª sessão da Câmara Municipal, aos 18 de março de 1863

⁵²² Ata da 21ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 15 dias do mês de dezembro de 1871.

⁵²³ Ata da sessão extraordinária da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 27 dias de outubro de 1881.

⁵²⁴ Ata da 8ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 23 dias do mês de maio de 1876.

⁵²⁵ Ata da 13ª sessão da Câmara Municipal, aos 28 de setembro de 1863.

⁵²⁶ Ata da 17ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 18 dias do mês de dezembro do ano de 1874.

Eppinghaus, com sua oficina de marceneiro;⁵²⁷ dos artífices Felipe Henrique Faulhaber e Frederico Gotz que contestavam a classificação de suas oficinas, “quando sendo eles carpinteiros de carros, figuram no presente ano as referidas oficinas como fábricas”.⁵²⁸ Além destes, as atas registram o pedido de diminuição de impostos de Henrique Raeder, estabelecido com loja e oficina de pintor, fazendo comércio de papéis pintados para forrar casas, vendendo vidros e fornecendo materiais de construção;⁵²⁹ o pedido de Augusto Geofroy, estabelecido com uma oficina de carpinteiro;⁵³⁰ o de Miguel Sixel de diminuição de imposto para sua oficina de ferraria e carpintaria; o mesmo para Henrique Kreicher e de Paulo Sixel,⁵³¹ sendo que este último também consta fornecendo “carrocinha de mão para o jardim da Praça de Dom Pedro II”.⁵³² O mesmo com relação a Luís Esternach & Irmão que reclamaram sobre o imposto “como fábrica de carroças, tendo o suplicante somente oficinas de ferreiro e carpinteiro”.⁵³³ Sobre esta família tem-se, ainda, a informação de que fabricavam carros de luxo, tendo sido premiado em várias ocasiões.⁵³⁴

Outro ramo em que muito atuaram os imigrantes foi no de transporte, tanto de passageiros, como de cargas. Uma das reclamações recorrentes era sobre o lançamento que fazia o fiscal das carroças que transportavam gêneros para as próprias atividades desenvolvidas pelos imigrantes. Assim, é o caso de Francisco Bender e Jacob Braun, com uma carroça de duas rodas para o seu uso particular;⁵³⁵ o mesmo com Henrique Goebel, que empregava sua carroça na condução do produto da sua indústria e não para frete;⁵³⁶ o mesmo com Felipe Grotz,⁵³⁷ João Iung,⁵³⁸ Pedro Karl;⁵³⁹ de Leão Rodolfo Wen Schausen reclamando contra o imposto de cocheira de alugar animais e receber a

⁵²⁷ Ata da 23ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 18 dias do mês de dezembro de 1871.

⁵²⁸ Ata da 4ª sessão da Câmara Municipal de Petrópolis, ao 1º de março de 1864.

⁵²⁹ Ata da 17ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 18 dias do mês de dezembro do ano de 1874.

⁵³⁰ Ata da 23ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Petrópolis, em 18 de dezembro do ano de 1875.

⁵³¹ Ata da 5ª sessão da Câmara, ao 1º de abril de 1865.

⁵³² Ata da 5ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 6 dias do mês de março do ano de 1875.

⁵³³ Ata da 2ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 27 dias de fevereiro de 1879.

⁵³⁴ SODRÉ, op. cit. Vol.II, p. 172.

⁵³⁵ Ata da 4ª sessão da Câmara Municipal, aos 18 de março de 1863.

⁵³⁶ Ata da 4ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 15 dias do mês de fevereiro de 1861.

⁵³⁷ Ata da 20ª sessão da Câmara Municipal, sessão extraordinária da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 12 dias do mês de dezembro de 1870.

⁵³⁸ Ata da 4ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 15 dias do mês de fevereiro de 1861.

⁵³⁹ Ata da 24ª sessão da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 31 dias do mês de dezembro de 1869.

trato;⁵⁴⁰ de Henrique Schiffler,⁵⁴¹ João Bernardo Wiechers,⁵⁴² do já citado Henrique Spangenberg também pedindo para ser “eliminado da lista dos contribuintes do imposto de carroça, visto ser esta só para produtos da sua própria lavoura”;⁵⁴³ o mesmo de Jacob Troyack,⁵⁴⁴ de Pedro Vogel.⁵⁴⁵ Pedro Wagner dirige uma reclamação “alegando que tendo sempre pago o imposto correspondente a seis carros de aluguel, fora este ano lançado na tabela com sete”.⁵⁴⁶

Aponta-se, ainda, os imigrantes que prestavam serviços à Prefeitura, como é o caso de Adão Boller, “obrigando-se a pintar, consertar e colocar vidros em 50 lampiões da iluminação pública pela quantia de réis 180\$000,”⁵⁴⁷ tendo sido o vencedor da concorrência. Também, Augusto Lendel, fazia “consertos em lampiões e vários fornecimentos para a iluminação pública”.⁵⁴⁸

No pedido de alinhamento de uma construção ficou registrado que Valbert Robbe comprou “a propriedade que o Ex.^{mo} barão de Pirassununga possuía à rua do Imperador desta cidade, para ali estabelecer sua padaria”.⁵⁴⁹ Mais tarde ele sente prejudicado o seu negócio e reclama à Câmara, pois o

seu vizinho Pedro Caheins, morador no largo do Imperador, o qual fez um chiqueiro onde tem seus porcos, alguns centímetros de distância da propriedade do suplicante, junto da sua sala de jantar, saindo deste chiqueiro as mais pestíferas exalações, que ainda podem ser muito prejudiciais à saúde pública, especialmente à família do suplicante, que já viu obrigado a mudar a sua sala de jantar, finalmente que sendo o procedimento de seu vizinho, além de abusivo, contrário às posturas municipais, espera o suplicante justiça.⁵⁵⁰

Em relação à criação e abate de animais, destaca-se o imigrante André Kosloswcky pedindo permissão para fazer a sua custa um chiqueiro no terreno do Matadouro Público, onde possa reter seus porcos.⁵⁵¹ Também, através de um

⁵⁴⁰ Ata da 7ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Petrópolis, ao 1º dia do mês de abril do ano de 1875.

⁵⁴¹ Ata da 4ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 15 dias do mês de fevereiro de 1861.

⁵⁴² Ata da 5ª sessão da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 5 dias do mês de abril de 1869.

⁵⁴³ Ata da 10ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 12 dias do mês de julho de 1876,

⁵⁴⁴ Ata da 4ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 15 dias do mês de fevereiro de 1861

⁵⁴⁵ Ata da 4ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 15 dias do mês de fevereiro de 1861

⁵⁴⁶ Idem

⁵⁴⁷ Ata da 12ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 15 dias do mês de julho de 1872

⁵⁴⁸ Ata da 9ª sessão da Câmara Municipal, em 1º de maio de 1862

⁵⁴⁹ Ata da 6ª sessão da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 15 dias do mês de julho de 1867

⁵⁵⁰ Ata da 12ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 2 dias de setembro de 1876

⁵⁵¹ Ata da 5ª sessão da Câmara Municipal, aos 18 de abril de 1863

requerimento de Jacob Kraus, é possível perceber as condições de tal atividade e das relações entre alguns imigrantes, pois ele reclamava que,

seu vizinho Cristiano Fincknauer não tem em seu açougue a limpeza necessária e que nos fundos da mesma casa parece ter um curtume de couros, porque dali exala um fétido insuportável, bem como das águas servidas que saem dessa casa e correm pela rua, que incomodam toda a vizinhança e as pessoas que transitam pela rua. Além disso, que o suplicado costuma a trazer soltos pela rua e pelas terras dos vizinhos porcos, carneiros, cabras e grandes cachorros que estragam todas as plantações que os moradores têm em suas terras, e quando algum vizinho reclama, responde com palavras atrevidas declarando que os mate, o que já algumas têm feito, mas nem todos querem usar desse meio e o suplicante é um deles, mas tendo agora de fazer plantações, recorre a V. S.^{as} em busca de remédio para que façam cessar tantos os abusos que pratica o suplicado com seus vizinhos, dando ordens enérgicas que façam entrar o suplicado no cumprimento da lei das Posturas Municipais.⁵⁵²

Mais uma vez o matadouro é um dos grandes problemas apara a administração municipal. Constata-se pela reclamação de Jorge Spangemberg,

que achando-se totalmente estragada a cerca do Matadouro Público que divide com as terras do suplicante, os animais que costumam estar no curral invadem as mesmas terras, destruindo-lhe as plantações e o capim, causando-lhe graves prejuízos, à vista do que espera que V. S.^{as} se dignem tomar providências, a fim de que seja o curral do Matadouro convenientemente fechado.⁵⁵³

Ainda tem-se a presença do imigrante André Flaeschen de quem a Câmara Municipal aluga casa para a realização de suas sessões.⁵⁵⁴ Em seguida, ele reclama dos alugueis vencidos de janeiro a dezembro do ano anterior. Aparece também “representando contra o aumento do lançamento de sua casa de negócio à rua do Imperador.”⁵⁵⁵ Ele aparece, ainda, como negociante e proprietário, sendo também fornecedor de materiais para as funções da Câmara.⁵⁵⁶ Finalmente, o registro de Francisco Vandenbrand que recebia o aluguel referente à casa que alugava para o funcionamento do Hospital da cidade.⁵⁵⁷

A partir dos exemplos, mais uma vez é possível apontar em Petrópolis, fenômeno semelhante ao encontrado na Colônia D. Pedro II, em Juiz de Fora. Ao

⁵⁵² Ata da 19ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 29 dias de novembro de 1878.

⁵⁵³ Ata da 23ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Petrópolis, em 18 de dezembro do ano de 1875.

⁵⁵⁴ Ata da 13ª sessão da Câmara Municipal, aos 28 de setembro de 1863.

⁵⁵⁵ Ata da 5ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 15 dias do mês de março de 1872.

⁵⁵⁶ Ata da 5ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 15 dias do mês de março de 1872; Ata da 15ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 22 dias do mês de outubro de 1872;

Ata da 17ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Petrópolis, aos 4 dias do mês de dezembro de 1872.

⁵⁵⁷ Ata da 4ª sessão da Câmara Municipal, em 30 de novembro de 1861.

estudar este processo em Juiz de Fora, Giroletti fornece uma pista a partir da carta de um imigrante que estava imbuído de mentalidade *self made man*. Para o autor,

Após [...] mencionar as boas condições de trabalho, dizer que estava passando bem e serenar as apreensões de seus familiares contra as denúncias dos jornais sobre a péssima situação dos imigrantes no Brasil, arremata: ... se continuo com saúde ficarei um homem rico, pois quem trabalha aqui possui algo. Aqui se pode economizar em alguns anos um bom dinheiro quando se trabalha.⁵⁵⁸

O que se estranha na passagem é que o autor, estando preocupado em identificar um determinado tipo de mentalidade, não menciona o que é aqui identificado como a passagem mais significativa da carta. Segundo o imigrante, “aqui como na Alemanha vale o provérbio: 'ORA, TRABALHA E DEUS AJUDA'”. Poucos anos depois, ao enviar nova carta, além de repetir a mesma frase, acrescenta entre parênteses: "Quem confia em Deus não constrói na areia".⁵⁵⁹

Na verdade, antes mesmo de ser um *self made man*, este imigrante era um protestante que veio para o Brasil em busca de um pedaço de terra, o que conquistou com aquisição de um lote na Colônia D. Pedro II. Sua ética religiosa é que lhe garantiu vantagens competitivas no mercado.

Além dos exemplos de Petrópolis, apontam-se outros que podem ser encontrados na Manchester Mineira, na passagem do século XIX para o século XX. Aqui, a primeira fábrica de que se tem notícia no processo de industrialização pertenceu ao empresário Grieese. O imigrante veio para o Brasil contratado pela Cia. União Indústria como mestre de segeiros. Já, em 1858, montou uma fábrica de carros e carroças, organizando uma empresa de transportes entre Juiz de Fora e Petrópolis. Em 1882, instalou uma importante casa comercial na cidade. Neste período, ele é classificado como proprietário e capitalista. Para Giroletti, "aproveitou-se de sua especialidade (fabrico de carroças) aliando-se a uma percepção mais ampla dos negócios - o transporte urbano e o comércio eram as atividades mais lucrativas"⁵⁶⁰. Acrescente-se a estes empreendimentos o fato de seu filho, fundar, alguns anos mais tarde, uma cervejaria. Além desta atuação econômica, ele teve grande atuação religiosa, inclusive como diretor-fundador do "Culto Evangélico Mariano Procópio".⁵⁶¹

⁵⁵⁸ GIROLETTI, op. cit., p. 63.

⁵⁵⁹ STEHLING, op. cit., pp. 306 a 310.

⁵⁶⁰ GIROLETTI, op. cit., p. 63.

⁵⁶¹ Histórico da Comunidade Evangélica (mimeo). Interessante notar que a escolha do nome do Culto demonstra um esforço de inserção do grupo na comunidade nacional.

Outro empreendedor com as mesmas características empresariais foi Pedro Schubert. Imigrado como colono, segundo Stehling, ele foi o primeiro a fundir ferro gusa, em Juiz de Fora, utilizando-se de um forno catalão em seu prazo. Um pouco mais tarde, associou-se a um ferreiro e montou uma oficina de serraria, fundição de ferro e bronze para a fabricação de máquinas agrícolas. Em 1899, o jornal **O Pharol**, destacou a notícia sobre a invenção de uma máquina de café, a "máquina combinada Schubert"⁵⁶². Mais tarde, também, se tornaria proprietário de uma cervejaria. Tal como o empresário anterior, Pedro Schubert estava entre os diretores fundadores do culto protestante.

O maior curtume de Juiz de Fora teve origem numa olaria do Sr. Wreied, oleiro contratado pela Cia. União Indústria. Sobre ele há uma notícia interessante no jornal do comércio, que o elogiava por fazer, na frente da família imperial, "sete tijolos no espaço de um minuto"⁵⁶³. Ao término de seu contrato com a Cia. União Indústria, Wreied, associou-se a um curtidor de couros e transformou a olaria em um curtume, por volta de 1861. Uma década mais tarde, seu enteado, Krambeck, assumiu a direção dos negócios da fábrica, alcançando grandes resultados. Segundo Giroletti, "sua produção em escala industrial permitiu o surgimento em 1878 de uma fábrica de calçados"⁵⁶⁴. O empresário Krambeck aparece nos registros consultados como carpinteiro, lavrador e industrial. Assim, como os demais, era protestante e foi ele o encarregado pela construção do primeiro templo, tendo sido diretor do culto nos anos de 1896-1901⁵⁶⁵.

Outra contribuição fundamental para o processo de industrialização e modernização de Juiz de Fora, foi através do Sr. Georg Francisco Grande, imigrado para o Brasil com a esperança de empregar-se como engenheiro da Cia. União Indústria, o que não conseguiu. Com a morte de seu sócio, ele casou-se com a viúva e a fundição ganhou novo impulso. Esta oficina fabricou, durante vários anos, máquinas agrícolas para fazendeiros locais e de outros estados. Grande, também, foi quem apresentou o primeiro plano de implantação de luz elétrica na cidade, através do "sistema schubre", em 1883. Fundou a Cia. Ferro Carril de Juiz de Fora, cujos trilhos foram importados da Alemanha. Além disso, foi representante do consórcio alemão "Empresa Telefônica do Brasil", que instalou, em Juiz de Fora, a primeira telefônica de Minas Gerais. Em sua

⁵⁶² STEHLING, op. cit., p. 413.

⁵⁶³ STEHLING, op. cit., p. 378.

⁵⁶⁴ GIROLETTI, op. cit., p. 77.

⁵⁶⁵ Histórico da Comunidade Evangélica. (mimeo)

oficina fabricava-se engenhos de cana, elaborava-se e executava-se projetos de máquinas agrícolas. O imigrante teve uma vida social intensa, tendo sido Vice-Cônsul da Alemanha, de 1907 a 1917. Após a grande naturalização foi eleito Juiz de Paz. O industrial, também, era integrante do culto evangélico.⁵⁶⁶

Na década de 1880, surgiu a associação entre as famílias Freesz e Kascher. Ao noticiar a visita do Imperador à colônia agrícola, o **Jornal do Comércio** se referiu ao velho Freesz como "o exemplo de morigeração, de dedicação ao trabalho e amor à família"⁵⁶⁷. Martin Kascher, ex-artífice da Cia. União Indústria, montou uma oficina para fabricar carroças e os ferros de engomar "machambombas", bem como foi proprietário de uma funerária. Em 1914, 40 operários trabalhavam em sua oficina. A associação destas duas famílias resultou na instalação da "Cervejaria Poço Rico", inaugurada em 1880.⁵⁶⁸

A família Surerus teve um papel de destaque no período com a instalação da firma Henrique Surerus e Irmão. Ambos filhos de imigrantes luteranos que foram para Petrópolis, nasceram em 1860 e 1863. Em 1866 a família mudou-se para Juiz de Fora acompanhando o pai, então empregado da Cia. União Indústria como gerente de segeiros. Ainda cedo os irmãos começaram a trabalhar para a Cia. Com a liquidação desta experimentaram a sorte em outros locais, contudo retornaram a Juiz de Fora e fundaram, em 1886, a firma referida acima. Negociavam artigos de todos os tipos, tais como madeiras, ferragens, cal, cimento, tintas, couros, papéis pintados, ladrilhos, louças, vidros, material elétrico, entre outros. Além da atividade comercial possuíam um serraria, que foi base para a montagem de uma fábrica de carroças que, ao final da década de 1910, produziu mais de 3000 unidades, vendidas para vários estados do país. Possuíam ainda uma fábrica de tecidos, onde empregavam mais de 200 operários.⁵⁶⁹ O Sr. Henrique Surerus, também, foi homem com intensa vida religiosa, cooperando na construção da Igreja Luterana e sendo diretor do culto diversas vezes.⁵⁷⁰

Na década de 1890, seria a vez de Carlos Stiebler. Além de montar uma cervejaria, em 1894, ele instalou uma malharia, em 1907, que empregava 70 operários,

⁵⁶⁶ STEHLING, José Luiz, op. cit., p. 378.

⁵⁶⁷ Idem p. 379.

⁵⁶⁸ Idem, p. 346.

⁵⁶⁹ Viagem Imperial: de Petrópolis a Juiz de Fora por ocasião de inaugurar-se a estrada União e Indústria. Coleção de artigos publicados no Jornal do Comércio do Rio de Janeiro em 1861 e no Diário Mercantil de Juiz de Fora em 1918. Typographia Sul, Juiz de Fora, 1919. p. 6.

⁵⁷⁰ STEHLING, op. cit. p. 419.

em 1914. Aqui, o que se observa é o aproveitamento de todas as oportunidades para se obter o lucro, comportamento ético típico do “espírito do capitalismo”. Tal como os demais já citados, também foi diretor do culto por dois períodos.⁵⁷¹

Antônio Meurer é um exemplo de enriquecimento de segunda geração. O empresário era filho de colonos e começou a ganhar dinheiro como revendedor e representante das cervejarias de Juiz de Fora, em São João D'El Rey. Logo depois, estabeleceu-se no comércio de fazendas e armarinhos. Percebendo o grande interesse pelas meias importadas, resolve fabricá-las. Importa maquinário da Alemanha e, em 1898, abre uma pequena fábrica no quintal de sua casa, onde trabalhava com a própria família. Em 1914, sua fábrica foi registrada como sendo uma das maiores de Juiz de Fora, contando com a força de trabalho de 300 operários.⁵⁷²

Com as evidências apresentadas, aponta-se o que já fora anunciado por Willens e que a historiografia deu pouca importância até agora. Segundo o autor,

A significação especial desta diferença reside no fato de haver repetido aqui, em condições adversas das da Alemanha, um processo competitivo em que as chances iniciais foram praticamente as mesmas para católicos e protestantes. Quase todos eles começam a vida no Brasil como artífices, mecânicos, lavradores ou pequenos comerciantes. A concepção do trabalho, no entanto, parte integrante do patrimônio cultural trazido do país de origem foi tão diferente nessas duas partes da população emigrada e tão bem estas diferenças se conservaram que seus efeitos se fizeram sentir até a 3^a ou 4^a Geração.⁵⁷³

Tanto em Petrópolis como em Juiz de Fora, a presença destes imigrantes protestantes contribuíram para o desenvolvimento econômico, deixando traços nítidos nas atividades industriais. Há que se ressaltar que não se atribui o processo de industrialização dos dois centros urbanos como determinada pela presença de protestantes. Há uma conjugação de fatores de várias ordens que resultaram na industrialização.

A ênfase aqui é dada para o fato de que os imigrantes germânicos que promoveram atividades artesanais e industriais eram de origem protestante, o que possui relação com a tese weberiana das relações entre a ética protestante e o espírito do capitalismo.

⁵⁷¹ Idem.

⁵⁷² Histórico da Comunidade Luterana de Juiz de Fora (mimeo).

⁵⁷³ WILLENS, op. cit. p. 258.

IV.3- IMIGRAÇÃO ALEMÃ OU IMIGRAÇÃO PROTESTANTE?

A educação promovida pela comunidade luterana é um fator decisivo na diferença entre os imigrantes católicos e os protestantes em Petrópolis, podendo ser generalizado para outros núcleos coloniais. Como já destacado por outros autores que estudaram outras colônias instaladas no Brasil, a educação entre os protestantes foi um grande fator de manutenção da identidade do grupo, misturando elementos religiosos, linguísticos e, mais tarde, de nacionalidade.

Segundo Weber, o que, hoje, chama-se de “vocação” não era conhecido pelos povos predominantemente católicos e nem da Antiguidade Clássica. Tanto a palavra quanto seu significado é um produto da Reforma, sendo nova, também, a máxima valorização do cumprimento do dever nas profissões seculares. O conceito de vocação é o dogma central de todos os ramos do protestantismo, concepção que se desenvolveu em Lutero. Mesmo que este não possa ser identificado com o “espírito do capitalismo”, a sua concepção, em contraste com a concepção católica, aumentou a ênfase moral e o prêmio religioso para o trabalho secular e profissional.⁵⁷⁴

Weber ressalta que o oponente mais importante contra o qual o “espírito do capitalismo” teve de lutar foi o tradicionalismo. Este, tanto entre os trabalhadores como

⁵⁷⁴ WEBER, op. cit. pp. 52-62.

entre os empresários, manifesta-se contra o que se diferencia do estilo tradicional, não se conseguindo aumento de produtividade e atitudes “capitalistas”, a não ser quando o trabalho é executado como um fim absoluto por si mesmo, ou seja, como uma vocação. Tal atitude não é um produto da natureza e não pode ser provocada por questões estritamente de mercado, podendo ser apenas o produto de um longo e árduo processo de educação.⁵⁷⁵

Neste sentido, é importante destacar que a educação das crianças e jovens luteranos está presente desde os primeiros momentos da colonização, reforçando os laços da comunidade, preservando a língua e impedindo a estagnação cultural. Desde 1858 os luteranos fundaram jornais, em Petrópolis, cujas edições em alemão, foram publicadas por mais de 30 anos.⁵⁷⁶

Dentro da tradição da Reforma, a educação era um meio de divulgação da doutrina teológica, tendo sido uma forma de alfabetização das massas populares. No luteranismo, a educação vai além da mera alfabetização, pois era necessário que o crente soubesse interpretar as Escrituras sem o auxílio do Pastor.⁵⁷⁷

Apesar da maioria dos imigrantes ter vindo para o Brasil por conta das condições precárias no seu país, os imigrantes protestantes contavam com um sistema educacional, na Europa, mais aprimorado, o que determinou a fundação dos jornais e a alfabetização das crianças, através da atuação dos próprios pastores ou de professores contratados. Desta maneira, toda colônia protestante contou com uma escola. Com as colônias aqui estudadas não foi diferente.

Neste sentido, o Major protestante, em Petrópolis, criou a Caixa de Socorro dos Imigrantes e instituiu o ensino obrigatório para os filhos de colonos entre 7 e 12 anos. Os pais eram obrigados a enviarem seus filhos à escola, sob pena de multa, como fez Lutero na Alemanha do século XVI.⁵⁷⁸

Como decorrência dos conflitos religiosos anteriormente referidos, a escola luterana de Petrópolis foi fechada diversas vezes, sob várias alegações. Sempre foi necessário recorrer às autoridades no Rio de Janeiro para obter nova licença para manter

⁵⁷⁵ Idem, p. 39.

⁵⁷⁶ ALMEIDA, Maria da Penha Cunha de. **A religião protestante luterana e a educação em Petrópolis.** Dissertação de mestrado. Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis, 1988. p. 4.

⁵⁷⁷ Idem, p. 6.

⁵⁷⁸ Idem, p. 69.

o funcionamento.⁵⁷⁹ Esta persistência se deveu ao fato do imigrante luterano, por razões religiosas, ter sua preocupação básica com a educação de seus filhos, que deveriam “saber ler, escrever, contar e conhecer os catecismos.”⁵⁸⁰

Tomando como referência as escolas do Sul do país, que em muito se assemelham a todas escolas de imigração luterana, os alunos quase nada aprendiam acerca do país de origem. Da Alemanha, a língua foi o único elemento mantido, tanto para a comunicação, quanto símbolo religioso. Somente no final do século XIX e início do século XX é que começaram as preocupações com o ensino do português.⁵⁸¹

Cabe considerar que a própria Alemanha passava por um processo de desagregação do campo, promovendo mudanças culturais, como a quebra de uma sociedade patriarcal para uma sociedade com características de uma industrialização nascente. O campo não comportava mais o crescimento populacional, ocasionando a proletarização de grandes levas de antigos camponeses. Esta conjuntura produzia fatores de expulsão não só para os proletários, mas também para a pequena burguesia que queria fugir da proletarização iminente.⁵⁸²

O ambiente cultural encontrado pelos imigrantes no Brasil foi totalmente diverso. O sistema econômico dominante era o escravismo, que tinha como consequência um processo de desvalorização do trabalho. Mesmo que os senhores de homens valorizassem “o ganhar dinheiro”, eles estavam submetidos a uma dupla pressão: por um lado, atuavam e mantinham contatos com uma economia externa capitalista que os pressionava para se adequarem às regras do mercado capitalista e, por outro lado, estavam submetidos à lógica do escravismo, onde o trabalho é elemento desvalorizado, realizado apenas por “homens inferiores” - os escravos.

Maria Silvia de Carvalho Franco caracteriza tal situação dos homens livres nesta ordem escravocrata como sendo a de uma dubiedade ética. A autora aponta, além da pressão resultante da dubiedade ética, o processo de entesouramento, que se enquadrava na manutenção dos símbolos de status social e era uma forma de socialização dos indivíduos.

⁵⁷⁹ Idem, p. 71.

⁵⁸⁰ Idem, p. 8.

⁵⁸¹ Idem, p. 58.

⁵⁸² MAGALHÃES, Marionilde Brapohl. **Pangermanismo e nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil**. UNICAMP/FAPESP, Campinas, 1998, pp. 19-35.

Além do nexa "weberiano" na explicação do desenvolvimento urbano-industrial de Petrópolis e Juiz de Fora, outros elementos podem ser relacionados para que se possa entender como os protestantes conseguiram obter resultados tão favoráveis, num ambiente estranho e muitas vezes hostil.

Em primeiro lugar, é necessário lembrar que a religião, sendo estranha ao meio, reforça o sentimento de solidariedade entre os membros do culto protestante. Principalmente, quando agrupados em colônias, "conservaram a homogeneidade comunitária, educando os filhos em suas escolas, sob a direção de professores protestantes".⁵⁸³ A criação de uma associação de senhoras evangélicas exemplifica a situação. Elas se reuniam para trabalhar no auxílio dos membros mais carentes ou em dificuldades, conforme encontrado na pesquisa realizada em Juiz de Fora.⁵⁸⁴

Outro elemento de destaque a ser preservado como parte central do patrimônio cultural trazido para o Brasil, foi a língua. Entre os grupos católicos, a grande maioria perde o uso da língua no espaço de uma ou duas gerações. Para o protestante, ao contrário, foi fundamental a manutenção da língua: ela possui um significado religioso, é a língua de Lutero.⁵⁸⁵

A homogeneidade e solidariedade do grupo, alargando a **confiança mútua**, possuíam uma significativa ressonância no mundo dos negócios, manifestada na associação de economias e especialidades profissionais. No contexto do final do século XIX, a associação é assunto altamente relevante, considerando que um dos principais problemas apontados como responsável pela manutenção da economia rotineira era a **desconfiança** dos empresários nacionais em promoverem associações.⁵⁸⁶

Entre os protestantes há uma ação econômica comum. Os mesmos homens que instalam as primeiras indústrias são, também, aqueles que constroem a Igreja Luterana e dirigem o culto. Ora, isso não é uma coincidência. A ação combinada, o incentivo, o crédito, o apoio e os mesmos objetivos religiosos, aparecem, no contexto, ligados aos objetivos econômicos.

O casamento foi outro elemento importante na acumulação de riquezas, sendo um "recurso" utilizado por diversas famílias. A fusão se dá dentro do próprio grupo.

⁵⁸³ RIBEIRO, op. cit., p. 91.

⁵⁸⁴ Histórico Comunidade Evangélica.

⁵⁸⁵ WILLENS, op. cit., p. 415.

⁵⁸⁶ IGLÉSIAS, op. cit. p.

Neste sentido, a questão religiosa e as atividades econômicas, também, aparecem de forma indissociável.

Nos casos dos imigrantes que se destacaram economicamente, parece ter acontecido um fenômeno, onde não só o artífice, mas, também, o colono e o operário, chegaram a assumir a figura do capitalista industrial. O fenômeno pode ser o mesmo detectado por Willens:

Muitas indústrias, atualmente em mãos de teuto-brasileiros, têm origens artesanais. Oficinas de sapateiros transformaram-se em fábricas de artesanato de couros. Tecelões que, numa dependência da casa haviam instalado um rústico tear trazido da Alemanha, encontraram mercados para seus produtos. Filhos e netos destes imigrantes são, frequentemente, proprietários de grandes estabelecimentos fabris. Há uma série de pequenas indústrias as quais, vinculadas estreitamente às fontes locais de matérias-primas e às necessidades imediatas da colônia, nasceram rapidamente.⁵⁸⁷

Quanto à condição econômica dos imigrantes e a fonte inicial de capital para seus empreendimentos o autor entende que,

Antes de tudo é preciso pensar que a industrialização se deu **pari passo** com a acumulação de capitais **nas próprias colônias teuto-brasileiras**. A Alemanha exportou homens, mas muito pouco capital para o Brasil [...] a indústria na zona de colonização germânica desenvolveu-se praticamente independente dos bancos do Reich⁵⁸⁸

Pelo exposto, constata-se que a questão religiosa é definidora no que diz respeito à imigração germânica. Em Juiz de Fora, encontra-se nove testamentos de imigrantes germânicos, sendo cinco protestantes e quatro católicos. Os testamentos destes últimos são extremamente semelhantes aos testamentos dos fazendeiros tradicionalistas que guardavam aquela dubiedade ética acima referida. Aqui, também, estão presentes as aberturas solenes, as missas encomendadas às almas, as doações e as observações sobre a natureza dos funerais. Ao contrário, os testamentos dos protestantes são extremamente objetivos, secos e sumários. Não consta nada que não seja o estritamente necessário para se atingir a finalidade econômica de preservação do patrimônio.⁵⁸⁹

Por fim, conclui-se que os imigrantes protestantes conseguiram estes importantes resultados econômicos, tanto na "Manchester Mineira", como na Petrópolis Imperial, apesar de enfrentarem vários tipos de hostilidade. No primeiro momento, a questão religiosa foi um fator que provocou muitos incômodos. Posteriormente, mais

⁵⁸⁷ WILLENS, op. cit., p. 249.

⁵⁸⁸ Idem, p. 260.

⁵⁸⁹ Ver processos do 1º. Ofício Cível da coleção de documentos do Arquivo Histórico da UFJF.

especificamente no período da Primeira Guerra Mundial, o sentimento brasileiro, aliado a um certo ressentimento por parte da população, provocou uma onda de hostilidades contra aqueles imigrantes industriais. Em Petrópolis, assistiu-se o avanço ultramontano, e em Juiz de Fora, residências e fábricas foram apedrejadas e somente com o fim da guerra é que tais hostilidades desapareceram. Contudo, o fenômeno voltaria a se repetir durante a Segunda Guerra, num período em que os imigrantes eram mais brasileiros do que muitos nacionalistas de prontidão.⁵⁹⁰

A partir de uma visão panorâmica numa das principais obras sobre os imigrantes alemães, que é o livro de Oberacker,⁵⁹¹ pode-se identificar mais de uma centena de atividades econômicas de relevância realizadas por imigrantes alemães. Mesmo que seja um trabalho de fôlego, extremamente detalhado e documentado, sempre encontra-se aquele problema, já apontado, que é o do nexos. Nesta obra o nexos da “raça” se dilui num nexos linguístico. Há indícios de que várias atividades anotadas pelo historiador se ligam ao fenômeno do protestantismo como agente de desenvolvimento econômico, no sentido que aqui se aponta.

O mesmo pode ser dito de muitos outros trabalhos sobre a imigração alemã, cujos nexos têm sido variados, entretanto, o nexos entre religião e economia, continua ausente. Segundo Martin Dreher, as matrizes da historiografia sobre os imigrantes alemães podem ser identificadas com razões eugenistas, luteranas ou dos jesuítas. Entretanto, nada se destaca sobre os vínculos do luteranismo com o desenvolvimento econômico.⁵⁹²

O assunto também pode ser apontado em obra que trata, justamente, da contribuição desta imigração para a mudança de feição da economia do Brasil do século XIX, através da introdução do sistema de pequena propriedade.⁵⁹³ Sobre a passagem de uma economia de pequena propriedade para a formação de indústrias, destaca-se o livro de Seyferth. Embora esteja muito próximo do que aqui é tratado, a autora prefere entender o fenômeno pelo viés marxista da formação de capital, através da atividade

⁵⁹⁰ Depoimento colhido pelo autor do Sr. Alfredo Surerus.

⁵⁹¹ OBERACKER JR, Carlos H. **A contribuição teuta à nação brasileira**. 2. Ed. Presença, Rio de Janeiro, 1985.

⁵⁹² SCHRODER, Ferdinand. **A imigração alemã para o sul do Brasil**. Prefácio e trad. de Martin N. Dreher. Ed. INISINOS e EDIPUCRS, Porto Alegre, 2003. (prefácio)

⁵⁹³ LANDO, Adair Marli. **A colonização alemã no Rio Grande do Sul, uma interpretação sociológica**. Porto Alegre, Movimento, 1981.

comercial como elemento de realização das condições necessárias para a formação da indústria.⁵⁹⁴

Finalmente, encontra-se referência ao luteranismo, porém, por intermédio de sua relação com o pangermanismo. Aqui, o vínculo é mais político do que econômico. Contudo, trata-se de obra extremamente detalhada e original, que de alguma forma, conecta-se com os elementos aqui destacados. O fato da religião preservar a cultura será um dos pontos centrais para a manutenção da identidade entre os descendentes dos imigrantes alemães e os aproximava da cultura do nacional socialismo que se desenvolve no início do século XX, na Alemanha.⁵⁹⁵

De qualquer forma, os estudos indicam que a maioria do contingente de 350 mil imigrantes germânicos, que chegaram ao Brasil, a partir de 1824, era de filiação luterana. Ressalta-se, ainda, que eles não possuíam a mesma procedência regional, vindos de um período em que a Alemanha ainda não tinha se unificado politicamente, portanto, com um “fraco” sentimento de nacionalidade, o que ampliava o espaço para a identidade religiosa.⁵⁹⁶

Vieira chama a atenção para a ausência de trabalhos historiográficos sobre estes protestantes. De fato, tomando como exemplo a Revista Brasileira de História, não há um único artigo sobre o tema. Tomando como referência o banco de teses da CAPES, além de minha dissertação de mestrado, encontra-se apenas mais uma dissertação de mestrado que trata do assunto.⁵⁹⁷ Entretanto, para os liberais radicais do século XIX, a imigração protestante era vista como um dos remédios para o atraso do país e a forma de se alcançar o progresso, equiparando-se as nações protestantes, especialmente Inglaterra e Estados Unidos.

⁵⁹⁴ SEYFERTH, Giralda. **A colonização alemã no Vale do Itajaí - Mirim: um estudo de desenvolvimento econômico**. Porto Alegre, Movimento, 1999.

⁵⁹⁵ MAGALHÃES, Marionilde Brepohl. **Pangermanismo e nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil**. Campinas, UNICAMP/FAPESP, 1998.

⁵⁹⁶ Os dados sobre o número de imigrantes podem ser vistos em: Alencastro, op. Cit. Pág. 307. Quanto à questão da identidade religiosa como fator de coesão do grupo ver: Ribeiro, Boanerges. O protestantismo no Brasil Monárquico.

⁵⁹⁷ GOMES, Antonio Maspoli de Araújo **Espírito Protestante, Educação e Negócios: A Contribuição da Escola de Engenharia do Mackenzie College para a Formação da Mentalidade do Empresariado Industrial em São Paulo**. 1981 1v. 254p. Doutorado. Universidade Metodista de São Paulo - ciências da religião, São Paulo.

BOBSIN, Oneide. **Trabalhadores Protestantes Urbanos: religião e ética do trabalho**. 1992 1v. 221p. Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Ciências Sociais. São Paulo.

LUNELLI, João Paulo. **Razões do Desenvolvimento Sócio-Econômico Distintivo de Colônia Nova, Distrito do Município de Aceguá** - 2001

Sobre Tavares Bastos, Vieira chama a atenção para o fato de que o deputado do Império antecipou em quase meio século a tese weberiana que relaciona protestantismo e desenvolvimento econômico. Além disso, é importante destacar que outro ponto das reflexões de Tavares Bastos se relaciona com a obra de Weber: a liberdade religiosa e seu efeito no processo de secularização.

Para Tavares Bastos, a “liberdade de cultos, isto é, a mais elevada consagração da liberdade humana, quem a pode hoje contestar”, senão o pensamento mais retrógrado. Recorre a exemplo de vários países onde se praticava a liberdade religiosa, destacando os EUA. Defendia:

Que o Congresso não possa fazer lei alguma, seja para o estabelecimento, seja para a interdição de uma religião qualquer, tal foi a primeira das reformas constitucionais votadas pelo Congresso dos Estados Unidos em 1789.

Não obstante isso, ou por isso mesmo certamente, não há país no mundo de maior atividade religiosa. Convivem no seio da grande República cerca de 39 cultos diferentes.

Quando se pede a igualdade dos cultos perante a lei, não se promove, portanto, a indiferença em matéria religiosa. O privilégio de um culto é que surte os mesmos efeitos do monopólio em todas as relações da vida: paralisa as forças da entidade privilegiada, e estende ao longe a sombra esterilizadora da desigualdade.⁵⁹⁸

Finalmente, ao solicitar uma legislação para os registros civis dos acatólicos, conclamava aos políticos do seu tempo:

Sejam dignos de sua missão os estadistas brasileiros, facilitando essa reforma reclamada pelos interesses da imigração e pelas supremas exigências da moralidade e da liberdade! Não se lhes pede muito, não se trata de descer ao fundo da questão religiosa, não se pretende uma reforma constitucional. Pede-se um esforço de lógica, um ato de coerência.⁵⁹⁹

Contudo, as ambiguidades nas leis referentes aos acatólicos permaneceram, sendo resolvidas somente na República com a separação entre a Igreja Católica e o Estado.

Nas ambiguidades do Estado Imperial a questão da imigração ocupou grande parte da pauta política do período do segundo reinado, entretanto, segundo Carvalho:

Item de despesa administrativa baixo era o de imigração e colonização. O apoio à imigração era uma das reivindicações mais

⁵⁹⁸ BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. **Os males do presente e as esperanças do futuro**: estudos brasileiros; prefácio de Cassiano Tavares Bastos. 2 ed. São Paulo, Ed. Nacional; Brasília, INL, 1976, p. 94.

⁵⁹⁹ Idem, p. 98.

constantes dos proprietários rurais desde que o fim do tráfico colocou o problema da substituição da mão de obra. Os debates da lei de terras e da abolição giraram em torno deste tema. Os congressos agrícolas de 1878 também insistiram em que as necessidades básicas da agricultura era capital e mão de obra. Sobretudo para os agricultores do sul do país o problema da mão de obra era premente. No entanto, os gastos com imigração foram modestos. Isolando-se estes gastos, (*...) tem-se que ele só chegou a atingir 1% da despesa global de 1870/1, aumentando certamente devido à Lei do Ventre Livre. Nos anos que selecionamos, a barreira de 1% só é novamente vencida em 1875/76 e em 1889. Neste último ano a porcentagem atingiu seu ponto mais alto, 3,8%, de novo respondendo à lei de abolição da escravidão. É preciso, então, concluir que, em grande parte, as declarações constantes do governo sobre imigração – era o tópico que mais aparecia nas Falas do Trono – não passavam de retórica com que se procurava acalmar os proprietários. Uma das razões para o pequeno gasto pode ter sido a oposição dos representantes do norte que achavam, que tais medidas só beneficiavam os agricultores do sul e se prestavam a práticas especulativas.⁶⁰⁰ 281

O real peso dos problemas religiosos para o entrave da imigração ainda é assunto que necessita de novos e mais profundos estudos. Por outro lado, os dados aqui apresentados demonstram que, em grande parte, os liberais radicais tinham razão ao promoverem a imigração protestante como meio de desenvolvimento econômico. O resultado econômico alcançado pelos imigrantes protestantes aqui arrolados, não deixa de ser uma grande homenagem a Tavares Bastos, o mais radical dos pensadores liberais brasileiros de seu tempo, o “apostolo do progresso do Brasil”.⁶⁰¹

⁶⁰⁰ CARVALHO (1987), op. cit. p. 281.

⁶⁰¹ VIEIRA, op. cit. p. 95.

CONCLUSÃO

A criação de Petrópolis foi projeto que resultou da ação da “facção áulica” no breve intervalo de tempo no qual os palacianos dividiram o poder com os saquaremas. Intervalo que chamei aqui de “lapso palaciano” no tempo saquarema. A construção do palácio-cidade em Petrópolis foi uma tentativa de se criar uma sociedade de Corte no Brasil, frustrada pelo próprio Imperador, pois arredio aos rituais. Mesmo que a família imperial tenha usufruído, por mais de 40 anos, do palácio e do seu entorno, ao final, a inexistência de um verdadeiro ritual de Corte foi um dos elementos que concorreram para a queda da Monarquia. Além disso, a escolha do local, diferente do que se alegava, foi meramente uma questão de oportunidade, desfazendo-se, desta maneira, a visão romântica sobre os “ares amenos” ou a certeza do poder curativo do clima da cidade de Petrópolis.

Se a escolha do local para sediar o palácio-cidade do Imperador foi um equívoco jamais assumido, resultado de certa pressa, o mesmo pode ser dito sobre a função pré-determinada à colônia de imigrantes: a agricultura. A Imperial Colônia de Petrópolis foi instalada em local totalmente inapropriado para o desenvolvimento das atividades agrícolas. Apesar da força da ideia, certamente utópica de regeneração da agricultura nacional através do trabalho livre, encontrou ali, obstáculos intransponíveis: terras inférteis e clima inapropriado. Entretanto, se para as atividades agrícolas a imigração redundou em fracasso, para o desenvolvimento das atividades urbano industriais foi um sucesso.

Assim, a grande novidade decorrente da vinda dos imigrantes foi a presença de um contingente de protestantes que contribuiu de maneira significativa, ainda que não exclusiva, para alterar as relações tradicionais que se estabeleciam entre o Estado e a Igreja. A franquia na entrada de protestantes pode ser explicada pelo indiferentismo religioso derivado do padroado, expresso pelos palacianos e pelo próprio Imperador.

Os setores ultramontanos da Igreja Católica empenharam-se na promoção de boicotes às atividades dos protestantes, além de grande mobilização para impedir a entrada de novos acatólicos no Brasil. A discriminação política e religiosa foi intensa, levando os imigrantes à tímida participação na vida política da Imperial cidade de

Petrópolis. Muitos esforços foram despendidos pelos setores ultramontanos para transformar a feição de Petrópolis em cidade católica. Tais esforços lograram êxito, pois de fato, ao final do Império pouco restava à cidade o traço protestante. Ora, não foi mera coincidência, a Petrópolis católica ter legado ao catolicismo brasileiro nome como o de Alceu Amoroso Lima.

Apesar de todas as adversidades que aqueles protestantes encontraram em solo brasileiro, ainda assim conseguiram alcançar resultados econômicos extremamente relevantes. De fato, repete-se em Petrópolis, assim como em Juiz de Fora, o mesmo fenômeno revelado por Weber, ainda que em condições totalmente distintas. O processo educacional dos protestantes foi fator decisivo na diferenciação de imigrantes católicos e protestantes, sendo responsável pela formação de uma ética do trabalho que colocava estes imigrantes em condições vantajosas na disputa econômica. Ainda que os dados estatísticos não sejam suficientemente fortes, os indícios são muito evidentes, confirmado pela completa ausência de imigrantes germânicos católicos entre os migrantes de destaque econômico.

Se na passagem do século XIX para o XX, assistiu-se a transição do país da aventura para o país do trabalho, é mister reconhecer que os imigrantes luteranos, em grande parte, foram pioneiros neste processo, contribuindo decisivamente para a generalização de um comportamento empresarial tipicamente capitalista.

Finalmente, se nas ambiguidades do Estado Imperial a política encontrava no teatro sua grande metáfora, transformada em “teatro das sombras” devido à escravidão, a peça encenada foi, ao final, uma comédia, com o *gran finale* no baile da Ilha Fiscal, com a confraternização do elenco. Terminada a peça, quando o Imperador deixa Petrópolis... - cai o pano.

Fontes Primárias

Jornais

O Novo Mundo 1870 a 1875

O Mercantil de Petrópolis 1875 a 1889.

Almanaque Laemert 1844 a 1889.

Atas da Câmara Municipal de Petrópolis período imperial 1847 a 1889.

Arquivo da Câmara Municipal - Livro de registros de indústrias e profissões.

Arquivo do Museu Imperial.

Bibliografia

Anuário do Museu Imperial. Museu Imperial. Petrópolis. 1958

ALMEIDA, José Nicolau Tinoco. **Petrópolis – Guia de Viagem.** Tipografia Pinter, Rio de Janeiro, 1885.

ALMEIDA, Maria da Penha Cunha de. **A religião protestante luterana e a educação em Petrópolis.** Dissertação de mestrado. Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis, 1988.

AMADO, Janaína. **A revolta dos Mucker.** UNISINOS, São Leopoldo, 2002.

ARANTES, Luiz Antonio Valle. **As origens sociais da burguesia industrial em Juiz de Fora – 1858/1912.** Dissertação de mestrado, UFF, 1991.

As Religiões no Brasil: continuidades e rupturas / Faustino Teixeira, Renata Meneses (organizadores). Petrópolis, Vozes, 2006.

ASSIS, José Ribeiro de. **A colonização alemã em Petrópolis.** (Bibliografia) Petrópolis: Prefeitura Municipal de Petrópolis, Secretaria de Educação e Cultura, 1975.

AZZI, Riolando. **A crise da cristandade e o projeto liberal.** Edições paulinas, São Paulo, 1991.

_____ **A cristandade colonial: mito e ideologia.** Petrópolis, Vozes, 1987.

BASTOS, Aureliano Candido Tavares. **Os males do presente e as esperanças do futuro: estudos brasileiros; prefácio de Cassiano Tavares Bastos.** 2 ed. São Paulo, Ed. Nacional; Brasília, INL, 1976.

BECKER, Dulce Carolina. Igreja evangélica de Petrópolis. Revista do Instituto Histórico de Petrópolis. V. esp., 1988.

- BRASIL, IBPC. **Museu Imperial**. Setor de Documentação e Referência. Petrópolis no acervo do arquivo e da biblioteca do Museu Imperial/IBPC. Petrópolis: Museu Imperial, 1993.
- Brasil e EUA: religião e identidade nacional** / Viola Sachs – Rio de Janeiro Graal, 1988.
- BEIGUELMAN, Paula. **A crise do escravismo e a grande imigração**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BOISSET, Jean. **História do protestantismo**. Trad. Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: DIFEL, 1971.
- BONINO, José Miguez. **Rostos do protestantismo Latino-Americano**. Sinodal, EDUCS, 1990.
- BOTTOMORE, T. B. **As elites e a sociedade**. Zahar Ed., Rio de Janeiro, 1965.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- CARRATO, José Ferreira. **Igreja, iluminismo e escolas coloniais mineiras**. Brasiliense, São Paulo, 1968.
- CARVALHO, José Murilo. **D. Pedro II**. São Paulo, Cia. das Letras, 2007.
- _____. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial**. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- _____. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo, Cia. Das Letras, 1990.
- CARVALHO, Lucinda Coutinho Dias de. **História da educação de Petrópolis**. Universidade Católica de Petrópolis, Dissertação de mestrado. Petrópolis, 1984.
- CATROGA, Fernando. **Entre deuses e Césares: secularização, laicidade e religião civil**. Ed. Almeida, Lisboa, 2006.
- Centenário de Petrópolis: trabalhos da comissão**. Prefeitura Municipal de Petrópolis, Diretoria de Educação e Cultura, 1938. Volume I a VI.
- CERVO, Amado Luiz. **O parlamento brasileiro e as relações exteriores: 1826 – 1889**. Brasília, UNB, 1981.

- CESAR, Valdo A. **Para uma sociologia do protestantismo brasileiro**. São Paulo: Pioneira, 1975.
- CHACON, Vamireh. **História dos partidos brasileiros: discurso e práxis dos seus programas**. Brasília, EUB, 1981.
- Cidade de Petrópolis: reedição de quatro obras raras**. Museu Imperial – MEC, Petrópolis, 1957
- CORRÊA, Eliane Machado. **Ecoss da Reforma: imigração alemã e protestantismo em Juiz de Fora na segunda metade do século XIX**. Dissertação de mestrado, UFJF, Juiz de Fora, 2003
- CORREIA, Ronaldo Zandoná. **Reflexões sobre economia e religião: seus principais pensadores e a Igreja Católica brasileira**. Dissertação de mestrado, 81 p. USP, Piracicaba, 2003.
- Colonização de Petrópolis: comemoração do 93 aniversário**. Petrópolis, 1938
- COSTA Emília V. **Da senzala à colônia**. São Paulo: DIFEL, 1966.
- CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. **A Europa dos pobres: o intelectual e o projeto educacional dominante em Juiz de Fora na belle époque mineira**. (Dissertação de Mestrado). Niterói: UFF, 1987.
- DAVATZ, Thomaz. **Memória de um colono no Brasil (1850)**. Trad. Prefácio e notas de Sergio B. de Holanda. Itatiaia, 1980.
- DEAN, Warren. **A industrialização em São Paulo**. 3^a ed., São Paulo: DIFEL, s.d.
- DREHER, Martin. **A presença dos luteranos em Minas Gerais: Juiz de Fora e Teófilo Otonni**. Publ. da Igreja Luterana de Santa Marina, RS, s.d.
- _____ **Igreja e germanidade**. São Leopoldo: SINODAL, EDUCS, 1984.
- ESTEVES, Albino. **Álbom do Município de Juiz de Fora**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1914.
- ELLIS JUNIOR, Alfredo. **Feijó e a primeira metade do século XIX**. São Paulo, Ed. Nacional, 1980.

- ELIAS, Norbet. **Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.
- Filho, João Dornas. **O padroado e a Igreja brasileira**. Cia. Editora Nacional, São Paulo, s/d.
- FOOT, Francisco. **História da indústria e do trabalho no Brasil**. São Paulo: Global, 1982.
- FRANCO, Maria Silvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Ática, 1976.
- FREIRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 31 ed.- Rio de Janeiro: Record, 1996
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.
- GIROLETTI, Domingos. **A industrialização de Juiz de Fora: 1850-1930**. Juiz de Fora: Ed. da UFJF, 1988.
- GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1985.
- _____. **A burguesia brasileira**. 6^a ed., São Paulo: Brasiliense, 1986.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **História geral da civilização brasileira**. O Brasil Monárquico. 6^a ed., Rio de Janeiro: DIFEL, 1987. Tomo II, v. 3.
- _____. **A visão do paraíso: os motivos edênicos da descoberta do Brasil**. 4 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1985.
- IGLÉSIAS, Francisco. **Política econômica do governo provincial mineiro (1835 – 1889)**. Rio de Janeiro, s./Ed. 1958.
- JUNIOR, Caio Prado. **Evolução política do Brasil: Colônia e Império**. 16 ed. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1988.
- KRUGER, Maria das Neves. **Fontes Bibliográficas para o Estudo da Colonização Alemã em Petrópolis**. Universidade Católica de Petrópolis/IHP, 1995.
- LACOMBE, Américo Jacobina. **Ensaio brasileiro de História**. São Paulo, Ed. Nacional, 1989.

- LANDO, Adair Marli. **A colonização alemã no Rio Grande do Sul, uma interpretação sociológica.** Porto Alegre, Movimento, 1981.
- LAPA, J.R. Amaral (org.). **Modos de produção e realidade brasileira.** Petrópolis: Vozes, 1980.
- LEITES, Edmund. **A consciência puritana e a sexualidade moderna.** São Paulo, Ed. Brasiliense, 1987.
- MACHADO, Paulo Pinheiro. **Política de colonização no Império.** Porto Alegre, Ed. UFRGS, 1999.
- MAGALHÃES, Marionilde Brepohl. **Pangermanismo e nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil.** Campinas, UNICAMP/FAPESP, 1998.
- MAIA, Florestan J. **Mariano Procópio: o homem certo na época certa.** Rio de Janeiro. Serviço de Documentação do Ministério dos Transportes, 1973.
- MAIOR, Armando Souto. **Quebra – Quilos: lutas sociais no outono do Império.** São Paulo: Ed. Nacional, 1978.
- MARTINS, Ismênia de Lima. **Subsídios para a história da industrialização em Petrópolis – 1850 a 1930.** Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis, 1983.
- MATTOS, Ilmar Rohloff. **O tempo Saquarema.** Rio de Janeiro:ACESS, 1994.
- MENDONÇA, Antônio Gouveia. **O celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil.** São Paulo: Ed. Paulinas, 1984.
- MESQUITA, Peri. **Hegemonia Norte-Americana e educação.** Juiz de Fora, EDUJF, 1994.
- _____ **Introdução ao protestantismo no Brasil.** Ed. Loyola, São Paulo, 1990.
- Ministério da Educação e Cultura. **A Cidade de Petrópolis: reedição de quatro obras raras,** Museu Imperial, Petrópolis, 1957.
- MICELI, Sergio. **A elite eclesiástica brasileira.** Rio de Janeiro, Ed. Bertrams Brasil S. A., 1988.
- MONTEIRO, Norma de Goes. **Imigração e colonização em Minas Gerais (1889-1930).** Belo Horizonte, s./ed., 1973.

- NABUCO, Joaquim, 1849-1910. **Política** / organizadora (da coletânea) Paula Beiguelman. São Paulo, Ática, 1982.
- NOVAIS, Fernando A. **História da vida privada no Brasil: Império**. Coordenador geral da coleção Fernando A. Novais. São Paulo, Cia das Letras, 1997.
- OBERACKER JR, Carlos H. **A contribuição teuta à nação brasileira**. 2. Ed. Presença, Rio de Janeiro, 1985.
- PAIM, Antônio. **História das ideias filosóficas no Brasil**. São Paulo, INL, 1984.
- Petrópolis no acervo do Arquivo e da Biblioteca do Museu Imperial**. IBPC/Museu Imperial, Petrópolis, 1993.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. **O desencantamento do mundo: todos os passos do conceito em Max Weber**. São Paulo, USP, Ed. 34, 2003.
- Religiões no Brasil: enfoques, dinâmicas e abordagens** / Paulo D. Siepierski e Benedito M. Gil, (organizadores). – São Paulo: Paulinas, 2003.
- Revista do Instituto Histórico de Petrópolis**, vol. 1, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1950
- Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora**, Juiz de Fora, v. 2, jan. 1966.
- RIBEIRO, Boanerges. **Protestantismo no Brasil monárquico - 1822-1888**. São Paulo: Pioneira, 1973.
- ROBAÇO, Henrique José. **História social e política de Petrópolis: bibliografia comentada**. Petrópolis. UCP/PMP/IHP, 1980.
- SANTOS, Paulo César. **Petrópolis: história de uma cidade imperial**. Petrópolis, UCP, 1989.
- SAINT-HILAIRE. **Segunda viagem ao interior do Brasil**. Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1936.
- SCHRODER, Ferdinand. **A imigração alemã para o sul do Brasil**. Prefácio e trad. de Martin N. Dreher. Ed. INISINOS e EDIPUCRS, Porto Alegre, 2003.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo, Companhia das Letras, 1998. Pág. 126.

- SEYFERTH, Giralda. **A colonização alemã no Vale do Itajaí - Mirim: um estudo de desenvolvimento econômico**. Porto Alegre, Movimento, 1999.
- SOUZA, Laura de Mello. **O diabo e a Terra de Santa Cruz**.
- STEHLING, Luiz José. **Juiz de Fora, a Companhia União Indústria e os alemães**. Juiz de Fora, s/ed., 1979.
- STEYER, Walter O. **Os imigrantes alemães no Rio Grande do Sul e o luteranismo**. Porto Alegre, Singular, 1999.
- SUZIGAN, Wilson. **A indústria brasileira: origem e desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- TAUNAY, Carlos Augusto. **Viagem Pitoresca a Petrópolis**. E&H Laemmert, Rio de Janeiro, 1862. Obra reeditada: Ministério da Educação e Cultura. **A Cidade de Petrópolis: reedição de quatro obras raras**, Museu Imperial, Petrópolis, 1957.
- TOBIAS, José Antonio. **História das ideias no Brasil**. São Paulo, EPU, 1987.
- VAIFAS, Ronaldo. **Ideologia e escravidão: os letrados e a sociedade escravista no Brasil Colonial**. Vozes, Petrópolis, 1986. b
- VIEIRA, David Gueiros. **O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil**. Brasília: Ed. da UNB, 1980.
- WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 4^a ed., São Paulo: Pioneira, 1985.
- _____ **Sobre a teoria das Ciências Sociais**. Trad. Carlos Grifo Babo. Lisboa: Presença, s.d.
- _____ **Textos selecionados**. Maurício Tragtenberg (organizador), São Paulo, Abril Cultural, 1980
- WILLENS, Emílio. **A aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil**. 2^a ed., Rio de Janeiro: Editora Nacional, s.d.

Artigos

ALENCASTRO, Luiz Felipe. Caras e modos dos migrantes e imigrantes. In: **História da vida privada no Brasil: Império**. Coordenador geral da coleção Fernando A. Novais. São Paulo, Cia das Letras, 1997.

ALMEIDA, Jane Soares de. Missionárias norte-americanas na educação brasileira: vestígios de sua passagem nas escolas de São Paulo no século XIX. **Revista Brasileira de Educação**. Vol. 12, n. 35. Rio de Janeiro. May/Aug. 2007.

Almeida, Vasni de.

ALVES, Débora Bendocchi. Cartas de imigrantes como fonte para o historiador: Rio de Janeiro – Turíngia. (1852 – 1853). **Revista Brasileira de História**, Dossiê, 2003.

ARBOS, Philipe. Petrópolis Esboço de geografia urbana. In **Centenário de Petrópolis: trabalhos da comissão**. Op. Cit. Vol. VI, pags. 177 a 229.

ARGON, Maria de Fátima Moraes. Breves considerações sobre a memória dos colonos alemães. **Tribuna de Petrópolis**, Caderno Especial, 29 de junho de 2001.

AULER, Guilherme. O atentado ao mordomo Paulo Barbosa. In: **A colonização de Petrópolis: comemoração do 93 aniversário**. Petrópolis, s/d. Pág. 9.

_____. Famílias germânicas da imperial colônia de Petrópolis. **I colóquio de estudos teuto-brasileiros**. IHGP, Petrópolis, s/d. pág. 61.

_____. Um documento histórico. In: **A colonização de Petrópolis: comemoração do 93 aniversário**. Petrópolis, s/d. pág. 22.

_____. A colônia de Petrópolis In: **Revista do Instituto Histórico de Petrópolis**, vol. 1, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1950, págs. 54-60.

- _____ Colonos que pretenderam abandonar Petrópolis. **Tribuna de Petrópolis**, 08 de fevereiro de 1953.
- _____ Primeiros batizados. Petrópolis, **Tribuna de Petrópolis**, 1955.
- BLABENHEIN, Peter. Uma história regional: a Zona da Mata Mineira. V Seminário de Estudos Mineiros. Belo Horizonte: UFMG/FAFICH, 1982.
- CAMERON, Thomas. Imperial Fábrica de São Pedro de Alcântara e Tipografia de “O Mercantil”. **Instituto Histórico de Petrópolis**, Petrópolis, 1999.
- CARVALHO, Hélio Werneck de. Elementos para a história da colonização petropolitana. **Instituto Histórico de Petrópolis**, 2000.
- CASADEI, Thalita de Oliveira. Koeler no Brasil. **Tribuna de Petrópolis**, 11 de fevereiro de 2001.
- Comunidade Luterana em Petrópolis – 160 anos**. Gráfica Primos, Petrópolis, 2005.
- CASTRO, Manoel Viana de. Caldas Viana. In: **O Centenário de Petrópolis**. Op. cit. Vol. VII, pág. 222.
- COSTA. Marcio Simões. A Igreja Luterana e o Colégio Koeler. **Instituto Histórico de Petrópolis**. 2004.
- CUNHA, Jorge Luiz da. Historiografia recente sobre a emigração alemã para o Brasil. **Revista de História**. Florianópolis, n.6, p. 7-17, 1998.
- CUSATIS, José De. Imperial Fábrica de Cerveja Nacional – Cia. Cervejaria Bohemia. **Instituto Histórico de Petrópolis**, 1996.
- D’ESCRAIGNOLE, Luiz Affonso. Blumenau em 1856. In: **Revista do Instituto histórico de Petrópolis**. Volume 1 – ano 1950. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1950.
- DIAS, Agenir de Carvalho. O ecumenismo: uma ótica protestante. [WWW.CESE](http://WWW.CESE.Org.br). Org. br..
- DREHER, Martin N. Hermann Gollheb Dohms: um perfil biográfico. **História**, vol. 23, n.1-2, Franca, 2004.
- _____ O imigrante europeu e sua utopia. **Estudos Leopoldenses**, vol. 2, n. 2, 1998, p. 131-147.

- ESTEVEVES, Albino. **O centenário de Mariano Procópio**. Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora, s/d.
- FRANCO, Afonso Arinos de Mello. Petrópolis em 1883. In: **Centenário de Petrópolis**. Vol. III, pág. 8.
- FREYRE, Gilberto. Em torno das relações culturais do Brasil com a Alemanha. **Cultura**. Conselho Federal de Educação, MEC, 1968.
- FRÓES, Carlos O. A família Kopke e sua obra em Petrópolis. **Instituto Histórico de Petrópolis**. 1998.
- FRÓES, Gabriel Kopke. O caráter petropolitano. **Instituto Histórico de Petrópolis**. 1958.
- GERTZ, René E. Os “quistos étnicos” alemães. **Estudos Leopoldenses**, vol. 2, n. 1, 1998, p. 7-25.
- GONÇALVES, Marcos. Missionários da boa imprensa: a revista Ave Maria e os desafios da imprensa católica nos primeiros anos do século XX. *Revista Brasileira de História*. Vol. 28. N. 55, São Paulo, jan/jun. 2008.
- HEINZ, Gerhard Haupt. Religião e nação na Europa no século XIX: algumas notas comparativas. **Estudos Avançados**, vol. 22, n. 62. São Paulo, jan/apr. 2008.
- KREUTZ, Lúcio. O imigrante teuto-brasileiro católico e sua utopia. **Estudos Leopoldenses**, vol. 3, n.2, p.71-85, 1999.
- LACOMBE, Américo Jacobina. Major Koeler. In: **Centenário de Petrópolis**. Op. Cit. Vol. II, págs. 59-60.
- _____. A colonização alemã. **Diário de Petrópolis**, 02 de julho de 1957.
- _____. Paulo Barbosa e Silva e a fundação de Petrópolis. In: **Centenário de Petrópolis: trabalhos da comissão**. op.cit. vol. II págs. 29 a 63
- _____. A fundação de Petrópolis (Papel de Paulo Barbosa) In: **Centenário de Petrópolis – trabalhos da comissão**. Op. Cit. Vol. II, 214.
- LACOMBE, Lourenço L. Visitantes estrangeiros em Petrópolis. In: **O centenário de Petrópolis**, vol. V, pág. 162

- MACHADO, Cacilda da Silva. A família e o impacto da imigração (Curitiba, 1854-1991). **Revista Brasileira de História**, vol. 17, n. 34, São Paulo, 1997.
- MENDES, José Sacchetta. Desígnios da lei de terras: imigração, escravismo e propriedade fundiária no Brasil Império. In: **Caderno CRH**. Vol. 22, N. 55, Salvador. Jan/Abr. 2009.
- MIRANDA, Mario Aloysio Cardoso de. A Elevação de Petrópolis à categoria de cidade. In: **O centenário de Petrópolis**, vol. III, pág. 164.
- MONTERO, Paula. Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil. **Novos estud. CEBRAP** n. 74, São Paulo, 2006
- NETTO, Jeronymo Ferreira Alves. Brasileiros ilustres em Petrópolis. **Tribuna de Petrópolis**, 04 de fevereiro de 2001.
- _____ Cento e cinquenta e cinco anos de colonização alemã em Petrópolis. **Tribuna de Petrópolis**, 29 de junho de 2000.
- _____ Expressivos acontecimentos ligados à história religiosa de Petrópolis. **Instituto Histórico de Petrópolis**. 1996.
- _____ Uma Igreja centenária. **Instituto Histórico de Petrópolis**. 2005.
- OLIVEIRA, Paulo Roberto Martins de. Antecedentes e a criação da Imperial Colônia alemã. **Instituto Histórico de Petrópolis**. 2003.
- _____ Imperial Colônia Germânica de Petrópolis: atividades sociais, artes, hábitos e costumes. **Tribuna de Petrópolis**, 27 de junho de 1997.
- _____ Primórdios da Companhia Petropolitana no Quarteirão Westifália. **Instituto Histórico de Petrópolis**. 2002.
- _____ Raridades da Imperial Colonia de Petrópolis. **Instituto Histórico de Petrópolis**. 2004.
- _____ Religiosos e religiosas descendentes dos colonos germânicos de Petrópolis. **Instituto Histórico de Petrópolis**. 2005.

- ORO, Ari Pedro. Considerações sobre a liberdade religiosa no Brasil. **Ciências Let.**, Porto Alegre, n. 37, p.433-447, jan/jun. 2003.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. Secularização em Max Weber: da contemporânea serventia de voltarmos a acessar aquele velho sentido. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 13 n. 37, São Paulo, 1988.
- REITH, Ricardo W. Igreja Evangélica Luterana do Brasil: uma abordagem histórica. **Igreja Luterana** – Numero 1, 1996.
- RODRIGUES, Claudia. Sepulturas e sepultamentos de protestantes como uma questão de cidadania na crise do Império 1869. **Revista de História Regional**. 13 (1) 23-38: verão, 2008.
- SANTOS, J. Eloy. Colonização? Nem tanto! **Tribuna de Petrópolis**, 29 de junho de 2000.
- SEYFERTH, Giralda. Imigração, colonização e identidade étnica. **Revista de Antropologia**. Vol. 29, 1986.
- _____ As identidades dos imigrantes e o *melting pot* nacional. **Horizontes Antropológicos, Porto Alegre**, ano 6, n. 14, p. 143-176, 2000.
- SILVA, Paulo Machado da Costa e. Homenagem a Paulo Barbosa. **Tribuna de Petrópolis**, 21 de janeiro de 1996.
- SILVA, Ligia Osorio. Tavares Bastos e a questão agrária no Império. **Revista de História Econômica**. UNICAMP, 1998
- SILVEIRA, João Duarte. Os primeiros foreiros de Petrópolis. In: **Centenário de Petrópolis**. Op. cit. Vol III, pág 174.
- SODRE, Alcino. Aspecto da vida municipal. In: **Centenário de Petrópolis – trabalhos da comissão**. Op. Cit. Vol. 2, pág. 156.
- _____ O inventário de Koeler. In: **Centenário de Petrópolis**. Op. cit. Vol. II, pág. 146
- _____ Petrópolis na sua expressão geographica e climaterica. In: **Centenário de Petrópolis**, op. cit. Vol. III, pág. 23

- _____ A fundação de Petrópolis. In: **Centenário de Petrópolis: trabalhos da comissão.** Prefeitura Municipal de Petrópolis, Diretoria de Educação e Cultura, 1938. Volume I, Pags 6-26.
- _____ Chronicas Petropolitanas. In: **Centenário de Petrópolis: trabalhos da comissão.** op.cit. vol. II, pags 67 a 155, vol. IV, pags 223 a 275. Vol. VI pags. 85 a 129.
- _____ Quando Petrópolis amanhecia. **Revista do Instituto Histórico de Petrópolis.** Vol. 1, ano 1950.
- SOUZA, Jesse. A ética protestante e a ideologia do atraso brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** Vol. 13, n. 38, São Paulo. Oct. 1998.
- SOUZA, Luiz Antônio Alves de. Considerações sobre o plano Koeler. **Anais do Colóquio de 150 Anos da colonização alemã em Petrópolis.** Instituto Histórico de Petrópolis/ Universidade Católica de Petrópolis, 1995.
- STEHLLING, Luiz José. Trajetória da indústria em Juiz de Fora. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora,** Juiz de Fora, v. 2, n. 2, p. 30-7, jan. 1966.
- _____ Os alemães em Juiz de Fora. **Anais do primeiro colóquio de estudos teuto-brasileiros.** UFRGS, Porto Alegre, 1964.
- TAULOIS, Antônio Eugenio de Azevedo. **Colóquio do Instituto Histórico de Petrópolis sobre os 150 anos da Imperial Colônia de Petrópolis.** Instituto Histórico de Petrópolis/ Universidade Católica de Petrópolis, 1995.
- TAUNAY, Affonso de E. Visitantes antigos de Petrópolis e sua região. In: **Centenário de Petrópolis: trabalhos da comissão.** op. Cit. Págs 30 a 97
- TEIXEIRA FILHO, H. C. Leão. A fundação de Petrópolis (o Decreto de 16 de março de 1843 e outros documentos do mesmo anno) In: **Centenário de Petrópolis – trabalhos da comissão.** Prefeitura Municipal de Petrópolis, 1939, vol. II, pág. 1.
- VASCONCELLOS, Francisco de. Um panorama de Petrópolis em 1857. **Jornal de Petrópolis,** 16 de março de 2002.
- VIANNA, Hélio. Visconde de Sepetiba. In: **Centenário de Petrópolis,** op. cit. vol. VII, pág. 43.

WATEMABE, Tiago Hideo Barbosa. Caminhos e História: a historigrafia do protestantismo na Igreja Presbiteriana do Brasil. In: **Revista de Estudos da Religião**. N. 1, 2005. PP. 15-30.

WIRTH, Lauri Emílio. Protestantismo brasileiro do rito luterano. **Revista USP**, São Paulo, n. 67, p. 68-77, setembro/novembro, 2005.
